

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**

**LUCIANE SCHULZ**

**O IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS NO  
DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: O CASO DO IFPR**

**CURITIBA**

**2025**

**LUCIANE SCHULZ**

**O IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS NO  
DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: O CASO DO IFPR**

**The impact of the implementation of Federal Institutes on local and regional  
development: the case of IFPR**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Planejamento e Governança Pública, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Orientadora: Prof. Dra. Vanessa Ishikawa Rasoto

**CURITIBA**

**2025**



Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

# FOLHA DE APROVAÇÃO



**Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Campus Curitiba**



LUCIANE SCHULZ

## **O IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: O CASO DO IFPR**

Trabalho de pesquisa de doutorado apresentado como requisito para obtenção do título de Doutor Em Planejamento E Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Planejamento Público E Desenvolvimento.

Data de aprovação: 16 de Junho de 2025

Dra. Vanessa Ishikawa Rasoto, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Alessio Trindade De Barros, Doutorado - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (Ifpb)

Dr. Christian Luiz Da Silva, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dra. Isaura Alberton De Lima, Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Dr. Paulo Nascimento Neto, Doutorado - Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Pucpr)

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 16/06/2025.

Dedicada ao meu pai, Lúcio Schulz (*in memoriam*), meu maior incentivador, e a minha mãe, Leonice Maria Back Schulz, meu porto seguro. Ambos, nas incertezas da vida rural, sempre me fizeram trilhar a rota da educação e acreditar que seria o caminho da mudança. Agricultores, com pouca escolaridade, me motivaram e ensinaram a valorizar a formação educacional. Cursei o Ensino Fundamental numa Escola Rural, no distrito de Mandiocaba. Já o Ensino Médio (Magistério) e o Ensino Superior (Direito) cursei em Paranavaí, sem imaginar que, no futuro, seria uma educadora/pesquisadora da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e, ainda, teria a oportunidade de cursar o Mestrado e o Doutorado em universidades públicas federais.

Aos meus filhos, Luísa e Leonardo, em vocês e para vocês está o meu amor maior: vocês me apresentaram a maternidade, o amor verdadeiro, o mais responsável e, desde então, vêm me ensinando, cada um da sua forma, a ser mãe. Com vocês a vida tem cheiro, sabor e muito sentido. É por vocês e para vocês!

Dedico, ainda, este trabalho, aos meus irmãos, sobrinhos/as, familiares, amigos/as de uma vida toda (infância, juventude, vida adulta e maturidade) com os quais tenho o prazer de compartilhar a arte de bem viver.

## **AGRADECIMENTOS**

A pesquisa acadêmica é fruto de uma dedicação individual, somada a um esforço coletivo, envolvendo pessoas e instituições. Assim, agradeço imensamente:

À minha orientadora, professora Vanessa Ishikawa Rasoto, presença segura, tranquila, alegre, em todos os encontros, aliado à confiança no meu processo criativo, no desenvolvimento da pesquisa e nos resultados. Por vezes, disse que seu papel era me “desorientar”. Sim, a professora Vanessa “desorientava”, na medida em que me fazia pensar diferente, pesquisar e encontrar o melhor caminho.

Aos membros da banca, professores doutores: Alessio Trindade de Barros, Christian Luiz da Silva, Isaura Alberton de Lima e Paulo Nascimento Neto, que contribuíram com sugestões e dúvidas, especialmente na qualificação, traçando um norte para a pesquisa.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da UTFPR, especialmente àqueles que compartilharam seus saberes e vivências acadêmicas: Ana Paula Myszczyk; Antônio Gonçalves de Oliveira; Edna Miola; Hilda Alberton de Carvalho; Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza; Rogério Allon Duenhas; e Simone Aparecida Polli.

Aos colegas de turma, linha de pesquisa Governança e Planejamento Público, pelo compartilhamento de seminários, escritas e angústias: Mayara Carvalho Batista Maduro, Victor Hugo Pereira e Vicente dos Santos Guilherme Júnior. Ainda, a partilha de escritas acadêmicas com Anelise Surek, Érico de Avila Madruga e Sandrone Fochesatto, bem como os diálogos com Débora Reis.

À UTFPR, universidade pública federal, que resiste e está cada vez mais presente no cotidiano paranaense e nacional, entregando uma formação de qualidade e comprometida com os desafios econômicos, sociais, políticos e ambientais que permeiam a sociedade contemporânea.

Ao IFPR/Reitoria que busca, mesmo diante dos inúmeros desafios que cercam a carreira docente, incentivar e promover a qualificação com a concessão do afastamento integral para a pós-graduação. Ainda, de modo inédito, publicou o Edital Multiplica/IFPR, no qual esse trabalho foi selecionado. Por conseguinte, depois de aprovado, com apoio institucional, poderei compartilhar e debater com meus colegas os frutos desta pesquisa. Aos servidores/as do Campus Campo Largo que sempre apoiaram esta pesquisa e contribuíram ativamente com dados e sugestões,

especialmente: Andrea dos Santos, Ângela Barros, Elisete Poncio Aires, Estanislau Velasco Júnior, João Cláudio Madureira, Lúcio Schulz Júnior, Rafael Henrique Santin, Sandro Marcos Castro de Araújo, Simone Aparecida Milliorin e Vilmar Müller Junior.

Aos sujeitos da pesquisa: estudantes egressos que aceitaram o convite de participar deste estudo. Os nossos reencontros foram cheios de amor, afeto, partilha e emoção. Foi uma alegria imensa reencontrá-los e ouvir as histórias impactantes. Aos agentes públicos (ex-prefeito e ex-vereadora), servidores públicos (das três esferas de governo), membros de Associação Comercial e Empresarial de Campo Largo (Acicla), Sindicato dos Trabalhadores e líderes da área de Recursos Humanos das empresas de Campo Largo que, com carinho e disponibilidade, aceitaram contar suas histórias, compartilhar suas percepções e práticas.

A vida é feita de encontros, reencontros, escutas, aprendizagens, troca de saberes e gratidão.

“O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim esquentada e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”  
(Grande Sertão: Veredas. João Guimarães Rosa, 1956).

## RESUMO

A pesquisa avalia se os Institutos Federais (IFs) estão atendendo à determinação da Lei nº 11.892/2008 que lhes atribuiu protagonismo na elaboração e implementação de políticas públicas indutoras de desenvolvimento local e regional. O objetivo geral foi desenvolver um Modelo de Análise de política pública, com vistas a avaliar o impacto da implantação de um campus do IFPR e o atendimento dos seus objetivos estratégicos. Já os objetivos específicos foram: i) identificar o papel do Estado como indutor de políticas públicas educacionais; ii) avaliar o impacto da implantação de um campus do IFPR no desenvolvimento local e regional, no período de 2010 a 2024 (índices socioeconômicos e parâmetros de desempenho), aliado ao atendimento de seus objetivos estratégicos definidos em lei (categorias de análise); iii) validar o Modelo de Análise com sua aplicação no IFPR/Campus Campo Largo. O referencial teórico é tratado em dois capítulos: o primeiro apresenta uma revisão bibliográfica sistemática e, na sequência, abordagem teórica sobre: Educação como Direito Social e as Políticas Públicas Educacionais; A História da Educação Profissional e Tecnológica, a criação dos IFs, suas diretrizes e concepções; Desenvolvimento Local e Regional na perspectiva dos IFs. Já o segundo capítulo trata da Análise de Política Pública, iniciando com: Definição; Atos Processuais; Avaliação e Indicadores; Modelos de Análise e, por fim, as avaliações do TCU quanto à atuação dos IFs. A pesquisa, classificada como qualitativa, desenvolveu e validou um Modelo de Análise de política educacional, com 40 indicadores, contendo categorias de análise, índices socioeconômicos e parâmetros de desempenho, que pode ser aplicado por pesquisadores e gestores. Para responder ao Modelo de Análise proposto foram realizados: análise documental, coleta de dados empíricos, articulada com um estudo de caso. As categorias de análise são: i) a proposta pedagógica; ii) os cursos implantados; iii) projetos de pesquisa aplicada e de extensão; iv) parcerias formalizadas; iv) vínculos com a comunidade externa; v) mudanças no contexto urbanístico e melhoria da mobilidade. Enquanto os índices são: econômicos e sociais constantes no Iperdes e IBGE. Os parâmetros de desempenho se concentraram em: i) resultados acadêmicos extraídos da Plataforma Nilo Peçanha; ii) qualificação dos egressos e a empregabilidade; iii) aumento de renda e melhoria na qualidade de vida. O delineamento da pesquisa envolveu: i) revisão bibliográfica sistemática e referencial teórico, com desenvolvimento e articulação dos saberes; ii) coleta e exame de indicadores socioeconômicos do município de Campo Largo; iii) pesquisa documental e de campo, com a coleta de dados de forma direta, no período de 2010 a 2024; iv) técnica de grupo focal com 47 egressos; entrevistas com 07 servidores do IFPR e 07 agentes públicos, membros da Acicla e Sindicato que participaram do processo de implantação do campus; entrevista com 07 atores-chave do desenvolvimento econômico (RH de empresas locais), totalizando 68 pessoas; v) sistematização, análise e discussão dos dados levantados. O estudo demonstrou que é possível, por meio de um Modelo de Análise, avaliar o impacto dos IFs como protagonistas de políticas públicas educacionais inovadoras e, por derradeiro, que a implantação do Campus Campo Largo foi um dos vetores da promoção do desenvolvimento local e regional. Entre os resultados identificados, destacam-se: observância da pluricurricularidade e da organização pedagógica verticalizada; ações de extensão dialogadas com a sociedade; consolidação e expansão do campus em atendimento às demandas do APL; investimentos financeiros significativos; vínculos com a comunidade; o parâmetro melhor avaliado pelos egressos foi a formação humana, pensamento crítico, autonomia e criatividade; os atores-chave do desenvolvimento econômico destacaram características singulares dos trabalhadores com formação no IFPR. Em paralelo, identificou eventuais necessidades de correção de rumos ou redirecionamentos de algumas ações: ampliação no número de vagas destinadas às Licenciaturas e Educação de Jovens e Adultos; fomento para o desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada; redução nos números da evasão escolar; melhoria nos índices da eficiência acadêmica; aptidão dos egressos para atuar na formação técnica; ampliação das oportunidades de estágio, trabalho ou emprego na área de formação, ao longo do curso.

**Palavras-chave:** Educação; Desenvolvimento; IFPR; Modelo de Análise de Política Pública.

## ABSTRACT

The research evaluates whether the Federal Institutes (IFS) are meeting the determination of Law N°. 11,892/2008 which attributed to them in the elaboration and implementation of public policies inducing local and regional development. The general objective was to develop a model of public policy analysis, with a view to assessing the impact of the implementation of an IFPR campus and the service of its strategic objectives. The specific objectives were: i) identify the role of the state as inducer of educational public policies; ii) Evaluate the impact of the implementation of an IFPR campus on local and regional development, from 2010 to 2024 (socioeconomic indices and performance parameters), coupled with compliance with their strategic objectives defined by law (analysis categories); iii) Validate the analysis model with its application at IFPR/Campus Campo Largo. The theoretical framework is treated in two chapters: the first presents a systematic bibliographic review and, following, theoretical approach to: Education as a social law and educational public policies; The history of professional and technological education, the creation of IFs, their guidelines and conceptions; Local and regional development from the IFS perspective. The second chapter deals with public policy analysis, starting with: definition; Procedural acts; Evaluation and indicators; Models of analysis and, finally, TCU assessments regarding the performance of IFS. The research classified as qualitative, developed and validated a model of educational policy analysis, with 40 indicators, containing categories of analysis, socioeconomic indices and performance parameters, which can be applied by researchers and managers. To respond to the proposed analysis model were performed: documentary analysis, empirical data collection, articulated with a case study. The analysis categories are: i) the pedagogical proposal; ii) the courses implemented; iii) Applied and Extension Research Projects; iv) formalized partnerships; iv) bonds with the external community; v) Changes in the urban context and improvement of mobility. While the indices are economic and social constant in Ipardes and IBGE. Performance parameters focused: i) academic results extracted from the Nilo Peçanha platform; ii) qualification of graduates and employability; iii) Increased income and improvement in quality of life. The research design involved: i) systematic bibliographic review and theoretical framework, with development and articulation of knowledge; ii) collection and examination of socioeconomic indicators of the municipality of Campo Largo; iii) document and field research, with data collection directly, from 2010 to 2024; iv) Focal group technique with 47 graduates; interviews with 07 IFPR servers and 07 public agents, members of ACICLA and union who participated in the campus implementation process; Interview with 07 key actors of economic development (HR of local companies), totaling 68 people; v) systematization, analysis and discussion of the data collected. The study demonstrated that it is possible, through an analysis model, to evaluate the impact of IFs as protagonists of innovative educational policies and, finally, that the implementation of Campus Largo campus was one of the vectors of promoting local and regional development. Among the results identified, we highlight: observance of pluricurricular and verticalized pedagogical organization; Extension actions dialogated with society; Consolidation and expansion of campus in meeting APL demands; significant financial investments; bonds with the community; The best parameter evaluated by graduates was human formation, critical thinking, autonomy and creativity; The key actors of economic development highlighted unique characteristics of workers with training at IFPR. In parallel, it identified any needs for correction of directions or redirects of some actions: expansion in the number of vacancies intended for the undergraduate and education of youth and adults; promotion for the development of applied research projects; Reduction in school dropout numbers; Improvement in academic efficiency indices; Fitness of graduates to work in technical training; Expansion of internship, work or employment opportunities in the area of training throughout the course.

**Keywords:** Education; Development; IFPR; Public Policy Analysis Model.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 - Presença do IFPR no Paraná .....</b>	<b>33</b>
<b>Figura 2 - Mapa das mesorregiões do Paraná.....</b>	<b>34</b>
<b>Figura 3 - Ano e denominação das escolas da RFEPCT .....</b>	<b>54</b>
<b>Figura 4 - Mapa do Brasil e presença da Rede Federal (2019 – 661 unidades) ..</b>	<b>60</b>
<b>Figura 5 - Ciclo Clássico de Políticas e Programas .....</b>	<b>88</b>
<b>Figura 6 - Espiral da Implementação das Políticas e Programas .....</b>	<b>89</b>
<b>Figura 7 - Modelo de Análise.....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>Figura 8 - Fluxograma Metodológico.....</b>	<b>121</b>
<b>Figura 9 - Dimensão 1: Categorias de análise.....</b>	<b>124</b>
<b>Figura 10 - Dimensão 2: Índices socioeconômicos.....</b>	<b>125</b>
<b>Figura 11 - Dimensão 3: Parâmetros de desempenho.....</b>	<b>126</b>
<b>Figura 12 - Imagem aérea do Campus Campo Largo.....</b>	<b>158</b>
<b>Figura 13 - O curso concluído no IFPR/CL atendeu aos objetivos esperados quanto à formação técnica, científica e tecnológica?.....</b>	<b>184</b>
<b>Figura 14 - Além das bases técnicas, científicas e tecnológicas, o curso viabilizou aprendizagens para sua formação humana, pensamento crítico, autonomia e criatividade?.....</b>	<b>185</b>
<b>Figura 15 - Em que grau você se considera apto a atuar na área de formação ofertada no IFPR/CL?.....</b>	<b>186</b>
<b>Figura 16 - Durante o curso, surgiram oportunidades de estágio, trabalho ou emprego na área de formação? ( ) Sim ( ) Não - Como você considera essa oportunidade?.....</b>	<b>187</b>
<b>Figura 17 - Com a conclusão do curso, surgiram novas oportunidades de trabalho ou emprego na área de formação? ( ) Sim ( ) Não - Como você considera essa oportunidade?.....</b>	<b>188</b>
<b>Figura 18 - Diante da conclusão do curso, sua renda financeira aumentou? ( ) Sim ( ) Não - Como você considera esse aumento de renda?.....</b>	<b>188</b>
<b>Figura 19 - A sua qualidade de vida melhorou com a conclusão do curso? ( ) Sim ( ) Não - Como você considera essa melhoria na qualidade de vida?.....</b>	<b>189</b>
<b>Figura 20 - No seu dia-a-dia de trabalho/emprego, você utiliza aprendizagens técnicas, científicas e tecnológicas desenvolvidas no curso concluído? ( ) Sim ( ) Não - Em que grau?.....</b>	<b>190</b>
<b>Figura 21 - Nos diálogos, individuais e de equipe, realizados no seu ambiente profissional, você relata que sua formação escolar foi realizada no IFPR/CL? ( ) Sim ( ) Não - Qual é o seu grau de recomendação dos cursos do IFPR/CL?...</b>	<b>190</b>
<b>Figura 22 - Representação gráfica dos pontos positivos.....</b>	<b>195</b>

**Figura 23 - Representação gráfica dos pontos negativos.....200**

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Municípios com Campus, Campus Avançado ou Centro de Referência do IFPR e população .....	35
Tabela 2 - Base de dados da Capes e BDTD .....	42
Tabela 3 - Dimensões, peso e total de indicadores.....	106
Tabela 4 - Cálculo proposto para o Modelo de Análise.....	115
Tabela 5 - Cálculo dos pontos alcançados e média.....	123
Tabela 6 - Índice Ipardes de Desempenho Municipal – Campo Largo.....	129
Tabela 7 - Média do Ideb nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, 2009-2023.....	132
Tabela 8 - Histórico Ingressos X Concluintes.....	154
Tabela 9 - Cursos e número de concluintes no Campus Campo Largo, 2010-2024.....	155
Tabela 10 - Execução Orçamentária ano a ano 2011 a 2024: valores correntes e constantes.....	157
Tabela 11 - Execução Orçamentária IFPR/Campus Campo Largo 2011-2024..	157
Tabela 12 - Divisão da Execução Orçamentária de Capital - IFPR/Campus Campo Largo 2011-2024.....	158
Tabela 13 - Números de Projetos de Pesquisa, Extensão e Inovação, 2016-2024.....	160
Tabela 14 - Quantitativo de Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios, 2018-2024.....	164
Tabela 15 - Notas ENEM do período de 2017 a 2023.....	165
Tabela 16 - Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha, Campus Campo Largo, 2017-2024.....	167
Tabela 17 - Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha, IFPR 2017-2024.....	167
Tabela 18 - Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha, Institutos Federais 2017-2024.....	167
Tabela 19 - Perfil Egressos: gênero, raça/cor, idade e nível de ensino.....	181
Tabela 20 - Perfil Egressos: cursos concluídos no IFPR/Campus Campo Largo.....	183
Tabela 21 - Síntese dos parâmetros avaliados pelos egressos e resultados..	192

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Critérios de escolha dos lugares dos novos campi por fase da expansão .....	61
Quadro 2 - Contexto Institucional, Político e Ideacional (CIPA) .....	96
Quadro 3 - Média Final e Conceito atribuído.....	115
Quadro 4 - Categorias de análise, objetivo e base para pesquisa.....	117
Quadro 5 - Parâmetros de desempenho, objetivo e base para pesquisa.....	118
Quadro 6 - Resultado do Modelo de Análise aplicado no IFPR/Campo Largo...	122
Quadro 7 - Cursos ofertados presencialmente no Campus Campo Largo e Eixos Tecnológicos, 2010-2024.....	153
Quadro 8 - Cursos e previsão da formação integral/omnilateral.....	153
Quadro 9 - Indicadores e resultados, extraídos do Capítulo 5.....	176
Quadro 10 - Perfil dos Egressos e categoria de ingresso (cotas).....	182
Quadro 11 - Indicadores e resultados, extraídos do Capítulo 6.....	193
Quadro 12 - Palavras e narrativas dos pontos positivos.....	195
Quadro 13 - Palavras e narrativas dos pontos negativos.....	201
Quadro 14 - Perfil das Empresas.....	209
Quadro 15 - Número de funcionários com formação escolar no IFPR/CL.....	210
Quadro 16 - Terceirizados e autônomos com formação escolar no IFPR/CL..	210
Quadro 17 - Cursos realizados no IFPR/CL.....	211
Quadro 18 - Formação no IFPR/CL e um dos fatores da contratação.....	212
Quadro 19 - Desenvolvimento das aprendizagens técnicas, científicas e tecnológicas.....	213
Quadro 20 - Contratação de estagiários vinculados ao IFPR/CL.....	214
Quadro 21 - Programas de incentivo à qualificação.....	215
Quadro 22 - Divulgação dos cursos do IFPR aos trabalhadores.....	216
Quadro 23 - Plano de Cargos e Salários e alterações na função com o término do curso no IFPR.....	217
Quadro 24 - Avaliação e diferencial dos trabalhadores formados no IFPR/CL.....	218
Quadro 25 - Indicadores e resultados, extraídos do Capítulo 7.....	222
Quadro 26 - Revisão Bibliográfica Sistemática.....	251

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acicla	Associação Comercial e Empresarial de Campo Largo
APLs	Arranjos Produtivos Locais
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CESTEC-CL	Centro de Ciências e Tecnologias Cerâmicas de Campo Largo
CF	Constituição Federal
CGPAC	Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento
CIPA	Contextualização Institucional, Político e Ideacional da Política Pública
Comsea	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
Comude	Conselho de Desenvolvimento Econômico
Concidade	Conselho da Cidade
Conduma	Conselho de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
Conduma	Conselho de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Consup	Conselho Superior
Copex	Coordenação de Pesquisa e Extensão
CPP	Ciclo de Políticas Públicas
Diepex	Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão
Diplad	Direção de Planejamento e Administração
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EJA/EPT	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FIC	Formação Inicial e Continuada
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Municipal
IFPR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Educação e Pesquisa
IPCA	Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo
Ipardes	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LDBN	Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LFR	Lei de Responsabilidade Fiscal
LOA	Lei de Orçamento Anual
MEC	Ministério da Educação
NEA	Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PISA	Programa Internacional de Avaliação de estudantes
PL	Projeto de Lei
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PPA	Plano Plurianual
PPCs	Projetos Pedagógicos dos Cursos
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Prouni	Programa Universidade para Todos
Redesist	Rede de Pesquisa em Arranjos e Sistemas Produtivos Locais
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
Secac	Secretaria Acadêmica do Campus
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERC	Seção de Estágios
Setec	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SNRH	Sistema Nacional de Recursos Hídricos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCU	Tribunal de Contas da União
UFPR	Universidade Federal do Paraná
Unesp	Universidade Estadual de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>1.1 Tema</b> .....	<b>24</b>
1.1.1 Fenômeno .....	24
1.1.2 Problema .....	25
1.1.3 Hipótese .....	25
<b>1.2 Objetivos</b> .....	<b>25</b>
1.2.1 Objetivo Geral .....	25
1.2.2 Objetivos Específicos.....	25
<b>1.3 Justificativa</b> .....	<b>26</b>
<b>1.4 Aderência ao Programa</b> .....	<b>29</b>
<b>1.5 Delimitações da Pesquisa</b> .....	<b>31</b>
<b>1.6 Estrutura do Trabalho</b> .....	<b>36</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>40</b>
<b>2.1 Revisão bibliográfica sistemática</b> .....	<b>41</b>
<b>2.2 Educação como Direito Social e as Políticas Públicas Educacionais</b> .....	<b>49</b>
<b>2.3 A História da Educação Profissional e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais</b> .....	<b>53</b>
<b>2.4 As diretrizes e concepções dos Institutos Federais</b> .....	<b>62</b>
<b>2.5 Desenvolvimento Local e Regional na perspectiva da Educação</b> .....	<b>71</b>
<b>2.6 Considerações sobre o primeiro capítulo do marco teórico</b> .....	<b>78</b>
<b>3 ANÁLISE DE POLÍTICA PÚBLICA</b> .....	<b>81</b>
<b>3.1 Definição de política pública</b> .....	<b>81</b>
<b>3.2 Atos processuais para elaboração de uma política pública</b> .....	<b>86</b>
<b>3.3 Avaliação e indicadores</b> .....	<b>89</b>
<b>3.4 Modelos de Análise de políticas públicas</b> .....	<b>93</b>
<b>3.5 Considerações dos Relatórios do TCU sobre os Institutos Federais</b> .....	<b>98</b>
3.5.1 TC nº 026.062/2011-9 - Acórdão 506/2013 .....	98
3.5.2 TC 014.924/2023-4 - Acórdão nº 986/2024 .....	100
<b>3.6 Considerações sobre o segundo capítulo do marco teórico</b> .....	<b>102</b>
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	<b>104</b>
<b>4.1 Proposta de modelagem</b> .....	<b>105</b>
<b>4.2 Sistematização da pesquisa</b> .....	<b>116</b>
<b>4.3 Técnicas de trabalho para alimentar o Modelo de Análise</b> .....	<b>118</b>

<b>4.4 Validação do Modelo de Análise no Campus Campo Largo</b> .....	<b>121</b>
<b>5 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E DO CAMPUS CAMPO LARGO</b> .....	<b>127</b>
<b>5.1 O Município de Campo Largo</b> .....	<b>127</b>
<b>5.2 A história da implantação do Campus Campo Largo</b> .....	<b>132</b>
<b>5.3 A história da implantação do Campus Campo Largo no olhar das pessoas</b> .....	<b>138</b>
5.3.1 Dificuldades apontadas para implantação do campus .....	140
5.3.2 Apoios recebidos para implantação do campus .....	142
5.3.3 Definição dos cursos.....	144
5.3.4 Localização do campus .....	146
5.3.5 Percepções quanto ao papel do campus .....	148
<b>5.4 O desenvolvimento, ações e resultados do Campus Campo Largo</b> .....	<b>151</b>
5.4.1 Cursos ofertados .....	151
5.4.2 Investimentos financeiros .....	156
5.4.3 Projetos de Pesquisa, Extensão e Inovação .....	160
5.4.4 Eventos Científicos e Acadêmicos .....	163
5.4.5 Estágios .....	164
5.4.6 O retrato do campus no ENEM .....	164
5.4.7 Os indicadores do Campus Campo Largo na Plataforma Nilo Peçanha .....	166
5.4.8 Convênios e Termos de Cooperação Técnica.....	170
5.4.9 Participação dos servidores do campus nos conselhos municipais .....	171
<b>5.5 Considerações sobre o Município e o Campus Campo Largo</b> .....	<b>172</b>
<b>6 O IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS CAMPO LARGO, NA PERSPECTIVA DOS EGRESSOS</b> .....	<b>178</b>
<b>6.1 Metodologia empregada</b> .....	<b>178</b>
<b>6.2 Perfil dos egressos participantes</b> .....	<b>181</b>
<b>6.3 Resultados do questionário individual</b> .....	<b>184</b>
6.3.1 Conclusões do questionário individual .....	191
<b>6.4 Resultados dos pontos positivos e negativos apontados pelos Egressos</b> .....	<b>194</b>
6.4.1 Resultados dos pontos positivos .....	194
6.4.2 Resultados dos pontos negativos.....	200
<b>6.5 Resultados da partilha: empregabilidade, renda e qualidade de vida</b> .....	<b>205</b>
<b>7 O IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS CAMPO LARGO, NA PERSPECTIVA DAS EMPRESAS</b> .....	<b>208</b>
<b>7.1 Metodologia empregada</b> .....	<b>208</b>

<b>7.2 Perfil das Empresas.....</b>	<b>209</b>
<b>7.3 Resultados das entrevistas com as Empresas.....</b>	<b>210</b>
<b>7.4 Conclusões das entrevistas com as Empresas.....</b>	<b>220</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>223</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>234</b>
<b>APÊNDICE A – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA .....</b>	<b>250</b>
<b>APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO INDIVIDUAL: ESTUDANTES EGRESSOS .....</b>	<b>281</b>
<b>APÊNDICE C - ROTEIRO DA TÉCNICA DO GRUPO FOCAL: ESTUDANTES EGRESSOS.....</b>	<b>283</b>
<b>APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL: AGENTES PÚBLICOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS CAMPO LARGO .....</b>	<b>285</b>
<b>APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL COM ATORES CHAVES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (RH DE EMPRESAS LOCAIS) QUE CONTRATAM OU MANTÊM RELAÇÃO DE TRABALHO OU EMPREGO COM ESTUDANTES EGRESSOS .....</b>	<b>287</b>
<b>APÊNDICE F - CONVÊNIOS/TERMOS DE COOPERAÇÃO FIRMADOS PELO IFPR/CAMPUS CAMPO LARGO (2011-2024) .....</b>	<b>289</b>
<b>APÊNDICE G - PROJETOS DE EXTENSÃO .....</b>	<b>293</b>
<b>APÊNDICE H - PROJETOS DE PESQUISA.....</b>	<b>297</b>
<b>APÊNDICE I - HISTÓRICO DE EVENTOS CIENTÍFICOS E CULTURAIS: 2015 A 2024 .....</b>	<b>305</b>
<b>APÊNDICE J – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CAMPUS CAMPO LARGO 2011-2024 .....</b>	<b>308</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As Constituições dos Estados modernos formulam as linhas e as diretrizes das políticas públicas, valendo-se de leis, normas, decretos, portarias, resoluções e regulamentos infraconstitucionais para sua operacionalização. Um Estado preocupado em editar regras, em estabelecer comportamentos, é chamado de Estado de Direito. Ao tratar do tema, Habermas afirma que para se constituir uma comunidade de direito, a coletividade precisa dispor de uma instância central, tendo em vista que:

O Estado é necessário como poder de organização, de sanção e de execução, porque os direitos têm que ser implantados, porque a comunidade de direito necessita de uma jurisdição organizada e de uma força para estabilizar a identidade, e porque a formação da vontade política cria programas que têm que ser implementados. [...] O poder político só pode desenvolver-se através de um código jurídico institucionalizado na forma de direitos fundamentais (Habermas, 1997, p.171).

Isso implica dizer, segundo o autor, que o aparelhamento estatal é necessário sob o ponto de vista do 'poder organizacional' e, também de um 'código jurídico institucionalizado', que estabeleça direitos fundamentais para regulamentar a vida em sociedade. Isso nada mais é do que o Estado de direito, que define normas que devem ser cumpridas por todos os que estão sob a sua jurisdição, inclusive o próprio Estado.

Nesta perspectiva, a Constituição Federal (Brasil, 2008a) estabelece, em seu preâmbulo, que cabe ao Estado brasileiro assegurar o desenvolvimento. No artigo 3º, prevê, como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a garantia do desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades sociais. Para viabilizar esses objetivos, uma das diretrizes constitucionais do Estado brasileiro é a garantia da educação como direito social (art. 6º).

Para assegurar o acesso a esse direito público subjetivo (art.208, §1º), o próprio texto constitucional estabelece um regime de colaboração entre os entes federados, definindo ser competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios propiciar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação (art. 23, inciso V). Ainda no viés colaborativo, o artigo 205 estabelece que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada

com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

De acordo com Abrucio (2022), o federalismo brasileiro foi construído no modelo cooperativo, norteado por Sistemas Nacionais de Políticas Públicas no qual existem normas de âmbito nacional, aliados aos mecanismos de apoio e incentivos “aos governos subnacionais, bem como descentralização da implementação e mecanismos de participação dos estados e municípios nas decisões intergovernamentais, num formato de fóruns federativos” (Abrucio, 2022, p.137-138). Exemplifica que o modelo cooperativo está presente de forma plena na área de saúde (Sistema Único de Saúde - SUS), assistência social (Sistema Único de Assistência Social - SUAS), recursos hídricos (Sistema Nacional de Recursos Hídricos - SNRH) e “há alguns de seus elementos em políticas como Educação” (Abrucio, 2022, p.137). Como política cooperativa na Educação, podem-se citar: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que busca subsidiar a educação pública brasileira; o Plano Nacional de Educação (PNE) que estabelece diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de dez anos.

Neste sentido, apresenta-se, nesta tese, o papel da União, de ofertar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) por meio dos Institutos Federais (IFs), numa concepção de saberes que entrelaça a cultura, o trabalho, a ciência e a tecnologia em prol da sociedade e indissociáveis da vida humana. Um modelo institucional inovador em termos de Proposta Político-Pedagógica, sem similaridade em outro país, que inova a partir das próprias experiências e necessidades da Rede Federal (Pacheco, 2010). Ainda, traz para o debate público o papel dos IFs como agentes ativos de desenvolvimento, como vetores de política pública educacional, visando à emancipação do território em que estão situados.

O texto da Exposição de Motivos Interministerial nº 00118/2008 que apresentou, ao Presidente da República, o Projeto de Lei para o reordenamento da Rede Federal, apontou no parágrafo 9º que a implantação dos IFs poderia oferecer expressiva contribuição para “dotar o país das condições estruturais necessárias a um desenvolvimento socioeconômico com justiça social, equidade, competitividade econômica e geração de novas tecnologias” (EM Interministerial 00118/2008/MP/MEC).

No discurso de assinatura da Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que a sanção do projeto de lei “reordena o sistema nacional de escolas técnicas quase 100 anos após a sua criação. Além da expansão do número de unidades, as escolas passarão por uma reorganização administrativa e pedagógica” (Brasil, Presidente, 2023).

A história da Rede Federal (Conif, 2019) teve início em 23 de setembro de 1909, quando o então Presidente Nilo Peçanha criou 19 (dezenove) Escolas de Aprendizes e Artífices, com o objetivo de educar e ensinar um ofício a meninos de 10 a 13 anos, em situação de vulnerabilidade social. Ao longo dos últimos cem anos, a nomenclatura sofreu alterações: Liceus Profissionais (1937), Escolas Industriais e Técnicas (1942), Escolas Técnicas Federais (1959), Centros Federais de Educação Tecnológica – Cefets (1978). Nos termos da Lei Federal nº 11.892 (Brasil, 2008), muitos campi são oriundos da transformação dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), das Escolas Técnicas Federais e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e, juntos com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), os Cefets RJ/MG e o Colégio Pedro II integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT).

Ao explicar o significado de RFEPCT, Silva (2009) assevera que: Rede significa reunir “um conjunto de instituições com objetivos similares, que devem interagir de forma colaborativa, construindo a trama de suas ações tendo como fios as demandas de desenvolvimento socioeconômico e inclusão social”. Federal em face da presença “em todo o território nacional, além de ser mantida e controlada por órgãos da esfera federal”. Já o termo Educação, somado aos adjetivos profissional, científica e tecnológica, ocorre em razão dos processos formativos terem foco na “profissionalização que se dá ao mesmo tempo pelas dimensões da ciência e da tecnologia, pela indissociabilidade da prática com a teoria”. Esclarece ainda que o termo tecnologia é “a aplicação prática das ciências (ciência aplicada) objetivando a solução de problemas objetivos” (Silva, 2009, p.16).

Atualmente, são 38 (trinta e oito) Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, comumente chamados de Institutos Federais (IFs), que contabilizam 659

unidades/campi, 84.397 servidores (docentes e técnicos administrativos), 10.122 cursos e 1.982.778 matrículas (Brasil, 2025).

Além de promover o reordenamento da Rede Federal, constituem uma política pública de expansão e interiorização, com foco na oferta da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) nas diferentes modalidades de ensino. Diante da estrutura multicampi, os 38 (trinta e oito) IFs estão presentes nas 27 unidades federativas, com uma capilaridade correspondente a 10% (dez por cento) dos municípios brasileiros. Ainda, os IFs ocupam aproximadamente “80% do espaço geopolítico do País, com abrangência nas principais regiões e mesorregiões brasileiras, alcançando sua diversidade humana e pluralidade sociocultural” (Conif, 2018, p.09).

Deste modo, após um período de 10 (dez) anos de estagnação da Rede Federal (Lei Federal nº 9.649/98 vedava a expansão do Sistema Federal de Educação Profissional), surgem os Institutos Federais como uma “autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, encontrando na territorialidade e no modelo pedagógico elementos singulares para sua definição identitária” (Pacheco, 2010, p.16).

Ainda, de acordo com Pacheco (2010), trata-se de uma nova institucionalidade da Rede, com características e finalidades singulares, capaz de executar uma política pública educacional que efetivamente coloque em ação um projeto societário de desenvolvimento. Acrescenta Pacheco (2015), que o que está posto para os IFs “é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de outro mundo possível” (Pacheco, 2015, p.25).

Aponta Rubin (2023) que, nas reuniões que discutiram a implantação dos IFs, foi aduzida a criação de “uma institucionalidade única em todo o território nacional, permitindo que toda a oferta de educação profissional e tecnológica por parte da União e do Governo Federal fosse representada exclusivamente por essa institucionalidade” (Rubin, 2023, p.20). Adiciona que, neste movimento, estavam incluídas as Escolas Técnicas e Agrotécnicas federais, as escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Porém, algumas instituições, considerando seus planejamentos internos e o papel que desempenhavam na formação técnica no país,

deliberaram por não aderir ao modelo dos IFs, como é o caso dos Cefets RJ/MG, do Colégio Pedro II, da UTFPR e de algumas escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais.

A implantação dos IFs vem qualificar as políticas públicas educacionais brasileiras, ampliando e promovendo a capilaridade da Rede Federal, numa relação direta com o desenvolvimento local e regional, considerando as demandas e as potencialidades dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais (APLs). Ainda de acordo com as Concepções e Diretrizes dos IFs, assinaladas pelo MEC (2010, p.07), sua política está comprometida “com o todo social, como algo que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural, etc.)”, bem como, “articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional) de modo a provocar impactos nesse universo”. Consta, ainda, que dada a função dos IFs, eles “devem ser considerados bem público e, como tal, pensados em função da sociedade como um todo na perspectiva de sua transformação” (MEC, 2010, p.19).

O que se propôs para esse novo modelo da Rede Federal, de acordo com Pacheco (2010), foi uma ação educadora vinculada a um projeto democrático, comprometido com a emancipação do sujeito, que combata todas as formas de preconceito, por meio de educação humanista, preocupada com a natureza, com a solidariedade entre os povos e nações, independentemente das fronteiras, diversidades étnicas, religiosas e orientações sexuais. É o protagonismo de um “Projeto Político-Pedagógico inovador, progressista e capaz de construir novos sujeitos históricos”, com inserção no mundo do trabalho, superando as diretrizes do neoliberalismo e restabelecendo o ideal de “liberdade, igualdade e fraternidade” (Pacheco, 2010, p.11).

Ademais, Pacheco, Pereira e Sobrinho (2010) articulam que um dos grandes desafios desse novo modelo de EPT é justamente implantar e desenvolver uma “formação profissional e do trabalho que ultrapasse o sentido da subordinação às restritas necessidades do mercado, contribua para o fortalecimento da cidadania dos trabalhadores e democratização do conhecimento em todos os campos e formas” (Pacheco; Pereira; Sobrinho, 2010, p.75). Neste sentido, os autores avaliam como imprescindível a conexão das políticas da EPT com “os programas de trabalho, emprego,

renda, inclusão e desenvolvimento social, devendo as primeiras agir como indutoras de emancipação, enquanto as últimas devem ter caráter provisório” (idem, ibidem). Incluem, ainda, a necessidade de fortalecimento da EPT em todos os níveis e formas, de modo a alcançar os diferentes segmentos sociais, em especial, aqueles historicamente marginalizados.

Ao descrever os motivos que levaram o Ministério da Educação a propor um novo modelo de instituição educacional e sua expansão a partir da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, Colombo (2008) retratou dois fatores: i) baixa qualidade científica da formação educacional brasileira; ii) fornecimento de base tecnológica para a economia, para o sistema de educação e técnicos para o crescimento econômico. Apontou que a Rede Federal não poderia faltar com sua responsabilidade de viabilizar suporte, em todos os estados da federação, para a elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB). Essa atuação implicava em “dar contornos científicos tanto à formação de professores como aos estudantes de nível médio”, bem como “induzir e estimular tecnologias e a cultura do pensar e do fazer científico, do uso de laboratórios, da indagação, da postura e da pesquisa científica” (Colombo, 2008, p.2).

No discurso de posse dos 38 reitores dos Institutos Federais, o então Ministro da Educação Fernando Haddad apontou que a Lei nº 11.892/2008 foi resultado de um debate de dois anos com toda a Rede, aliado à recuperação das escolas técnicas. Destacou a expectativa em relação aos Institutos e seu papel para mudar a realidade na oferta do ensino médio de qualidade. Enfatizou que “o ponto forte deste projeto pedagógico é a sua visão de longo prazo. Ele não é apenas uma ideia passageira, mas uma construção sólida e estratégica” (Brasil, 2023, p.136). Advertiu a necessidade de investir na educação profissional para impulsionar o desenvolvimento do país e que os Institutos Federais têm papel fundamental neste processo.

Desta forma, para pensar e demonstrar o papel transformador dos IFs, se faz necessário avaliar se um campus está atuando para atender as demandas e as potencialidades dos Arranjos Produtivos, Sociais e Culturais Locais (APLs). Isso perpassa pela análise da oferta de cursos, projetos de pesquisa e extensão e seu alinhamento às demandas locais e impulsionamento de novas perspectivas de trabalho para os egressos. Ademais, na concepção da formação integral, quais mudanças sociais

são perceptíveis ou sinalizadas pelos envolvidos. Por outro lado, na perspectiva da finalidade administrativa, também é necessário analisar se os Institutos Federais estão cumprindo as determinações da Lei nº 11.892/2008, atendendo ao princípio constitucional da efetividade e ao princípio da governança pública de capacidade de resposta, isto é, atendem aos anseios do *locus* onde estão inseridos.

Neste sentido, essa pesquisa qualitativa, incluindo a realização de uma revisão bibliográfica sistemática, análise documental e coleta de dados empíricos, articulada com um estudo de caso aplicado, pretendeu desenvolver e validar um Modelo de Análise de política pública, contendo categorias de análise (verificação do atendimento aos objetivos estratégicos), índices socioeconômicos e parâmetros de desempenho (avaliar o impacto no desenvolvimento local e regional). A ferramenta desenvolvida poderá ser aplicada por gestores e pesquisadores, tendo por finalidade mensurar, a partir da realidade de cada campus, os impactos sociais, culturais e produtivos no desenvolvimento local e regional. Em paralelo, para que possam acompanhar, monitorar e avaliar quais são as ações e projetos que estão consolidados, bem como quais carecem de correções de rumos ou redirecionamentos e/ou ampliação nos seus planejamentos institucionais. Não se trata de um instrumento de ranqueamento para os campi, mas de uma abordagem formativa, que perpassa pela identificação dos reais problemas, análises, ajustes e elaboração e execução de planos de ação.

## **1.1 Tema**

### **1.1.1 Fenômeno**

O fenômeno é o que muda numa localidade com a chegada de um campus do IFPR na perspectiva de um ator, vetor de desenvolvimento, no processo de implementação e execução de uma política pública que tem a atribuição legal de contribuir com a transformação da ordem social.

### 1.1.2 Problema

O problema central da pesquisa é como desenvolver um Modelo de Análise de política pública, que pode ser aplicado por pesquisadores e gestores, com capacidade de avaliar se os IFs estão atendendo à determinação da Lei nº 11.892/2008, que lhes atribuiu protagonismo na elaboração e implementação de políticas públicas educacionais indutoras de desenvolvimento local e regional.

### 1.1.3 Hipótese

É possível, por meio de um Modelo de Análise, avaliar o impacto dos Institutos Federais como protagonistas de políticas públicas educacionais inovadoras e, por derradeiro, que a implantação de um campus promove o desenvolvimento local e regional, por meio do atendimento às demandas sociais, econômicas e culturais do arranjo produtivo local.

## 1.2 Objetivos

O trabalho tem como objetivos, geral e específicos, o seguinte:

### 1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral é desenvolver um Modelo de Análise de política pública, contendo categorias, índices socioeconômicos e parâmetros de desempenho, capaz de mensurar o impacto da implantação dos campi dos IFs e o atendimento dos seus objetivos estratégicos.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Aliado ao objetivo geral, o estudo tem como objetivos específicos:

- i) identificar o papel do Estado como indutor de políticas públicas educacionais;
- ii) avaliar o impacto da implantação de um campus do IFPR no desenvolvimento local e regional, no período de 2010 a 2024;

- iii) validar o Modelo de Análise com sua aplicação no IFPR/Campus Campo Largo.

### **1.3 Justificativa**

Este estudo científico se justifica no sentido de propor um Modelo de Análise para que os gestores e pesquisadores possam avaliar se os IFs estão atendendo à determinação legal que lhes atribuiu protagonismo na elaboração e implementação de políticas públicas educacionais, para oferta da educação profissional e tecnológica, indutoras de desenvolvimento local e regional. Por conseguinte, o processo de avaliação permite aos gestores analisarem eventuais necessidades de correção de rumos ou redirecionamentos das ações, na perspectiva formativa.

Como produto, esta pesquisa desenvolveu e buscou a validação de um Modelo de Análise, contendo categorias, índices socioeconômicos e parâmetros de desempenho, uma ferramenta de gestão que pode ser aplicada por gestores e pesquisadores, tendo por finalidade mensurar, a partir da realidade de cada campus, o atendimento dos objetivos estratégicos, os impactos sociais, culturais e produtivos no desenvolvimento local e regional. Em paralelo, para que os gestores públicos possam acompanhar, monitorar e avaliar quais são as ações e projetos que estão consolidados ou que carecem de correções de rumos ou redirecionamentos e/ou ampliação nos seus planejamentos institucionais.

Corroborando com essas considerações, a pesquisa científica também se justifica pela trajetória e inquietações da pesquisadora, somada à necessidade de compartilhar conhecimento e de propagar a proposta pedagógica dos IFs, por vezes ainda comparada com a das universidades. Na condição de servidora da Rede Federal, no cargo de Professora EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico), bem como de quem ocupou funções de gestão, por mais de uma década, detenho lugar de fala e vivências para compartilhar e debater o objeto desta pesquisa, que busca trazer para a arena pública as diretrizes e as ações dessa instituição de forma sistematizada a partir de dados concretos.

A política pública educacional desenvolvida pelos IFs tem apresentado resultados muito positivos nos sistemas de avaliação: o Programa Internacional de

Avaliação de estudantes (PISA), promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apontou que os estudantes dos IFs têm índices acima da média nacional em Ciências, Leitura e Matemática. Segundo o Conif (2018, p.26), a Rede Federal está demonstrando “indicadores da robustez” no PISA, considerada a principal avaliação da educação básica do mundo, o mesmo acontecendo com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Porém, mesmo diante desse cenário promissor, nos últimos anos (2017 a 2022), os IFs sofreram vários ataques, com vistas à desconstituição da política de oferta de educação pública e de qualidade, em especial, ao seu público prioritário que são os cursos de Ensino Médio. Além dos cortes orçamentários, as alterações legislativas, como a Reforma do Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Portarias do MEC e Resoluções do Conselho Nacional de Educação, tinham por “pano de fundo” inviabilizar a execução desse projeto societário.

O professor Eliezer Pacheco tem afirmado, em palestras e registros escritos, que a maior ameaça aos IFs não são os governos, mas “a importação de concepções que tentam transformar os IFs em algo parecido com universidades, quando sua força e legitimidade vêm exatamente da originalidade de sua proposta” (Pacheco, 2023, p.12). Adverte que os IFs são uma instituição com proposta própria e não podem ser comparados com as escolas técnicas e nem com as universidades. De acordo com Pacheco (2023), muitos docentes que atuam nos IFs têm sua formação acadêmica nos programas de mestrados e doutorado em universidades e, diante da ausência de formação sobre o Projeto Político Pedagógico dos Institutos, reproduzem o modelo universitário, o que seria o fim dos Institutos. Deste modo, “o grande desafio é consolidar e aprofundar as concepções político-pedagógicas dos IFs, e isso deve partir principalmente daqueles que os constroem diariamente: os professores, técnicos e estudantes” (Idem, 2023, p.12).

Outro fator que justifica a pesquisa é que foram realizadas e publicadas apenas avaliações dos IFs pelos órgãos de controle: i) o Relatório de Auditoria Operacional do Tribunal de Contas da União (TCU), TC nº 026.062/2011-9, externalizado por meio do Acórdão 506/2013, que avaliou a atuação dos Institutos Federais (IFs) nos seguintes temas afetos à finalidade: a) caracterização da evasão e medidas para reduzi-la; b)

interação com os arranjos produtivos locais; c) integração acadêmica entre as áreas de pesquisa e extensão; d) iniciativas de apoio à inserção profissional dos alunos no mercado de trabalho; e) infraestrutura e suporte à prestação dos serviços educacionais; ii) recentemente uma nova Auditoria Operacional do TCU, resultado publicado no Acórdão nº 986/2024, avaliou o grau de eficiência de conclusão nos cursos ofertados pela Rede Federal, no período de 2017 a 2022, com o objetivo específico de avaliar as estratégias adotadas para o enfrentamento da evasão dos estudantes, considerando as estratégias do Plano Nacional de Educação 2014-2024, estratégias 11.11 e 12.3.

Conforme se demonstrará na revisão bibliográfica sistemática (primeira parte do referencial teórico), há indicativos de que não foram realizadas pesquisas propositivas de mensuração da atuação dos IFs, por meio de um Modelo de Análise de política pública. Da mesma forma, há indícios de inovação quanto à metodologia empregada, que associou: revisão bibliográfica sistemática, técnica de grupo focal, entrevistas com agentes públicos, membros da associação comercial e empresarial, sindicato e atores-chave do desenvolvimento econômico (RH de empresas locais), somadas às informações de fontes primárias de um campus, coleta de indicadores educacionais e econômicos. Desse modo, o ineditismo da pesquisa consiste na elaboração e validação de um Modelo de Análise de política pública, contendo categorias de análise, índices socioeconômicos e parâmetros de desempenho, visando mensurar o impacto da implantação de um campus do IF e o atendimento dos seus objetivos estratégicos.

Neste contexto, este estudo propõe uma abordagem diferenciada, com uma nova metodologia que poderá ser compartilhada com pesquisadores e gestores da Rede Federal. Por certo que o campo de estudo carece de uma exploração e compreensão mais ampla, buscando identificar e incorporar diferentes realidades dos campi que compõem a nova institucionalidade da Rede Federal, mas esta pesquisa apresenta uma modelagem possível para iniciar debates, diálogos e, a *posteriori*, a elaboração e planos de ação.

Ademais, com o retorno ao Palácio do Planalto do Governo que criou/reorganizou a nova institucionalidade da Rede Federal, a perspectiva é de retomada da consolidação e expansão desse projeto. Esse anseio foi confirmado em março de 2024, na capital federal, com a notícia da implantação de mais 100 novas unidades, conforme se observa

do *paper* do anúncio divulgado (IFPR, 2024). A região Nordeste é a mais beneficiada. No Sul do Brasil serão 13 novos campi e, no estado do Paraná, a previsão é a instalação de 05 novas unidades até 2026, nos municípios de: Araucária, Cambé, Cianorte, Maringá e Toledo (IFPR, 2024).

De acordo com as notícias divulgadas, a iniciativa gerará 140 mil novas vagas, na sua maioria de cursos técnicos integrados ao ensino médio. Na ocasião, o Presidente da República “se comprometeu a construir até mil campi de Institutos Federais” (MEC, 2024). Os critérios para a definição das cidades onde serão instalados os novos campi, de acordo com Camilo Santana (Idem, 2024), foram “os vazios demográficos, a proporção de matrículas de ensino técnico ofertadas em cada estado e o número de institutos por população em cada estado” (Idem, 2024). Santana afirmou também que “os novos institutos devem oferecer pelo menos 80% de vagas em cursos técnicos e profissionalizantes” (Oliveira, 2024).

Para Elias Monteiro, presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), o lançamento dos novos campi representa

a retomada de um projeto de país, que acredita e aposta em uma educação que transmuta realidades, que impacta profundamente regiões e promove, ademais do ensino de excelência, a geração de emprego e renda de forma qualificada, a melhora dos arranjos produtivos locais, contribuindo de forma eficaz para o crescimento do Brasil (Conif, 2024).

Neste contexto, investigações que tragam para o debate a importância e, em última análise, resultados consistentes da efetividade de uma política pública indutora de desenvolvimento, são relevantes e fundamentais para a resistência acadêmica e política, na perspectiva da educação como direito fundamental. Ainda, identificadas possíveis fragilidades, poderão direcionar os gestores para o reexame dessa política pública, com vistas à correção de rotas, para que cada vez mais a sociedade valide e dê credibilidade à aplicação de recursos públicos.

#### **1.4 Aderência ao Programa**

O tema da pesquisa tem aderência ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, uma vez que busca propor um Modelo de Análise

de política pública, contendo categorias de análise, índices socioeconômicos e parâmetros de desempenho, com vistas a mensurar o impacto da implantação dos campi dos Institutos Federais e o atendimento dos seus objetivos estratégicos. Ou seja, a partir de uma pesquisa aplicada, foi desenvolvida uma ferramenta de gestão pública que busca orientar, direcionar e aprimorar os processos de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das atividades do Estado, enquanto agente promotor de política pública educacional.

Já, a relação do tema com a linha de pesquisa Governança Pública e Desenvolvimento está na interface gerada pelo Modelo de Análise, que possibilitará mensurar o que muda numa localidade com a chegada de um campus do IFPR na perspectiva de um ator, vetor de desenvolvimento local e regional, com o propósito de atendimento às potencialidades dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais (APLs).

Essa análise vai ao encontro do conceito legal de governança (Decreto Federal nº 9.203/2017, art. 2º) a saber: “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”, bem como a observância dos princípios constitucionais que regem a Governança Pública e a prática dos atos administrativos, precisamente, do princípio da eficiência (Constituição Federal, art.37, *caput*) e, não menos importante, do princípio da capacidade de resposta que devem reger todos os atos da governança pública (Decreto Federal nº 9.203/2017, art.3º), que nada mais é do que uma atuação estatal eficiente e correspondente com os anseios da sociedade.

Numa abordagem multidisciplinar, a pesquisa pretende analisar o papel dos diferentes atores no planejamento, implementação e condução dessa política pública educacional, aliado ao desempenho dos beneficiários, ou seja, os estudantes egressos, sociedade civil organizada e empresas locais, na perspectiva da qualificação, empregabilidade, renda e qualidade de vida e, por derradeiro, os efeitos no desenvolvimento local e regional.

## 1.5 Delimitações da Pesquisa

Para atender aos objetivos propostos, a pesquisa se classifica metodologicamente como qualitativa, incluindo a realização de uma revisão bibliográfica sistemática, análise documental e coleta de dados empíricos, articulada com a realização de um estudo de caso aplicado, tendo como produto final, o desenvolvimento de um Modelo de Análise de política pública. O delineamento da pesquisa envolverá: i) referencial teórico, com revisão bibliográfica sistemática desenvolvimento, seguido de articulação dos saberes; ii) coleta e exame de indicadores socioeconômicos do município de Campo Largo; iii) pesquisa documental e de campo, com a colheita de dados de forma direta, concentrada no período de 2010 a 2024); iv) técnica de grupo focal com os egressos (coleta de informações mediante a realização de questionário, manifestação das percepções e interação); entrevistas com agentes públicos, membros da Associação Comercial e Empresarial de Campo Largo (Acicla), Sindicato e atores-chave do desenvolvimento econômico (RH de empresas locais); v) sistematização, discussão e análise dos dados levantados; vi) registro dos dados e discussões na tese.

A investigação foi realizada no Instituto Federal do Paraná (IFPR), implantado a partir da estrutura da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O marco histórico, em síntese, começou com o funcionamento da Escola Alemã (1869), que nasceu com o objetivo de atender aos filhos dos alemães instalados em Curitiba. Diante dos conflitos da Primeira Guerra Mundial e enfraquecimento dos alemães, surge o Colégio Progresso (1914). Em 1936 é criado o Curso Comercial, considerado como o ponto de partida da história do IFPR. Dois anos depois passa a ser chamado de Sociedade Colégio Progresso. Em 1938, a instituição encerra suas atividades no ano de 1943. A maior parte dos bens fica com a Faculdade de Medicina do Paraná. Em 1941, o Curso Comercial passa a ser denominado Academia de Comércio Progresso e, em 1942 passa a ser dirigido pela Faculdade de Direito da UFPR sob a denominação de Escola Técnica de Comércio. Com a federalização da UFPR (1950), a Escola seguiu anexa à Faculdade de Direito. Em 1974 passou a vincular-se ao Setor de Ciências Sociais Aplicadas, agora sob a denominação de Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Paraná. Em 1990 passa a se chamar Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná e, em 1997 é elevada à categoria de Setor da UFPR. Em março de 2008, o

Conselho Universitário da UFPR autoriza a Escola Técnica a desvincular-se da UFPR para aderir ao projeto de implantação do Instituto Federal do Paraná (IFPR, 2019, p.15-17).

Hodiernamente, o IFPR está presente em 33 municípios (Figura 1), com cursos presenciais e EaD, nas diferentes modalidades: Formação Inicial Continuada (FIC); Ensino Médio (integrados e subsequentes); Educação de Jovens e Adultos (EJA/EPT), Superiores (Licenciaturas, Tecnólogos e Bacharelados) e Pós-Graduação (Especializações e o Mestrado em Rede). O IFPR conta com 29 unidades (Campi e Campi Avançados), assim distribuídos: 25 Campi (Paranaguá, Pinhais, Colombo, Curitiba, Campo Largo, União da Vitória, Irati, Jaguariaíva, Telêmaco Borba, Jacarezinho, Londrina, Astorga (Portaria MEC nº 34/2025 alterou a tipologia), Ivaiporã, Pitanga, Palmas, Coronel Vivida (Portaria MEC nº 411/2024 alterou a tipologia), Capanema, Foz do Iguaçu, Cascavel, Assis Chateaubriand, Umuarama e Paranavaí; em 2025 três novas unidades<sup>1</sup> foram implantadas: Araucária, Cambé e Cianorte; 04 Campi Avançados (Arapongas, Goioerê, Quedas do Iguaçu e Barracão). Possui, ainda, 04 Centros de Referência (São José dos Pinhais, Ponta Grossa, Maringá e Toledo), conforme mapa a seguir (Figura 1).

---

<sup>1</sup> Na pesquisa realizada, não foi localizada a Portaria do MEC de criação dos novos campi. Segundo a Diretoria de Comunicação do IFPR, o ato deu-se por meio da Resolução nº 6 do Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento (CGPAC) de 22 de agosto de 2024, que discrimina ações para compor o Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC e define ações a serem executadas por meio de transferência obrigatória, entre elas, para a implantação dos novos campi de Maringá, Araucária, Cianorte, Cambé e Toledo.

**Figura 1 - Presença do IFPR no Paraná**



Fonte: <https://reitoria.ifpr.edu.br/institucional/o-instituto/sobre-o-ifpr/>

Com a retomada da expansão dos IFs, o Estado do Paraná foi contemplado com 05 (cinco) novas unidades (três já implantadas e duas a serem implantadas até 2026), nos municípios de Araucária, Cambé, Cianorte, Maringá e Toledo (IFPR, 2024). Com isso, o IFPR chegou a 33 municípios paranaenses (lembrando que Maringá e Toledo já contavam com Centros de Referência).

Analisando o mapa das mesorregiões do Estado do Paraná, figura 2, é possível verificar que o IFPR está presente em todas as mesorregiões paranaenses. Para facilitar a compreensão, segue um descritivo dos campi localizados em cada mesorregião e seu ano de implantação, “entre parênteses”, conforme datas extraídas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023). Na mesorregião Norte Pioneiro encontra-se o Campus Jacarezinho (2009). Na mesorregião Norte Central, os campi avançados Astorga (2013) e Arapongas (2020), e os campi Ivaiporã (2012), Londrina (2010), Cambé (2025) e um Centro de Referência em Maringá. A mesorregião Noroeste tem os campi Paranaíba (2009-agosto), Umuarama (2009-maio) e Cianorte (2025). Na mesorregião

Centro Oriental, os campi Telêmaco Borba (2009) e Jaguariaíva (2013). Já na mesorregião Centro Ocidental, o campus Avançado Goioerê (2013). A mesorregião Oeste conta com os Campi Cascavel (2012), Foz do Iguaçu (2009), Assis Chateaubriand (2010) e um Centro de Referência em Toledo. Na mesorregião Centro-Sul, o Campus Pitanga (2013) e o Campus Avançado Quedas do Iguaçu (2013). Já na mesorregião Sudoeste, os campi Coronel Vivida (2011), Capanema (2013), Palmas (2010) e Barracão (2012). A mesorregião Sudeste conta com os campi União da Vitória (2013), Irati (2012) e um Centro de Referência em Ponta Grossa. Na mesorregião Metropolitana, os campi Curitiba (2009), Campo Largo (2011), Colombo (2013), Paranaguá (2009), Pinhais (2013), Araucária (2025) e um Centro de Referência em São José dos Pinhais.

**Figura 2 - Mapa das mesorregiões do Paraná**



**Fonte: Iparde (2015).**

De acordo com Pacheco (2015, p.19), a abrangência das ações de um instituto, em síntese, é a mesorregião onde está localizado, podendo ir além quando se concebe a sua atuação em rede. Afirma que os IFs “devem explorar as potencialidades de desenvolvimento, a vocação produtiva de seu *lôcus*; a geração e transferência de tecnologias e conhecimentos e a inserção, nesse espaço, da mão de obra qualificada”.

Acrescenta também a importância do monitoramento constante do “perfil socioeconômico-político cultural de sua região de abrangência”.

Outrossim, considerando o número populacional, a partir de dados do Censo 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), o Estado do Paraná conta com 11.444.380 pessoas. Somando a população dos 33 (trinta e três) municípios onde estão instalados os campi, os campi avançados e os centros de referência, temos o quantitativo de 6.073.701 pessoas (tabela 1). Isso implica dizer que 53,07% da população paranaense é beneficiada, direta ou indiretamente, por ações de ensino, pesquisa e extensão do IFPR. Ainda, dos 33 (trinta) municípios atendidos, 16 (dezesesseis) têm mais de e 17 (dezesete) possuem menos de 100.000 (cem mil) habitantes.

**Tabela 1 - Municípios com Campus, Campus Avançado ou Centro de Referência do IFPR e população**

<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>Município</b>	<b>População</b>
Paranaguá	145.829 pessoas	Capanema	20.481 pessoas
Pinhais	127.019 pessoas	Foz do Iguaçu	285.415 pessoas
Colombo	232.212 pessoas	Cascavel	348.051 pessoas
Curitiba	1.773.718 pessoas	Assis Chateaubriand	36.808 pessoas
Campo Largo	136.327 pessoas	Umuarama	117.095 pessoas
União da Vitória	55.033 pessoas	Paranavaí	92.001 pessoas
Irati	59.250 pessoas	Astorga	25.475 pessoas
Jaguariaíva	35.141 pessoas	Arapongas	119.138 pessoas
Telêmaco Borba	75.042 pessoas	Goioerê	28.437 pessoas
Jacarezinho	40.375 pessoas	Quedas do Iguaçu	30.738 pessoas
Londrina	555.965 pessoas	Barracão	9.759 pessoas
Ivaiporã	32.720 pessoas	São José dos Pinhais	329.628 pessoas
Pitanga	33.567 pessoas	Ponta Grossa	358.371 pessoas
Palmas	48.247 pessoas	Maringá	409.657 pessoas
Coronel Vivida	23.331 pessoas	Toledo	150.470 pessoas
Araucária	151.666 pessoas	Cambé	107.208 pessoas
Cianorte	79.527 pessoas		
TOTAL pessoas		6.073.701	

**Fonte: Autoria própria (2025).**

Para a operacionalização da pesquisa, foi eleita, considerando a sede do Programa de Pós-graduação, o local de trabalho e a residência da pesquisadora, a mesorregião Metropolitana, na qual temos os campi Curitiba (2009), Campo Largo (2011), Colombo (2013), Paranaguá (2009) e Pinhais (2013). Como a mesorregião conta com mais de um campus, o segundo critério foi a temporalidade, ou seja, o campus com maior tempo de implantação, associado à inexistência de centros universitários (federais, estaduais ou mesmo particulares) antes da sua instalação. Diante desses critérios, os

dois campi mais antigos são Curitiba e Paranaguá, porém são municípios com presença de campi de universidades federais antes da instalação do IFPR. Logo, considerando localização e temporalidade, o campus escolhido para a realização do estudo de caso foi Campo Largo. Pesquisas futuras poderão levar a uma análise de um campus por mesorregião.

Denota-se, da base de dados da Plataforma Nilo Peçanha (2025 - ano base 2024), que o Instituto Federal do Paraná conta com 26 unidades (estruturas com matrículas), 317 cursos, 30.614 matrículas e 2.685 servidores. A relação de inscritos vagas nas 659 unidades é de 1,61 e no IFPR é de 2,14. A eficiência acadêmica (resultados de estudantes certificados ou com potencial de certificação, em relação à quantidade de matrículas no ciclo) nos IFs foi de 73,3% e no IFPR de 50,7%. Os percentuais de matrículas para os Cursos Técnicos na totalidade dos IFs são de 50,6% e de formação de professores é 13,9%; já no IFPR, é de 56,7% e 13,2%, respectivamente (a Lei de criação estabelece 50% das matrículas nos cursos técnicos e 20% para os cursos de formação de professores). O índice de verticalização nos IFs é de 12,74% e no IFPR é de 12,87%. O gasto médio corrente por matrícula equivalente nos IFs é de R\$21.271,79, enquanto no IFPR é de R\$ 20.297,94.

Para a análise pretendida foram considerados documentos oficiais e dados de entidades habilitadas para busca e consolidação de informações públicas, atinentes ao IFPR, Estado do Paraná e o município de Campo Largo. De igual modo, foram realizados encontros presenciais com os egressos (técnica do grupo focal), entrevistas presenciais com agentes públicos que participaram da criação do campus, membros da Associação Comercial e Empresarial de Campo Largo, Sindicato e atores-chave do desenvolvimento econômico (RH de empresas locais).

## **1.6 Estrutura do Trabalho**

A tese está estruturada em oito capítulos:

i) Introdução: contempla a contextualização da legislação que atribuiu ao Estado o papel de ofertar o direito social à educação; os motivos que levaram a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; o novo modelo institucional de educação, denominado de Institutos Federais, e a expectativa de mudar a oferta da

EPT no Brasil; objetivos gerais e específicos; justificativa, aderência ao programa e delimitações da pesquisa;

ii) Referencial teórico: composto por dois capítulos. O primeiro inicia com revisão bibliográfica sistemática, seguido pela abordagem das temáticas: Educação como direito social e as políticas públicas educacionais; A história da Educação Profissional e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais; As diretrizes e concepções dos Institutos Federais; Desenvolvimento local e regional na perspectiva dos Institutos Federais. O segundo capítulo do referencial teórico faz uma análise de política pública, com enfoque: Definição de política pública; Atos processuais para elaboração de uma política pública; Avaliação e o recurso metodológico os indicadores; Modelos de Análise das políticas públicas; considerações dos relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU), expedidos em razão de Auditorias Operacionais;

iii) O capítulo quatro trata da metodologia, iniciando com a apresentação da proposta de modelagem, seguido da descrição e a sistematização da pesquisa, as técnicas para alimentar o Modelo de Análise. Ao final, a validação, com aplicação e resultados do produto desenvolvido para análise da política pública dos IFs, o qual foi aplicado no Campus Campo Largo;

iv) O capítulo cinco descreve a caracterização do Município e do Campus Campo Largo, apresentando os dados históricos, econômicos e educacionais municipais. Ato contínuo, a história do campus a partir dos registros históricos materializados em atas, jornais e sites, bem como a história contada pelos atores que atuaram no processo de implantação. Os envolvidos relataram as dificuldades, os apoios recebidos, a definição dos cursos, a localização do campus e suas percepções sobre o papel da instituição. O capítulo descreve ainda o desenvolvimento, ações e resultados do campus, nos seguintes aspectos: investimentos financeiros, cursos ofertados, projetos de pesquisa, extensão e inovação, eventos científicos e acadêmicos, estágios, o retrato do campus no ENEM, indicadores da Plataforma Nilo Peçanha, Convênios e Termos de Cooperação Técnica formalizados e, por fim, a participação dos servidores nos Conselhos Municipais;

v) O capítulo seis descreve o impacto da implantação do campus Campo Largo na perspectiva dos estudantes egressos. Para mensurar esse impacto foi realizado um encontro presencial com os egressos, com o desenvolvimento da técnica de grupo focal,

que buscou a coleta de informações mediante a realização de questionário, manifestação das percepções e interação. O questionário buscou identificar: atendimento aos objetivos da formação técnica, científica e tecnológica; viabilização de aprendizagens para sua formação humana, pensamento crítico, autonomia e criatividade; aptidão para atuar na formação técnica recebida; oportunidades de estágio, trabalho ou emprego na área de formação, durante o curso; novas oportunidades de trabalho ou emprego na área de formação com a conclusão do curso; aumento de renda diante da conclusão do curso; melhoria da qualidade de vida com a conclusão do curso; utilização no dia-a-dia de trabalho/emprego das aprendizagens técnicas, científicas e tecnológicas desenvolvidas no curso concluído; relatos da formação escolar no IFPR/CL e recomendação da instituição. Os egressos, ainda, identificaram pontos positivos e negativos que marcaram a trajetória escolar, seguido do relato de suas percepções sobre empregabilidade, qualidade de vida e renda. O capítulo tem início com a apresentação da metodologia de trabalho, seguido do perfil dos egressos participantes da pesquisa, os resultados do questionário individual, as conclusões identificadas, a descrição dos pontos positivos e negativos e as considerações relatadas pelos egressos;

vi) O capítulo sete narra o impacto da implantação do campus Campo Largo na perspectiva das empresas dos segmentos preponderantes no município e diretamente relacionados ao perfil profissional dos egressos. Para avaliar esse impacto foi realizada uma entrevista individualizada, de modo presencial, com atores-chave do desenvolvimento econômico (responsáveis pelo setor de Recursos Humanos de empresas locais), que contratam ou mantêm relação de trabalho com estudantes egressos. Neste diálogo, as empresas informaram sobre o número de funcionários, terceirizados, autônomos e estagiários com formação no IFPR/CL que exercem atividades laborais na empresa; cursos frequentados; formação no IFPR/CL e fator para contratação; execução da formação recebida no IFPR/CL no local de trabalho; incentivo à qualificação; plano de cargos e salários; divulgação dos cursos do IFPR/CL; avaliação dos trabalhadores com formação no IFPR/CL. O capítulo inicia descrevendo a metodologia empregada, o perfil das empresas participantes da pesquisa, os resultados das entrevistas (pergunta a pergunta) e as considerações quanto aos resultados identificados;

vii) O capítulo oito apresenta as considerações finais, fazendo uma síntese dos sete capítulos, seguido dos principais resultados identificados na pesquisa. Por fim, apresenta as repercussões da aplicação do Modelo de Análise no IFPR campus Campo Largo, finalizando com sugestões para futuros trabalhos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico inicia com revisão bibliográfica sistemática que identificou, a partir de termos de busca pré-definidos, trabalhos já publicados que contemplam os temas relacionados à pesquisa. Ato contínuo, o trabalho contém contribuições teóricas, desenvolvimento e articulação dos saberes, sobre: Educação como direito social e as políticas públicas educacionais para sua implementação; A história da Educação Profissional e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais; As diretrizes e concepções dos Institutos Federais; Desenvolvimento local e regional na perspectiva dos Institutos Federais.

Serão articulados conceitos e contribuições teóricas de diferentes pensadores da área da Educação e da Educação Profissional e Tecnológica, como: Eliezer Pacheco (2010, 2011, 2015, 2020, 2023), Maria Ciavatta (2005, 2014, 2012, 2014), Luiz Fernandes Dourado (2007), Gaudêncio Frigotto (2011, 2012, 2018, 2022), Marise Nogueira Ramos (2004, 2011, 2012, 2014, 2018), Lucília R. de Sousa Machado (1982), Caetana Juracy Resende Silva (2009), somados às publicações de outros autores sobre essas temáticas, legislação e documentos do Ministério da Educação. Na temática de desenvolvimento local e regional estão inseridas, entre outros, as lições de Amartya Sen (2010), Celso Furtado (2004), Ignacy Sanchs (2002), Helena Lastres e José Eduardo Cassiolato (2003), Eduardo José Monteiro da Costa (2010), Luiz Augusto Caldas Pereira e José Luís Vianna Cruz (2019).

A apresentação da temática educação como direito social e as políticas públicas educacionais conta com os preceitos da Constituição Federal (CF) e da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBN) e concepções teóricas, na perspectiva da educação como direito público subjetivo, da responsabilização do Estado e da materialização desse direito por meio de políticas públicas. Já, na descrição da história da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a criação dos Institutos Federais, há o relato ano a ano das denominações da RFEPCT, regulamentação da EPT, seu caráter classista e assistencialista, além do marco da descontinuidade. Relata também o processo histórico e político do reordenamento, interiorização e expansão da Rede Federal, que resultou na criação dos IFs. Na apresentação das diretrizes e concepções

dos Institutos Federais, destacam-se as principais características e finalidades dessa nova institucionalidade incumbida de desenvolver uma política educacional diversificada. O último tópico desse capítulo trata do desenvolvimento local e regional na perspectiva dos Institutos Federais, contempla a compreensão de desenvolvimento no contexto multidimensional, aliado ao papel de que ao se instalarem no município/região devem analisar a vocação produtiva de seu *lócus* e explorar as potencialidades dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais (APLs).

Neste contexto, essa pesquisa qualitativa articulada com um estudo de caso, se justifica no sentido de propor um Modelo de Análise para que os IFs possam avaliar se estão atendendo à determinação legal que lhes atribuiu protagonismo na elaboração e implementação de políticas públicas educacionais indutoras de desenvolvimento local e regional. Ademais, o processo de avaliação permite aos gestores analisarem eventuais necessidades de correção de rumos ou redirecionamentos das ações.

## **2.1 Revisão bibliográfica sistemática**

De acordo com Sampaio e Mancini (2007, p. 84), a revisão sistemática é uma investigação que “disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada”. Para os autores, a revisão sistemática é útil para integrar as informações de estudos realizados; apresentar resultados conflitantes ou coincidentes; e identificar temas que carecem de evidência.

Por sua vez, os pesquisadores Conforto, Amaral e Silva (2011), com base nos estudos realizados, adotam a seguinte definição para a revisão bibliográfica sistemática: “é o processo de coletar, conhecer, compreender, analisar, sintetizar e avaliar um conjunto de artigos científicos com o propósito de criar um embasamento teórico-científico (estado da arte) sobre um determinado tópico ou assunto pesquisado (Conforto; Amaral; Silva, 2011, p.03).

Deste modo, com vistas a buscar resultados das pesquisas que já foram realizadas, envolvendo temas correlatos a esta tese, definiram-se termos de busca para selecionar produções em duas bases de dados: Periódicos da Capes e Biblioteca Digital

Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A escolha dessas bases de dados deve-se a sua notoriedade, diversidade e quantidade de produções armazenadas.

Na base de dados e periódicos da Capes foram empregados os seguintes filtros: Disponibilidade: periódicos revisados por pares; Tipo de Recursos: Artigos, Dissertações e Teses; Assunto: Livre; Data: 2008 a 2024; Coleção: Livre; Idioma: Português; Tipo periódico: Livre. Já na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) o único refinamento na busca foram: assunto: teses; ano de defesa: 2008 a 2024. Nas duas bases de dados foram utilizados seis diferentes termos de busca.

As terminologias mais empregadas nos trabalhos acadêmicos publicados nos periódicos da Capes foram “Educação e Desenvolvimento Local e Regional” (177 identificados); enquanto na BDTD “Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPC” (369 identificados).

Dos 1.637 trabalhos identificados (585 periódicos da Capes e 1.052 teses da BDTD), a partir da leitura dos resumos, 94 são do interesse desta pesquisa, pois os temas tratados têm relação direta com o fenômeno, problema e a hipótese propostos nesta tese. Assim, esses trabalhos demandaram leitura e estudo mais aprofundados e elaboração de uma sistematização das pesquisas (Apêndice A). Os resultados obtidos da revisão bibliográfica sistematizada estão consolidados na tabela 2:

**Tabela 2 - Base de dados da Capes e BDTD**

<b>Terminologia empregada</b>	<b>Identificados</b>	<b>Interesse</b>
<b>Periódicos Capes</b>		
Rede Federal e Desenvolvimento Local e Regional	62	06
Educação e Desenvolvimento Local e Regional	177	09
Institutos Federais e Desenvolvimento Local e Regional	55	09
Institutos Federais e Desenvolvimento Territorial	74	03
Institutos Federais e Egressos	103	06
Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPC	114	10
<b>Total</b>	<b>585</b>	<b>43</b>
<b>Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD</b>		
Rede Federal e Desenvolvimento Local e Regional	269	07
Educação e Desenvolvimento Local e Regional	254	15
Institutos Federais e Desenvolvimento Local e Regional	55	09
Institutos Federais e Desenvolvimento Territorial	64	03
Institutos Federais e Egressos	41	10
Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPC	369	07
<b>Total</b>	<b>1.052</b>	<b>51</b>

**Fonte: Autoria própria (2024).**

Por meio da revisão bibliográfica sistemática (dados ordenados no Apêndice A), foi possível identificar e incorporar ao presente trabalho: i) as terminologias mais empregadas nos trabalhos acadêmicos publicados; ii) definição dos trabalhos de interesse da pesquisa em desenvolvimento.

A partir da definição dos trabalhos de interesse, foi viável, constatar: i) as terminologias mais empregadas; ii) repetição de trabalhos; iii) os anos-calendários com maior produção; iv) a natureza jurídica (pública ou privada) das instituições às quais estão vinculadas os pesquisadores; v) as áreas do conhecimento dos programas de pós-graduação; vi) os trabalhos que mais apareceram nas pesquisas; vii) o que já foi escrito sobre o tema tratado nesta tese; viii) resultados/achados das pesquisas; ix) os trabalhos com maior aderência à pesquisa; x) o que refuta a tese apresentada.

Deste estudo, observou-se:

- i) as terminologias que contém mais trabalhos de interesse são: Periódicos da Capes “Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPECT” com 10 trabalhos; já na BDTD “Educação e Desenvolvimento Local e Regional” com 15 trabalhos.
- ii) a partir das terminologias empregadas, alguns trabalhos se repetiram. Na base de dados de Periódicos da Capes, dos 43 trabalhos de interesse, 10 apareceram mais de uma vez. Logo, são 33 trabalhos estudados enquanto na base BDTD, 17 teses apareceram mais de uma vez e, com isso, das 51 teses de interesse, 34 teses foram objeto de estudo. Ao todo, os trabalhos de interesse somaram 67 (sessenta e sete).
- iii) dos 67 (sessenta e sete) trabalhos de interesse, os anos-calendário com maior produção, no período de 2010 a 2023, foram 2018 (08), 2019 (08), 2020(07) e 2021(07), que juntos somam 30 trabalhos.
- iv) dos 33 trabalhos da Capes que foram objetivo de leitura: 02 estão vinculados a uma instituição privada (Cândido Mendes) e os demais, 31, são de instituições públicas (universidades federais e estaduais); das 34 teses estudadas, 10 são de instituições privadas (Unisinos, PUC/SP, PUC/RS, PUC/GO) e 24 de instituições públicas (universidades federais, estaduais e fundação pública).

- v) das 34 teses estudadas na base BDTD, observou-se que estão vinculadas a programas de pós-graduação de diferentes áreas do conhecimento, a saber: Desenvolvimento Regional e Urbano; Ciências Sociais; Geografia; Administração; Serviço Social; Educação; Políticas Públicas e Formação Humana; Desenvolvimento Econômico; Sociologia; Multiinstitucional e Multidisciplinar.
- vi) ainda, das terminologias empregadas na base de dados da BDTD, duas teses apareceram 5 vezes. São elas: i) #falaestudante!: um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais aos seus estudantes, da pesquisadora Michelli Aparecida Daros, vinculado ao Programa de Estudos Pós-graduação em Serviço Social da PUC/SP; ii) A expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica entre os anos 2005 e 2015 e suas implicações socioespaciais no estado de Santa Catarina; do professor e pesquisador Jesué Graciliano da Silva, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Catarina.
- vii) como consequência, das leituras dos periódicos da Capes pode-se relacionar, sinteticamente, o que já foi escrito e demonstrado sobre o tema da pesquisa: a influência das universidades no desenvolvimento regional; as instituições de ensino e desenvolvimento territorial; relações de uma instituição de educação e as demandas da sociedade; a interação entre universidade e seu entorno com as empresas participantes do APL; as instituições de ensino superior e seu papel na economia local e regional (formação capital humano, pesquisas e gastos com o seu funcionamento); contexto histórico da EPT e consolidação dos IFs; educação e desenvolvimento a partir da implantação dos IFs; o papel da extensão no desenvolvimento local e regional; inserção profissional dos egressos; políticas de expansão e interiorização do ensino público superior; contribuição dos IFs no desenvolvimento regional; indicadores sociais dos municípios hospedeiros dos IFs; impactos sociais e econômicos da implantação dos IFs, considerando a formação e inserção dos egressos no mercado de trabalho; relação dos IFs com o desenvolvimento territorial; qualificação profissional e empregabilidade dos egressos; atuação profissional dos egressos

na área de formação; desenvolvimento de um aplicativo para acompanhamento dos egressos; ganhos no mercado de trabalho entre cotistas e não-cotistas; espacialização da expansão da RFEPCT; ofertas de vagas da RFEPCT e o esvaziamento da EJA/EPT e das Licenciaturas; gasto/aluno e custo aluno da Rede Federal; processos seletivos e manutenção da lógica da meritocracia; efeitos da EPT ofertada pelos IFs na qualificação da educação pública (desempenho no ENEM); conflitos, características e movimentos estruturantes da expansão da Rede Federal; eficiência das instituições vinculadas a RFEPCT; reflexões sobre o novo modelo institucional dos IFs.

viii) já das leituras das teses da base de dados da BDTD, observa-se que são pesquisas de natureza quantitativa e qualitativa, com alguns estudos de casos, aplicação de questionários e realização de entrevistas. Os temas tratados foram: capacidade dos IFs de gerar desenvolvimento local e regional; atendimento às expectativas da lei de criação dos IFs; avaliação do processo de expansão da Rede Federal e suas implicações socioespaciais; vínculos dos IFs com seus territórios; atuação dos IFs com as populações vulneráveis; ações de extensão e atendimento das demandas sociais; articulação da produção e socialização do conhecimento na perspectiva do tratamento de problemáticas e desenvolvimento local e regional; conceito de desenvolvimento e suas relações com o ensino superior; interiorização e democratização do ensino superior; expansão da universidade pública e seu engajamento territorial; expansão dos IFs no Brasil e na Bahia; impactos das universidades públicas e privadas no contexto local; articulação entre instituições de ensino superior, ambiente empresarial e governamental; reconfiguração da EPT e seus sentidos políticos a partir das ações de ensino, pesquisa e extensão nos IFs; ações do governo federal no contexto amazônico relativas à EPT mediadas pelo IFAM; a política de APLs no Município de São Gabriel da Cachoeira; impactos, expansão e interiorização da Rede Federal no RN; EPT e desenvolvimento territorial; qualidade social da educação no contexto dos IFs; análise da institucionalidade dos IFs; inserção e manutenção dos egressos no mundo do trabalho; impactos da expansão da Rede Federal no RN; trajetórias educacionais e profissionais

dos egressos; potencialidades emancipatórias desenvolvidas pelos estudantes; impactos da formação na trajetória dos egressos; política de verticalização e suas implicações nos itinerários formativos; dificuldades e avanços nas relações de gênero na formação profissional; percepção dos gestores no processo de expansão da RFEPCT; política pública da EPT nos PDI; disputas e contradições das políticas da EPT; panorama de estudos *stricto sensu* da RFEPCT; processo de construção da identidade dos IFs.

ix) do exame dos periódicos da Capes pode-se relacionar, sinteticamente, de modo geral, os resultados/achados das pesquisas: impactos diretos e indiretos das Universidades no desenvolvimento local e regional; necessidade de construção de pontes entre a institucionalidade dos IFs em seu território; baixo nível de confiança e cooperação entre universidades e APL; crescimento exponencial dos IFs na última década; as intervenções de qualificação devem estar associadas a projetos de pesquisa e extensão; necessidade de aprofundamento nas discussões sobre a matriz curricular dos cursos técnicos; as políticas de expansão e interiorização reduziram o hiato que havia no acesso à educação superior; pacto de desenvolvimento entre todas as esferas de governo e segmentos da sociedade; influência dos IFs é maior nos municípios com menor concentração populacional; cursos dos IFs precisam estar articulados com a vocação regional e as demandas da comunidade; os IFs refletem conflitos e confrontos de concepções presentes na sociedade; maior participação dos IFs no encaminhamento dos egressos para o mundo do trabalho; grande maioria dos egressos retornaria aos IFs para dar seguimento aos estudos; maioria dos egressos dos cursos superiores estão atuando na área; egressos das licenciaturas não estão atuando na área de formação profissional; a remuneração dos egressos cotistas no mercado de trabalho é inferior aos egressos não cotistas; a expansão da RFEPCT atendeu prioritariamente a regiões mais pobres, ainda cidades mais dinâmicas em termos de crescimento e com menor IDH-M; esvaziamento da EJA/EPT e licenciaturas; elevação de gasto médio por aluno entre 2009 e 2014 e queda a partir de 2015; necessidade de desenvolver ações e estratégias que visem

tornar os sistemas de seleção mais inclusivos e democráticos; estudantes dos IFs têm desempenho semelhante aos estudantes de escolas privadas no ENEM; a expansão da RFEPCCT foi influenciada pela lógica e dinâmica neoliberais; o modelo institucional dos IFs trouxe benefícios consideráveis à sociedade.

x) No tocante às teses da base de dados da BDTD, denota-se, resumidamente e de modo geral, os seguintes resultados/achados das pesquisas: relação entre campus e comunidade é limitada; ampliação de acesso à EPT aos jovens trabalhadores; necessidade de articular universidade, política, institucionalidade e projeto de desenvolvimento regional; contribuição da universidade com o desenvolvimento local e regional; os IFs se configuram um vetor substancial para a dinâmica regional e local, sobretudo, municípios de pequeno e médio porte; a expansão de universidades públicas e privadas foi o modelo que gerou mais impacto no contexto local; o maior desafio dos campi é ético-político, no sentido de atender à formação da classe trabalhadora; demanda de realização de cursos técnicos em terras indígenas; territorialidade ativa depende da inserção da juventude rural, populações e povos do campo; índice de empregabilidade dos tecnólogos é alto; estudantes têm orgulho de cursar Ensino Médio nos IFs, porém o ensino superior ainda não desperta tal identificação; trajetórias ascendentes em relação à escolaridade intergeracional dos grupos familiares; o potencial de transformação social se restringe a um projeto individualista do sujeito, desassociado de um projeto de classe ou grupo; maioria dos egressos do Ensino Médio ingressaram em cursos superiores diferentes do percurso nos IFs; formação do Ensino médio proporciona condições de acessar o ensino superior; estudantes mulheres encontram barreiras para atuar nas áreas técnicas no mercado de trabalho; o panorama de estudos *stricto sensu* da RFEPCCT é de autoras e orientadoras, com um crescimento acentuado em 2018, sendo os IFs com o maior número de estudos como lócus e o ensino superior o nível de ensino mais abordado, com prevalência das licenciaturas.

xi) dos 67 (sessenta e sete) trabalhos de interesse (33 periódicos da Capes e 34 teses na base BDTD), alguns têm maior aderência com a pesquisa em curso, em especial aqueles que tratam das seguintes temáticas: contexto histórico da EPT; análise da institucionalidade dos IFs; implantação, expansão e consolidação dos IFs; relação dos IFs com o desenvolvimento territorial; engajamento dos IFs com o território; Instituição de Ensino como vetor de desenvolvimento local e regional; impactos sociais e econômicos da implantação dos IFs; atendimento às expectativas da lei de criação dos IFs; qualificação profissional e empregabilidade dos egressos.

xii) não foi identificado, dentre os 67 (sessenta e sete) trabalhos de interesse, algum que refuta a tese apresentada. Pelo contrário, os trabalhos analisados vão ao encontro da segunda parte da hipótese defendida nesta tese, ou seja, que a implantação de um campus promove o desenvolvimento local e regional, por meio do atendimento às demandas sociais, econômicas e culturais do arranjo produtivo local.

Da análise dos estudos realizados, há indicativos de que não foram publicadas pesquisas propositivas de mensuração da atuação dos IFs, por meio de um Modelo de Análise de política pública. Ainda, há indícios de inovação, em relação às demais pesquisas, quanto à abordagem dos egressos, por meio do emprego da técnica de grupo focal, que buscou a coleta de informações mediante a realização de questionário, manifestação das percepções e interação, visando à coleta de dados mais realistas possíveis. Por fim, não há pesquisas que tenham associado: revisão bibliográfica sistemática, técnica de grupo focal, entrevistas com agentes públicos, membros da Associação Comercial e Empresarial de Campo Largo, Sindicato e atores-chave do desenvolvimento econômico (RH de empresas locais), somadas às informações de fontes primárias de um campus, coleta de índices socioeconômicos.

Diante disso, o ineditismo da pesquisa consiste na elaboração e validação, com metodologias diferenciadas, de um Modelo de Análise de política pública, contendo categorias (verificação do atendimento aos objetivos estratégicos), índices socioeconômicos e parâmetros de desempenho (avaliar o impacto no desenvolvimento

(local e regional), com vistas a mensurar o impacto da implantação dos campi dos IFs e o atendimento dos seus objetivos estratégicos.

## **2.2 Educação como Direito Social e as Políticas Públicas Educacionais**

A Constituição Federal (art. 6º) garante a educação como direito social, atribuindo ao Estado (art.208) o dever de garantir a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria; a progressiva universalização do ensino médio gratuito; o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; entre outros.

O § 1º do artigo 208 assegura que “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo” (Brasil, 1988). No mesmo sentido, é o contido no artigo 5º da Lei nº 9.394/1996, Leis de Diretrizes de Bases da Educação (LDB): “O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo” (Brasil, 1996). O citado dispositivo ainda faz uma afirmação de que “qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público” pode “acionar o poder público para exigí-lo” (idem).

Para Duarte (2004, p.113), o direito público subjetivo é “uma capacidade reconhecida ao indivíduo em decorrência de sua posição especial como membro da comunidade, que se materializa no poder de colocar em movimento normas jurídicas no interesse individual”. A autora explica que o direito público subjetivo “configura-se como um instrumento jurídico de controle da atuação do poder estatal, pois permite ao seu titular constranger judicialmente o Estado a executar o que deve”. Ou seja, são reconhecidas “situações jurídicas em que o Poder Público tem o dever de dar, fazer ou não fazer algo em benefício de um particular”. Acrescenta que:

[...] no contexto das Constituições do Estado Social, que incorporaram em seu catálogo um extenso rol de direitos sociais, o grande desafio é conter os abusos causados pela inércia estatal no cumprimento do dever de realizar prestações positivas. Estas prestações nada mais são do que as políticas públicas objeto dos direitos sociais reconhecidos constitucionalmente. Em outras palavras, o controle da atuação do Estado não mais está adstrito à exigibilidade de uma conduta negativa e ao respeito aos parâmetros legalmente estabelecidos (não

invadir a esfera de liberdade do indivíduo, senão expressamente autorizado em lei), mas deve estar voltado ao cumprimento dos objetivos e programas de ação governamentais constitucionalmente delineados (como os direitos sociais à educação, à saúde, ao trabalho, dentre outros previstos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988). O importante é notar que, nestes casos, o que se busca não é mais uma abstenção, mas a realização de direitos por meio da implementação de sistemas públicos adequados de saúde, educação, assistência social, etc. (Duarte, 2004, p.114).

O constitucionalista Daniel Sarmiento (2009) destaca que, com a constitucionalização dos direitos sociais, as pessoas passaram a cobrar prestações positivas do Estado, acionando o Poder Judiciário quando da sua não efetividade. Nesta perspectiva passou a denominar de direitos sociais prestacionais, fazendo um alerta no sentido de que não se trata de determinação unicamente jurisdicional, mas do desenvolvimento de diversas ações para a formulação e implementação de políticas públicas:

Ademais, a garantia dos direitos sociais não se esgota numa tarefa meramente jurídica: no geral, ela envolve um emaranhado de ações estatais, que compreende a formulação de políticas públicas, a criação de procedimentos, o dispêndio de recursos, dentre outras atividades, que não se amoldam perfeitamente à função tradicional do Judiciário (Sarmiento, 2009, p.13-14).

Deste modo, o “direito público subjetivo” compreende a garantia de oferta do ensino obrigatório, ou seja, Educação Básica, para os meninos e meninas de 4 a 17 anos, que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental-I e o Ensino Fundamental-II, dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos, pelo Poder Público. Por consequência, o não-oferecimento importa em responsabilidade da autoridade competente.

Acrescenta, ainda, Duarte (2004), que não resta dúvidas quanto ao reconhecimento do direito ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo, bem como a sua exigência quando da inércia do Poder Público. Para ela, o foco de atenção deve estar voltado à realização de políticas públicas aos grupos vulneráveis. Assevera que, “como estamos diante de um direito social, o seu objeto não é, simplesmente, uma prestação individualizada, mas sim a realização de políticas públicas, sendo que sua titularidade se estende aos grupos vulneráveis (Duarte, 2004, p.115).

A autoridade competente para oferta da educação, nos termos do artigo 211 da Constituição Federal é a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, os quais organizam os sistemas de ensino (federal, estadual e municipal) em regime de

colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório. A União organizará e financiará o sistema federal de ensino e os dos Territórios (extintos com a CF/1988, mas com possibilidade de criação de novos, de acordo com o art.18, §3º), bem como exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, somada à assistência técnica e financeira aos Estados e Municípios. Já os Estados atuarão prioritariamente no ensino fundamental (anos finais) e médio e os Municípios devem empreender esforços no ensino fundamental (anos iniciais) e na educação infantil. Em síntese, são três sistemas de Ensino distintos, conforme a dependência político-administrativa: federal, estadual e municipal.

Diante da garantia constitucional do direito à educação e sua qualificação como direito social, bem como da definição das responsabilidades, a pergunta que se faz é como materializar esse direito, ou seja, como viabilizar que meninos, meninas, jovens e adultos tenham acesso à educação? Concepção de educação aqui entendida como:

[...] prática social, portanto, constitutiva e constituinte das relações sociais mais amplas, a partir de embates e processos em disputa que traduzem distintas concepções de homem, mundo e sociedade. Para efeito desta análise, a educação é entendida como processo amplo de socialização da cultura, historicamente produzida pelo homem, e a escola, como lócus privilegiado de produção e apropriação do saber, cujas políticas, gestão e processos se organizam, coletivamente ou não, em prol dos objetivos de formação. Sendo assim, políticas educacionais efetivamente implicam o envolvimento e o comprometimento de diferentes atores, incluindo gestores e professores vinculados aos diferentes sistemas de ensino (Dourado, 2007, p. 923-924).

Viabilizar o acesso à educação, sua permanência e êxito, ocorre por meio de Políticas Públicas, que são compreendidas como “o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (Höfling, 2001, p. 31). Na mesma esteira, Freitas (2013) aduz que as políticas públicas “não são meros programas de governo, mas ações e pautas administrativas que precisam guardar vinculação com as prioridades constitucionais, imprimindo, de modo consistente, eficácia aos direitos fundamentais de todas as dimensões” (Freitas, 2013, p. 456). Já o filósofo estadunidense Ronald Dworkin considera política pública como “aquela espécie de padrão de conduta (*standard*) que assinala uma meta a alcançar, geralmente uma melhoria em alguma característica econômica, política ou social da comunidade [...]” (Dworkin, 2010, p. 22).

Em conformidade com Dourado (2007), quando se estuda políticas educacionais no Brasil, o que se observa é uma descontinuidade, falta de planejamento e a presença de políticas de governo, em detrimento das políticas de Estado, o que gera uma desarticulação entre os sistemas de ensino. Contextualiza:

A constituição e a trajetória histórica das políticas educacionais no Brasil, em especial os processos de organização e gestão da educação básica nacional, têm sido marcadas hegemonicamente pela lógica da descontinuidade, por carência de planejamento de longo prazo que evidenciasse políticas de Estado em detrimento de políticas conjunturais de governo. Tal dinâmica tem favorecido ações sem a devida articulação com os sistemas de ensino, destacando-se, particularmente, gestão e organização, formação inicial e continuada, estrutura curricular, processos de participação (Dourado, 2007, p. 925-926).

De todo modo, embora existam posições contrárias, é possível enumerar políticas públicas educacionais, materializadas em programas, presentes no cenário brasileiro ao longo dos últimos anos, algumas mais e outras menos fomentadas, a depender da agenda governamental, aliada à capacidade de governança e governabilidade, como por exemplo: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); Programa Universidade para Todos (Prouni); Política de Cotas Afirmativas; Programa Caminho da Escola; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); Programa Brasil Profissionalizado; Educação em Prisões; Educação para Jovens e Adultos.

O exemplo de política pública educacional apresentado nesta tese é a nova institucionalidade conferida à Rede Federal por intermédio dos Institutos Federais (IFs), que se constituem uma política pública de reordenamento, expansão e interiorização do Ensino Público Federal, com foco na oferta da educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Na concepção de Pacheco (2011), os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são “a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal” (Pacheco, 2011, p.12).

### **2.3 A História da Educação Profissional e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais**

A história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (MEC, 2018) tem seu marco inicial em 1909 quando o Presidente Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 7.566, criou as Escolas de Aprendizes Artífices. Com o Decreto nº 5.241/1927, o ensino profissional passa a ser obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União. A Constituição Federal de 1937 estabeleceu como dever de Estado e definiu que as indústrias e sindicatos econômicos deveriam criar escolas de aprendizes na esfera da sua especialidade. No mesmo ano, visando à propagação do ensino profissional, as escolas de aprendizes artífices mantidas pela União foram transformadas em liceus industriais e instituíram-se novos liceus. Em 1942, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Em 1946, o Decreto-Lei nº 9.613 sistematizou as diretrizes para os estabelecimentos de ensino agrícola federais. No mesmo ano também foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Em 1959 foram instituídas as escolas técnicas federais como autarquias, a partir das escolas industriais e técnicas mantidas pelo Governo Federal. No ano de 1967 as fazendas-modelo foram transferidas para o MEC e passaram a ser denominadas escolas agrícolas. A Lei Federal nº 5.540/1968 permitiu a oferta de cursos superiores destinados à formação de Tecnólogos. Em 1971, todo o ensino de segundo grau conduzia o estudante a uma habilitação profissional técnica (em 1982 essa obrigatoriedade foi retirada). Em 1978, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), pela Lei nº 6.545, de 30 de junho. Em 1994, foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, integrado pela Rede Federal e pelas redes ou escolas congêneres dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Em 2008, por meio da Lei nº 11.892, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

**Figura 3 - Ano e denominação das escolas da RFEPCT**

ANO	Denominação das escolas da RFEPCT ao longo do tempo
1909	Escola de Aprendizes Artífices
1937	Liceus Profissionais
1942	Escolas Industriais e Técnicas
1959	Escolas Técnicas / Escolas Agrotécnicas Federais
1978	Centros Federais de Educação Tecnológica
2008	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Fonte: MEC (2018).

A Educação Profissional foi inicialmente regulamentada pelo Decreto nº 2.208/1997 (revogado) que, segundo Pereira e Teixeira (2009), “aprofundou uma formação baseada na segmentação do conhecimento e reacendeu a perspectiva única da formação profissional, diretamente atrelada ao desempenho de uma tarefa no mercado de trabalho” [...] (Pereira; Teixeira, 2009, p. 20). Hodiernamente, é regulada pelo Decreto Federal nº 5.154/2004. O artigo 1º prescreve que a Educação Profissional será desenvolvida por meio de cursos e programas de qualificação profissional, inclusive formação inicial e continuada de trabalhadores (ex. Cursos FIC/Pronatec); educação profissional técnica de nível médio (Ex. Cursos de Ensino Médio Integrado e Subsequentes) e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (Ex. Tecnólogos, Mestrados e Doutorados Profissionais). Suas premissas (art. 2º) são: organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica; articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia; a centralidade do trabalho como princípio educativo; e a indissociabilidade entre teoria e prática.

Nos termos do artigo 39 da LDB, a Educação Profissional e Tecnológica integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e abrange os seguintes cursos: **a)** de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; **b)** de educação profissional técnica de nível médio; **c)** de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio (art. 4º, §1º, do Decreto Federal nº 5.154/2004) se materializa de forma:

i) integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer na mesma instituição de ensino ou em instituições de ensino distintas; III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

De acordo com Machado (1982), a Educação Profissional no Brasil foi marcada pelo seu caráter classista e assistencialista, sendo destinada “àqueles mais desvalidos de sorte e menos afortunados, que viviam à margem da sociedade, inclusive as pessoas com deficiência”. Esclarece que, com a Proclamação da República (1889), a Educação Profissional passa a ter o papel de qualificar mão de obra para atender às demandas do mercado e, com isso, inicia a “atuação direta do governo federal na área da formação profissional”, com a criação, em 1909, das Escolas de Aprendizes Artífices em vários estados do país (Machado, 1982, p. 25).

Para Silva e Inácio Filho (2016), a história da EPT no Brasil é marcada por descontinuidades e transições abruptas de projetos políticos pedagógicos, que afetaram a estrutura, o funcionamento e a gestão escolar, gerando inseguranças no contexto organizacional e comprometendo a identidade institucional. Para os autores, isso acontece porque existe um julgamento preconceituoso e depreciativo do papel, do valor e da conceituação de educação profissional. Asseveram, ainda, que a história da EPT é marcada por decretos (atos administrativos de competência exclusiva do Poder Executivo), em detrimento da perspectiva democrática (leis que necessitam de amplo debate no Congresso Nacional). Afirmam que “as políticas públicas de educação profissional e tecnológica necessitam ser elaboradas mediante amplo debate de forma articulada com a sociedade civil, instituições de ensino e pesquisas e do sistema econômico-produtivo [...]” (Silva; Inácio Filho, 2016, p.790).

Além do seu caráter classista e assistencialista, do marco da descontinuidade e de transições de projetos, os pesquisadores Pereira e Cruz (2019) e Ramos (2004), ainda

apontam a disputa de concepções, a dualidade envolvendo a Educação Profissional brasileira. Para Pereira e Cruz (2019), a educação profissional brasileira sempre esteve em disputa de duas concepções: “de um lado, a defesa de um processo formativo comprometido com a qualificação para o trabalho articulada a uma visão crítica, humanista, holística”; e de outro, “a capacitação numa visão empresarial, utilitarista e instrumental, restrita às demandas de produtividade e rentabilidade do capital” (Pereira; Cruz, 2019, p.02). No mesmo sentido, Ramos (2004) afirma que a dualidade da Educação Profissional tem relação com a história da luta de classe no capitalismo. Deste modo, “a educação permanece dividida entre aquela destinada aos que produzem a vida e a riqueza da sociedade usando sua força de trabalho e aquela destinada aos dirigentes, às elites, aos grupos e segmentos que dão orientação e direção à sociedade” (Ramos, 2004, p. 2).

O professor e pesquisador Oliveira Júnior (2020), vinculado ao Instituto Federal de Goiás e Universidade de Brasília, no artigo “A gestão da Rede Federal sob a égide do capital: dos Cefets aos Institutos Federais” (fruto da sua dissertação de mestrado) analisou a expansão da Rede Federal destacando as características, os conflitos e os movimentos estruturantes, com base na dinâmica de reorganização do capitalismo brasileiro. Descreveu sete ciclos do sistema federal de educação profissional: i) modelo econômico agrário exportador (1909); ii) a qualificação da mão de obra industrial (1937); iii) obrigatoriedade do ensino profissionalizante (1971); iv) atendimento das demandas do capital e suas transformações, com qualificação aligeirada, flexível e sem aprofundamento de estudos (1980/90); v) dualismo da educação brasileira, reforçando a distância entre a educação profissional e a propedêutica, consolidando, assim, um modelo neoliberal de política EPT (1997); vi) expansão da Rede Federal e criação de novas unidades; vii) criação de 38 IFs (2008). Para o autor, a expansão da Rede Federal foi influenciada pela lógica e dinâmica neoliberais, estabelecendo processos de gestão que interferiram no projeto de formação integral dos estudantes. Interesses empresariais, corporativos, sindicais e políticos disputaram ações que dominaram as políticas educacionais da Setec/MEC. Assevera que:

O que se percebe na lógica de gestão da Setec/MEC, em relação à expansão da Rede Federal, é a afirmação do princípio de flexibilização da gestão e organização da vida acadêmica, administrativa e política, adaptando-se, em cada

local onde se estabeleceu uma nova unidade, às dinâmicas de inserção no desenvolvimento regional, todavia, apartada das demandas específicas da classe trabalhadora. Ou seja, trata-se de uma aparente modernização, que permitiu a adequação da gestão aos diversos contextos sociais, econômicos e culturais inseridos, mas que efetivamente anulou a perspectiva de criação de uma escola de formação integral, que impulsionaria qualitativamente a classe trabalhadora rumo aos processos de emancipação humana, rompendo com as condições materiais e imateriais da sua própria criação (Oliveira Júnior, 2020, p.105).

A institucionalização da Educação Profissional e Tecnológica, como política pública, se deu em 2008, por meio da Lei nº 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, composta pelos/as: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG); Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e Colégio Pedro II (art.1º). A Rede Federal é composta por 38 IFs, 2 Cefets, o Colégio Pedro-II, as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e a Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR).

O processo histórico e político da expansão da Rede Federal, que culminou na criação dos Institutos Federais, de acordo com Santos (2018), teve origem com uma análise técnica das demandas do mundo do trabalho, dos baixos níveis de escolaridade e um grupo da população brasileira retornando às salas de aula. Os autores do Plano Plurianual do Governo Lula (PPA 2004-2007) “definiram como de suma importância a construção de políticas de educação formal e de qualificação para o trabalho” (Santos, 2018, p.114). Com isso, a proposta foi o desenvolvimento de política pública para a educação profissional que incluísse “a revisão da legislação então vigente, com o objetivo de ampliar a oferta dessa modalidade educacional, a qual deveria se articular às políticas nacionais de geração de emprego, trabalho e renda” (Idem, p.114). Assim, em março de 2004, o Ministro da Educação Tarso Genro iniciou as tratativas para instituir a política de expansão da oferta de educação profissional, por meio da elaboração do Projeto de Lei (PL) nº 3.584/2004, com vistas a alterar a Lei nº 8.948/1994, para articular a expansão da educação profissional por meio de parcerias com estados, municípios, instituições vinculadas ao setor produtivo e organizações governamentais, no intuito de proibir ações isoladas. Em 2005 (após 20 meses de tramitação), o PL foi aprovado na íntegra e convertido na Lei 11.195/2005, sendo considerado como “o ponto de inflexão, no que se

refere às políticas voltadas para a ampliação da oferta de educação profissional à população do país” (Santos, 2018, p.116). Neste cenário, a SETEC/MEC formulou a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, aumentando a Rede para “64 escolas” (Santos, 2018, p.117).

A Exposição de Motivos Interministerial nº 00118/2008 (apresentou a Lei dos IFs ao Poder Executivo) descreveu a importância da publicação da Lei nº 11.195/2005 que retirou o impedimento da União de criar novas unidades federais de educação profissional e tecnológica. A partir dessa deliberação foi possível criar 60 (sessenta) novas unidades da Rede “privilegiando os estados que até então se encontravam desprovidos de instituições dessa natureza, as regiões mais interioranas do país e as periferias dos centros urbanos, em inequívoca opção pelos segmentos mais carentes de nossa sociedade” (Brasil, 2008b).

Em 2007, com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), intitulado PAC da Educação, foram editados 5 decretos para viabilizar a sua execução (Santos, 2018). Entre eles, o Decreto nº 6.095/2007, que estabeleceu as diretrizes para estimular o processo de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica, a fim de que atuem de forma integrada regionalmente, com o objetivo de constituir os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Começa, então, a segunda fase de expansão da Rede Federal com o objetivo de “construir mais 150 unidades voltadas para a formação de mão de obra, as quais deveriam ser distribuídas em igual número de cidades, abrangendo 27 unidades da Federação” (Santos, 2018, p.118). Foi nesta fase de expansão que “mais articulou às concepções de desenvolvimento do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, na medida em que deslocou para o interior a construção das novas unidades, proporcionado, dessa maneira, uma nova geografia da rede” (Idem, p.119).

Em síntese, Santos (2018) afirma ter sido a concepção de Educação Profissional contida no PPA 2004-2007 que orientou o projeto do governo Lula e “no âmbito dessa visão desenvolvimentista fundada na diminuição das desigualdades regionais que foi implementada a expansão em larga escala e de forma interiorizada da RFEPCT” (Santos, 2018, p.119). A nova institucionalidade se concretizou a partir da promulgação da Lei nº 11.892/2008.

Segundo Costa e Marinho (2018), em 2008 aconteceu o maior processo no âmbito da educação profissional brasileira com a institucionalização da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais. O projeto de Lei nº 3.775/2008, praticamente idêntico ao que foi proposto pelo Executivo, tramitou por 5 meses no Congresso Nacional (Câmara e Senado), resultando na Lei nº 11.892/2008, que promoveu a “reinstucionalização das escolas técnicas federais” (Costa; Marinho, 2018, p.64). Para os autores, “a pouca profundidade na construção normativa que originou os IFs não são condizentes com o tamanho e a importância dessas instituições”. Neste sentido, sugerem “verificar concretamente, com trabalhos específicos, a história do verdadeiro impacto na vida das unidades reinstucionalizadas” (Idem, p.78).

Ao submeterem ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o projeto de lei que criou os IFs, os Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (Paulo Bernardo Silva) e da Educação (Fernando Haddad), na Exposição de Motivos Interministerial nº 00118/2008/MP/MEC, de 19 de junho de 2008, afirmaram (parágrafo primeiro) que o objetivo era promover “o reordenamento da atual rede de instituições federais de educação profissional e tecnológica mediante a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica” (EM Interministerial nº 00118/2008/MP/MEC).

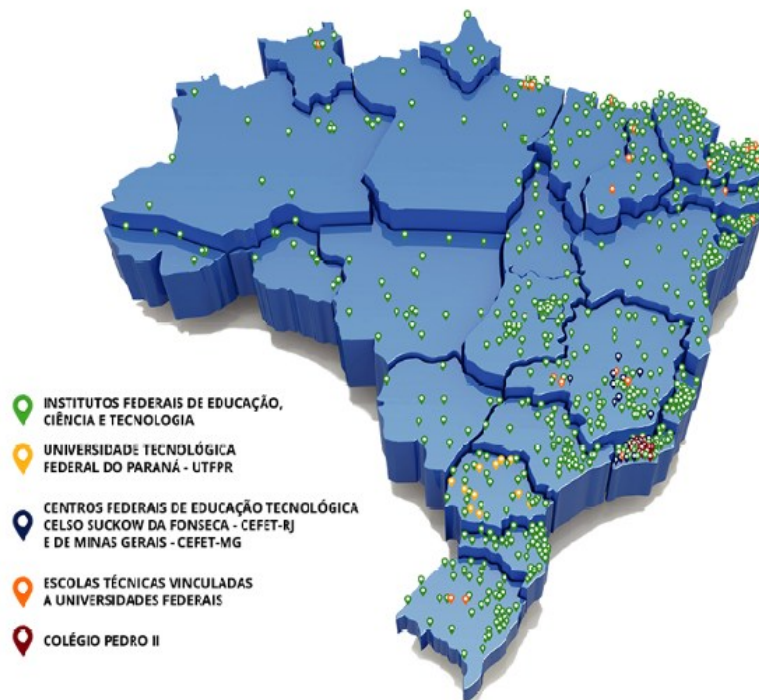
Na sequência (parágrafo quinto), há o “compromisso de implantar uma escola técnica em cada cidade polo do país, vinculando a oferta pública de educação profissional às estratégias de desenvolvimento socioeconômico sustentável”. Para tanto, há a proposição de implantação dos IFs “a partir da integração e reorganização” dos CEFETs, Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais atuantes “em uma mesma base territorial, compreendida nas dimensões geográficas de um estado, do Distrito Federal ou de uma ou mais mesorregiões de um mesmo estado” (Brasil, 2008b).

Descrevem, ainda, nas razões de encaminhamento (parágrafo oitavo), que se trata “de um arranjo educacional que articula, em uma experiência institucional inovadora, todos os princípios que informaram a formulação do Plano de Desenvolvimento da Educação”. Acrescentam que esse modelo pode contribuir com novas perspectivas para

o ensino médio público, alinhando uma “combinação virtuosa do ensino de ciências naturais, humanidades e educação profissional e tecnológica” (Brasil, 2008b).

De acordo com o TCU (2013, p.09), as motivações para a expansão são distintas: o crescimento do País demandou mão de obra qualificada; interiorização das escolas técnicas, reinstitucionalizadas em Institutos Federais de Educação Profissional, poderia contribuir para o desenvolvimento das microrregiões menos desenvolvidas. Além disso, afirma o órgão de controle, que a expansão teve duas direções: a) a ampliação do número de vagas e infraestrutura das escolas pré-existentes com a construção de novos campi nas regiões metropolitanas, de modo a fazer frente ao dinamismo econômico dessas regiões; b) a interiorização dos institutos, visando ocupar os lugares de maior carência socioeconômica. Conclui que “a expansão dos Institutos Federais tem sido pautada em critérios que envolvem além da formação de mão de obra qualificada para atender à crescente demanda, um viés de redução de desigualdade regional e sub-regional, bem como de interiorização” (TCU, 2013, p.10).

**Figura 4 - Mapa do Brasil e presença da Rede Federal (2019 – 661 unidades)**



Fonte: Portal MEC.

A Setec/MEC apresentou ao TCU (Acórdão 506-2013 - TC 026.062/2011-9) os critérios de escolha dos lugares dos novos campi por fase de expansão (2003 a 2014), os quais constam no quadro 1.

**Quadro 1 - Critérios de escolha dos lugares dos novos campi por fase da expansão**

Fases expansão	Critérios
Fase I (2003 a 2010)	a) Proximidade da escola aos <b>arranjos produtivos instalados em níveis local e regional</b> (grifo nosso); b) Importância do município para a microrregião da qual faz parte; c) Valores assumidos pelos indicadores educacionais e de desenvolvimento socioeconômico; d) Existência de potenciais parcerias para a implantação da futura unidade; e) Atender a, pelo menos, uma das três seguintes diretrizes: e.1) estar localizada em uma Unidade da Federação que ainda não possui instituições federais de educação profissional e tecnológica instaladas em seu território; e.2) estar localizada em alguma das regiões mais distantes dos principais centros de formação de mão de obra especializada; e.3) nos casos em que o município selecionado pertencer a uma região metropolitana, a escola deverá estar situada nas áreas de periferia.
Fase II (2011-2012)	a) Distribuição equilibrada das novas unidades (distância mínima de 50 km entre os novos <i>campi</i> ); b) Cobertura do maior número possível de mesorregiões; c) Sintonia com os <b>arranjos produtivos locais</b> (grifo nosso); d) Aproveitamento de infraestrutura física existente; e) Identificação de potenciais parcerias.
Fase III (2013-2014)	a) População dos Estados em relação à população total do Brasil; b) Presença das redes federal e estadual de educação profissional tecnológica nos Estados (esta última apoiada pelo Programa Brasil Profissionalizado); c) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de cada Estado; d) Jovens de 15 a 24 anos cursando os últimos anos do ensino fundamental (6º ao 9º ano) em relação à população jovem do Estado; e) Número de mesorregiões e municípios presentes em cada unidade da Federação.

**Fonte: Setec/MEC apud TCU (2013, p. 8-9).**

Uma questão identificada nas normativas, textos informativos e artigos científicos estudados para a elaboração desta tese, é que alguns autores denominaram de expansão da Rede Federal e outros de reordenamento, reorganização, ou, ainda, reinstitucionalização. Pesquisadores como Ferreira (2014), Santos (2018), Pereira e Cruz (2019) e Oliveira Júnior (2020) nomearam de expansão da Rede Federal. Na Exposição de Motivos Interministerial nº 00118/2008/MP/MEC, a terminologia empregada foi de reordenamento/reorganização da Rede Federal, bem como o Decreto Federal nº 6.095/2007 que empregou a terminologia reorganização das instituições federais de

educação profissional e tecnológica. Já os autores Costa e Marinho (2018) e Farah (2018), bem como os ministros do TCU (2013), denominaram de reinstitucionalização.

Analisando o contexto histórico e processo legislativo que culminou na criação da nova institucionalidade denominada Institutos Federais, este estudo adotará a terminologia reordenamento da Rede Federal, que após a sua criação levou à expansão e interiorização da Rede.

## **2.4 As diretrizes e concepções dos Institutos Federais**

Os Institutos Federais (IFs) constituem uma política pública de reordenamento, expansão e interiorização da Rede Federal, com foco na oferta da educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Trata-se de uma nova institucionalidade da Rede, com características e finalidades singulares, capaz de executar uma política pública educacional que efetivamente coloque em ação um projeto societário de desenvolvimento. Para Pacheco (2015, p.25), o que está posto para os IFs “é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de outro mundo possível”. Madureira (2021) relata o processo de criação da Rede:

Fruto do processo histórico de disputas políticas e do conjunto de correlações de forças que marcaram uma importante mudança de rumo no governo federal no início do século XXI, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede) nasce da confluência de alguns esforços e experiências no interior do próprio conjunto de instituições federais de educação profissional (escolas técnicas e agrotécnicas, escolas vinculadas às universidades e Cefets) e, sobretudo, da clara reorientação das políticas públicas federais, especialmente no campo educacional, que promoveu forte inflexão à implementação dos ajustes neoliberais no ordenamento jurídico, político e institucional da educação nacional do período anterior (Madureira, 2021, p.27-28).

Deste modo, a implantação dos IFs vem qualificar as políticas públicas educacionais brasileiras, com o reordenamento, a expansão e a interiorização, ampliando e promovendo a capilaridade da Rede Federal, numa relação direta com o desenvolvimento local e regional, considerando as demandas e as potencialidades dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais (APLs). Ainda, consoante com as Concepções e Diretrizes dos IFs assinaladas pelo MEC (2010, p.7), sua política está

comprometida “com o todo social, como algo que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural, etc.)”, bem como, “articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional) de modo a provocar impactos nesse universo”. Acrescenta também que, dada a função dos IFs, eles “devem ser considerados bem público e, como tal, pensados em função da sociedade como um todo na perspectiva de sua transformação” (MEC, 2010, p.19).

A institucionalidade dos IFs compreende três dimensões: “política social, lócus de formação de professores e agências de desenvolvimento local” (Mourão *et al.*, 2015, p.62). Os autores explicam que: com a interiorização e a descentralização, com ensino técnico de nível médio e ensino superior, os IFs passaram a ser catalisadores de outras políticas sociais; responsabilidade na formação de professores para as áreas de ciências (matemática, biologia, química e física), com destinação de 20% de suas vagas; e, por fim, agências de desenvolvimento local, no contexto da discussão do desenvolvimento regional e arranjos produtivos locais.

Esclarece Silva (2009) que “a proposta dos institutos federais entende a educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana” (Silva, 2009, p.10). Nesse sentido, pondera que os IFs oferecem formação continuada ao longo da vida aos trabalhadores, reconhecem competências profissionais e saberes adquiridos informalmente, conjugando com os conhecimentos presentes nos currículos formais.

Entre as diretrizes e concepções que permeiam os IFs (arts. 6º, 7º e 8º da Lei de criação), destacam-se alguns elementos inovadores e progressistas, que objetivam superar o modelo hegemônico e disciplinar da educação brasileira:

- a)** estruturas multicampi, como o compromisso de intervenção nas respectivas regiões (territorialidade) para o desenvolvimento sustentável com inclusão;

Os pesquisadores Pereira e Cruz (2019) asseveram que, ao assumirem o papel de promotores do desenvolvimento regional, os Institutos Federais devem “ultrapassar os seus “muros” e interagir com a realidade de seu entorno, de modo a compreendê-la e a integrar-se no processo de desenvolvimento socioeconômico enquanto política pública,

em suas diversas formas de atuação” [...] (p.12). Ademais, os autores, afirmam que a existência de um campus dos IFs favorece um novo ordenamento territorial, definindo novos fluxos, tendências, elevação da capacidade produtiva, aumento da participação no mercado local ou ampliação do circuito econômico para uma escala nacional/internacional. Acrescentam que a Educação profissional tecnológica deve ser tratada “como fator de indução, suporte e elaboração de políticas de desenvolvimento voltadas para a integração territorial” (Pereira; Campos, 2019, p.13).

**b)** organização pedagógica verticalizada que permite a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos;

A partir de um espaço de diálogo simultâneo e articulado, que envolve desde a Educação Básica até a Pós-Graduação, na seguinte dimensão: 50/20/30 (cursos técnicos - 50% das matrículas, prioritariamente na forma integrada; licenciaturas - 20% das matrículas; e 30% das matrículas para as graduações tecnológicas, engenharias, especializações, programas de mestrado e doutorado) na qual os docentes atuam em diferentes níveis de escolarização (administração gerencial que busca otimizar a força do trabalho docente) e os estudantes compartilham espaços de aprendizagem;

Aos IFs é atribuída uma atuação singular e diversificada, em diferentes níveis de ensino, dos cursos FIC a Pós-Graduação. Essa diversidade de cursos e formações, de acordo com Silva (2009), deve atender ao objetivo primeiro dos IFs que é a profissionalização. Deste modo, “sua proposta pedagógica tem sua organização fundada na compreensão do trabalho como atividade criativa fundamental da vida humana e em sua forma histórica, como forma de produção” (Silva, 2019, p.23). Acrescenta que essa diretriz deve ser empregada em todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

**c)** pluricurricularidade com atuação em diversos eixos tecnológicos, viabilizando a verticalização;

Esse princípio busca o planejamento e oferta de cursos, de diferentes níveis e modalidades de formação profissional, em um mesmo eixo tecnológico. O objetivo é otimizar a infraestrutura (laboratórios e espaços coletivos), a atuação e atendimento dos docentes e técnicos, bem como integrar a Educação Básica e o Ensino Superior, com a consequente convivência nos mesmos espaços de estudantes dos cursos de qualificação profissional, Ensino Médio e Cursos Superiores (Graduação e Pós-Graduação). Para

Silva (2009), a pluralidade de cursos e de currículos (instituição pluricurricular) compreende “uma decisão pautada na racionalidade, ou seja, na unificação de espaços e corpo funcional em torno de atribuições diversas” (Silva, 2009, p. 24). Afirma, ainda, que o diferencial dos IFs é o Projeto Pedagógico que expressa na proposta curricular diferentes formações (cursos e níveis) que “contemple os nexos possíveis entre os diferentes campos do saber” (Idem, p.24).

Para Bonfante e Schenckel (2020), a verticalização remete a dois elementos essenciais “itinerário formativo e as especificidades do trabalho didático e pedagógico”:

Quanto ao itinerário formativo, o estudante tem a oportunidade de cursar na mesma instituição da educação básica à educação superior em determinado eixo tecnológico. Quanto ao didático e pedagógico, torna-se singular na medida em que a estrutura de salas e de laboratórios para as atividades de ensino e de aprendizagem são utilizadas por estudantes de qualificação profissional, ensino médio e técnico, graduação e pós-graduação, assim como os docentes e técnicos de apoio e os recursos financeiros atendem, simultaneamente, a diferentes níveis de formação (Bonfante; Schenckel, 2020, p.83-84).

Já, Pacheco (2020) afirma que a verticalidade vai além da oferta simultânea de cursos, da organização e conteúdos que permitam o diálogo entre os diferentes níveis e modalidade, pois “implica na implantação de fluxos que permitam a construção de itinerários formativos entre os cursos da EPT, construídos livremente pelos educandos em diálogo com os educadores” (Pacheco, 2020, p.10).

**d)** formação humana e integral, articulando o ensino técnico/científico com o mundo do trabalho, da cultura e da ciência, quebrando a hierarquia de saberes e articulando dimensões que não se separam da vida humana, estabelecendo um diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e habilidades para o trabalho, com vistas à construção da autonomia intelectual e emancipatória, uma educação para a liberdade de escolhas, na perspectiva da politecnia, que:

Etimologicamente, politecnia significa “muitas técnicas”. No Brasil, o termo, com esse sentido, deu nome a instituições educacionais como escolas de engenharia (a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo); e com o sentido voltado para a formação humana em todos os aspectos, a educação omnilateral, humanista e científica, como a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV-Fiocruz). Na segunda interpretação do termo, há um sentido político, emancipatório no sentido de superar, na educação, a divisão social do trabalho entre trabalho manual/trabalho intelectual, e formar trabalhadores que possam ser, também, dirigentes no sentido gramsciano (Ciavatta, 2014, p.189-190).

Ainda, de acordo com Ciavatta (2005), sua origem “está na educação socialista que pretendia ser *omnilateral* no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica” (Ciavatta, 2005, p.03), haja vista que o conhecimento sempre esteve reservado às elites. Logo, as expressões formação humana e formação integral, advêm da perspectiva politécnica.

Neste contexto, Ciavatta (2012) aduz que a formação humana busca garantir "o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política" (Ciavatta, 2012, p. 85). Em outra publicação científica, a autora definiu formação integral:

A formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (Ciavatta, 2005, p.02-03).

Em um trabalho conjunto, Ciavatta e Ramos (2011) escreveram o significado dos termos educação politécnica e educação tecnológica:

Os termos educação politécnica e educação tecnológica foram utilizados por Marx para explicitar sua defesa de um ensino que permita a compreensão dos fundamentos técnico-científicos dos processos de produção. No século XX, particularmente nos anos de 1930, Antonio Gramsci atualizou esse programa, especialmente ao se contrapor à reforma Gentile, na Itália fascista, e a qualquer separação no interior do sistema educativo, seja entre as escolas elementar, média e superior, seja entre essas e a formação profissional (Ciavatta; Ramos, 2011, p.32).

Um dos princípios que engloba a concepção da formação humana integral, é o trabalho como princípio educativo (igualmente uma das premissas da EPT – Decreto nº 5.154/2004, art.2º), isto é, que o educando compreenda o processo histórico e tecnológico da produção do conhecimento, a partir das relações humanas envolvendo trabalho e a educação. Na definição de Ciavatta e Ramos (2011):

Trabalho como princípio educativo, isto é, como o fundamento da concepção epistemológica e pedagógica que visa a proporcionar aos sujeitos a compreensão do processo histórico de produção científica, tecnológica e cultural dos grupos sociais considerada como conhecimentos desenvolvidos e

apropriados socialmente, para a transformação das condições naturais da vida e para a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos (Ciavatta; Ramos, 2011, p.31-32).

- e)** rompimento com a escola dual e o conhecimento de forma fragmentada, de modo a colaborar efetivamente para uma educação como um todo, numa nova identidade para a última etapa da Educação Básica;

O educador Frigotto (2018) assevera que o consenso a ser construído, como direito social e subjetivo, é um ensino médio universal, na perspectiva da escola unitária, omnilateral, tecnológica ou politécnica. Explica: “um ensino que não separa e sim integra, numa totalidade concreta, as dimensões humanísticas, técnicas, culturais e políticas e que também não estabelece dicotomia entre os conhecimentos gerais e específicos” (Frigotto, 2018, p.57).

Acrescenta Frigotto (2018), na sua defesa da universalização e concepção do ensino médio, como parte constituinte da última etapa da Educação Básica, um tempo mais longo de escolarização, para que seja uma travessia e não algo permanente para os trabalhadores:

A materialidade de um tempo mais longo (quatro anos) e não a famosa tese da aceleração ou suplência; apoiar-se numa concepção filosófica e epistemológica que permita uma formação integrada e integral ao longo de quatro anos; e, como consequência não ter a natureza profissionalizante *stricto sensu* e sim uma vinculação mais imediata com a compreensão do sistema produtivo em suas múltiplas formas e as bases científicas, técnicas, sociais, políticas e culturais que permitam entender e operar no seu interior não como trabalhador adestrado, mas como sujeito humano emancipado (Frigotto, 2018, p.58).

Ao tratar da necessidade de fortalecimento dos IFs, Aléssio Barros Trindade (2016), num encontro de Gestores do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), à época titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), apontou a necessidade de ampliação a atenção ao ensino médio, integrado à formação profissional, mantendo um diálogo com a educação básica. Ainda ressaltou que: “O ensino médio é um desafio para educação no País; é preciso sair do foco apenas do vestibular” (Trindade, 2016).

- f)** indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão;

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está prevista no artigo 207 da Constituição Federal, como uma diretriz a ser seguida pelas Universidades. Tal

princípio também foi atribuído aos IFs na Lei de criação, que consiste na interlocução entre as dimensões ensino (compartilhamento de saberes), pesquisa (descoberta e produção de novos conhecimentos) e extensão (aplicabilidade).

Ao pensar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, Couto (2020) sintetiza uma figura, com os seguintes termos interligados: um princípio constitucional; traz a marca da omnilateralidade; compromisso com a transformação social; interdisciplinar; relaciona teoria e prática (Couto, 2020). Na sequência, explica:

É um princípio constitucional que pressupõe utilizar as dimensões do ensino, pesquisa e extensão para contribuir com uma formação omnilateral, o que resulta em um ser humano crítico, emancipado, autônomo e que tenha consciência da sua realidade em meio à sociedade em que vive. Para chegar a este objetivo, as ações indissociáveis têm por base a relação teoria e prática, a interdisciplinaridade e o compromisso com a transformação social (Couto, 2020, p.33).

**g) pesquisa aplicada aos setores industriais e econômicos;**

Até o final do século XX, as instituições que deram origem aos IFs eram incumbidas exclusivamente “ao ensino na perspectiva da aprendizagem de uma profissão, em sentido restrito” (Silva, 2009, p.43). A legislação de criação dos IFs aponta a necessidade de atuação na pesquisa aplicada, que deve ter “suas raízes em problemas concretos da comunidade e buscar para estes soluções técnicas e tecnológicas. Tais soluções devem ser divulgadas e disponibilizadas à sociedade” (*Idem*, p.43). Sintetiza Silva (2009) que o termo pesquisa aplicada é “a capacidade de aplicar seus resultados para melhoria das condições de vida em uma localidade” (*Idem*, p.43).

Segundo Mourão *et al.* (2015), no trabalho publicado sobre Governança, Território e Desenvolvimento, os IFs surgem como premissas de agências de desenvolvimento local e, deste modo, como vetores da inovação e desenvolvimento no território que ocupam por meio da “da pesquisa aplicada, da transferência de tecnologias sociais e da identificação dos gargalos locais para oferecer capacitação para a mão de obra local atuar no sentido de impulsionar arranjos produtivos locais para gerar desenvolvimento endógeno” (Mourão *et al.*, 2015, p.63).

Ainda, de acordo com os autores citados, para que essa proposta se materialize é necessário investimento contínuo na formação e carreira dos docentes; na permanência dos estudantes; no incentivo à pesquisa; na organização entre oferta e

demandas do território; na ampliação e articulação mais aprofundada do ensino médio integrado. Acrescentam ainda, que os IFs precisam se consolidar como “modelo de instituição capaz de produzir massa crítica que leve a novos padrões de trabalho, de sociedade e de educação que oportunizem a emancipação política e humana” (Mourão *et al.*, 2015, p. 64) e não apenas como uma política com foco no Ensino Médio Técnico (forma de oferta integrada e subsequente).

Ao final, os autores afirmam que o Desenvolvimento Regional é determinado por aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos, não sendo possível esperar unicamente que uma instituição de ensino responda às demandas de desenvolvimento. Asseveram que os IFs são historicamente espaços destinados à formação de trabalhadores sob a lógica do capitalismo. Todavia, como “agências de desenvolvimento local, consolidam-se como espaços de disputas, de luta de classes, onde Governança e Território precisam estar articulados à lógica de emancipação dos trabalhadores” (Mourão *et al.*, 2015, p.65).

**h)** ações de extensão, dialogadas com a sociedade;

Os pesquisadores Silva, Silva e Brito (2016) entendem a extensão como a interface entre o Instituto Federal e a comunidade, constituindo um processo educativo, cultural, científico e político que articula o ensino e a pesquisa, viabilizando uma relação dialógica e transformadora. Para os autores, o processo é apoiado na

valorização e troca de saberes para a solução de problemas, e no diálogo entre a função social dos Institutos e as políticas públicas, buscando a efetivação de direitos sociais e o exercício pleno da cidadania, articulada ao combate a discriminações, preconceitos e desigualdades em acordo com as políticas de ações afirmativas e de inclusão social (Silva; Silva; Brito, 2016, p.164).

Conforme Silva (2009), a extensão nos IFs está vinculada ao desenvolvimento local e à promoção da cidadania e é essencial para o diálogo entre instituição e sociedade. Afirma que é na relação dialógica entre a instituição e a comunidade “que se descortinam os referenciais de seleção dos conteúdos e componentes curriculares que poderão contribuir para um ensino contextualizado e significativo e para definição de objetos de pesquisa sintonizados com as demandas sociais locais” (Silva, 2009, p.44). Acrescenta que essa atuação reconhece a importância dos saberes construídos, viabiliza a inserção do egresso no mundo do trabalho e a manutenção do vínculo institucional.

- i)** democratização do acesso, com 50% das vagas destinadas aos egressos da rede pública de ensino, racial e social, caracterizando uma mudança no público que acessa a Rede Federal;

Visando atender às vagas atribuídas às políticas de cotas, o IFPR adotou o seguinte percentual: para os cursos Técnicos (integrados e subsequentes), bem como para os cursos de Graduação (licenciaturas, bacharelados e tecnólogos) são destinadas 80% das vagas às políticas de inclusão (IFPR, 2025, Políticas de Cotas). Nos cursos de especialização, o percentual é de 50% e nos cursos de mestrado 30%, conforme o contido na Resolução nº 36/2021 do Conselho Superior (Consup) .

- j)** transversalidade na organização do trabalho pedagógico;

A partir da compreensão interdisciplinar do conhecimento e da abordagem dos saberes científicos de forma articulada, a transversalidade trata de questões sociais que dialogam com a realidade da vida humana. O artigo 26 da LDB prevê que os currículos da Educação Básica devem conter uma parte diversificada, atendendo às características locais e regionais, da cultura e da economia e dos educandos. Entre os temas, estabelece conteúdos relativos a: direitos humanos; violência contra a criança, o adolescente e a mulher; educação alimentar e nutricional. Além dessas temáticas, há outras definidas pelos sistemas de ensino: ética, cidadania, cultura, trabalho, trânsito, meio ambiente, saúde, consumo, ciência e tecnologia.

No âmbito dos IFs, Pacheco (2020, p.10) assevera que a transversalidade “diz respeito ao diálogo entre educação e tecnologia. Este é o elemento transversal presente no Ensino, na Pesquisa e na Extensão, entendendo a organização da EPT por eixos tecnológicos”. Para tanto, defende planejamento e trabalho coletivo, envolvendo disciplinas, cursos, campi, IFs e sociedade.

- k)** organização da gestão administrativa e pedagógica diferenciada;

Cada campus conta com um Diretor-Geral e duas Diretorias Sistêmicas (Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão; Direção de Planejamento e Administração), suas coordenações e seções. Ainda, a Equipe de Ensino é composta, além dos professores, por profissionais técnicos administrativos multidisciplinares, das mais diversas áreas do conhecimento e formação acadêmica. São pedagogos, técnicos administrativos em educação (licenciados e não-licenciados), assistente social e psicólogos.

Essas diretrizes e concepções constituintes dos IFs viabilizam uma atuação comprometida com a qualificação para o mundo do trabalho articulada com uma visão crítica e humanística, de modo a atender às demandas dos territórios nos quais os campi estão inseridos e, por derradeiro, se apresentar como um dos atores capazes de propiciar o desenvolvimento local e regional. Por consequência, são fundamentais estudos e pesquisas que avaliem os impactos da implantação e execução dessa política pública educacional, seja na dimensão educativa (formação de sujeitos), seja na dimensão de vetor de desenvolvimento local e regional (impacto no *lócus* de instalação).

## **2.5 Desenvolvimento Local e Regional na perspectiva da Educação**

A Constituição Federal estabelece, em seu preâmbulo, que cabe ao Estado brasileiro assegurar o desenvolvimento. Prevê também que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (artigo 3º) é a garantia do desenvolvimento nacional e a redução das desigualdades sociais. Para Comparato (2008, p. 45), “os objetivos indicados no art. 3º orientam todo o funcionamento do Estado e a organização da sociedade”.

A interpretação do princípio constitucional do desenvolvimento, segundo Freitas (2013, p. 341), “é multidimensional (social, ambiental, econômico, ético, jurídico-político): tais dimensões precisam ser promovidas integralmente”. Para o autor, na interpretação correta do sistema jurídico, o desenvolvimento não se restringe à esfera econômica, mas a um desenvolvimento integrado, um “desenvolvimento equitativo e limpo, intra e intergeracionalmente” (idem, *ibidem*), que venha a promover, para toda uma sociedade, um ambiente limpo, com equidade social, capaz de resguardar a saúde pública.

Em face dessa determinação constitucional, o Estado brasileiro procurou definir políticas públicas com mecanismos e novas rotas efetivas de desenvolvimento. Nesta abordagem multidisciplinar, encontra-se a Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Entre as finalidades e características (art.6º, IV), os IFs têm, no âmbito de sua atuação, a orientação de sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento

socioeconômico e cultural (Brasil, 2008). Em outras palavras, a atuação dos IFs deve estar em sintonia com o desenvolvimento local e regional, eis que Educação se materializa no território.

Desenvolvimento, na concepção de Celso Furtado (2004, p.3), “não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade”. Segundo Furtado (2004), o crescimento que conhecemos está pautado na “preservação dos privilégios das elites”, enquanto o desenvolvimento “se caracteriza pelo seu projeto social subjacente” (Idem, p. 4). Ademais, quando “o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento” (Idem, p.02).

O economista polonês Ignacy Sachs, primeiramente denominou o desenvolvimento de ecodesenvolvimento, o qual requer “o planejamento local e participativo, no nível micro, das autoridades locais, comunidades e associações de cidadãos envolvidas na proteção da área” (Sachs, 2002, p.73) e, posteriormente, de desenvolvimento sustentável. Segundo ele, independente da denominação, “a abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos não se alterou desde o encontro de Estocolmo até as conferências do Rio de Janeiro [...]” (Sachs, 2002, p.54). Complementando, ainda, que o desenvolvimento sustentável, nada mais é, do que a harmonização de objetivos em oito dimensões: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional.

Já o indiano Amartya Sen, também economista, vai além e propaga um conceito multidimensional de desenvolvimento, focando seus ensinamentos “na qualidade de vida e nas liberdades substantivas” (Sen, 2010, p.40-41). Ele rebate a visão estreita que identifica o “desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social” (Sen, 2010, p.16). Sua compreensão desenvolvimentista consiste em que “as liberdades e direitos também contribuem eficazmente para o progresso econômico” (idem, p.19). Afirma que o desenvolvimento está relacionado com a melhoria da

qualidade de vida e com as oportunidades que a população desfruta, e não apenas com aumento de renda e riqueza. Segundo ele, a liberdade, a participação política, a educação e a assistência médica são outros “componentes constitutivos do desenvolvimento” (idem, *ibidem*). Considera o desenvolvimento “como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (Sen, 2010, p.55).

É justamente nesta concepção ampla de desenvolvimento, que busca avaliar desenvolvimento no seu sentido multidimensional, que esta tese se concentra. Um desenvolvimento que tem como pilar a Educação, promovida e executada pela Rede Federal, que concentra suas diretrizes e finalidades nas demandas e nas potencialidades dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais (APLs). De acordo com Costa (2010), a partir do final da década de 1990, o termo APL passou a ser utilizado como:

(...) espaço social, econômico e historicamente construído através de uma aglomeração de empresas (ou produtores) similares e/ou fortemente inter-relacionadas, ou interdependentes, que interagem numa escala espacial local definida e limitada através de fluxos de bens e serviços. Para isto, desenvolvem suas atividades de forma articulada por uma lógica socioeconômica comum que aproveita as economias externas, o binômio cooperação-competição, a identidade sociocultural do local, a confiança mútua entre os agentes do aglomerado, as organizações ativas de apoio para a prestação de serviços, os fatores locais favoráveis (recursos naturais, recursos humanos, cultura, sistemas cognitivos, logística, infraestrutura etc.), o capital social e a capacidade de governança da comunidade (Costa, 2010, p.126-127).

Em face desse conceito, Costa (2010) esclarece que, num território, mesmo com projetos divergentes, há a necessidade de se construir uma base para um efetivo pacto territorial, com vistas ao desenvolvimento local e regional. Complementa que, de modo genérico, APL é um “grupo de agentes ‘orquestrados’”, que, mesmo num ambiente competitivo e com projetos territoriais diversos, tem por finalidade “a harmonia, interação e cooperação” (Costa, 2010, p.127).

De acordo com as lições de Fuini (2013), o termo APL foi oficializado em 2004, nos Planos Plurianuais do governo federal (2004-2007 e 2008-2011), no eixo da política industrial e de desenvolvimento regional e, com isso, passou a ser uma diretriz de política pública descentralizada de desenvolvimento econômico e estímulo à competitividade das micro e pequenas empresas. Consoante Pitangui *et al.* (2019), em 2004 foi criado um Grupo de Trabalho permanente para o APL, no âmbito do então Ministério do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com o objetivo de articular ações governamentais.

Já o conceito de APL, definido pela Rede de Pesquisa em Arranjos e Sistemas Produtivos Locais (Redesist), consiste na necessidade de um processo interativo entre envolvidos na atividade econômica, seja de forma direta ou indireta, aliada à aprendizagem coletiva coordenada por diversas instituições:

Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas - que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros - e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (Lastres; Cassiolato, 2003, p.5).

A partir de pesquisas realizadas em APLs, Marini e Silva (2012) asseveram que os principais componentes de um arranjo produtivo local, com vínculos cooperativos na busca da eficiência coletiva, são “capital social, governança local, políticas públicas, ações conjuntas e externalidades” (Marini; Silva, 2012, p.119). O Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae) define APL como:

Uma aglomeração de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (Sebrae, 2014, p.7).

Importante diferenciar APL e *cluster* que, embora com conceituação próxima, possuem níveis de interação e aglomeração diferentes. *Cluster*, termo utilizado pela primeira vez por Porter (1999), é considerado uma “concentração geográfica e setorial de empresas e instituições que em sua interação geram capacidade de inovação e conhecimento especializado” (Porter, 1999). Ao tratarem da distinção entre APL e *cluster*, os professores Sampaio e Alves (2013) citam a explicação dos pesquisadores Sampaio, Berberi e Dreher:

Diferentemente dos clusters, o APL concentra-se em micro e pequenas empresas. Os clusters são agrupamentos de empresas em uma região com

sucesso extraordinário em determinado setor de atividade econômica na qual há predominância de grandes empresas. O APL seria um estágio anterior ao que se denomina sistema produtivo e inovativo local, que compreendem arranjos produtivos em que interdependência, articulação e vínculos consistentes resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena, da competitividade e do desenvolvimento local (2013, p.33).

Apresentado o conceito de APL, o texto segue com a política de reorganização, expansão e interiorização da Rede Federal EPT que seguiu dois vetores: a regionalização e a territorialização. A regionalização com uma distribuição de unidades que possibilitou maior capilaridade na oferta de educação profissional; e a territorialização, com a perspectiva de enraizamento do desenvolvimento, buscando reconhecer, articular e incluir, em sentido amplo, as práticas, tradições e experiências locais e regionais no contexto de decisões sociais e econômicas, vinculando-as ao ensino profissional. Nesse sentido, a expansão da Rede Federal, como política nacional de base territorial, se coloca no contexto das iniciativas que visam contribuir para a redução da fragmentação e de hiatos territoriais que marcam a trajetória do desenvolvimento brasileiro (Pereira; Cruz, 2019).

Para Silva (2009), o foco dos IFs “é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias” (Silva, 2009, p.08). Afirma ainda, que cabe aos IFs “responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais” (Idem, p.8).

Ensinam Pereira e Cruz (2019) que a combinação de capilaridade e interiorização gerou mudanças na configuração da Rede Federal no território brasileiro:

A aderência territorial faz com que o conjunto das instituições da Rede potencialize suas ações no ensino, na pesquisa e na extensão, para contribuir na dinâmica das diferentes regiões brasileiras, buscando articular e integrar, em múltiplas escalas espaciais, as potencialidades locais nos territórios ainda não contemplados pelo movimento econômico dominante no país com os programas e equipamentos educacionais e produtivos (Pereira; Cruz, 2019, p. 5).

Getúlio Marques Ferreira (2014), ex-diretor da Setec/MEC e atual (2024) Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), asseverou, em um dos depoimentos sobre a transformação do Cefet/SC

para IFSC (registrado num *blog*), que é inquestionável “o papel transformador que os institutos exercem em seus *locus* de atuação, e, serão reconhecidos, com certeza, nos estudos futuros que enfoquem a contribuição desses entes para o desenvolvimento local e regional”. Ainda, ao indicar os principais benefícios da educação brasileira com a transformação para Institutos Federais, apontou: “instituições singulares em sua concepção com amplitude de oferta, verticalidade, responsabilidade com a educação básica, contribuição com o desenvolvimento local, interiorização da educação profissional e tecnológica e superior e a sua capilaridade”. Afirmou, também, que esse novo desenho institucional oportunizou “espaço de cidadania e formação para pessoas que, sem essa expansão e chegada em sua região, jamais teriam acesso a esses benefícios: inserção social, educação e formação profissional de qualidade” (Ferreira, 2014).

Assim, para o cumprimento do princípio constitucional do desenvolvimento e do dispositivo da lei de criação dos IFs (art. 6º, V), no sentido de que a atuação formativa deve se voltar para consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, coube aos agentes públicos envolvidos, no ato da instituição dos campi, numa relação dialética com a comunidade, com os atores do território, se instruírem da realidade local. Para tanto, foi necessário compreender as peculiaridades regionais, de ordem econômica e social, bem como estabelecer uma interação entre o poder público e a sociedade, para o planejamento dos cursos de educação profissional e tecnológica.

Destarte, o planejamento e a sistematização dos cursos culminam numa proposta pedagógica em sintonia com as demandas sociais, econômicas e culturais, com vistas ao atendimento e às potencialidades dos APLs. Em outras palavras, busca-se consolidar o princípio da territorialidade, nas suas diversas dimensões (espaço geográfico, social, político, econômico e antropológico), na perspectiva de que os envolvidos tenham o sentimento de pertencimento. Por derradeiro, que reflitam sobre a territorialidade humana, problematizem o conhecido e busquem caminhos para o desenvolvimento local e regional.

As concepções e diretrizes dos IFs, concebidas pelo MEC (2018), registram a importância de cada instituto dispor de “agilidade para conhecer a região em que está inserido e responder mais efetivamente aos anseios dessa sociedade, com a temperança necessária quando da definição de suas políticas” (MEC, 2018, p.23), pois, somente

observando essa diretriz é que esses institutos serão “verdadeiramente instituição alavancadora de desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda” (Idem, p.23). Afirmam, ao final, que “é essa concepção que dá suporte à delimitação da área de abrangência dos Institutos Federais, qual seja, as mesorregiões” (idem, p.23).

A definição de território, na concepção dos IFs, deve ser considerada na sua multiplicidade de sentidos, explica Silva (2009). Pode ser entendido como mesorregiões brasileiras (soma de municípios que compõem um determinado território geográfico) ou enquanto construção sociocultural (espaço definido por grupos sociais a partir de suas identidades e interações). Para a autora, isso exige a superação da “dimensão apenas geográfica de território e passe a percebê-lo como espaço de rede de relações sociais em permanente movimento e, conseqüentemente, em constante mutação” (Silva, 2009, p.36). Acrescenta ainda que é no território que se materializa o desenvolvimento local e regional no viés da sustentabilidade e, para tanto, é imprescindível, ouvir e articular as demandas desse espaço (geográfico e sociocultural), bem como entender as suas possibilidades, com vistas à melhoria da qualidade de vida, inclusão social e cidadania.

Tendo em vista o desenvolvimento local e regional, os IFs devem firmar uma estreita relação com o território onde se localizam, mirando o combate às desigualdades regionais e contribuição na construção de um projeto de nação mais igualitária, afirmam Pacheco, Pereira e Sobrinho (2010). Explicam que compreender a EPT vai muito além de formar pessoas para o trabalho e atendimento dos interesses do mercado, uma vez que é “imprescindível situar os Institutos como potencializadores de uma educação capaz de gerar conhecimentos a partir de práticas interativas com a realidade, de modo a propiciar a construção de projetos locais” (Pacheco; Pereira; Sobrinho, 2010, p.80).

Diante de todo contexto legal e teórico, somado ao cenário em que desafios sociais são colocados na agenda da Administração Pública, como o diagnóstico de problemas e demandas locais e regionais para permitir efetivas interações com a comunidade, essa tese examina a efetividade da implantação de campus do IF como ator central no processo de desenvolvimento local e regional, como força motriz e com capacidade para mudar uma realidade social. A partir da compreensão da Educação como direito social que, devidamente assegurado, poderá inserir no mundo do trabalho profissionais qualificados, capazes de atender às peculiaridades desenvolvimentistas

locais e regionais. Para tanto, o planejamento e a sistematização dos cursos regulares, projetos de pesquisa e de extensão devem contar com uma proposta pedagógica em sintonia com as demandas sociais, econômicas e culturais, com vistas ao atendimento e às potencialidades dos APLs.

## **2.6 Considerações sobre o primeiro capítulo do marco teórico**

Das leituras e estudos realizados, dos registros teóricos e articulações de saberes contidos no primeiro capítulo do marco teórico desta tese, é possível sistematizar:

- i) a revisão bibliográfica sistemática indicou que não foram publicadas pesquisas com o objetivo de mensurar o impacto da implantação dos campi dos IFs e o atendimento dos seus objetivos estratégicos, valendo-se de um Modelo de Análise de política pública; também restou demonstrado que há aspectos inovadores na metodologia para coleta de informações com o público-alvo da pesquisa;
- ii) a Constituição Federal qualifica a educação como um direito social, competindo ao Estado a materialização desse direito por meio de políticas públicas. O acesso ao ensino obrigatório (4 a 17 anos) e gratuito é um direito público subjetivo, o que implica dizer que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderão ser cobrados e responsabilizados diante do descumprimento desse preceito constitucional;
- iii) a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) teve início no Brasil em 1909 com a Escola de Aprendizes Artífices, passando por diversas nomenclaturas ao longo de 100 anos, marcada pelo caráter classista e assistencialista, descontinuidade, julgamento preconceituoso e depreciativo em relação ao seu papel, em detrimento da perspectiva democrática (decretos) e disputa de concepções. Em 2008, com a institucionalização da EPT como política pública, aliada ao processo de reordenamento, a expansão e a interiorização da Rede Federal, tem-se uma nova institucionalidade, denominada Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;

- iv)** entre as diretrizes e concepções dos Institutos Federais, a quem foi atribuído o papel de desenvolver uma política educacional diversificada, destacam-se:
- a)** estruturas multicampi, com o compromisso de intervenção nas respectivas regiões (territorialidade) para o desenvolvimento sustentável com inclusão;
  - b)** organização pedagógica verticalizada, que permite a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos, num espaço de diálogo simultâneo e articulado que envolve desde a Educação Básica até a Pós-Graduação;
  - c)** pluricurricularidade, com atuação em diversos eixos tecnológicos, viabilizando a verticalização;
  - d)** formação humana e integral, articulando o ensino técnico/científico com o mundo do trabalho, da cultura e da ciência, quebrando a hierarquia de saberes e articulando dimensões que não se separam da vida humana;
  - e)** rompimento com a escola dual e o conhecimento de forma fragmentada, de modo a colaborar efetivamente para uma educação como um todo, numa nova identidade para a última etapa da Educação Básica;
  - f)** indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
  - g)** pesquisa aplicada aos setores industriais e econômicos;
  - h)** ações de extensão, dialogadas com a sociedade;
  - i)** democratização do acesso, com 50% das vagas destinadas aos egressos da rede pública de ensino, racial e social, caracterizando uma mudança no público que acessa a Rede Federal;
  - j)** transversalidade na organização do trabalho pedagógico;
  - k)** organização da gestão administrativa e pedagógica diferenciada;
- v)** uma das atribuições constitucionais ao Estado brasileiro é assegurar o desenvolvimento, numa perspectiva integrada e multidisciplinar. Neste contexto, a Lei de criação dos IFs estabeleceu que a sua atuação e a oferta formativa devem se voltar aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. Diante disso, a política de reorganização, expansão e interiorização da Rede Federal, seguindo os vetores da regionalização e territorialização, tem o compromisso de se instalar no município/região e analisar, numa relação dialética com a comunidade, a vocação produtiva de seu *lócus*, explorando as potencialidades, com vistas à identificação de novas rotas efetivas de desenvolvimento local e regional e, conseqüentemente, de identificar os IFs

como agentes ativos de política pública, promovendo a emancipação do seu território.

Por conseguinte, o referencial teórico segue com a compreensão do que é política pública, a partir do conceito, atos realizados para a sua materialização (identificação do problema, inclusão na agenda, desenho e formulação da política, tomada de decisão e inclusão na agenda, destinação de orçamento, implementação e execução da política ou programa e avaliação). Considerando que o objetivo da pesquisa é mensurar impacto de política pública, a concentração e o recorte teórico se voltará para avaliação e os recursos metodológicos empregados para aferir resultados, bem como os modelos de análise desenvolvidos por pesquisadores do tema.

### **3 ANÁLISE DE POLÍTICA PÚBLICA**

Para a análise conceitual de política pública, os atos e fluxos necessários para o seu desenvolvimento e implementação, visando a posterior elaboração de um Modelo de Análise de Política Pública, foram colecionados neste estudo, entre outros, as concepções de Theodore Lowi (1964), Klaus Frey (2000), Kraft e Furlong (2010), Thomas R. Dye (2011); Celina Souza (2006); Andrei Pittol Trevisan e Hans Michael Van Bellen (2008); Luísa Araújo e Maria de Lurdes Rodrigues (2017), Marta Ferreira Santos Farah (2018) e Paulo de Martino Jannuzzi (2002, 2022 e 2023).

Esse capítulo inicia com estudos sobre a produção acadêmica do tema política pública, no Brasil e seu impacto internacional; referências da análise bibliométrica das publicações realizadas; conceito de política pública; atos processuais que compõem o ciclo de uma política pública, modelo clássico ou circular e a proposta de espiral. Considerando o objetivo da tese, o capítulo segue com ponderações da avaliação e indicadores como recurso metodológico e, por fim, estudo teórico sobre os modelos de análise de política pública.

#### **3.1 Definição de política pública**

De acordo com Souza (2006), a política pública, enquanto área do conhecimento, nasceu nos EUA com ênfase nos estudos sobre as ações dos governos, rompendo com a tradição da Europa que concentrava suas pesquisas na análise sobre o papel do Estado (governo) e suas instituições na produção de políticas públicas.

A pesquisadora Marta Ferreira Santos Farah (2018) afirma que a produção acadêmica no Brasil sobre política pública ganhou expressividade nos anos 1980, com a redemocratização, iniciando “à (re) institucionalização do campo centrada em estudos de políticas públicas” (Farah, 2018, 73). Afirma que a democratização favoreceu o processo embrionário de institucionalização e a expansão da produção nos anos 2000 teve relação com o contexto político-institucional prevalente no país. Para a autora, a (re)institucionalização do campo de estudos em Políticas Públicas foi alcançada por ações de expansão de acesso à universidade e formação na área pública, seja “na graduação como na pós-graduação, assim como pela criação de oportunidades de

inserção de profissionais formados em Política Pública, Administração Pública, Gestão de Política Pública e áreas correlatas” (Idem, p.73). Na mesma esteira, Arretche (2003), cita um inegável crescimento nos estudos de políticas públicas no Brasil, aumento no número de teses, dissertações, disciplinas sobre políticas públicas nos programas de pós-graduação, criação de linhas de pesquisas e até financiamento para investigações na área.

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do ABC (2024) apontou que pesquisas brasileiras servem de referência para políticas públicas em vários países. Um levantamento feito na base de dados Overton, um banco internacional de informações sobre políticas públicas e pesquisas vinculadas, apontou que “um total de 25.391 estudos assinados por autores de instituições científicas do estado de São Paulo foram citados em 33.398 documentos publicados em 123 países entre 2013 e 2022” (UFABC, Sistema de Bibliotecas, 2024). As instituições que mais citaram pesquisas paulistas foram “Organização Mundial da Saúde (OMS), a Comissão Europeia, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Banco Mundial”. No ranqueamento das menções às pesquisas realizadas, estão à frente do Brasil: Estados Unidos, União Europeia, Reino Unido, Alemanha, Canadá e França. Na reportagem, a socióloga e pesquisadora Ana Cláudia Niedhardt Capella (Unesp), disse que “nos últimos anos, a produção de conhecimento no país tem sido direcionada para buscar soluções para problemas complexos da sociedade, da desigualdade a desafios relacionados à violência, acesso à saúde e educação”. Acrescentou ainda que, com o aumento da capacidade acadêmica, as “práticas governamentais começaram a valorizar as políticas públicas e a busca por uma maior eficiência em seus investimentos” (UFABC, Sistema de Bibliotecas, 2024).

Silva *et al.* (2019) realizaram uma análise bibliométrica das publicações do tema políticas públicas no contexto mundial e nacional. A base de dados adotada foi a *Scopus* (maior base de dados multidisciplinar), disponível no Portal de Periódicos da Capes. Os termos empregados na pesquisa foram: “Public Policy” or “Public Policies” or “Public Policie”. O resultado demonstrou que a primeira publicação, cenário mundial, aconteceu em 1909, enquanto no Brasil em 1987. De acordo com os pesquisadores, no período de 1909 a 1969 o tema não era muito discutido no mundo pela comunidade acadêmica,

enquanto no Brasil foi de 1987 a 2004. Depois desse período, os estudos demonstram uma tendência de crescimento na produção sobre o tema. O país com o maior número de publicações é o Estados Unidos, seguido pelo Reino Unido, Brasil, Canadá, Austrália e França. Mesmo tendo iniciado o debate em 1987, o Brasil ocupa a terceira posição no ranque mundial, sendo a USP a instituição com o maior número de publicações. Os estudos ainda apontaram que, das subáreas do tema políticas públicas (28 encontradas), os campos das Ciências Sociais e Medicina concentram 43% dos trabalhos. Quanto aos veículos de comunicação, foram encontrados 157 periódicos, sendo no Brasil a revista *Ciência e Saúde Coletiva* com o maior número de publicações.

De acordo com Trevisan e Bellen (2008), os estudos sobre políticas públicas no Brasil são recentes e estão focados na “análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas” (Trevisan; Bellen, 2008, p.351).

Contextualizado o início das pesquisas no Brasil e exterior, das produções e áreas de estudos prevalentes, é fundamental para o estudo de política pública, centrar a atenção na análise teórica do conceito em Dye (2011), Laswell (1936), Souza (2006), Höfling (2001), Dworkin (2010), Kraft e Furlong (2010) e o contemporâneo Jannuzzi (2023).

Ao definir política pública, Dye (2011, p. 33) sintetiza na expressão “o que o governo decide fazer ou não fazer”. Acrescenta que os governos fazem muitas coisas, regulam conflitos, organizam e regulam a vida em sociedade, distribuem uma variedade de serviços e benefícios, mediante a arrecadação de impostos. Afirma, ainda, que entender de políticas públicas é uma arte, pois consiste na atividade de imaginação e identificação dos problemas sociais, e um ofício, diante da necessidade do domínio de diferentes áreas do conhecimento, como a economia, ciência política, administração pública, sociologia, direito e estatística.

Segundo Souza (2006), a definição mais conhecida continua sendo a de Lasswell (1936): “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (Souza, 2006, p.24). Para Souza (2006), apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema (diversas unidades em

totalidades organizadas); uma teoria geral da política pública busca sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia.

A partir dos estudos realizados, Souza define política pública como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (Souza, 2006, p.26). Ao sintetizar os elementos principais contidos nas definições e nos modelos de políticas públicas, descreve:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes; é abrangente e não se limita a leis e regras; é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo; envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (Souza, 2006, p.36-37).

O TCU define políticas públicas como o “conjunto de intervenções e diretrizes emanadas de atores governamentais que visam tratar, ou não, problemas públicos e que requerem, utilizam ou afetam recursos públicos” (TCU, 2020, p. 14).

Para Kraft e Furlong (2010, p.05, tradução livre), os funcionários do governo e, por extensão, os cidadãos que eles representam, escolhem fazer ou não fazer quando problemas públicos requerem intervenção; uma política pública envolve intenções (propósitos da ação governamental), objetivos (os fins a serem alcançados), propostas (meios para garantir metas); programa (objetivos a perseguir) e escolhas (decisões). Esses elementos podem ser encontrados em leis, decretos executivos, regulamentos e decisões judiciais. Em linhas gerais, definem Política Pública como ação ou inação governamental em resposta ao problema público.

Nos artigos e manuais que discutem política pública, é comum a identificação de termos na língua inglesa como: “polity”; “politics”; e “policy”, considerando o país de origem da política pública enquanto área do conhecimento. Neste sentido, Klaus Frey (2020) apresenta a diferença teórica entre os termos: *polity* são as instituições políticas, o ordenamento do sistema e sua estrutura institucional; *politics* os processos políticos, as negociações de caráter conflituoso; *policy* os conteúdos concretos da política, ou seja, os programas, as decisões e os resultados. Afirma que a diferença é teórica, pois na

“realidade política essas dimensões são entrelaçadas e se influenciam mutuamente” (Frey, 2020, p.217).

Ademais, ao pensar na formulação e materialização da política pública, é necessário conhecer e identificar os instrumentos de planejamento e gestão governamental. Relembrando que, conforme afirmou Santos (2018), citado no primeiro capítulo, foi a concepção de Educação Profissional contida no PPA 2004-2007 que orientou o projeto de criação da nova institucionalidade materializada na Lei nº 11.892/2008. Ao conceituarem esses expedientes, essenciais para a execução de políticas públicas, Patrício Netto *et al.* (2010), elencam: a) Plano Plurianual (PPA): instrumento de planejamento de médio prazo que estabelece de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas, considerando as despesas de capital e correntes no período de quatro anos; em cada ano retrata as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA); b) LDO: relaciona metas e prioridades para os exercícios financeiros, de acordo com o PPA; c) LOA: provedora dos recursos necessários para cada ação contida na LDO; d) Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): reforça a necessidade de integração entre planejamento e orçamento, bem como os vínculos entre PPA, LDO e LOA.

O professor e pesquisador Jannuzzi (2023), no site Nexa Políticas Públicas, faz uma análise do termo Política Pública diante de acepções diferentes. Explica que, comumente a expressão é entendida como “ações governamentais”; nos manuais de Economia é um “mal necessário para corrigir as falhas do mercado”; na Ciência Política e na Administração Pública “diretrizes voltadas à resolução de um problema coletivo” ou “fluxo de decisões públicas”. Assevera que a definição mais apropriada de política pública parece ser:

[...] empreendimentos governamentais para atendimento de demandas societárias normativamente reconhecidas – como o atendimento à saúde, serviços educacionais, por exemplo, para a promoção de objetivos coletivamente almejados – como a redução da desigualdade, promoção da sustentabilidade ambiental etc – e para solução ou mitigação de uma problemática reconhecida como indesejável – como a fome, miséria, trabalho infantil, poluição ambiental entre tantas (Jannuzzi, 2023).

Para o autor, a denominação de “empreendimento” vem justamente contrapor a concepção de “projeto”, que tem como características início, meio e fim. Acrescenta que políticas públicas “lidam com complexidade, pela dimensão dos públicos atendidos, pela

quantidade de pessoal técnico envolvido, pela arquitetura do arranjo operacional de agentes e instituições implicados na produção dos serviços e bens públicos” (Jannuzzi, 2023).

Reunidas algumas definições de políticas públicas, visão clássica à contemporânea, seguem as considerações acerca dos atos processuais que envolvem a elaboração de uma política.

### **3.2 Atos processuais para elaboração de uma política pública**

Para compreender o processo (conjunto de atos) inerente à formulação de uma política pública, seguem-se os ensinamentos de Dye (2011), Silva e Bassi (2012), Frey (2000), Theis e Galvão (2012). Na contraposição ao pensamento clássico de ciclo Jannuzzi (2023) sugere o fluxo processual espiralado aberto.

Segundo Dye (2011), num sistema político para elaboração de uma política pública existem atividades ou atos processuais denominados: a) identificação de problemas; b) configuração da agenda; c) formulação de política; d) legitimação da política; e) orçamento de implementação; f) avaliação. Assevera que, no mundo real, a formulação de política raramente é tão organizada quanto o modelo de processo e acontece de modo simultâneo e com a participação de diferentes atores políticos e instituições.

Consoante Patrício Netto *et al.* (2010), a formulação de políticas públicas depende de capacidade de governança e governabilidade. A primeira corresponde à capacidade do Estado de formular e implementar suas políticas, de empreender as transformações necessárias, a depender da capacidade financeira, gerencial e técnica. Enquanto a governabilidade é a capacidade conferida pela sociedade ao Estado para o exercício do poder, tendo como fonte a manifestação dos cidadãos e a cidadania organizada, como os partidos políticos, as associações e as instituições.

O processo de formulação de políticas públicas, segundo Silva e Bassi (2012), está relacionado à capacidade de execução, pois além dos regramentos normativos é necessário o envolvimento dos arranjos institucionais (agentes participativos) capazes de elaborar (identificação do problema e concepção da política), implementar, acompanhar e, por fim, avaliar os resultados. Afirmam que o governo não é o único ator no

desenvolvimento e implantação de políticas públicas. Vários atores participam deste processo, como associações, Organizações Não Governamentais (ONGs), empresas, instituições públicas e privadas, entre outros, são consideradas importantes agentes de políticas públicas. Acrescentam, ainda, Silva e Bassi (2012), que o processo de uma política pública envolve: identificação do problema; agenda dos agentes; formulação, legitimação, implementação e avaliação da política. Afirmam, na mesma perspectiva de Patrício *Netto et al.* (2010), que além da governabilidade, para formular e implementar uma política pública, o governo deve possuir capacidade de governança, isto é, capacidade financeira, gerencial e técnica (problema identificado nos municípios menores).

Ao tratarem da formulação de políticas públicas, os pesquisadores Theis e Galvão (2012), destacam a importância de compreender as concepções de espaço, território e região. Para eles, leituras equivocadas e interpretações parciais tendem a transformá-los em expressões sinônimas e, por derradeiro, em soluções simplificadoras. Para resolver essa questão, os autores sugerem a busca de conceitos e significados nas lições da Geografia e da Economia, visando subsidiar as estratégias de desenvolvimento e enfrentamento dos graves problemas sociais que desafiam os brasileiros. No âmbito da formulação de políticas públicas asseveram ser necessário compreender o espaço geográfico na perspectiva econômica, precisamente “as interações entre as atividades econômicas e os lugares onde ocorrem” (Theis; Galvão, 2012, p.57).

O pesquisador Paulo Martino Jannuzzi (2023) ensina que, de acordo com o ciclo clássico, as políticas e programas passam por um fluxo circular com seis etapas: i) debate público sobre uma demanda ou problemática social (alerta que um evento de grande repercussão social pode contribuir para ampliar esse debate); ii) inserção na agenda de governo (aduz que conta muito a existência de leis que assegurem um direito); iii) formulação de políticas ou desenhos de programas (possíveis soluções ou encaminhamentos); iv) tomada de decisão quanto à política ou programa a ser lançado; v) implementação de políticas e programas escolhidos (envolve recursos financeiros, arranjos operacionais, formação e capacitação de equipes); v) avaliação (materializa em pesquisas para identificar efetividade, necessidade de mudanças e/ou adequações).

**Figura 5 - Ciclo Clássico de Políticas e Programas**



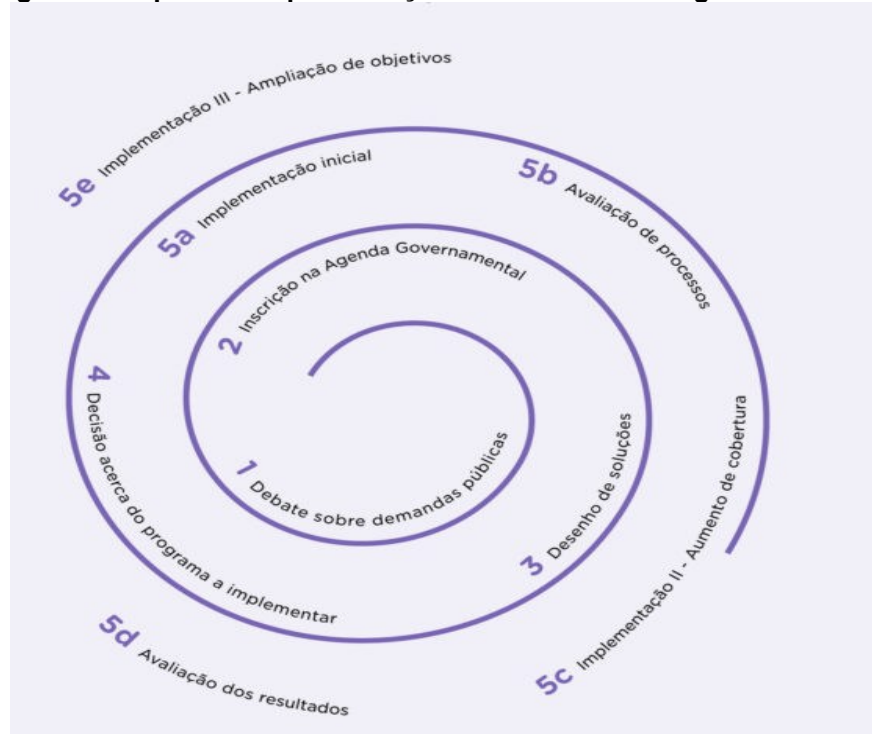
Fonte: Jannuzzi (2023, p. 2).

A crítica de Jannuzzi ao modelo clássico do ciclo de políticas públicas é o fato que “sugere uma linearidade sequencial e um processamento técnico-político pouco realista de como as demandas públicas induzem e produzem soluções programáticas” (Jannuzzi, 2023, p. 4). Afirma que é um modelo que responde bem à visão racionalista da administração pública. Adverte que os problemas decisórios públicos envolvem muita incerteza, lacunas de conhecimento, dilemas éticos de prioridades. Ademais, que o modelo clássico sugere consensualidade de opiniões, porém os gestores públicos não atuam de forma sistemática e cooperativa. Complementa, afirmando que os programas públicos não são destinados a problemas específicos, com duração e escopo limitado, mas sim, a “empreendimentos governamentais para atendimento de demandas da sociedade e para reverberação de valores sociais, questões que têm uma duração, em geral, muito ampla [...]” (Jannuzzi, 2023, p. 5).

Diante dessas considerações, Jannuzzi (2023) propõe um fluxo processual espiralado aberto e não circular fechado. A inovação da proposta é o reconhecimento da “centralidade simbólica e fática da Implementação no processo e ao recolocar a Avaliação como uma atividade permanente na identificação das dificuldades de

implementação e na apuração dos efeitos concretos da ação governamental” (Jannuzzi, 2023, p. 5).

**Figura 6 - Espiral da Implementação das Políticas e Programas**



**Fonte: Jannuzzi (2023, p.06).**

Concluiu seu estudo afirmando que a proposta Espiral da Implementação de Políticas ou Programas rompe “a perspectiva positivista e tecnocrática do ciclo clássico ao retirar da Avaliação a suposta legitimidade e neutralidade técnica de ‘julgamento’ acerca dos rumos da ação governamental” (Jannuzzi, 2023, p.6).

Delineados os atos processuais que cercam a elaboração de uma política pública, o estudo segue, considerando o objetivo da tese de analisar e mensurar impacto de política pública educacional, com apontamentos sobre a avaliação, indicadores como recurso metodológico e reflexões teóricas sobre os modelos de análise de política pública.

### **3.3 Avaliação e indicadores**

Ao contextualizar a evolução histórica da avaliação de políticas públicas, Trevisan e Bellen (2008) afirmam, baseados nos estudos de Derlien, que, na década de

1960, a ênfase da avaliação preponderou sobre a função da informação (*feedback*); já na década de 1980, a função da realocação (alocação racional de recursos); e na década de 1990 a função de legitimação (medição dos resultados). Para eles, a partir dos anos 1990, com início na América Latina, surgiram os primeiros questionamentos sobre o tamanho e eficiência do setor público, tendo a avaliação de Política Pública um papel de destaque nas reformas do setor público, muito embora haja escassez de estudos pós-decisão. Asseveram que a avaliação tem um papel de destaque nas reformas do setor público, assim como tem estado cada vez mais presente nos processos de análise das políticas públicas. Cabe destacar, contudo, que tal como no caso do movimento da nova administração pública, as avaliações de políticas passam atualmente por uma fase de críticas ao “gerencialismo” de suas concepções (Trevisan; Bellen, 2008, p.538).

Ao refletir sobre a prática da análise de políticas públicas no Brasil, Klaus Frey (2000) atribui ao fator instituições estáveis ou frágeis, a importância primordial para explicar o êxito ou o fracasso das políticas em países em desenvolvimento. Defende a tese de que as peculiaridades socioeconômicas e políticas das sociedades em desenvolvimento não podem ser tratadas apenas como fatores específicos de ‘polity’; e ‘politics’; pois, é preciso uma adaptação do conjunto de instrumentos da análise de políticas públicas às condições peculiares das sociedades em desenvolvimento (Frey, 2000, p. 215-216).

Os pesquisadores D’Ascenzi e Lima (2019) partem da concepção de que as políticas públicas dizem respeito à mudança social. Portanto, defendem que a avaliação de políticas públicas deve se dar “a partir do impacto em termos de desenvolvimento, entendido em uma perspectiva multidimensional”. Justificam que o desenvolvimento é uma questão central nas sociedades e está vinculado “às necessidades, demandas e desejos do cotidiano dos cidadãos. Normalmente ganha conotação positiva, relacionado ao progresso, ao bem-estar, à felicidade [...]” (D’Ascenzi; Lima, 2019, p.138).

Na elaboração e análise de políticas públicas, segundo Jannuzzi (2002), são utilizados dados estatísticos sociais, econômicos e demográficos (censos) produzidos, compilados e disseminados por diferentes agências para a construção de indicadores, com destaque para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somados aos registros administrativos dos Ministérios da Saúde, Educação e Trabalho. Alguns

pesquisadores preferem utilizar indicadores sociais sintéticos, construídos a partir de medidas mais simples, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Para o autor, sistemas de indicadores sociais que contemplem as múltiplas dimensões da realidade social, desenvolvidos a partir das discussões teóricas e metodológicas ao longo das últimas décadas, continuam sendo o melhor instrumento analítico de trabalho para os formuladores de políticas públicas e tomadores de decisão (Jannuzzi, 2002, p. 66).

A definição clássica de indicador, apresentada em diversas pesquisas e publicações, especialmente aquelas que procuram avaliar diferentes políticas públicas, é no sentido de um recurso metodológico, uma medida, no seu aspecto quantitativo ou qualitativo, com capacidade para organizar e capacitar informações. Neste sentido, indicador é definido como:

[...] uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado (Ferreira; Cassiolato; Gonzales, 2009, p. 24).

No mesmo sentido, Prado e Castanha (2020) consideram que “os indicadores são ferramentas que dimensionam propriedades específicas atribuindo valores sobre uma dada situação circunstancial” (Prado; Castanha, 2020, p.51). Corroboram no sentido de que os indicadores buscam representar uma determinada realidade, seja ela simples ou complexa e, por consequência, estabelecem uma representação de juízo. Concluem que os indicadores “descrevem sinteticamente os padrões aferidos em um estado dinâmico e propenso às variações contextuais” (idem, p.51).

Dentro do universo de indicadores, essa pesquisa busca apresentar e analisar os indicadores sociais, que, na definição de Jannuzzi (2002), são “uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para subsidiar, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas)” (Jannuzzi, 2002, p.2). Ainda de acordo com Jannuzzi (2002), o surgimento e o desenvolvimento dos indicadores sociais estão relacionados à consolidação das ações de planejamento do setor público, no decorrer do século XX. Esclarece também que o indicador PIB “mostra-se cada vez menos apropriado como medida representativa do bem-estar social” (Idem. p.2).

Acrescenta em outra publicação que “o IDH pode até ser um indicador sensível, mas não é claramente específico a efeitos de políticas sociais” (Jannuzzi, 2002, p.69). Na avaliação do autor, um sistema amplo de indicadores sociais relevantes, válidos e confiáveis potencializa as chances de sucesso no processo de formulação, implementação e execução de políticas públicas. Agrega que o processo de implementação das políticas públicas está sujeito ao desempenho dos agentes públicos e, como atividade sociopolítica, que busca legitimidade, está sujeito à participação e ao controle social. Ao definir indicadores sociais, aduz que: se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento, por parte do poder público e da sociedade civil, das condições de vida e bem-estar da população e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (Jannuzzi, 2002, p. 55).

Para que um indicador social possa ser empregado numa pesquisa acadêmica ou na formulação e avaliação de política pública deve possuir, segundo Jannuzzi (2002), entre outros, uma série de propriedades: confiabilidade dos dados; cobertura populacional adequada aos propósitos; sensível a políticas públicas; específico a efeitos de programas setoriais; inteligível para os agentes públicos-alvo das políticas; atualizável periodicamente; custos factíveis; desagregável em termos geográficos, sociodemográficos e socioeconômicos; e historicidade (possibilitar comparações).

Diante do exposto, observa-se que os indicadores são instrumentos de gestão, seja no planejamento, monitoramento ou avaliação de uma política pública, uma vez que contribuem para a melhoria da qualidade e efetividade das ações e programas estatais. No âmbito social, em especial das políticas educacionais, os indicadores auxiliam na melhoria da qualidade da educação, na análise da eficácia e efetividade das ações realizadas e contribuem com a revisão de processos e métodos, ajustes de planejamentos e atividades.

Com base nos referenciais teóricos aqui correlacionados, a avaliação da política pública de promoção da educação profissional e tecnológica, por intermédio dos Institutos Federais, terá como consequência legitimar as ações dos agentes públicos encarregados de executá-la. Para viabilizar essa tarefa foi desenvolvido um Modelo de Análise

contendo indicadores sociais, que contemplam múltiplas e diversas dimensões da realidade de um campus.

### **3.4 Modelos de Análise de políticas públicas**

Ao apresentar os modelos de análise de política pública, Dye (2011) pontua: a) modelo de processo: compreende política pública como atividade política e, com isso, as várias atividades envolvidas na sua formulação: definição de agenda, formulação de propostas, legitimação, implementação e avaliação; b) modelo institucional: política pública é determinada, implementada e aplicada com autoridade pelas instituições. Por essa razão, são atribuídas três características a elas: legitimidade (obrigação legal), universalidade (todas) e coerção (sanção); c) modelo racional: a política como ganho social máximo e isso implica na adoção de políticas com análise de custos financeiros e benefícios; d) modelo instrumental: a política como variações do passado, como uma continuação das atividades governamentais anteriores com modificações incrementais, onde programas, políticas e despesas existentes são consideradas como base; e) modelo teoria de grupo: integração entre os grupos é fator central na política e, deste modo, indivíduos com interesses comuns unem-se para demandar ao governo e, por derradeiro, a política pública é o equilíbrio alcançado na luta do grupo; f) modelo teoria da elite: as políticas públicas deveriam ser demandas do povo, entretanto, podem ser vistas como as preferências e valores de uma elite governante; g) modelo teoria da escolha pública: estudo econômico de tomada de decisão mediante análises econômicas. Todos os atores (eleitores, contribuintes, candidatos, legisladores, burocratas, grupos de interesse, partidos e governos) buscam maximizar seus benefícios pessoais na política, bem como no mercado. Cabe ao governo atuar nas falhas de mercado; h) modelo teoria dos jogos: participantes racionais têm escolhas a fazer (interação) e o resultado depende das escolhas feitas de modo independente.

De acordo com Lima *et al.* (2021), o modelo mais popular para analisar política pública é o Ciclo de Políticas Públicas, que apresenta as políticas em etapas, evidenciando as especificidades de cada fase. Também recebem atenção outros modelos como a dos múltiplos fluxos, equilíbrio pontuado e das colisões de defesa, que atentam para as instituições, atores e suas ideias e interesses.

Outrossim, Araújo e Rodrigues (2017) apresentam quatro modelos teóricos de análise das políticas públicas: i) sequencial ou do ciclo político; ii) fluxos múltiplos; iii) equilíbrio interrompido; iv) coligações de causas ou de interesses. O modelo sequencial ou de ciclo das políticas públicas é resultado de um processo que se desenvolve por etapas, num ciclo que se repete. Lasswell foi um dos precursores desse modelo (1950), propondo a criação de mapa conceitual orientador contendo as seguintes fases: informação, promoção, prescrição, invocação, aplicação, conclusão e avaliação. Para Araújo e Rodrigues (2017), no modelo sequencial ou do ciclo político, a ação pública que busca a resolução dos problemas “é analisada como um processo sequencial e inacabado que se repete e reconstrói, em resultado de mudanças induzidas por efeito de *feedback* das próprias políticas públicas, ou por alterações do contexto ou da relação entre os atores e instituições envolvidos” (Araújo; Rodrigues, 2017, p.18). Acrescentam que, apesar desse modelo ser alvo de críticas, por se basear numa metodologia restrita e visão artificial do processo político, “tem sido o ponto de partida para a maioria das abordagens, metáforas e enquadramentos teóricos da análise das políticas públicas [...]”. (Idem, p.20).

Já o modelo metáfora dos fluxos múltiplos, desenvolvido por John Kingdon (2011), ensinam Araújo e Rodrigues (2017), procura explicar como os problemas se transformam em problemas políticos, isto é, como entram na agenda da ação pública. O modelo se baseia em três conceitos centrais: comunidades políticas (deputados, funcionários, analistas e grupos de interesses que partilham preocupação com o tema); empreendedores políticos (atores na mediação e negociação); e janela de oportunidade política (percepção pública do problema ou fluxo dos problemas; conhecimento das soluções e técnicas ou fluxo das políticas; e condições de governação ou fluxo da política).

O modelo do equilíbrio interrompido desenvolvido por Frank Baumgartner e Bryan Jones teve por objetivo explicar as discontinuidades ou interrupções e as continuidades das políticas, segundo Araújo e Rodrigues (2017). Para compreender as mudanças na agenda política, os criadores do modelo propõem dois conceitos: imagem política (como é percebida e discutida publicamente por uma comunidade) e subsistema político (especialistas de uma determinada área que analisam os problemas).

Por fim, o modelo das coligações de causas ou de interesses, proposto na década de 1980 por Paul Sabatier e Jenkins-Smith, segundo Araújo e Rodrigues (2017), tem por objetivo explicar coerentemente os principais fatores e dinâmicas que afetam o processo político. Mediante intervenção nos subsistemas, o modelo busca compreender as posições, as coligações, a capacidade dos atores de influenciar e promover mudanças dos decisores políticos.

Além dos modelos, Klaus Frey (2000) identifica as categorias tradicionais de análise de política pública: a) *policy network*: redes de atores; b) *policy arena*: processos de conflito e consenso (caráter distributivo, redistributivo, regulatório e constitutivo); c) *policy cycle*: formulação, da implementação e do controle (comum) e propõe uma nova categorização: percepção e definição de problemas, agenda-setting (tema inserido), elaboração de programas e decisões, implementação de políticas, avaliação e a eventual correção da ação (Frey, 2000).

Na mesma esteira, considerando o processo de construção da política pública, Lowi (1964) classifica as políticas públicas como: redistributivas (concedem benefícios concentrados a um grupo de pessoas); políticas distributivas (decisões tomadas em caráter individual e favorecedor); políticas regulatórias (específicas e individuais, mas com impacto menor, pois estão relacionadas a padrões legais mais amplos de comportamento).

Por sua vez, em um olhar contemporâneo, o professor Jannuzzi (2022) propõe, orientado por paradigmas neoinstitucionalistas, a incorporação, nos estudos de avaliação de política pública, de considerações da contextualização institucional, política e ideacional (CIPA) que cercam as políticas e programas. Esclarece que se trata de um “elo perdido entre Análise e Avaliação” que precisa ser resgatado (Jannuzzi, 2022, p.3). Afirma que, além da explicação dos objetivos e públicos-alvo atendidos na política ou programa, se faz necessária a explicação do arcabouço institucional que fundamentou; dos principais atores que a promoveram; as ideias centrais que legitimaram o seu agendamento; e a sua proposição. Para o autor, a CIPA constitui-se “em uma ponte entre a Análise e Avaliação, trazendo o contexto em que se deu a proposição e implementação da política ou programa, o arcabouço institucional, principais atores envolvidos e as ideias e valores prevaletentes” (Jannuzzi, 2022, p.10).

Defende nos estudos avaliativos a tríade (instituições, interesses e ideias) como “eixo estruturante de um marco de referência para contextualização de políticas e programas” (Jannuzzi, 2022, p.4). Acrescenta que “políticas e programas não são empreendimentos tão-somente técnicos, mas entendidos e construídos a luz de valores e intencionalidade política” (Idem, p.4). Para auxiliar os leitores na compreensão da proposta, Jannuzzi elaborou o Contexto Institucional, Político e Ideacional (CIPA) do Programa Água Para Todos (Jannuzzi, 2022, p.8).

Neste sentido, adotando a perspectiva de Jannuzzi de que se faz necessário resgatar o elo análise e avaliação, no sentido de que a avaliação de uma política pública deve compreender além de objetivos e público-alvo, o arcabouço institucional que a fundamentou, os principais atores que a promoveram, as ideias centrais que legitimaram o seu agendamento e a sua proposição, segue o quadro da CIPA (Quadro 2) para contextualizar a política pública de reordenamento, expansão e interiorização da Rede Federal, por meio da nova institucionalidade, denominada Institutos Federais.

**Quadro 2 - Contexto Institucional, Político e Ideacional (CIPA)**

Linha do Tempo	Arcabouço Institucional
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 1909 – Criação das Escolas de Aprendizes Artífices;</li> <li>✓ 1927 - O ensino profissional obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União;</li> <li>✓ 1937 – Criação dos Liceus Profissionais;</li> <li>✓ 1942 – Criação das Escolas Industriais e Técnicas (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI);</li> <li>✓ 1946 – Sistematização das diretrizes para os estabelecimentos de ensino agrícola; no mesmo ano criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);</li> <li>✓ 1959 – Criação das Escolas Técnicas Federais / Escolas Agrotécnicas Federais, como autarquias;</li> <li>✓ 1967 – As fazendas-modelo foram transferidas para o MEC e passaram a ser denominadas de Escolas Agrícolas;</li> <li>✓ 1971 a 1982 – Segundo grau com habilitação técnica;</li> <li>✓ 1978 – Transformação das Escolas Técnicas do PR, RJ e MG em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs);</li> <li>✓ 1994 – Instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica (Rede Federal e escolas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Tratados Internacionais</li> <li>▪ Legislação Nacional</li> <li>✓ Decreto n° 7.566/1909;</li> <li>✓ Decreto n° 5.241/1927;</li> <li>✓ Decreto-Lei n° 9.613/1946;</li> <li>✓ Lei n° 6.545/1978;</li> <li>✓ Constituição Federal 1988 (arts. 6° e 205 a 214);</li> <li>✓ Lei n° 9.394/1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB);</li> <li>✓ Lei n° 11.195/2005: expansão da EPT por meio de parcerias;</li> <li>✓ Decreto Federal n° 2.208/1997: regulação da Educação Profissional (revogado);</li> <li>✓ Decreto Federal n° 5.154/2004: aprofundamento da EPT;</li> <li>✓ Decreto n° 6.095/2007, que estabeleceu as diretrizes para estimular o processo de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica, a fim de que atuem de forma integrada regionalmente;</li> <li>✓ Lei n° 11.892/2008.</li> </ul>

<p>congêneres dos Estados, Distrito Federal e Municípios);  ✓ 2008 – Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.</p>	
<p><b>Atores e seus Interesses</b></p>	<p><b>Ideias e Valores socioculturais</b></p>
<p>✓ Técnicos que elaboraram o Plano Plurianual do Governo Lula (PPA 2004-2007) apontaram a necessidade de políticas de educação formal e de qualificação para o trabalho;  ✓ Ministro da Educação (2004), Tarso Genro: elaboração do PL nº 3.584/2004, com vistas a alterar a Lei nº 8.948/1994 – articulação e expansão da EPT por meio de parcerias;  ✓ Congresso Nacional: aprovação da Lei nº 11.195/2005 (após 20 meses de tramitação);  ✓ Ministério da Educação apresenta do PDE (PAC da Educação). Para execução de uma das metas, o Poder Executivo publica o Decreto nº 6.095/2007, com vistas a estimular a reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica, a fim de que atuem de forma integrada regionalmente, por meio do modelo dos IFs;  ✓ Debate na Rede Federal (2 anos);  ✓ Proposição do Poder Executivo (1º mandato do Governo Lula) do PL nº 3.775/2008;  ✓ Congresso Nacional (5 meses de tramitação);  ✓ Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão (Paulo Bernardo Silva) e da Educação (Fernando Haddad) submetem o PL aprovado ao Presidente da República (Lula).</p>	<p>✓ A EPT foi marcada pelo seu caráter classista e assistencialista, destinada aos desvalidos da sorte e desafortunados;  ✓ Descontinuidade e transições de projetos políticos pedagógicos;  ✓ Disputa de concepções, dualidade: educação politécnica versus educação para o mercado de trabalho;  ▪ Institutos Federais  ✓ estruturas multicampi;  ✓ organização pedagógica verticalizada;  ✓ pluricurricularidade com atuação em diversos eixos tecnológicos;  ✓ verticalização do itinerário formativo;  ✓ formação humana e integral, articulando o ensino técnico/científico com o mundo do trabalho, da cultura e da ciência;  ✓ rompimento com a escola dual e o conhecimento de forma fragmentada;  ✓ indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão;  ✓ pesquisa aplicada aos setores industriais e econômicos;  ✓ ações de extensão, dialogadas com a sociedade;  ✓ democratização do acesso, com 50% das vagas destinadas aos egressos da rede pública de ensino, racial e social;  ✓ transversalidade na organização do trabalho pedagógico;  ✓ organização da gestão administrativa e pedagógica diferenciada.</p>

**Fonte: Autoria própria com base na ferramenta CIPA de Jannuzzi (2022, p.8).**

Da análise desse contexto institucional, política e ideacional da política pública que implantou os Institutos Federais, a partir dos ensinamentos de Jannuzzi (2022), foi possível sintetizar: a linha do tempo e o arcabouço institucional que subsidiou a oferta da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, de 1909 a 2008; a identificação dos atores e seus interesses; ideias e valores socioculturais do passado e do presente na Rede Federal.

### 3.5 Considerações dos Relatórios do TCU sobre os Institutos Federais

Hodiernamente, ao pensar na ‘avaliação’ da política pública de implantação dos IFs, os gestores públicos e a sociedade civil se voltam para os relatórios de análise do Tribunal de Contas da União (TCU). A competência do TCU, nos termos dos artigos 70 e 71 da Constituição Federal (1988), é de auxiliar o Congresso Nacional no controle externo, relativo à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade. Isso implica, em síntese: apreciar anualmente as contas do Presidente da República; julgar contas dos responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos; apreciar os atos de admissão de pessoal da administração direta e indireta, aposentadorias e pensões; realizar comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio; em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, aplicar as sanções previstas em lei; determinar prazos para a adoção de providências necessárias, entre outras.

Por ocasião de duas auditorias operacionais realizadas (2013 e 2024), o TCU publicou relatórios e, em seguida, a decisão do órgão colegiado (acórdão). Na sequência, uma síntese dos principais aspectos desses relatórios.

#### 3.5.1 TC nº 026.062/2011-9 - Acórdão 506/2013

O Relatório de Auditoria Operacional do TCU, TC nº 026.062/2011-9, Acórdão 506/2013 -, avaliou a atuação dos Institutos Federais (IFs) nos seguintes temas afetos à finalidade: a) caracterização da evasão e medidas para reduzi-la; b) interação com os arranjos produtivos locais; c) integração acadêmica entre as áreas de pesquisa e extensão; d) iniciativas de apoio à inserção profissional dos alunos no mercado de trabalho; e) infraestrutura e suporte à prestação dos serviços educacionais.

Das conclusões registradas pela Auditoria (parágrafos 293 a 297), destacam-se: a necessidade de diagnóstico e adoção de medidas mitigadoras para as taxas de evasão; intensificar os instrumentos disponíveis de suporte aos estudantes, com dificuldades de

aprendizagem e com maior propensão a evadir; institucionalização de práticas voltadas ao fomento ao empreendedorismo (incubadoras de empresas ou empresas júnior); obstáculos internos (fatores legais, administrativos e culturais) para a realização de parcerias com o setor produtivo/empresarial, com vistas à produção de pesquisa e inovação; o desafio à prospecção de nichos de pesquisa mais compatíveis com sua identidade institucional (pesquisa aplicada), ou seja, baixa interação dos projetos de pesquisa e extensão com os APLs; adoção de indicadores de desempenho; acompanhamento dos egressos e sua inserção profissional; com a interiorização e o peso do setor público nas economias locais, há o risco da atuação dos Institutos Federais não encontrarem uma estrutura produtiva suficientemente dinâmica para receber seus produtos, seja a mão de obra formada, sejam as parcerias de pesquisa e extensão; o déficit de professores e técnicos, associado à oferta insuficiente de cursos de formação pedagógica, baixa atratividade na carreira em razão dos salários; carências estruturais quanto à disponibilidade de bibliotecas, computadores, salas de aula e laboratórios de ciências; ausência de instrumentos de avaliação dos cursos médios técnicos (TCU, 2011, p. 53-54).

Diante dos problemas identificados, o TCU (idem p. 38-40) recomendou à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), em conjunto com os Institutos Federais: a) instituição de plano de ação voltado ao tratamento da evasão, contendo: levantamento de dados; termos de acordos e metas; programas de assistência estudantil; alocação de profissionais para acompanhamento dos estudantes; participação dos estudantes em reforço escolar; b) elaboração de um manual de orientações para a formulação de parcerias; c) adoção de medidas para maior integração entre ensino, pesquisa e extensão, por meio de: priorização de pesquisas aplicadas às demandas socioeconômicas locais e regionais; estabelecimento de critérios de pontuação nos editais de seleção de projetos ou a geração de linhas específicas; organização de temas e problemas que podem vir a se tornar linhas de pesquisas, como produto final dos projetos de extensão; coleta e sistematização de dados para instituição de indicadores relacionados ao grau de participação de professores e alunos em projetos de pesquisa e extensão; fomento de parcerias entre os campi localizados em áreas de menor desenvolvimento econômico e os arranjos produtivos locais, bem como a instituição de

indicadores para aferir o grau de interação do campus com o setor produtivo e ao alcance geográfico de suas ações; d) instituição de um plano voltado a ampliar as ações de inserção profissional dos estudantes, contendo: instalação de incubadoras de empresa, empresas juniores e cursos de empreendedorismo; incentivo ao estágio; acompanhamento da empregabilidade dos egressos; e) adoção de medidas para a redução do déficit de docentes e técnicos de laboratório que contemplem: programa de incentivos à fixação de docentes em campi localizados em cidades com infraestrutura precária e distantes de grandes centros urbanos; proposição de ato regulatório para disciplinar os processos de remoção interna; mapeamento que identifique e controle a distribuição, criação e/ou (re)distribuição de códigos de vagas; f) capacitação profissional dos docentes, técnicos de laboratório e pessoal de apoio administrativo envolvido com as áreas de licitação e contratos; g) desenvolver e implantar, em nível nacional, um sistema de avaliação dos cursos técnicos.

### 3.5.2 TC 014.924/2023-4 - Acórdão nº 986/2024

Recentemente uma nova Auditoria Operacional do TCU, resultado publicado no Acórdão nº 986/2024, aferiu o grau de eficiência de conclusão nos cursos ofertados pela Rede Federal, no período de 2017 a 2022, com o objetivo específico de avaliar as estratégias adotadas para o enfrentamento da evasão dos estudantes, considerando as estratégias do Plano Nacional de Educação 2014-2024, estratégias 11.11 e 12.3.

Entre os problemas identificados, estão: evasão escolar na RFEPCT alcançou, em média, 41% nos cursos técnicos e 51% nos cursos de graduação, no ano de 2022; a expansão e interiorização da Rede Federal EPCT sem a viabilização das condições para a permanência e o êxito dos estudantes; insuficiência de recursos financeiros para a assistência estudantil e a alimentação escolar, falta de pessoal para compor as equipes multiprofissionais, deficiências na infraestrutura das instituições de ensino e lacuna de previsão de transporte escolar; deficiências relevantes nos planos estratégicos de permanência e de êxito dos estudantes das instituições da Rede Federal EPCT, a exemplo de: a) dificuldades para o acesso ágil às informações sobre retenção e evasão de estudantes nos sistemas de gestão acadêmica utilizados pelas instituições de ensino;

b) conhecimento impreciso das taxas de evasão de estudantes por cor/raça e renda familiar per capita; c) ausência de ranqueamento dos principais fatores associados à evasão; d) ausência de priorização das ações de intervenção para fazer frente ao fenômeno da evasão; e, e) ausência de fixação de metas de elevação gradual das taxas de conclusão média dos cursos técnicos e de graduação.

Diante dos problemas identificados, o TCU (2024, p.38-39) determinou ao Ministério da Educação, ouvidas as instituições de ensino que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: a elaboração da estratégia de acesso, permanência e êxito dos estudantes, com base na metodologia do modelo lógico, que contemple: fixação de metas de elevação gradual das taxas de conclusão dos cursos técnicos e de graduação; atualização periódica da estratégia de permanência e êxito; monitoramento e avaliação periódica da estratégia de permanência e êxito. Ainda recomendou ao Ministério da Educação: a coleta, validação e disseminação na Plataforma Nilo Peçanha (PNP) de dados e estatísticas oficiais sobre estudantes com deficiência e estudantes quilombolas. Recomendou às Instituições de Ensino da Rede Federal: atualização periódica da estratégia de permanência e êxito dos estudantes, do diagnóstico da evasão e das ações de intervenção; atenção especial aos estudantes: pertencentes a grupos vulneráveis socioeconomicamente (cor/raça, deficiência, baixa renda, dentre outros); matriculados em cursos de licenciatura; a priorização das ações de intervenção com base no ranqueamento das principais causas e fatores associados à evasão; aperfeiçoamento dos sistemas de gestão acadêmica; a coleta de informações de cor/raça e de renda familiar per capita dos estudantes para disseminação anual na PNP.

Denota-se que os relatórios de auditoria do TCU possuem pontos convergentes com temas analisados no presente trabalho, a saber: taxa de evasão e eficiência acadêmica; pesquisa aplicada em atendimento às demandas socioeconômicas locais e regionais; adoção de indicadores de desempenho; acompanhamento de egressos; validação e disseminação dos dados da PNP.

O trabalho desenvolvido pelo TCU, dentro da sua competência constitucional, está voltado à finalidade administrativa de acompanhar a execução e eficácia das ações e metas, da fiscalização do emprego dos recursos públicos, isto é, da eficiência

administrativa, que é demonstrada por meio de índices, resultados e números. Enquanto esta tese busca desenvolver e aplicar um Modelo de Análise de política pública, contendo categorias (verificar o atendimento dos objetivos estratégicos), índices socioeconômicos e parâmetros de desempenho, com vistas a um olhar na integralidade do papel da Rede Federal no desenvolvimento local e regional. Trata-se de uma ferramenta de gestão que pode ser aplicada por gestores e pesquisadores, visando o acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações e projetos dos IFs, bem como a correção de rotas nos planejamentos institucionais. Pode-se, inclusive, considerar, que se trata de um controle prévio ao realizado pelos órgãos de controle, ou mesmo, um mecanismo de controle institucional interno.

Deste modo, para além do controle externo da regular aplicação dos recursos públicos, no âmbito da gestão pública, também se faz necessário que estudos acadêmicos apresentem sugestões para avaliar, compreender e demonstrar outras variáveis possíveis quando se pensa na atuação e no papel da nova institucionalidade da Rede Federal, denominada Institutos Federais.

### **3.6 Considerações sobre o segundo capítulo do marco teórico**

Da análise das ponderações teóricas ordenadas e articuladas no segundo capítulo do marco teórico, denota-se que:

- i) a política pública enquanto área do conhecimento nasceu nos EUA e, no Brasil, a produção acadêmica passou a ter expressividade a partir de 1987 e, desde então, há um crescimento na produção sobre o tema. Atualmente, o Brasil ocupa a sétima posição no ranqueamento das menções às pesquisas e terceira posição no ranque mundial em publicações sobre políticas públicas;
- ii) as definições de políticas públicas buscam, em síntese, descrever o papel, as ações do estado para realizar, empreender e atender as demandas coletivas. A elaboração de uma política pública envolve atos processuais: identificação do problema, inserção na agenda, formulação da política, tomada de decisão, implementação e avaliação permanente;
- iii) recomenda-se no monitoramento, planejamento ou avaliação de políticas públicas a utilização de dados estatísticos sociais, econômicos e

- demográficos, ou indicadores de medidas que contemplem as múltiplas dimensões da realidade social, com vistas a viabilizar instrumentos de gestão capazes aferir qualidade e efetividade das ações e programas estatais;
- iv)** os modelos de análise empregados na avaliação de políticas públicas são: processo, institucional, racional, instrumental, grupo, elite e jogos. Existem ainda os modelos fluxos múltiplos; equilíbrio interrompido; coligações de causas ou de interesses, e o mais popular, o ciclo de políticas públicas;
- v)** numa perspectiva contemporânea, o professor Jannuzzi defende a retomada do elo entre análise e avaliação de política pública, e propõe a implantação de uma ferramenta que restabeleça o Contexto Institucional, Político e Ideacional (CIPA) da política pública. Neste cenário, esta pesquisa registrou a linha do tempo e o arcabouço institucional que subsidiou a oferta da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, de 1909 a 2008; a identificação dos atores e seus interesses; ideias e valores socioculturais do passado e do presente na Rede Federal;
- vi)** a avaliação da política dos IFs realizada pelo TCU, por meio de dois relatórios de Auditoria Operacional, que resultou nos Acórdãos nº 506/2013 e nº 986/2024, identificou, entre outros, temas que também são objeto de análise nesta pesquisa: taxas de evasão e eficiência acadêmica, pesquisa aplicada, indicadores de desempenho, egressos e disseminação dos dados da PNP.

## 4 METODOLOGIA

Em atendimento aos objetivos propostos, a presente investigação científica é classificada como qualitativa, por meio de um estudo de caso. O delineamento da pesquisa envolveu: **i)** revisão bibliográfica sistematizada; pesquisa bibliográfica, com desenvolvimento e articulação dos saberes; **ii)** pesquisa documental e de campo, com a colheita de dados de forma direta, concentrada no período de 2010 a 2024 no campus Campo Largo; **iii)** coleta e exame de índices socioeconômicos do município de Campo Largo; **iv)** técnica de grupo focal com os egressos (coleta de informações mediante a realização de questionário, manifestação das percepções e interação); entrevistas com agentes públicos, membros da Associação Comercial e Empresarial (Acicla), Sindicato e atores-chave do desenvolvimento econômico (RH de empresas locais); **v)** sistematização e análise dos dados levantados; **vi)** registro dos dados e discussões na tese; **vii)** validação do Modelo de Análise de política pública proposto.

A abordagem qualitativa (se contrapõe ao caráter experimental, que procura um padrão técnico de pesquisa para todas as ciências), de acordo com Chizzotti (2000), é amplamente empregada nas pesquisas das ciências humanas, diante das suas especificidades (estudo do comportamento humano e social), e metodologias próprias. Para o autor, um outro marco da pesquisa qualitativa está na forma como apreende e legitima o conhecimento, no sentido de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência, um vínculo entre o sujeito e o objeto.

Já o procedimento de um estudo de caso consiste, segundo Godoy (1995), na análise aprofundada de um determinado fenômeno ou objeto, com vistas a detalhar um ambiente, um sujeito ou uma situação em particular. Afirma que essa categoria de análise tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões "como" e "por quê" certos fenômenos ocorrem. Explica também que envolve uma variedade de dados, por meio de diversas fontes, com técnicas fundamentais, envolvendo a observação e a entrevista. A essência é qualitativa, mas os dados quantitativos também podem ser relevantes. No mesmo sentido, Ventura (2007) assevera que a metodologia do estudo de caso visa "à investigação de um caso específico, bem

delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações” (Ventura, 2007, p.384).

Uma das formas de coleta de dados desta pesquisa foi a realização da técnica de grupo focal com os egressos, na qual, em espaço apropriado e acolhedor, mediante interação e garantida a participação efetiva dos envolvidos, reuniu informações e percepções em relação à qualificação, empregabilidade, renda e qualidade de vida. De acordo com Backes *et al.* (2011), o “grupo focal representa uma técnica de coleta de dados que, a partir da interação grupal, promove uma ampla problematização sobre um tema ou foco específico” (2011, p.438). Acrescentam que trata-se de uma entrevista de grupo no qual a “integração” é a parte central do método e os participantes, a partir da reflexão proposta, exploram “seus pontos de vista” (*Idem*, p.438). Definem, ainda, como “um espaço de discussão e de troca de experiências em torno de determinada temática” (*Idem*, p.439), uma vez que a constituição do grupo propicia o debate entre os membros.

Considerando que a pesquisa envolveu a participação de seres humanos, o projeto foi protocolado na Plataforma Brasil e distribuído para o Comitê de Ética da Universidade Federal Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Dois Vizinhos. Após análise dos documentos encaminhados, seguido de ajustes, a pesquisa foi aprovada, registro CAAE: 80117524.5.0000.0177.

A tese tem como produto o desenvolvimento de um Modelo de Análise de política pública, contendo: categorias (verificação do atendimento dos objetivos estratégicos), índices socioeconômicos e parâmetros de desempenho (avaliação do impacto no desenvolvimento local e regional), como se demonstrará no tópico seguinte.

#### **4.1 Proposta de modelagem**

A proposta do Modelo de Análise de política pública capaz de avaliar o impacto da implantação dos campi dos IFs e o atendimento de seus objetivos estratégicos foi desenvolvida a partir das diretrizes da Lei de criação dos Institutos Federais (especificamente arts. 6º, 7º e 8º da Lei nº 11.892/2008) e sua estrutura foi elaborada com base no Instrumento de Avaliação do Cursos Superiores, elaborado pelo Instituto Nacional de Educação e Pesquisa - INEP (2017) e é aplicável aos campi com a tipologia 70/45 (70 docentes e 45 técnicos administrativos em educação). Ademais, considerando

a necessidade de um período razoável para identificar resultados qualitativos de desenvolvimento local ou regional, recomenda-se que o campus esteja instalado no território, há pelo menos 10 (dez) anos.

O Modelo de Análise é dividido em três dimensões: Dimensão 1: Categorias de análise para avaliar os objetivos estratégicos dos IFs, com peso 3; Dimensão 2: Índices socioeconômicos, com peso 2; Dimensão 3: Parâmetros de desempenho, com peso 5. A diferença na definição dos pesos justifica-se pelo fato de que as dimensões 1 e 3, como dependem diretamente da atuação e das ações desenvolvidas no campus (dados estruturais), têm peso 3 e 5. Já a dimensão 2, como está relacionada a fatores externos (dados conjunturais que refletem situação econômica e social do município), tem peso 2.

**Tabela 3 - Dimensões, peso e total de indicadores**

<b>Dimensões</b>	<b>Peso</b>	<b>Total Indicadores</b>
1. Categorias de análise para avaliar os objetivos estratégicos dos IFs	3	11
2. Índices socioeconômicos	2	09
3. Parâmetros de desempenho	5	20
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>40</b>

**Fonte: Autoria própria (2025).**

Juntas, as dimensões somam 40 (quarenta) indicadores, com conceitos de 1 a 5, sendo o 1 atendimento mínimo e 5 o atendimento total do quesito avaliado. Os instrumentos e documentos institucionais para o preenchimento do Modelo de Análise são: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Projeto Político Pedagógico (PPP); Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs); Plataforma Nilo Peçanha (PNP); relatórios de gestão da Coordenação de Pesquisa e Extensão (Copex); relatórios de gestão máxima da unidade e site INFO/Convênios IFPR; relatórios da gestão do ensino; relatórios da Secretaria Acadêmica; mapa do município de Campo Largo; dados do Ipardes, INEP, IBGE e pesquisas especializadas; grupo focal com estudantes egressos; entrevistas com RH de Empresas. Ainda, a identificação do Arranjo Produtivo Local (APL) pode ser encontrada na legislação municipal, nos cadernos econômicos voltados para o Município, em relatórios da Associação Comercial e outras entidades locais. Na sua maioria, os próprios documentos de criação dos cursos, na justificativa, contemplam as informações sobre o APL.

Adiante, a apresentação do Modelo de Análise contendo: indicadores, conceitos, critério de avaliação e especificação do documento para a coleta dos dados e informações.

### Dimensão 1: Categorias de análise para avaliar os objetivos estratégicos dos IFs – PESO 3

#### Indicador 1.1 Cursos ofertados e relação com o APL

Conceito	Critério de verificação
1	Dos cursos ofertados pelo campus, 50% têm relação com o APL.
2	Dos cursos ofertados pelo campus, 60% têm relação com o APL.
3	Dos cursos ofertados pelo campus, 70% têm relação com o APL.
4	Dos cursos ofertados pelo campus, 80% têm relação com o APL.
5	Dos cursos ofertados pelo campus, 90% ou mais têm relação com o APL.

Instrumentos de análise: PDI, PPP ou PPCs

#### Indicador 1.2 Pluricurricularidade com atuação em diversos eixos tecnológicos

Conceito	Critério de verificação
1	Os cursos ofertados no campus estão relacionados a 1 eixo tecnológico.
2	Os cursos ofertados no campus estão relacionados a 2 eixos tecnológicos.
3	Os cursos ofertados no campus estão relacionados a 3 eixos tecnológicos.
4	Os cursos ofertados no campus estão relacionados a 4 eixos tecnológicos.
5	Os cursos ofertados no campus estão relacionados a 5 ou mais eixos tecnológicos.

Instrumentos de análise: PDI e PPP

#### Indicador 1.3 Previsão da formação humana e integral no cursos ofertados

Conceito	Critério de verificação
1	A formação humana e integral está presente somente nos Cursos de Ensino Médio Integrado.
2	A formação humana e integral está presente somente nos Cursos de Ensino Médio (Integrado e Subsequentes).
3	A formação humana e integral está presente somente nos Cursos de Ensino Médio (Integrado e Subsequentes) e Licenciaturas.
4	A formação humana e integral está presente somente nos Cursos de Ensino Médio (Integrado e Subsequentes), Licenciaturas e Tecnólogos.
5	A formação humana e integral está presente em todos os cursos ofertados: Ensino Médio (Integrado e Subsequentes); Licenciaturas, Tecnólogos e Bacharelados.

Instrumentos de análise: PDI, PPP ou PPCs

#### Indicador 1.4 Ação Acadêmica: 50% das vagas são destinadas à EPT de nível médio

Conceito	Critério de verificação
1	O campus destina entre 1% e 10% das vagas a EPT de nível médio.
2	O campus destina entre 11% e 20% das vagas a EPT de nível médio.
3	O campus destina entre 21% e 30% das vagas a EPT de nível médio.
4	O campus destina entre 31% e 40% das vagas a EPT de nível médio.
5	O campus destina entre 41% e 50% das vagas a EPT de nível médio.

Instrumento de análise: PNP

#### Indicador 1.5 Ação Acadêmica: 20% das vagas são destinadas às Licenciaturas (2019-2024)

Conceito	Critério de verificação
1	O campus não destina vagas para os Cursos de Licenciatura .
2	O campus destina entre 1% e 5% das vagas para os Cursos de Licenciatura.
3	O campus destina entre 6% e 10% das vagas para os Cursos de Licenciatura.
4	O campus destina entre 11% e 15% das vagas para os Cursos de Licenciatura.
5	O campus destina entre 16% e 20% das vagas para os Cursos de Licenciatura.

Instrumento de análise: PNP

**Indicador 1.6 Ação Acadêmica: destinação de vagas ao público de jovens e adultos (2020-2024)**

Conceito	Critério de verificação
1	O campus não destina vagas ao público de jovens e adultos.
2	O campus destina entre 1% e 2% das vagas ao público de jovens e adultos.
3	O campus destina entre 2,1 % e 5% das vagas ao público de jovens e adultos.
4	O campus destina entre 5,1 % e 8% das vagas ao público de jovens e adultos.
5	O campus destina entre 8,1% e 10% das vagas ao público de jovens e adultos.

Instrumento de análise: PNP

**Indicador 1.7 Projetos de Pesquisa aplicada (setores industriais e econômicos) nos últimos 10 anos**

Conceito	Critério de verificação
1	Dos projetos registrados menos de 50% são classificados como pesquisa aplicada.
2	Dos projetos registrados entre 50% e 55% são classificados como pesquisa aplicada.
3	Dos projetos registrados entre 56% e 65% são classificados como pesquisa aplicada.
4	Dos projetos registrados entre 66% e 75% são classificados como pesquisa aplicada.
5	Dos projetos registrados entre 76% e 100% são classificados como pesquisa aplicada.

Instrumentos de análise: Relatórios de Gestão da Coordenação de Pesquisa e Extensão

**Indicador 1.8 Projetos de Extensão nos últimos 10 anos (executados ou em execução)**

Conceito	Critério de verificação
1	No campus foram registrados entre 5 e 10 projetos de extensão.
2	No campus foram registrados entre 10 e 20 projetos de extensão.
3	No campus foram registrados entre 20 e 30 projetos de extensão.
4	No campus foram registrados entre 30 e 40 projetos de extensão.
5	No campus foram registrados mais de 50 projetos de extensão.

Instrumentos de análise: Relatórios de Gestão da Coordenação de Pesquisa e Extensão

**Indicador 1.9 Termos de Cooperação/Convênios formalizados nos últimos 10 anos**

Conceito	Critério de verificação
1	O campus formalizou entre 1 e 2 Termos de Cooperação com entidades locais/regionais.
2	O campus formalizou entre 3 e 5 Termos de Cooperação com entidades locais/regionais.
3	O campus formalizou entre 5 e 7 Termos de Cooperação com entidades locais/regionais.
4	O campus formalizou entre 8 e 10 Termos de Cooperação com entidades locais/regionais.
5	O campus formalizou mais de 10 Termos de Cooperação com entidades locais/regionais.

Instrumentos de análise: Relatórios de Gestão e site INFO Convênios IFPR

**Indicador 1.10 Vínculos com a Comunidade Escolar**

Conceito	Critério de verificação
1	O campus realiza feiras, mostra de cursos e eventos acadêmicos.
2	O campus realiza feiras, mostra de cursos, eventos acadêmicos e cursos de extensão à Comunidade.
3	O campus realiza feiras, mostra de cursos, eventos acadêmicos, cursos de extensão à Comunidade, divulgação dos cursos e atividades em espaços públicos.
4	O campus realiza feiras, mostra de cursos, eventos acadêmicos, cursos de extensão à Comunidade, divulgação dos cursos e atividades em espaços públicos. Os servidores ocupam cadeiras representativas nos Conselhos Municipais.
5	O campus realiza feiras, mostra de cursos, eventos acadêmicos, cursos de extensão à Comunidade, divulgação dos cursos e atividades em espaços públicos. Os servidores ocupam cadeiras representativas nos Conselhos Municipais e participam de diálogos com o Poder Público, Sindicatos, Associações de Bairros e Associação Comercial (Empresários locais).

Instrumentos de análise: Relatórios de Gestão de Ensino e entrevistas

**Indicador 1.11 Localização espacial do campus no território e mobilidade urbana**

<b>Conceito</b>	<b>Critério de verificação</b>
1	O campus está localizado em bairro/rodovia de difícil acesso e com transporte público precário.
2	O campus está localizado em bairro/rodovia de fácil acesso, mas com transporte público precário, uma vez que não corresponde com o horário de funcionamento do campus.
3	O campus está localizado em bairro/rodovia de difícil acesso, mas com transporte público que corresponde aos horários de funcionamento do campus.
4	O campus está localizado em bairro/rodovia de fácil acesso e com atendimento do transporte público correspondente aos horários de funcionamento do campus.
5	O campus está localizado na região central da cidade, próximo ao terminal urbano ou de pontos de ônibus, de fácil acesso e com atendimento do transporte público que corresponde aos horários de funcionamento do campus.

Instrumentos de análise: Sites do município e da concessionária de transporte coletivo; entrevistas.

**Dimensão 2: Índices socioeconômicos – PESO 2****Indicador 2.1 IPDM Geral (2010 e 2022) do Município sede do campus**

<b>Conceito</b>	<b>Critério de verificação</b>
1	O IPDM Geral do Município de 2022 segue o mesmo de 2010.
2	O IPDM Geral do Município de 2022 aumentou entre 1 e 3 centésimos em relação a 2010.
3	O I IPDM Geral do Município de 2022 aumentou 4 e 7 centésimos em relação a 2010.
4	O IPDM M Geral do Município de 2022 aumentou 8 e 10 centésimos em relação a 2010.
5	O IPDM Geral do Município de 2022 aumentou mais de 10 centésimos em relação a 2010.

Instrumento de análise: Dados do Iparde

**Indicador 2.2 IPDM Renda e Emprego (2010 e 2022)**

<b>Conceito</b>	<b>Critério de verificação</b>
1	O IPDM Renda e Emprego do Município de 2022 segue o mesmo de 2010.
2	O IPDM Renda e Emprego do Município de 2022 aumentou entre 1 e 3 centésimos em relação a 2010.
3	O IPDM Renda e Emprego do Município de 2022 aumentou 4 e 7 centésimos em relação a 2010.
4	O IPDM Renda e Emprego do Município de 2022 aumentou 8 e 10 centésimos em relação a 2010.
5	O IPDM Renda e Emprego do Município de 2022 aumentou mais de 10 centésimos em relação a 2010.

Instrumento de análise: Dados do Iparde

**Indicador 2.3 IPDM Educação (2010 e 2022)**

<b>Conceito</b>	<b>Critério de verificação</b>
1	O IPDM Educação do Município de 2022 segue o mesmo de 2010.
2	O IPDM Educação do Município de 2022 aumentou entre 1 e 3 centésimos em relação a 2010.
3	O IPDM Educação do Município de 2022 aumentou 4 e 7 centésimos em relação a 2010.
4	O IPDM Educação do Município de 2022 aumentou 8 e 10 centésimos em relação a 2010.
5	O IPDM Educação do Município de 2022 aumentou mais de 10 centésimos em relação a 2010.

Instrumento de análise: Dados do Iparde

**Indicador 2.4 Média do IDEB no Ensino Médio nos últimos anos (2017 a 2023)**

Conceito	Critério de verificação
1	O município avançou 1 décimo na média do IDEB - Ensino Médio.
2	O município avançou 2 décimos na média do IDEB - Ensino Médio.
3	O município avançou 3 décimos na média do IDEB - Ensino Médio.
4	O município avançou 4 décimos na média do IDEB - Ensino Médio.
5	O município avançou 5 ou mais décimos na média do IDEB - Ensino Médio.

Instrumentos de análise: Dados do INEP e IBGE

**Indicador 2.5 Salário médio mensal dos trabalhadores formais (2010 e 2022)**

Conceito	Critério de verificação
1	O salário médio mensal dos trabalhadores formais segue o mesmo de 2010.
2	O salário médio mensal dos trabalhadores formais aumentou até 9%.
3	O salário médio mensal dos trabalhadores formais aumentou entre 10 e 19%.
4	O salário médio mensal dos trabalhadores formais aumentou entre 20 e 29%.
5	O salário médio mensal dos trabalhadores formais aumentou mais de 30%.

Instrumento de análise: Dados do IBGE

**Indicador 2.6 População ocupada (2010 e 2022)**

Conceito	Critério de verificação
1	A taxa da população ocupada de 2022 no Município segue a mesma de 2010.
2	A taxa da população ocupada de 2022 no Município aumentou 1 décimo em relação a 2010.
3	A taxa da população ocupada de 2022 no Município aumentou 2 décimos em relação a 2010.
4	A taxa da população ocupada de 2022 no Município aumentou 3 décimos em relação a 2010.
5	A taxa da população ocupada de 2022 no Município aumentou 4 décimos ou mais em relação a 2010.

Instrumento de análise: Dados do IBGE

**Indicador 2.7 Evolução no número de empregos (2010 e 2022)**

Conceito	Critério de verificação
1	Os empregos com carteira assinada seguem os mesmos no município.
2	Os empregos com carteira assinada aumentaram até 5% no município.
3	Os empregos com carteira assinada aumentaram de 6 a 15 % no município.
4	Os empregos com carteira assinada aumentaram de 16 a 30% no município.
5	Os empregos com carteira assinada aumentaram mais de 30% no município.

Instrumentos de análise: Dados do IBGE e pesquisas especializadas

**Indicador 2.8 Evolução do PIB no Município (2010 e 2022)**

Conceito	Critério de verificação
1	A evolução do PIB no Município foi de até 50% no período.
2	A evolução do PIB no Município foi de 51 a 70% no período.
3	A evolução do PIB no Município foi de 71 a 85% no período.
4	A evolução do PIB no Município foi de 86 a 99% no período.
5	A evolução do PIB no Município foi mais de 100% no período.

Instrumentos de análise: Dados do IBGE e pesquisas especializadas

**Indicador 2.9 Taxa de escolarização (2010 a 2022)**

Conceito	Critério de verificação
1	A taxa de escolarização de 2022 no Município segue a mesma de 2010.
2	A taxa de escolarização de 2022 no Município aumentou 1 décimo em relação a 2010.
3	A taxa de escolarização de 2022 no Município aumentou 2 décimos em relação a 2010.
4	A taxa de escolarização de 2022 no Município aumentou 3 décimos em relação a 2010.
5	A taxa de escolarização de 2022 no Município aumentou 4 décimos ou mais em relação a 2010.

Instrumento de análise: Dados do IBGE

**Dimensão 3: Parâmetros de desempenho – PESO 5****Indicador 3.1 Número de matrículas (2010-2024)**

Conceito	Critério de verificação
1	O número de matrículas anual é igual ou inferior a 30% em relação à época da instalação do campus.
2	O número de matrículas anual é de 31 a 50% maior em relação à época da instalação do campus.
3	O número de matrículas anual é de 51 a 69% maior em relação à época da instalação do campus.
4	O número de matrículas anual é 70% a 89 maior em relação à época da instalação do campus.
5	O número de matrículas anual é mais de 90% em relação à época da instalação do campus.

Instrumento de análise: PNP

**Indicador 3.2 Número de Ingressantes X Concluintes (2010-2024)**

Conceito	Critério de verificação
1	O número de concluintes é de até 30% em relação ao número de ingressantes.
2	O número de concluintes é de 31 a 40% em relação ao número de ingressantes.
3	O número de concluintes é 41 a 50% em relação ao número de ingressantes.
4	O número de concluintes é 51 a 60% em relação ao número de ingressantes.
5	O número de concluintes é mais de 61% em relação ao número de ingressantes.

Instrumento de análise: Relatórios da Secretaria Acadêmica do Campus

**Indicador 3.3 Eficiência Acadêmica (2017-2024)**

Conceito	Critério de verificação
1	A média da Eficiência Acadêmica está abaixo de 40.
2	A média da Eficiência Acadêmica está entre 40 e 45.
3	A média da Eficiência Acadêmica está entre 46 e 51.
4	A média da Eficiência Acadêmica está entre 52 e 60.
5	A média da Eficiência Acadêmica está acima de 60.

Instrumento de análise: PNP

**Indicador 3.4 Percentuais da organização pedagógica verticalizada (ano 2024)**

Conceito	Critério de verificação
1	Com a consolidação do campus, o percentual de verticalização está abaixo de 10.
2	Com a consolidação do campus, o percentual de verticalização está entre 10 e 12.
3	Com a consolidação do campus, o percentual de verticalização está entre 13 e 14.
4	Com a consolidação do campus, o percentual de verticalização está entre 15 e 16.
5	Com a consolidação do campus, o percentual de verticalização está acima de 16.

Instrumento de análise: PNP

**Indicador 3.5 Média das notas do ENEM nos últimos 5 anos (2019 a 2023)**

Conceito	Critério de verificação
1	A média dos últimos cinco anos ficou abaixo de 550 pontos.
2	A média dos últimos cinco anos ficou entre 550 e 580 pontos.
3	A média dos últimos cinco anos ficou entre 581 e 600 pontos.
4	A média dos últimos cinco anos ficou entre 601 e 620 pontos.
5	A média dos últimos cinco anos ficou acima de 620 pontos.

Instrumento de análise: Dados do INEP

**Indicador 3.6 Egressos e atendimento dos objetivos da formação**

Conceito	Critério de verificação
1	Menos de 50% dos egressos responderam entre muito bom (4) e excelente (5).
2	De 50 a 59% dos egressos responderam entre muito bom (4) e excelente (5).
3	De 60 a 69% dos egressos responderam entre muito bom (4) e excelente (5).

4	De 70 a 79% dos egressos responderam entre muito bom (4) e excelente (5).
5	Mais de 80% dos egressos responderam entre muito bom (4) e excelente (5).

Instrumento de análise: resultados de questionário individual com os egressos.

### **Indicador 3.7 Egressos e aprendizagens para a formação humana**

<b>Conceito</b>	<b>Critério de verificação</b>
1	Menos de 50% dos egressos responderam entre muito bom (4) e excelente (5).
2	De 50 a 59% dos egressos responderam entre muito bom (4) e excelente (5).
3	De 60 a 69% dos egressos responderam entre muito bom (4) e excelente (5).
4	De 70 a 79% dos egressos responderam entre muito bom (4) e excelente (5).
5	Mais de 80% dos egressos responderam entre muito bom (4) e excelente (5).

Instrumento de análise: resultados de questionário individual com os egressos

### **Indicador 3.8 Egressos e aptidão para atuar na área de formação**

<b>Conceito</b>	<b>Critério de verificação</b>
1	Menos de 50% dos egressos responderam entre muito bom (4) e excelente (5).
2	De 50 a 59% dos egressos responderam entre muito bom (4) e excelente (5).
3	De 60 a 69% dos egressos responderam entre muito bom (4) e excelente (5).
4	De 70 a 79% dos egressos responderam entre muito bom (4) e excelente (5).
5	Mais de 80% dos egressos responderam entre muito bom (4) e excelente (5).

Instrumento de análise: resultados de questionário individual com os egressos.

### **Indicador 3.9 Egressos e oportunidades de estágio, trabalho ou emprego na área durante o curso**

<b>Conceito</b>	<b>Critério de verificação</b>
1	Menos de 50% dos egressos responderam que surgiram oportunidades durante o curso.
2	De 50 a 59% dos egressos responderam que surgiram oportunidades durante o curso.
3	De 60 a 69% dos egressos responderam que surgiram oportunidades durante o curso.
4	De 70 a 79% dos egressos responderam que surgiram oportunidades durante o curso.
5	Mais de 80% dos egressos responderam que surgiram oportunidades durante o curso.

Instrumento de análise: resultados de questionário individual com os egressos.

### **Indicador 3.10 Egressos, conclusão do curso e oportunidades de trabalho e emprego na área**

<b>Conceito</b>	<b>Critério de verificação</b>
1	Menos de 50% dos egressos responderam que surgiram novas oportunidades.
2	De 50 a 59% dos egressos responderam que surgiram novas oportunidades.
3	De 60 a 69% dos egressos responderam que surgiram novas oportunidades.
4	De 70 a 79% dos egressos responderam que surgiram novas oportunidades.
5	Mais de 80% dos egressos responderam que surgiram novas oportunidades.

Instrumento de análise: resultados de questionário individual com os egressos.

### **Indicador 3.11 Egressos, conclusão do curso e aumento de renda financeira**

<b>Conceito</b>	<b>Critério de verificação</b>
1	Menos de 50% dos egressos responderam que houve aumento de renda.
2	De 50 a 59% dos egressos responderam que houve aumento de renda.
3	De 60 a 69% dos egressos responderam que houve aumento de renda.
4	De 70 a 79% dos egressos responderam que houve aumento de renda.
5	Mais de 80% dos egressos responderam que houve aumento de renda.

Instrumento de análise: resultados de questionário individual com os egressos.

### **Indicador 3.12 Egressos e melhoria da qualidade de vida**

<b>Conceito</b>	<b>Critério de verificação</b>
1	Menos de 50% dos egressos responderam que a qualidade de vida melhorou.
2	De 50 a 59% dos egressos responderam que a qualidade de vida melhorou.
3	De 60 a 69% dos egressos responderam que a qualidade de vida melhorou.
4	De 70 a 79% dos egressos responderam que a qualidade de vida melhorou.
5	Mais de 80% dos egressos responderam que a qualidade de vida melhorou.

Instrumento de análise: resultados de questionário individual com os egressos.

**Indicador 3.13 Egressos e utilização das aprendizagens desenvolvidas no curso no dia-a-dia**

Conceito	Critério de verificação
1	Menos de 50% dos egressos responderam que utilizam as aprendizagens.
2	De 50 a 59% dos egressos responderam que utilizam as aprendizagens.
3	De 60 a 69% dos egressos responderam que utilizam as aprendizagens.
4	De 70 a 79% dos egressos responderam que utilizam as aprendizagens.
5	Mais de 80% dos egressos responderam que utilizam as aprendizagens.

Instrumento de análise: resultados de questionário individual com os egressos

**Indicador 3.14 Egressos e grau de recomendação do curso/instituição**

Conceito	Critério de verificação
1	Menos de 50% dos egressos responderam entre muito bom (4) e excelente (5).
2	De 50 a 59% dos egressos responderam entre muito bom (4) e excelente (5).
3	De 60 a 69% dos egressos responderam entre muito bom (4) e excelente (5).
4	De 70 a 79% dos egressos responderam entre muito bom (4) e excelente (5).
5	Mais de 80% dos egressos responderam entre muito bom (4) e excelente (5).

Instrumento de análise: resultados de questionário individual com os egressos.

**Indicador 3.15 Mercado e relações de trabalho e/ou emprego com egressos do IF**

Conceito	Critério de verificação
1	Nenhuma das empresas que participou da entrevista formalizou ou formaliza relação de trabalho e/ou emprego com egressos do IFPR/Campo Largo.
2	Entre 1 e 20% empresas que participaram da entrevista formalizaram ou formalizam relação de trabalho e/ou emprego com egressos do IFPR/Campo Largo.
3	Entre 21 e 40% empresas que participaram da entrevista formalizaram ou formalizam relação de trabalho e/ou emprego com egressos do IFPR/Campo Largo.
4	Entre 41 e 60% empresas que participaram da entrevista formalizaram ou formalizam relação de trabalho e/ou emprego com egressos do IFPR/Campo Largo.
5	Mais de 61% das empresas que participaram da entrevista formalizaram ou formalizam relação de trabalho e/ou emprego com egressos do IFPR/Campo Largo.

Instrumento de análise: Entrevistas com membros de RH das empresas.

**Indicador 3.16 Mercado e contratação de estagiários vinculados ao IFPR/CL**

Conceito	Critério de verificação
1	Nenhuma das empresas que participou da entrevista formalizou ou formaliza termos de estágio com estudantes do IFPR/Campo Largo.
2	Entre 1 e 20% das empresas que participaram da entrevista formalizaram ou formalizam termos de estágio com estudantes do IFPR/Campo Largo.
3	Entre 21 e 40% das empresas que participaram da entrevista formalizaram ou formalizam termos de estágio com estudantes do IFPR/Campo Largo.
4	Entre 41 e 60% empresas que participaram da entrevista formalizaram ou formalizam termos de estágio com estudantes do IFPR/Campo Largo.
5	Mais de 61% das empresas que participaram da entrevista formalizaram ou formalizam termos de estágio com estudantes do IFPR/Campo Largo.

Instrumento de análise: Entrevistas com membros de RH das empresas.

**Indicador 3.17 Mercado e formação acadêmica no IF como um dos fatores para a contratação**

Conceito	Critério de verificação
1	Nenhuma das empresas que participou da entrevista considera a formação acadêmica no IFPR/Campo Largo como um dos fatores para a contratação.
2	Entre 1 e 20% das empresas que participaram da entrevista consideram a formação acadêmica no IFPR/Campo Largo como um dos fatores para a contratação.
3	Entre 21 e 40% das empresas que participaram da entrevista consideram a formação acadêmica no IFPR/Campo Largo como um dos fatores para a contratação.
4	Entre 41 e 60% das empresas que participaram da entrevista consideram a formação acadêmica no IFPR/Campo Largo como um dos fatores para a contratação.

5	Mais de 61% das empresas que participaram da entrevista consideram a formação acadêmica no IFPR/Campo Largo como um dos fatores para a contratação.
---	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Instrumento de análise: Entrevistas com membros de RH das empresas.

**Indicador 3.18 Mercado e trabalhadores com formação no IF e aplicação das técnicas escolares**

Conceito	Critério de verificação
1	Nenhuma das empresas observa que os colaboradores, com formação IFPR, aplicam as técnicas aprendidas e desenvolvidas na instituição.
2	Entre 1% e 20% das empresas observam que os colaboradores, com formação IFPR, aplicam as técnicas aprendidas e desenvolvidas na instituição.
3	Entre 21% e 40% das empresas observam que os colaboradores, com formação IFPR, aplicam as técnicas aprendidas e desenvolvidas na instituição.
4	Entre 41% e 60% das empresas observam que os colaboradores, com formação IFPR, aplicam as técnicas aprendidas e desenvolvidas na instituição.
5	Mais de 61% das empresas observam que os colaboradores, com formação IFPR, aplicam as técnicas aprendidas e desenvolvidas na instituição.

Instrumento de análise: Entrevistas com membros de RH das empresas.

**Indicador 3.19 Mercado e divulgação dos cursos ofertados pelo IF na empresa**

Conceito	Critério de verificação
1	Nenhuma das empresas que participou da entrevista divulga os cursos ofertados pelo IFPR aos seus colaboradores.
2	Entre 1% e 20% das empresas que participaram da entrevista divulgam os cursos ofertados pelo IFPR aos seus colaboradores.
3	Entre 21% e 40% das empresas que participaram da entrevista divulgam os cursos ofertados pelo IFPR aos seus colaboradores.
4	Entre 41% e 60% das empresas que participaram da entrevista divulgam os cursos ofertados pelo IFPR aos seus colaboradores.
5	Mais de 61% das empresas que participaram da entrevista divulgam os cursos ofertados pelo IFPR aos seus colaboradores.

Instrumento de análise: Entrevistas com membros de RH das empresas.

**Indicador 3.20 Mercado e avaliação dos trabalhadores com formação no IFPR**

Conceito	Critérios de verificação
1	Nenhuma das empresas que participou da entrevista avalia uma atuação diferenciada dos colaboradores com formação no IFPR.
2	Entre 1% e 20% das empresas que participaram da entrevista avaliam uma atuação diferenciada dos colaboradores com formação no IFPR.
3	Entre 21% e 40% das empresas que participaram da entrevista avaliam uma atuação diferenciada dos colaboradores com formação no IFPR.
4	Entre 41% e 60% das empresas que participaram da entrevista avaliam uma atuação diferenciada dos colaboradores com formação no IFPR.
5	Mais de 61% das empresas que participaram da entrevista avaliam uma atuação diferenciada dos colaboradores com formação no IFPR.

Instrumento de análise: Entrevistas com membros de RH das empresas.

Apresentado o Modelo de Análise, o passo seguinte é a coleta dos dados para o seu respectivo preenchimento. Quando não for possível coletar e/ou identificar o dado descrito na presente proposta de Modelo de Análise, em razão da sua inexistência ou ausência de publicidade, o indicador será desconsiderado e, por derradeiro, não será pontuado no cálculo/média. O cálculo proposto consta na tabela 4.

**Tabela 4 - Cálculo proposto para o Modelo de Análise**

Dimensão	Peso	Total Indicadores	Total possível/Peso	Pontos alcançados	Média
1	3	11	55 (30)		
2	2	09	40 (20)		
3	5	20	100 (50)		
<b>Média final</b>					

**Fonte: Autoria própria (2025).**

Uma vez calculada a média final, a proposta é a conversão dos resultados em conceitos, com vistas a evitar o ranqueamento dos campi, quando da aplicação dessa metodologia. Deste modo, quando a média ficar entre 8 e 10, isso demonstra que a implantação de um campus na localidade é um dos vetores na promoção do desenvolvimento local e regional; média entre 7,9 e 6 identifica que o campus contribuiu parcialmente no desenvolvimento local e regional; enquanto a média menor que 6 indica um baixo índice de contribuição do campus no desenvolvimento local e regional. O quadro 3 auxilia na compreensão desses resultados.

**Quadro 3 - Média Final e Conceito atribuído**

Média final	Conceito atribuído
Entre 8 e 10	Campus atua como um dos vetores na promoção do desenvolvimento local e regional
Entre 7,9 e 6	Campus contribui parcialmente como um dos vetores na promoção do desenvolvimento local e regional
Menor que 6	Campus não atua como um dos vetores na promoção do desenvolvimento local e regional

**Fonte: Autoria própria (2025).**

Neste sentido, considerando que o Modelo de Análise é uma ferramenta de gestão, cabe aos gestores dos campi a identificação das causas que geraram uma média inferior a 8, seguido da elaboração de um pacto com ações que promovam e qualifiquem o campus como um agente ativo de política pública no seu território. Com isso, a avaliação proposta atende ao seu objetivo de ser formativa e não ranqueadora.

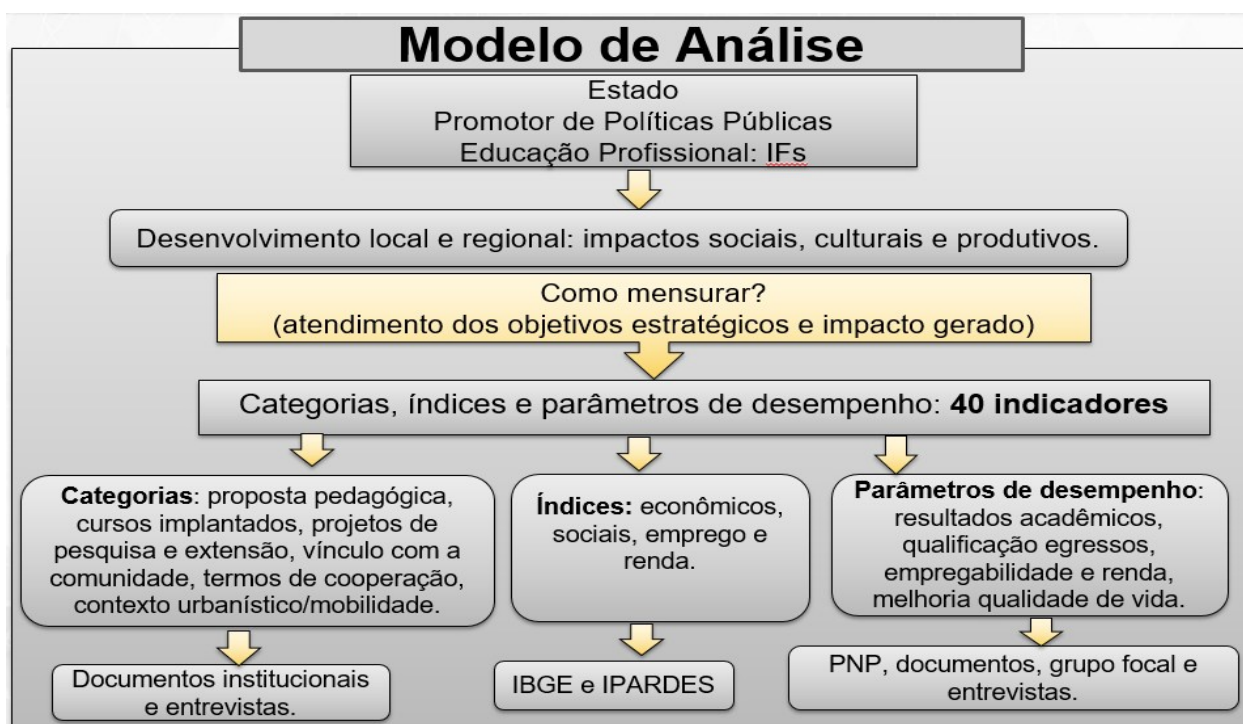
Por fim, a partir do modelo proposto, composto por dados conjunturais (refletem situação econômica e social do município) e estruturais (coletados a partir das ações e resultados do campus) é possível, considerando as possibilidades e necessidades de avaliação dos envolvidos, aplicá-lo e avaliar as dimensões de modo individualizado.

## 4.2 Sistematização da pesquisa

A sistematização da pesquisa envolve a compreensão do papel do Estado como promotor de políticas públicas educacionais, voltadas à Educação Profissional Tecnológica que, por derradeiro, promovem o desenvolvimento local e regional, gerando impactos sociais, culturais e produtivos. A partir dessa diretriz legal e institucional vem a pergunta: como mensurar o atendimento dos objetivos estratégicos, definidos na lei de criação e os impactos gerados com a implantação de um campus dos Institutos Federais? Para responder a essa pergunta, esse estudo propõe uma ferramenta de gestão, um Modelo de Análise de política pública, que contém: categorias de análise, índices socioeconômicos e parâmetros de desempenho.

Com vistas a desenvolver e alimentar esse Modelo de Análise de política pública foram realizados: estudos e análise de documentos institucionais; pesquisa documental e de campo; coleta de dados na Plataforma Nilo Peçanha, IBGE, Ipardes e pesquisas especializadas; técnica de grupo focal com os egressos; entrevista com atores-chave do desenvolvimento econômico (RH de empresas locais), inseridos nos APLs, que contratam ou mantêm relação de trabalho com estudantes egressos. Visando compreender as variáveis históricas, também foram realizadas entrevistas com agentes públicos, membros da Associação Comercial e Empresarial e Sindicato, que participaram da implantação do campus. O diagrama da figura 7 representa a sistematização do Modelo de Análise.

Figura 7 - Modelo de Análise



Fonte: Autoria própria

As categorias de análise selecionadas são cinco: **i)** a proposta pedagógica do campus (demandas APL); **ii)** os cursos implantados (relação com o APL); **iii)** projetos de pesquisa aplicada e de extensão desenvolvidos; **iv)** parcerias formalizadas (termos de cooperação técnica); **v)** vínculo da instituição com a comunidade externa; **v)** mudanças no contexto urbanístico e melhoria da mobilidade urbana. Essas categorias buscaram verificar se os Institutos Federais estão atendendo aos objetivos estratégicos previstos na lei de criação e, por consequência, o atendimento do primeiro objetivo específico deste trabalho acadêmico que é identificar o papel do Estado como indutor de políticas públicas educacionais. Essas informações foram coletadas por meio de pesquisa documental e de campo. O resumo consta no quadro 4.

Quadro 4 - Categorias de análise, objetivo e base para pesquisa

Categorias de análise	Objetivo proposto	Base para a pesquisa
<b>i)</b> a proposta pedagógica do campus (demandas APL); <b>ii)</b> os cursos implantados (relação com o APL); <b>iii)</b> projetos de pesquisa aplicada e de extensão desenvolvidos; <b>iv)</b> parcerias formalizadas (termos de cooperação);	<b>i)</b> identificar o papel do Estado como indutor de políticas públicas educacionais;	Pesquisa documental e de campo; entrevistas com atores-chave do desenvolvimento econômico (RH de empresas locais) que

<b>Categorias de análise</b>	<b>Objetivo proposto</b>	<b>Base para a pesquisa</b>
<b>iv)</b> vínculo da instituição com a comunidade externa; <b>v)</b> mudanças no contexto urbanístico e melhoria da mobilidade urbana.		contratam ou mantêm relação de trabalho com estudantes egressos.

Fonte: Autoria própria.

Os parâmetros de desempenho definidos para essa pesquisa foram: **i)** resultados acadêmicos, como: número de matrículas, concluintes, eficiência acadêmica e percentuais da organização pedagógica verticalizada (50/20/30), extraídos da Plataforma Nilo Peçanha; **ii)** resultados de qualificação dos estudantes egressos e a empregabilidade; **iii)** aumento de renda e melhoria na qualidade de vida dos egressos. Esses parâmetros têm como objetivo avaliar o impacto da implantação de um campus do IFPR no desenvolvimento local e regional. O quadro 5 sintetiza esses parâmetros.

**Quadro 5 - Parâmetros de desempenho, objetivo e base para pesquisa**

<b>Parâmetros de desempenho</b>	<b>Objetivo proposto</b>	<b>Base para a pesquisa</b>
<b>i)</b> resultados acadêmicos, como: número de matrículas, concluintes, eficiência acadêmica e percentuais da organização pedagógica verticalizada (50/20/30), extraídos da Plataforma Nilo Peçanha; <b>ii)</b> resultados de qualificação dos estudantes egressos e a empregabilidade; <b>iii)</b> aumento de renda e melhoria na qualidade de vida dos egressos.	<b>ii)</b> avaliar o impacto da implantação de um campus do IFPR no desenvolvimento local e regional;	Plataforma Nilo Peçanha (PNP); pesquisa documental e de campo; técnica de grupo focal com os egressos (questionário, manifestação das percepções e interação).

Fonte: Autoria própria.

Ainda, para avaliar o impacto da implantação de um campus numa localidade, foram sistematizados índices econômicos, sociais, emprego, renda, IDH, mobilidade e desempenho da educação, extraídos das plataformas do Ipardes, INEP, IBGE e, havendo, pesquisas especializadas.

A partir das informações e dados coletados, pretende-se atender ao terceiro objetivo do trabalho que é validar o Modelo de Análise com sua aplicação no IFPR/Campus Campo Largo.

### **4.3 Técnicas de trabalho para alimentar o Modelo de Análise**

Visando preencher o Modelo de Análise proposto nesta tese, foram realizadas as seguintes ações:

- i)** pesquisa documental e de campo, com a coleta de dados de forma direta,

concentrada no período de 2010 a 2024, no campus Campo Largo, envolvendo os seguintes setores: Direção-Geral, Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão, Direção de Planejamento e Administração, suas coordenações e seções;

- ii)** coleta e exame de indicadores na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), desenvolvida em 2017 pela Setec/ MEC;
- iii)** colheita e exame de índices socioeconômicos (econômicos, sociais, emprego, renda, IDH, mobilidade e desempenho da educação) do município de Campo Largo, obtidos no Ipardes, INEP, IBGE e pesquisas especializadas;
- iv)** técnica de grupo focal com os egressos e atores-chave do desenvolvimento econômico (responsáveis pelo RH de empresas locais). Para compreender o contexto histórico da implantação do campus também foram realizadas entrevistas com agentes públicos, membros da Associação Comercial e Empresarial de Campo Largo (Acicla) e Sindicato. O desenvolvimento dessa ação seguiu o seguinte roteiro:
  - a)** egressos: técnica de grupo focal (coleta de informações mediante a realização de questionário, manifestação das percepções e interação – Apêndices B e C). Foram encaminhados convites (e-mail, WhatsApp e redes sociais), forma aleatória, aos estudantes concluintes do IFPR/Campus Campo Largo (aproximadamente 300 pessoas). Duas datas foram agendadas (13 e 14 de setembro de 2024) para a realização da atividade de forma presencial, nas instalações do campus. Nas datas agendadas, 47 (quarenta e sete) egressos compareceram e responderam, de forma individual e impressa, um questionário com 09 perguntas objetivas e, na sequência, participaram de uma interlocução coletiva, garantida a participação efetiva dos envolvidos (Apêndice C), num ambiente propício à escuta e partilha, que foi gravada (áudio, vídeo e registro de fotos) para facilitar a transcrição dos relatos. As atividades tiveram como objetivo colher informações/dados quanto à formação escolar (qualificação), empregabilidade, renda e qualidade de vida.
  - b)** atores-chave do desenvolvimento econômico (responsáveis pelo RH de empresas locais), dos segmentos preponderantes no município e diretamente

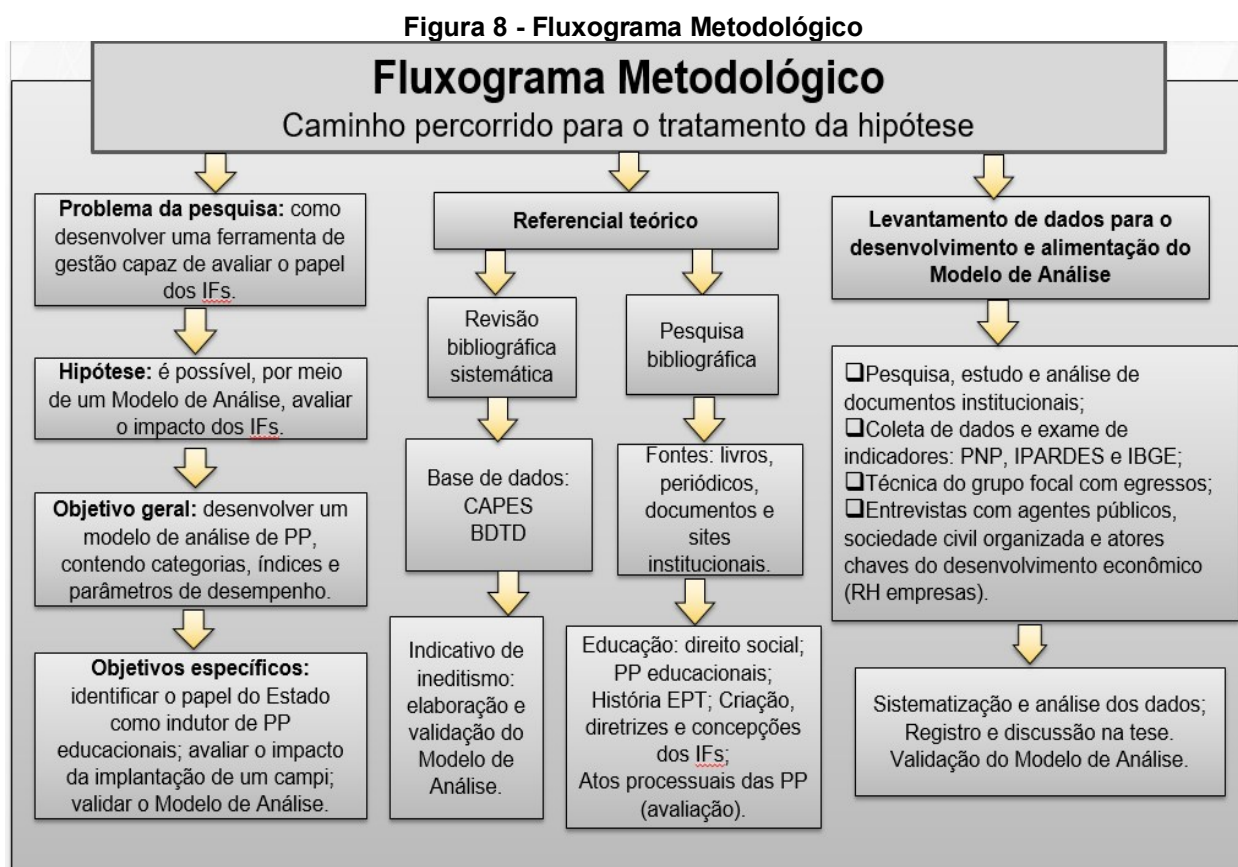
relacionados ao perfil profissional dos egressos, que contratam ou mantêm relação de trabalho com estudantes egressos: entrevista individualizada (Apêndice E), com vistas à coleta de informações quanto a: funcionários, terceirizados; autônomos e estagiários com formação no IFPR/CL; cursos frequentados; formação no IFPR/CL e fator para contratação; execução da formação recebida no IFPR/CL no local de trabalho; incentivo à qualificação; plano de cargos e salários; divulgação dos cursos do IFPR/CL; avaliação dos trabalhadores com formação no IFPR/CL. As entrevistas foram gravadas em áudio para facilitar a transcrição, bem como o registro em foto/imagens.

- c)** agentes públicos: entrevista individualizada (Apêndice D), visando à coleta de informações sobre: implantação do campus; dificuldades e apoios; diálogos com a comunidade sobre o APL; espaço para instalação do campus; primeiros servidores; localização e atuação do IFPR no Município. As entrevistas com os servidores do IFPR foram realizadas nos campi Campo Largo, Curitiba e Colombo. Com os agentes públicos municipais nos locais definidos por cada um (Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Cultura de Campo Largo, Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná e no próprio campus Campo Largo), as quais foram gravadas em áudio para facilitar a transcrição, bem como o registro em foto/imagens.
- d)** membros da Associação Comercial e Empresarial e Sindicato: entrevista individualizada (Apêndice D) que também buscou reunir contribuições sobre a implantação do campus; dificuldades e apoios; diálogos com a comunidade sobre o APL; espaço para instalação do campus; e localização e atuação do IFPR no Município, uma vez que, entre 2009 e 2010, os entrevistados estavam desenvolvendo funções públicas, como membro de Conselhos Gestores Municipais e, por derradeiro, participaram nas comissões e grupos de trabalho de discussão da implantação do campus. As entrevistas, com esse grupo, aconteceram nas suas respectivas empresas e também foram gravadas em áudio para facilitar a transcrição, bem como o registro em foto/imagens.

Dos resultados coletados, foi realizado o preenchimento do Modelo de Análise proposto, uma ferramenta de gestão que busca realizar o acompanhamento,

monitoramento e avaliação do impacto da implantação dos IFs no desenvolvimento local e regional, considerando as demandas e as potencialidades dos APLs, bem como eventuais necessidades de correção de rumos ou redirecionamentos das ações.

O fluxograma, representado na figura 8, retrata o caminho percorrido para o tratamento da hipótese, delineando o problema, objetivos, etapas do referencial teórico, coleta e análise dos dados que determinaram a validação da hipótese.



Fonte: Autoria própria (2025).

#### 4.4 Validação do Modelo de Análise no Campus Campo Largo

A partir dos dados coletados nos capítulos 5, 6 e 7, foi possível aplicar o Modelo de Análise de política pública no campus Campo Largo. O diagnóstico está contido no Quadro 6.

**Quadro 6 – Resultado do Modelo de Análise aplicado no IFPR/Campo Largo**

<b>Dimensão 1: Categorias de análise para avaliar os objetivos estratégicos dos IFs – PESO 3</b>	
<b>Indicadores</b>	<b>Conceito</b>
1.1 Cursos ofertados e relação com o APL	5
1.2 Pluricurricularidade com atuação em diversos eixos tecnológicos	5
1.3 Previsão da formação humana e integral nos cursos ofertados	5
1.4 Ação Acadêmica: 50% das vagas são destinadas à EPT de nível médio	5
1.5 Ação Acadêmica: 20% das vagas são destinadas às Licenciaturas (2019- 2024)	2
1.6. Ação Acadêmica: destinação de vagas ao público de jovens e adultos (2020- 2024)	3
1.7 Projetos de Pesquisa Aplicada (setores industriais e econômicos) nos últimos 10 anos	3
1.8 Projetos de Extensão nos últimos 10 anos (executados ou em execução)	5
1.9 Termos de Cooperação/Convênios formalizados nos últimos 10 anos	5
1.10 Vínculos com a Comunidade Escolar	5
1.11 Localização espacial do campus no território e mobilidade urbana	5
<b>TOTAL</b>	<b>48</b>
<b>Dimensão 2: Índices socioeconômicos – PESO 2</b>	
<b>Indicadores</b>	<b>Conceito</b>
2.1: IPDM Geral (2010 e 2022) do Município sede do campus	5
2.2: IPDM Renda e Emprego (2010 e 2022)	1
2.3: IPDM Educação (2010 e 2022)	5
2.4: Média do IDEB no Ensino Médio nos últimos anos (2017 a 2023)	5
2.5: Salário médio mensal dos trabalhadores formais (2010 e 2022)	-
2.6 População ocupada (2010 e 2022)	-
2.7 Evolução no número de empregos (2010 e 2022)	5
2.8: Evolução do PIB no Município (2010 e 2022)	5
2.9: Taxa de escolarização (2010 e 2022)	-
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>
<b>Dimensão 3: Parâmetros de desempenho – PESO 5</b>	
<b>Indicadores</b>	<b>Conceito</b>
3.1 Número de matrículas (2010-2024)	5
3.2 Número de Ingressantes X Concluintes (2010-2024)	2
3.3 Eficiência Acadêmica (2017-2024)	3
3.4 Percentuais da organização pedagógica verticalizada (ano 2024)	5
3.5: Média das notas do ENEM nos últimos 5 anos (2019 a 2023)	5
3.6 Egressos e atendimento dos objetivos da formação	5
3.7 Egressos e aprendizagens para a formação humana	5
3.8 Egressos e aptidão para atuar na área de formação	2

3.9 Egressos e oportunidades de estágio, trabalho ou emprego na área durante o curso	1
3.10 Egressos, conclusão do curso e oportunidades de trabalho e emprego na área	3
3.11 Egressos, conclusão do curso e aumento de renda financeira	3
3.12 Egressos e melhoria da qualidade de vida	5
3.13 Egressos e utilização das aprendizagens desenvolvidas no curso no dia-a-dia	5
3.14 Egressos e grau de recomendação do curso/instituição	5
3.15 Mercado e relações de trabalho e/ou emprego com egressos do IF	5
3.16. Mercado e contratação de estagiários vinculados ao IFPR/CL	5
3.17 Mercado e formação acadêmica no IF como um dos fatores para a contratação	5
3.18 Mercado e trabalhadores com formação no IF e aplicação das técnicas escolares	5
3.19 Mercado e divulgação dos cursos ofertados pelo IF na empresa	5
3.20 Mercado e avaliação dos trabalhadores com formação no IFPR	5
<b>TOTAL</b>	<b>84</b>

A partir da pontuação obtida em cada dimensão e indicador, o segundo passo foi preencher a tabela peso, pontos alcançados e média (regra de três):

**Tabela 5 - Cálculo dos pontos alcançados e média**

Dimensão	Peso	Total indicadores	Total possível/Peso	Pontos alcançados	Média
1	3	11	55 (30)	48	26,18
2	2	09	45 (20)	26	17,33
3	5	20	100 (50)	84	42
				<b>Média final</b>	<b>85,51</b>

**Fonte: Autoria própria (2025).**

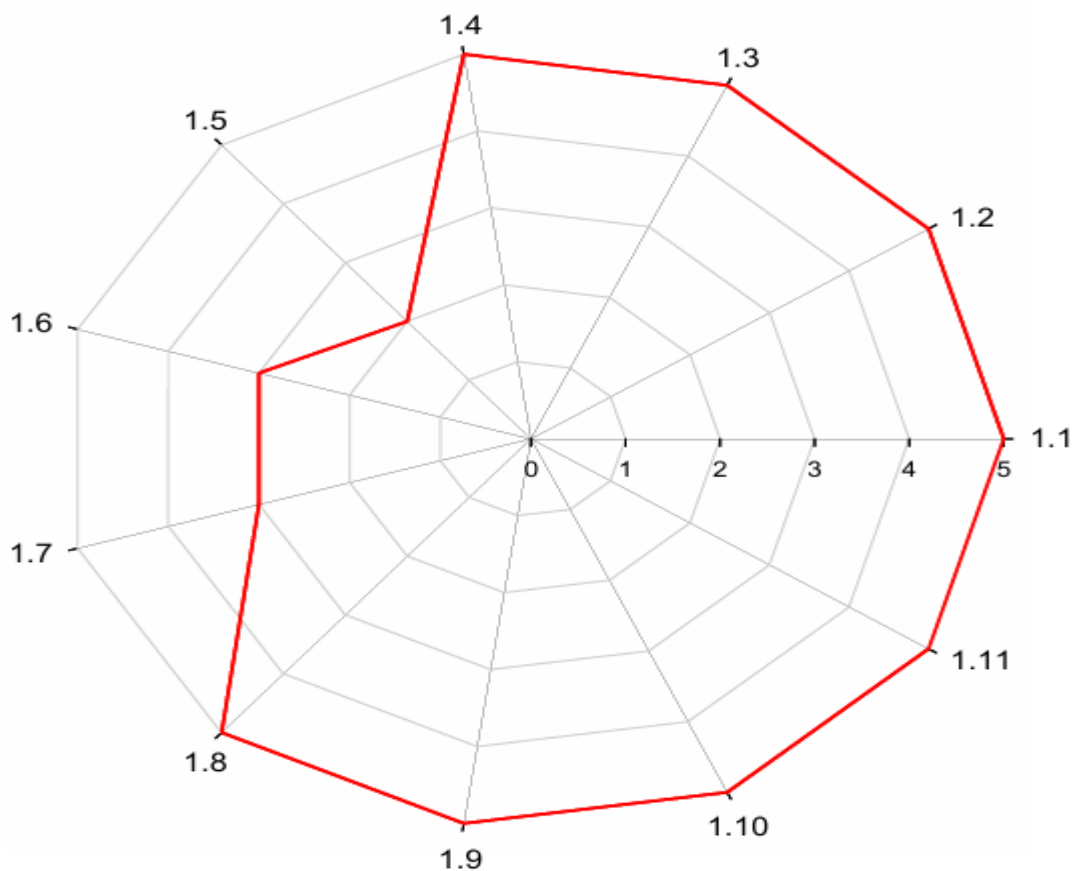
Diante dos resultados coletados e a aplicação do Modelo de Análise de política pública no Campus Campo Largo, que buscou avaliar, por meio de 40 (quarenta) indicadores, envolvendo categorias, índices socioeconômicos e parâmetros de desempenho, contemplando as percepções de diferentes atores e beneficiários (egressos, agentes públicos, agentes da sociedade civil organizada e empresas), tem-se a média final de 85,51 (oitenta e cinco inteiros e cinquenta e um décimos). Esse resultado identifica que o Campus Campo Largo atua como um dos vetores para a promoção do desenvolvimento local e regional.

O Modelo de Análise de política pública também revela que alguns indicadores merecem atenção dos gestores, no respectivo *locus* de validação. Com vistas a melhor

visualização e compreensão dos resultados, cada dimensão está apresentada num gráfico de radar, conforme segue:

- i) objetivos estratégicos dos IFs: vagas destinadas às Licenciaturas e Programas Especiais de Formação Pedagógica (1.5); vagas destinadas ao público de Jovens e Adultos (1.6); desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada (1.7); conforme Figura 9;

**Figura 9 - Dimensão 1: Categorias de análise**



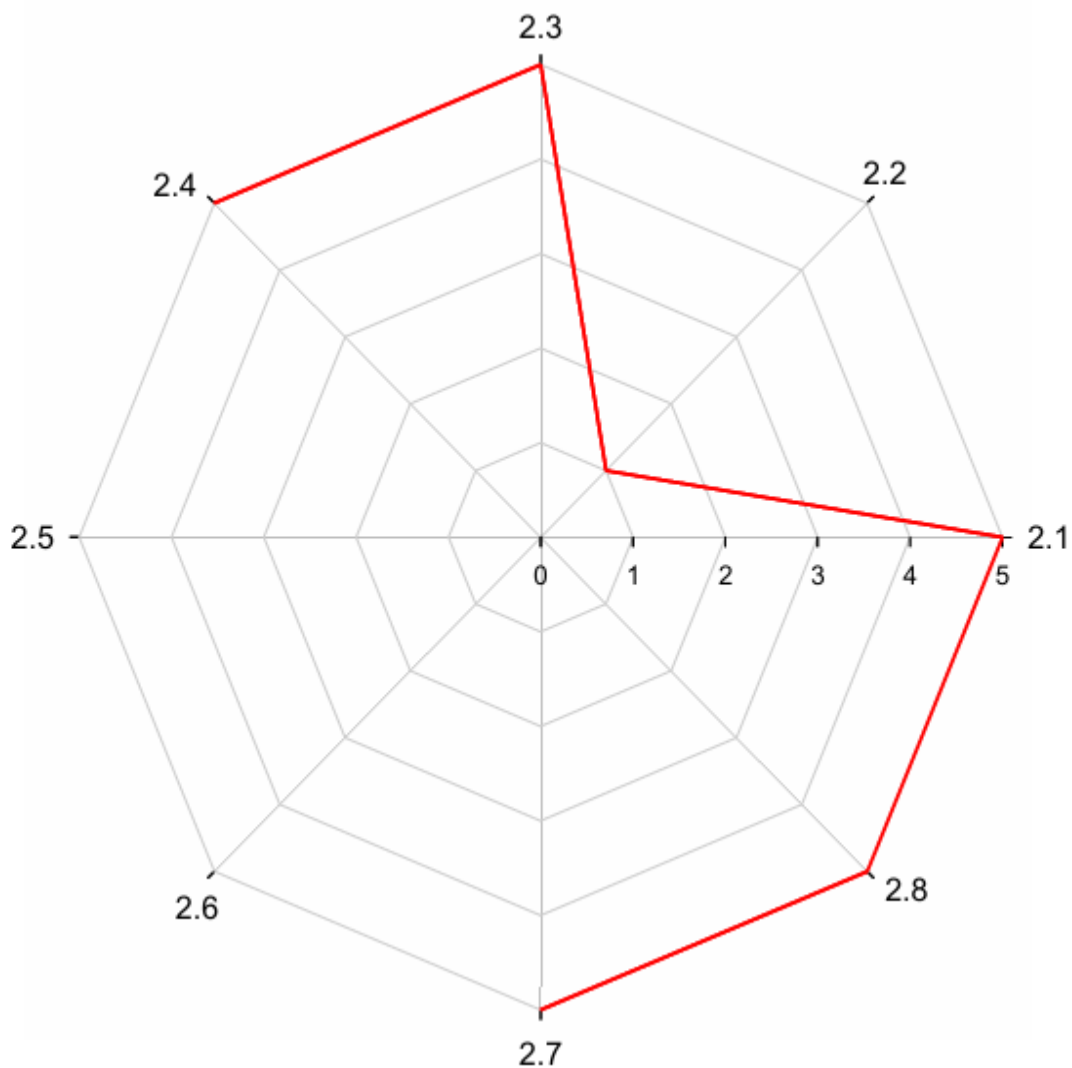
**Fonte: Autoria própria (2025).**

- ii) índices econômicos, sociais, emprego e renda: houve um aumento no número de empregos, mas não de renda (2.2). Ainda, não foi possível comparar os índices de salário mensal (2.5) e população ocupada (2.6) em razão da ausência de dados históricos do IBGE de 2010, eis que só constam dados do ano de 2022. O mesmo aconteceu com a da taxa de

escolarização (2.9)<sup>2</sup>, pois no IBGE só constam dados do ano de 2010 (Figura 10);

iii)

**Figura 10 - Dimensão 2: Índices socioeconômicos**



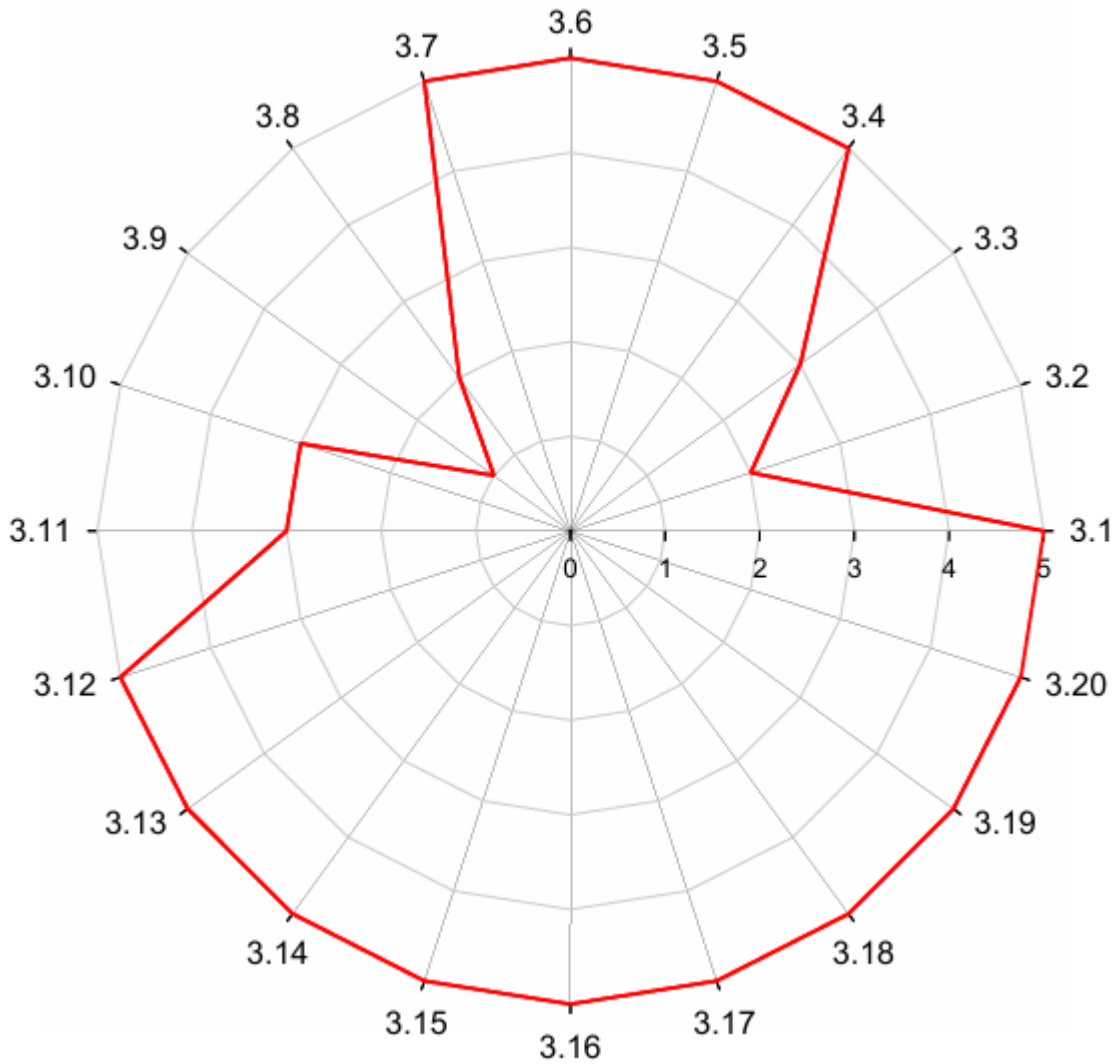
Fonte: Autoria própria (2025).

iv) parâmetros de desempenho: número de ingressantes *versus* número de concluintes (3.2); eficiência acadêmica (3.3); aptidão dos egressos para atuar na área de formação (3.8); oportunidades de estágio, trabalho ou

<sup>2</sup> Como a célula 2.9 não tem um valor (dado não localizado) o software de elaboração do gráfico de radar não o identifica e, com isso, plota como vazio. Por essa razão, a célula 2.9 não aparece no gráfico.

emprego na área durante o curso (3.9); conclusão do curso e oportunidades de trabalho e emprego na área (3.10) e, por fim, conclusão do curso e aumento de renda financeira (Figura 11).

**Figura 11 - Dimensão 3: Parâmetros de desempenho**



Fonte: Autoria própria (2025).

## **5 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E DO CAMPUS CAMPO LARGO**

Este capítulo tem como propósito apresentar a caracterização do Município de Campo Largo, seus dados históricos, econômicos e sociais. Na sequência, a história do campus Campo Largo a partir dos registros históricos materializados em atas, jornais e sites, bem como a história contada pelos atores que atuaram no processo de implantação. Os envolvidos relataram as dificuldades, os apoios recebidos, a definição dos cursos, a localização do campus e suas percepções sobre o papel do campus. O capítulo descreve ainda o desenvolvimento das ações e resultados do campus, nos seguintes aspectos: cursos ofertados, projetos de pesquisa, extensão e inovação, eventos científicos e acadêmicos, estágios, o retrato do campus no ENEM, indicadores da Plataforma Nilo Peçanha, Convênios e Termos de Cooperação Técnica formalizados e, por fim, a participação dos servidores nos Conselhos Gestores Municipais.

### **5.1 O Município de Campo Largo**

Com uma área territorial de 1.243.551 km<sup>2</sup>, o Município de Campo Largo localiza-se na Região Sul do Brasil, no Estado do Paraná, integra a Região Metropolitana de Curitiba (distância de 25,20 km) e possui 4 distritos: Bateias, Ferraria, São Silvestre e Três Córregos. No seu espaço geográfico existem 6 unidades de Nível Aglomerado Subnormal (ocupações irregulares de terrenos para fins de habitação em áreas urbanas), a saber: Jardim Padre José de Anchieta, Dona Albina Grigoletti Winheski, Jardim Rivabem, Jardim Rondinha, Jardim São Lucas e Santa Luzia (IBGE, 2023). O Ipardes registra uma área territorial de 1.240,081 km<sup>2</sup>, com base nos dados do Instituto Água e Terra (IAT), bem como a divisão administrativa em 5 distritos, acrescentando a área urbana principal de Campo Largo como um distrito (Ipardes, 2025).

O principal fator de formação do Município de Campo Largo, de acordo com o IBGE (2022), foi o Ciclo do Ouro no Paraná (meados do século XVI), seguido do desenvolvimento da pecuária e dos pontos de hospedagem para os tropeiros que se locomoviam para São Paulo. Sua origem é datada de 1819, quando o capitão Antônio da Costa doou parte de suas terras para interessados se instalarem. A instalação do Município ocorreu em 23/02/1871, quando foi desmembrado de Curitiba, e sua

colonização foi fortemente influenciada pelos poloneses, italianos, alemães e portugueses.

Sua população está estimada em 136.327 pessoas (IBGE, 2022). Comparando com outros municípios do país, em números populacionais, é o 217º (5.570), no Estado é o 14º (399) e na região geográfica imediata é o 6º (29). O salário médio mensal dos trabalhadores formais (2022) é 2,5 salários mínimos. A população ocupada soma 30,10%, compreendendo 41.035 pessoas (2022). Na Economia, o PIB per capita (2021) é de R\$ 42.257,57 (quarenta e dois mil, duzentos e cinquenta e sete reais, cinquenta e sete centavos), chegando ao ranking de 1.311º do país, o 159º do Estado do Paraná e o 11º na região geográfica imediata (IBGE, 2022). O índice GINI da renda domiciliar per capita (grau de concentração de renda em determinado grupo) é de 0,4535 (IBGE, 2010). Já o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,745, classificado como médio (IBGE, 2010).

A Associação Comercial e Empresarial de Campo Largo (Acicla), publicou uma coletânea, denominada Campo Largo em Números, com os principais indicadores do município. A execução desse trabalho foi realizada pela empresa Ceppe do Brasil (2024) e tem como finalidade organizar dados, visando a promoção do crescimento e desenvolvimento dos municípios e regiões. Neste caderno foi possível identificar dados que colaboraram com essa pesquisa, como por exemplo: a evolução do PIB (soma de todos os bens e serviços) no Município, no período de 2011 a 2021, foi de 157,9%, enquanto no Paraná foi de 113,9% e no Brasil 105,9%. Já quando se trata de PIB per capita, a evolução entre 2011 e 2021, foi de 116,4%, enquanto no Paraná foi de 93,9% e no Brasil, 89,8%. A evolução no número de empregos, com carteira assinada, no município, período de 2013 a 2023, também foi maior que a média do Paraná e Brasil. Em Campo Largo, o percentual chegou a 36,8%, no Paraná, a 16,1% e no Brasil, 13,7%. O setor que mais empregou foi o Industrial, seguido do comércio. Ademais, o município conta com um dos maiores hospitais, em números de leitos, da América Latina. Considerando o número de leitos por 1.000 habitantes, o cenário no Brasil é de 2,21, no Paraná 2,27 e em Campo Largo, 5,98. Outro dado que chama atenção é a quantidade de médicos por 1.000 habitantes: Brasil 2,54, Paraná 2,72 e Campo Largo 5,34. Ao olharmos para a educação, o caderno traz uma evolução das matrículas, por

dependência administrativa, no período de 2015 a 2023, de 55,7% para a Rede Federal, enquanto privado e estadual tiveram redução de 14,2% e 14,4%, respectivamente. A evolução das matrículas por nível de ensino, registrou uma evolução, no mesmo período, de 43,2% para a Educação Profissional. Ainda, outro percentual em que o município avançou, no período de 2020 a 2023, é no número de professores, aumentando em 16,8%, enquanto no Paraná a evolução foi de 5,2% e no Brasil de 7,5% (Ceppe do Brasil, 2024).

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) desenvolveu em 2010, com base nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Educação e Ministério da Saúde, além do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um indicador chamado “Índice Ipardes de Desempenho Municipal”, uma espécie de IDH municipal, avaliando o desenvolvimento socioeconômico dos 399 municípios do Estado do Paraná, nas dimensões<sup>3</sup> de Renda, Educação e Saúde, formando um indicador Geral (Paraná, 2024). Deste modo, quando se fala em Índice Ipardes de Desenvolvimento Municipal, a série histórica de Campo Largo é:

**Tabela 6 - Índice Ipardes de Desempenho Municipal – Campo Largo**

IPDM - Índice Geral 2010 - 2022												
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
0,6307	0,6660	0,6247	0,6810	0,7061	0,7259	0,7222	0,7351	0,7416	0,7531	0,7278	0,7590	0,7757
IPDM - Renda 2010 - 2022												
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
0,5513	0,6174	0,5504	0,5673	0,5723	0,5199	0,5266	0,5323	0,5397	0,5401	0,4873	0,5555	0,5551
IPDM - Educação 2010 - 2022												
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
0,6628	0,7293	0,6844	0,7394	0,7509	0,7968	0,7949	0,8340	0,8617	0,9126	0,9039	0,8957	0,9259
IPDM - Saúde 2010 - 2022												
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
0,6778	0,6514	0,6394	0,7364	0,7952	0,8610	0,8451	0,8391	0,8232	0,8065	0,7923	0,8257	0,8459

**Fonte: Autoria própria com base nos índices do Ipardes (2025).**

<sup>3</sup> A metodologia utilizada pelo Ipardes para calcular o Índice de Desenvolvimento Municipal consiste na aplicação das seguintes variáveis: Renda (remuneração média do trabalho e o número de empregos formal da base de dados RAIS/MTE, bem como a produção agropecuária); Educação (indicadores do ensino infantil, fundamental e médio da base de dados do INEP, quanto ao atendimento à educação infantil, taxas de abandono, distorção idade-série, Ideb e qualificação dos docentes (com ensino superior); Saúde (banco de dados da SESA quanto ao percentual de consultas pré-natais, participação dos óbitos listados como causas mal definidas e razão de óbitos de crianças menores de 5 anos por causas evitáveis, aliada a projeção populacional realizada pelo Ipardes). A metodologia completa está disponível: [https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-09/Metodologia%20IPDM%202016.pdf](https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Metodologia%20IPDM%202016.pdf)

Da análise desses índices observa-se: um avanço significativo no índice geral, em que o Município, em 2010, tem 0,6307 e em 2022 passa para 0,7757; na dimensão renda, os índices se mantiveram; na dimensão educação, os índices passam de 0,6628 para 0,9259, enquanto na saúde começa com 0,6778 e alcança 0,8459. O índice que apresentou um maior avanço foi o educacional, com um aumento de 0,2631 no período de 2010 a 2022.

O solo do Município de Campo Largo é rico em caulim e argila, próprios para a fabricação de porcelanas, louças e outros artefatos de cerâmica. Diante dessa característica, foi instalado nesta região um parque industrial do setor cerâmico que é reconhecido no âmbito nacional “como um dos mais importantes polos do setor, sendo responsável pela fabricação de 90% da porcelana vendida no mercado interno” (Ipardes, 2006, p.72). Mesmo diante dessa constatação, não se identificou, na análise do repertório legal do Município de Campo Largo, um ato normativo que criou o Arranjo Produtivo Local de louças e porcelanas. O que existe é a Lei Municipal nº 2.543, 28 de novembro de 2013, que criou o Centro de Ciências e Tecnologias Cerâmicas de Campo Largo (Cestec-CL), um órgão integrado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico do Município, no qual integra a sua estrutura, a Coordenadoria de Arranjo Local de Louças e Porcelanas.

Além das indústrias cerâmicas (azulejos, pisos e louças), o Município se destaca pelas indústrias moveleiras e metal mecânica. Na agricultura produz feijão, batata e cebola e, na fruticultura, maçã, uva e pêsego. Predominam na pecuária a bovinocultura de leite, a suinocultura, a avicultura, a piscicultura e a apicultura. A população ocupada, segundo as atividades econômicas (2010), é de 57.231, conforme o Caderno Estatístico do Município de Campo Largo (Ipardes, 2025, p.37-38). As dez atividades econômicas com maior número de pessoas são: Indústrias de transformação (10.915); Comércio; Reparação de veículos automotores e motocicletas (8.844); Construção (5.841); Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (4.303); Serviços domésticos (4.010); Transporte, armazenagem e correio (3.130); Atividades administrativas e serviços complementares (2.254); Alojamento e alimentação (1.994); Saúde humana e serviços sociais (1.967); Administração pública, defesa e seguridade social (1.876).

Neste mesmo caderno (Ipardes, 2025, 38-39) observa-se que o número de estabelecimentos é de 3.002 e de empregos (RAIS), 34.421. As cinco atividades econômicas preponderantes (setores e subsetores) são: **i)** Serviços com 1.109 estabelecimentos e 11.522 empregos (serviços médicos, odontológicos e veterinários; Administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, auxiliar de atividade econômica; transporte e comunicações; Serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão; e ensino); **ii)** Indústria de transformação com 441 estabelecimentos e 9.553 empregos (produtos minerais não metálicos; produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico; Têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos; Mecânica; e Metalúrgica); **iii)** Comércio com 1.156 estabelecimentos e 7.537 empregos (comércio varejista e comércio atacadista); **iv)** Administração Pública com 3 estabelecimentos e 3.101 empregos; **v)** Construção Civil com 187 estabelecimentos e 1.777 empregos. Dados anteriores a 2023 do Ipardes colocavam a indústria de transformação como a principal atividade econômica de Campo Largo. Hodiernamente, a atividade econômica preponderante no município é o setor de serviços e seus segmentos.

A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) é de 97,7%. Confrontando com outros municípios do país é o 2.574º (5.570), no Estado é 234º (399) e na região geográfica imediata é o 7º (29). As matrículas da Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio) no ano de 2023 somaram 28.508. Na Educação Superior, o número de matrículas corresponde a 566 na modalidade presencial (Rede Federal e Privada) e 4.041 na modalidade EaD (Rede Estadual e Privada). O número de docentes da Educação Básica no ano de 2023 compreende o montante de 1.651 (Ipardes, 2025, p.11).

O Índice de Desenvolvimento Educacional (Ideb) anos iniciais do Ensino Fundamental (Rede Pública) ano de 2023 é 6,9. Já o Ideb dos anos finais do Ensino Fundamental (Rede Pública) do ano de 2023, foi de 5,5 (IBGE, 2023). Por fim, o Ideb do Ensino Médio do ano de 2023 é 4,9. A tabela 7 mostra as notas do Ideb correspondentes ao período de 2009 a 2023.

**Tabela 7 - Média do Ideb nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, 2009-2023**

Média do Ideb nos anos iniciais do Ensino Fundamental – Escola Pública							
2009= 5,2	2011= 5,4	2013= 5,6	2015 = 5,9	2017 = 6,2	2019 = 6,4	2021= 5,9	2023=6,9
Média do Ideb nos anos finais do Ensino Fundamental – Escola Pública							
2009 = 4,5	2011= 4,6	2013= 4,7	2015 = 4,8	2017 = 5,0	2019 = 5,4	2021 = 5,4	2023=5,5
Média do Ideb no Ensino Médio – Escola Pública							
2009: s/d	2011: s/d	2013=s/d	2015 = s/d	2017 = 4,0	2019 = 4,7	2021 = 4,8	2023=4,9

**Fonte: Autoria própria com base nos resultados do Ideb (INEP, 2024).**

Os registros da tabela apontam uma evolução nas médias do Ideb. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental o primeiro registro, em 2009, foi uma média de 5,2 e chegou a 6,9 em 2023, um acréscimo de 17 pontos em 14 anos. Já nos anos finais do Ensino Fundamental, a média começou em 4,5 em 2009 e passou para 5,5 em 2023, isto é, uma evolução de 10 pontos, também em 14 anos. Já no Ensino Médio, o primeiro registro foi em 2017, com média de 4,0, passando para 4,9 em 2023, isto é, 9 pontos em 6 anos. No Ideb do Ensino Médio, há probabilidades de avanços na média em razão da participação nas avaliações dos estudantes do Ensino Médio do IFPR/Campus Campo Largo.

Apresentados os dados históricos, econômicos e sociais do Município, a pesquisa segue com a história, características e ações do IFPR/Campus Campo Largo.

## 5.2 A história da implantação do Campus Campo Largo

O primeiro registro oficial quanto ao interesse do Município de Campo Largo em firmar parcerias com o IFPR, está contido na ata da primeira reunião do Conselho Superior do IFPR, realizada em 11 de março de 2009. Neste documento, foi registrado o interesse do Município em firmar convênio com o IFPR para o desenvolvimento de projetos do Proeja (IFPR/Consup, 2009).

Em 19 de agosto de 2009, o IFPR divulgou, na página institucional, que uma equipe da reitoria e da coordenação de Educação a Distância se reuniu com integrantes da Prefeitura de Campo Largo visando discutir a instalação de uma Unidade Avançada do IFPR no Município. Entre as ações iniciais houve as seguintes deliberações: a elaboração de um termo de cooperação técnica; a contrapartida da prefeitura para doar

um terreno; a realização de uma audiência pública para discutir os cursos que atenderiam ao arranjo produtivo local. Como ação emergencial foi definida a criação de um grupo de trabalho para elaboração do projeto preliminar de ocupação, reforma e adaptação da área a ser doada. A reportagem destacou que, dentre os cursos técnicos possíveis para Campo Largo estavam: “mecânica, eletrotécnica, agroecologia, meio ambiente, saúde, informática, cerâmica e outros a serem discutidos com a participação da comunidade” (IFPR, 2009b).

Outro destaque da reportagem são as razões que levaram à escolha de Campo Largo. Na ocasião, o servidor José Carlos Ciccarino (Coordenador de Educação a Distância do IFPR), ressaltou que o município estava em expansão, com a criação de diversos “postos de trabalho com a instalação de um dos maiores complexos automotivos da América do Sul, contará também com um importante parque industrial, além da disposição que a prefeitura tem demonstrado em receber uma instituição de ensino” (IFPR, 2009b).

Já o anúncio da implantação do Campus Campo Largo, no noticiário local, aconteceu em 28 de agosto de 2009. A matéria, com o título “Moreira anuncia Campi do IFPR em Campo Largo”, relata que, em reunião com o Prefeito Municipal, o Secretário Especial da Chefia de Gabinete do Governador Roberto Requião, Carlos Moreira, anunciou a instalação de uma unidade avançada do IFPR no Município de Campo Largo. Na oportunidade, foi divulgado que o campus ocuparia a área da antiga Cerâmica Iguazu, bem como que um grupo de trabalho, composto por integrantes da Prefeitura e IFPR, atuaria na elaboração de um projeto preliminar de ocupação e encaminhamentos necessários para a reforma (Jornal Folha de Campo Largo, 2009).

Em 31 de agosto de 2009, o IFPR e o Município de Campo Largo, em audiência pública que reuniu autoridades, dirigentes, representantes de sindicatos e associações, bem como membros da comunidade, apresentaram o projeto de instalação do instituto na cidade e colheram sugestões sobre os cursos que atenderiam aos arranjos produtivos locais. Na ocasião, Reitor e Prefeito Municipal assinaram o Termo de Intenção para instalação do campus (IFPR, 2009c).

Ainda, o jornal local noticiou, nos dias 13 e 20 de novembro de 2009, informações sobre o primeiro processo seletivo, o qual destinava 120 vagas para os cursos técnicos

em Agroecologia, Eletrotécnica e Mecânica (40 vagas para cada curso). As aulas estavam previstas para iniciar nos primeiros meses de 2009, nas dependências da Escola Municipal Reino da Loucinha (Jornal Folha de Campo Largo, 2009).

Muito embora, o Grupo de Trabalho tenha sido divulgado em agosto de 2009, o anúncio da sua formação só aconteceu em fevereiro de 2010. Segundo outro veículo de imprensa, uma visita do então Reitor do IFPR, professor Alípio Leal, em 29 de janeiro de 2010, discutiu a implantação do campus e a formação da comissão que era composta pelo vice-prefeito, secretários municipais, a vereadora Lindamir, representantes da Cocel, Provopar, sindicatos e empresas. Ainda, de acordo com a notícia, o projeto para implantação de uma unidade do IFPR em Campo Largo foi apresentado no MEC, para o Ministro da Educação, Fernando Haddad, em 22 de fevereiro de 2010, mesmo dia da aula inaugural (Jornal O Metropolitano, 5 de fevereiro de 2010).

Em 9 de fevereiro de 2010, o IFPR e o Município de Campo Largo formalizaram o Termo de Convênio, tendo por objeto o apoio à implantação de um campus. Entre as obrigações do Município estavam: executar as adequações necessárias para implantação de 04 salas de aulas, área administrativa, laboratório de informática e biblioteca, bem como encaminhar projeto de lei à Câmara Municipal com objetivo de efetuar a doação do terreno destinado à implantação do campus (Campo Largo, 2010).

Ademais, das pesquisas nos jornais locais, verificou-se que a Associação Comercial e Empresarial de Campo Largo (Acicla), preocupada com os prazos, convidou o prefeito, o presidente da Câmara Municipal e demais vereadores para uma reunião, realizada em 15 de abril de 2010, com o objetivo de pedir urgência na tramitação do projeto de lei para doação do imóvel ao IFPR. O encaminhamento dessa reunião foi o agendamento de outra reunião, na segunda-feira seguinte, na Câmara Municipal, com os jurídicos dos poderes legislativos e executivo, visando ao saneamento dos eventuais problemas que estavam impedindo a votação da lei (Jornal Folha de Campo Largo, 16 de abril de 2010).

O Campus Campo Largo, de acordo com Aires *et al.* (2019), iniciou suas atividades no Município em 24 de maio de 2010 ofertando, de modo presencial, nas instalações da Escola Municipal Reino da Loucinha, os cursos técnicos (modalidade subsequentes) em Agroecologia, Eletrotécnica e Mecânica e, na forma de Educação a

Distância, no Colégio Estadual Macedo Soares, os cursos técnicos (também subsequentes) de Administração e Secretariado. Em 26 de setembro de 2011, se instalou de modo definitivo, no prédio onde funcionou a Cerâmica Iguassú.

A instalação do Campus Campo Largo nas antigas dependências da Cerâmica Iguassú S.A denota estreita conexão com a história da cidade e com os arranjos produtivos locais. O prédio onde foram construídas salas de aula é reconhecidamente um patrimônio histórico e a vinculação com o setor produtivo de cerâmica exemplifica-se pela parceria da Prefeitura Municipal com o IFPR para a instalação e a oferta de cursos no Centro de Estudos de Ciência e Tecnologias Cerâmicas do Paraná (Cestec), unidade inaugurada em 2011 (Aires *et al.*, 2019,p.70).

A instalação do campus, segundo Aires *et al.* (2019), registrou interesses divergentes envolvendo os agentes políticos do Poder Executivo e do Legislativo municipal, que se estenderam nos anos de 2009 a 2010. O embate foi resolvido com a aprovação da Lei Municipal nº 2.187, de 13 de maio de 2010, que concretizou a doação do terreno de duas áreas urbanas, que somam aproximadamente 34 mil m<sup>2</sup>, localizado em frente ao terminal urbano da cidade.

Para entender um pouco mais dessa tramitação, considerando as notícias veiculadas à época e os relatos dos entrevistados, aliado ao fato da busca pela compreensão das dificuldades para implantação de um campus num município brasileiro, buscou-se analisar, de forma minuciosa, o processo de tramitação da Lei de Doação do Terreno, disponível no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo, documentos acessórios da Câmara Municipal (Campo Largo, 2010):

- i) em 24 de março de 2010, o chefe do Poder Executivo Municipal, considerando o interesse público e a urgência, requereu ao Presidente da Câmara a convocação de uma sessão extraordinária para apreciação Projeto de Lei nº 14/10 que autorizava a doação de dois terrenos para a implantação do Campus Campo Largo. Ao processo foram anexados o Protocolo de Intenções e Termo de Convênio formalizados com o IFPR, a matrícula do imóvel, o memorial descritivo, o laudo de avaliação dos terrenos (R\$ 18.578.241,00 – lotes 3 e 4 da matrícula 32.979) e os documentos institucionais que comprovavam a existência, posse dos dirigentes, finalidade e objetivos do IFPR;

- ii)** o Presidente da Câmara Municipal, por meio do Consultor Jurídico, apresentou parecer técnico, aduzindo que restavam dúvidas para o exame do real interesse público e urgência para convocação de sessões extraordinárias. Alegou em síntese: a) a inexistência de matrícula (nº 32.979) atualizada do Cartório de Registro de Imóveis comprovando o desmembramento da área (área total de 62.718,75 m<sup>2</sup>, dividida em lotes, na qual já continha benfeitorias e ônus real para o Estado do PR); b) ausência de autorização e aprovação dos cursos técnicos em agroecologia, eletrotécnica e mecânica; c) carência do ato do Ministro da Educação que criou o campus Campo Largo; d) falta de previsão orçamentária do IFPR para o campus Campo Largo em 2010; e) o Estatuto do IFPR sem assinatura e sem aprovação obrigatória do Ministério da Educação; f) ato de nomeação do reitor em desacordo com as disposições legais; g) o PDI do IFPR, vigência 2009 a 2013, não prevê a criação do campus Campo Largo; h) no PDI consta que o campus Curitiba terá atuação em 14 municípios da Região Metropolitana de Curitiba, o que justifica a possibilidade do município firmar parcerias e encaminhar esses estudantes, sem a necessidade da doação do terreno; i) o protocolo de intenções estabelecia a elaboração de um plano de trabalho para verificação da viabilidade técnico-financeira do empreendimento público; j) as razões iniciais do Município com o IFPR eram estabelecer convênios para o desenvolvimento de projetos do Proeja; k) o convênio firmado pelo Município com o IFPR não foi validado pela Câmara Municipal. Ao final, diante da falta de documentos e informações para deliberar quanto à urgência e interesse público, solicitou esclarecimentos complementares ao chefe do Poder Executivo. Em 22 de abril de 2010 foi encaminhado Ofício ao Prefeito Municipal;
- iii)** em 26 de abril de 2010, o chefe do executivo recebeu o Ofício e, no mesmo dia, apresentou esclarecimentos às dúvidas suscitadas pelo Presidente da Câmara Municipal;
- iv)** em uma segunda decisão, o Consultor Jurídico da Câmara Municipal alertou quanto à persistência da necessidade de esclarecimentos, bem como que o processo seguia revestido de vícios e ilegalidades. Diante disso, o Presidente

da Câmara deliberou pela tramitação do processo pelo rito ordinário, encaminhando para as Comissões de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento do legislativo municipal;

- v) em parecer conjunto, as duas comissões manifestaram-se favoráveis à apreciação do Projeto de Lei nº 14/2010 pelo plenário;
- vi) dos registros da Câmara Municipal, identificou-se que a primeira votação aconteceu no dia 28 de abril de 2010; a segunda votação em 4 de maio de 2010. A lei foi assinada pelo prefeito municipal em 13 de maio de 2010 e apresentada em plenário, em 25 de maio de 2010.

Ato contínuo, com a aprovação da lei de doação, em 19 de maio de 2010, uma comitiva composta pelo prefeito Edson Basso, o secretário de Desenvolvimento Econômico, João Batista, o procurador-geral do Município, Ivo Gobatto Carvalho, o reitor do IFPR, Alípio Leal e, o então Presidente da Acicla, Eloir Leal, protocolaram, no gabinete do Ministro da Educação, o projeto para implantação do Campus Campo Largo (Folha de Campo Largo, 2010).

Em 13 de julho de 2010, o IFPR foi destaque num jornal local que informou que o Município de Campo Largo já era sede de campus do IFPR. Segundo a reportagem, que entrevistou o então Diretor-Geral, Ciro Bächtold, para a autonomia total do campus e início dos investimentos, faltava apenas a formalização da doação da área e registro do imóvel em cartório. Naquele momento, agentes contratados pela Prefeitura estavam executando obras de adequação, para entrega do imóvel onde funcionava a Cerâmica Iguassu, um dos compromissos assumidos para receber o campus. Enquanto isso, as aulas dos Cursos Técnicos em Agroecologia, Mecânica e Eletrotécnica aconteciam na Escola Municipal Reino da Loucinha e o campus funcionava com dependência pedagógica do campus Curitiba. A notícia ainda destacou o processo de inscrição para dois cursos técnicos na modalidade EaD: Administração de Empresas e Secretariado (Folha de Campo Largo, 2010).

A lavratura do registro da doação do terreno, no Cartório de Registro de Imóveis de Campo Largo, deu-se em 22 de setembro de 2011 (processo protocolado em 25 de agosto de 2011). Muito embora tenha sido considerada de relevante interesse público, a doação foi efetivada com encargos. Isso implica dizer que o doador (Município de Campo

Largo) estabeleceu encargos, obrigações ou incumbências ao donatário (Instituto Federal do Paraná). Ainda, o não cumprimento, por parte do Instituto Federal do Paraná, das condições estabelecidas, poderia desencadear uma reversão automática do imóvel para o Município. As condições foram: a) apresentar, no prazo máximo de dois anos, a contar da assinatura da presente escritura pública de doação, a autorização do Ministério de Educação e Cultura (MEC), para a implantação do campus em Campo Largo; b) manter as aulas iniciadas no ano de 2010 nos cursos de mecânica, eletrotécnica e agroecologia, divulgados pelo Processo Seletivo do IFPR, realizados em 2009; c) manter sempre ativa a unidade do IFPR em Campo Largo, com oferta de, no mínimo, 03 (três) cursos técnicos profissionalizantes; d) implantar efetivamente o Campus do IFPR no prazo de até 05 (cinco) anos após a autorização do MEC.

A instalação definitiva do campus Campo Largo, no espaço que ocupa hoje, de acordo com Aires *et al.* (2019), ocorreu em 26 de setembro de 2011. A inauguração oficial aconteceu em Brasília, em 5 de dezembro de 2012, contando com a participação de representantes do IFPR e do Município de Campo Largo (IFPR, 2012). Já a solenidade de inauguração das instalações do Campus aconteceu em 14 de dezembro de 2012 e contou com a participação de diversas autoridades, servidores e estudantes (IFPR, Campo Largo, 2012).

Neste contexto, com uma área reformada de aproximadamente 1.000 metros quadrados e outros 7.000 m<sup>2</sup> de edificações passíveis de adaptação e/ou reformas (IFPR/Campo Largo, 2024) instala-se de modo definitivo o campus Campo Largo, com uma tipologia 70/45 (setenta professores e 45 técnicos administrativos), sendo a “nona unidade colocada em funcionamento” (Madureira, 2021, p.26). Ato contínuo, num ritmo intenso de planejamento, obras (novas e reformas) e expansão, passou-se a adequar e construir salas de aulas, laboratórios e espaços propícios para a realização de atividades de ensino, pesquisa, extensão e atividades administrativas, com vistas à oferta de cursos para atendimento e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

### **5.3 A história da implantação do Campus Campo Largo no olhar das pessoas**

Para além dos registros históricos materializados em atas, jornais e sites, a história da implantação do Campus Campo Largo foi concretizada por pessoas,

servidores do IFPR e agentes públicos e membros da sociedade civil organizada (ocupavam funções públicas) do município. Neste sentido, a presente pesquisa passa a descrever o resultado das entrevistas individuais estruturadas com esses que acompanharam, vivenciaram e atuaram ativamente na implantação do campus. O roteiro de perguntas seguiu o contido no Apêndice D, mas sem desconsiderar o espaço de escuta (eis que alguns entrevistados falaram além do perguntado).

Foram entrevistados 07 (sete) servidores públicos do IFPR, sendo dois Técnicos Administrativos em Educação e 05 (cinco) Professores EBTT. Já agentes públicos do Município foram 03 (três), que na época ocupavam as funções de chefe do Poder Executivo, Secretário de Desenvolvimento Econômico e membro do Poder Legislativo. Já da Sociedade Civil Organizada, foram 4 entrevistados que, à época dos fatos, eram membros de Conselhos Gestores Municipais, portanto, ocupantes de função pública, e participaram ativamente das reuniões e comissões: um membro do sindicato da categoria dos trabalhadores e três membros da Acicla (sendo dois da época dos fatos e o Presidente 2022/2023). O presidente em exercício no ano de 2024, em conversa pessoal com a pesquisadora, justificou que não tinha elementos para contribuir com a pesquisa. Com isso, foram 14 (catorze) entrevistados, sendo 07 servidores do IFPR e 07 agentes públicos do Município.

Com vistas à preservação da identidade dos entrevistados, mantendo-se o sigilo e a privacidade, de acordo com o contido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os servidores do IFPR serão identificados como servidor/a, seguido de números ordinais (1 ao 7). Os agentes públicos municipais e os membros da sociedade civil organizada que desempenhavam funções públicas, serão denominados de entrevistado/a, seguindo também a lógica dos números ordinais (1 a 7).

O objetivo da entrevista foi a coleta de informações sobre: a implantação do campus; as dificuldades e apoios; os diálogos com a comunidade sobre o APL; o espaço para instalação do campus; os primeiros servidores; a localização e a atuação do IFPR no Município. As entrevistas foram gravadas em áudio para facilitar a transcrição, bem como registradas em foto/imagem, preservando a identidade e a imagem dos entrevistados.

### 5.3.1 Dificuldades apontadas para implantação do campus

Das entrevistas, as maiores dificuldades apontadas pelos servidores do IFPR foram: acesso restrito, instalações físicas limitadas, ausência de equipamentos e insumos para os laboratórios, compreensão da identidade institucional, missão e dos objetivos do IFPR. A seguir, transcrevem-se os relatos dos servidores:

**Servidor/a 1:** *Quando chovia, era necessário esperar o rio baixar para poder sair do campus e voltar para casa, pois havia uma única saída; falta de equipamentos e insumos para os laboratórios; ausência de espaços para montar laboratórios.*

**Servidor/a 2:** *A falta de espaço para trabalhar. Havia uma sala, que era compartilhada entre técnicos administrativos, professores e direção. Também a falta de laboratórios para os estudantes realizarem suas práticas.*

**Servidor/a 3:** *A absoluta dificuldade foi estruturar os laboratórios; um desafio muito grande que era o Curso Técnico em Mecânica; o Curso Técnico em Eletrotécnica e Curso Técnico em Cerâmica. Na época, foram formados muitos alunos que não tiveram acesso aos laboratórios.*

**Servidor/a 4:** *As dificuldades, no meu entendimento, foram de duas naturezas: i) dificuldade estrutural, porque recebemos um campus com uma pequena estrutura (área reformada, mas insuficiente), salas de aulas, mas nenhum laboratório; ii) compreensão dos servidores, sobretudo dos docentes, da missão e os objetivos de uma instituição como a nossa (desafio ainda não superado).*

**Servidor/a 5:** *Ninguém conhecia o que era o Instituto Federal; não foi só em Campo Largo, mas em todos os lugares; naquele momento as pessoas tinham dificuldade de compreender a identidade e o formato dos Institutos Federais. A dificuldade de compreensão era da população e dos agentes públicos envolvidos no processo de implantação.*

**Servidor/a 6:** *Espaço e laboratório. Éramos Núcleo Avançado de Curitiba, então toda parte administrativa ficava com o Campus Curitiba. Tudo dependia de Curitiba. Tínhamos necessidade de técnicos e não tínhamos o quantitativo suficiente de docentes. Dependíamos dos docentes do Campus Curitiba.*

**Servidor/a 7:** *O Instituto Federal não era conhecido; até eles entenderem o que era o Instituto Federal, qual a importância; de que forma o Instituto poderia contribuir com a gestão municipal; de que forma ele poderia transformar a vida das pessoas nas cidades, foi um trabalho muito grande.*

Enquanto as maiores dificuldades apontadas pelos agentes públicos municipais e pelos membros da sociedade civil organizada que ocupavam função pública foram: doação de um terreno valioso para o IFPR, ausência de credibilidade do IFPR, falta de apoio do Poder Legislativo, embate com o jurídico da Câmara Municipal na tramitação do processo de doação do imóvel. Adiante, a narrativa dos entrevistados:

**Entrevistado 1:** *Construção de um Centro de eventos no local. As pessoas do meio educacional lutaram muito pela vinda do IFPR.*

**Entrevistado 2:** *Embates com o Poder Legislativo: quando o processo chegou na Câmara de Vereadores, o procurador jurídico entendeu que o Instituto Federal não era sério. Chegou a afirmar: se doar para eles, vão vender! Como vão vender? - eu disse. É o IFPR! Eles achavam que não era correto fazer essa doação. No começo houve essa dúvida, de que o Município não deveria doar para o Instituto. Foi uma briga, mas conseguimos fazer a doação. Além de envolver pessoas, a documentação demorou para ser finalizada (começou em 2009 e a Lei de doação foi sancionada em maio de 2010). Era uma única escritura, envolvendo vários terrenos (Terminal, a Guarda Municipal, o Cestec e a rua Engenheiro Tourinho) e foi feito o desmembramento.*

**Entrevistado 3:** *Não cheguei a participar das reuniões para instalação do campus. Na época, eu era membro do Comude (Conselho de Desenvolvimento Econômico) do Município de Campo Largo e lá ouvia falar da vinda do IFPR. Para mim, foi uma notícia muito boa!*

**Entrevistado 4:** *Falta de apoio do Poder Legislativo e, no começo, do Poder Executivo. Muita gente na Câmara de Vereadores era contra. O jurídico da Câmara de Vereadores era contra. Aí começamos a fazer reunião com um, com outro; e no final tínhamos que ter o projeto de lei de doação. O prefeito na época (isso foi um ponto fraco dele), chegou um dia na sala dele (como a rejeição na Câmara e no Jurídico era muito forte - desgaste político) e disse que estava desistindo do processo). Então, perguntei: prefeito, você me dá carta branca para eu ir atrás disso? Ele disse que estava junto e que eu poderia tocar o processo. Com isso, fui para o embate, reuniões com os vereadores e com o jurídico. Chegou ao ponto de uma reunião com os vereadores (talvez a mais importante) e com o jurídico falando que não admitia a doação de um terreno daquele tamanho para uma escola. Eles não acreditavam no IFPR e o jurídico, nesta reunião, citou o exemplo de Balsa Nova: "por que doar um terreno, deste tamanho e com essa estrutura se nós podemos seguir o modelo de Balsa Nova, que doa ônibus para os estudantes estudarem em Curitiba (pagavam a passagem). Na ocasião, eu disse: "meu amigo, você é um privilegiado e não sabe o que está falando. Nós estamos trazendo uma das coisas mais nobres possíveis, para um lugar nobre, que é uma escola técnica. Todas as empresas e comércio vão se utilizar dessa mão de obra que vai se formar, fora o papel social, geográfico e mobiliário que vai mudar no município". Conversei com todos os vereadores e avisei que estaria no dia da votação do projeto de lei, com a imprensa falada e escrita e nós vamos identificar, vereador por vereador, quem votar contra. Nós da Acicla e eu do meu bolso, nós vamos pagar a primeira página do jornal para colocar os nomes; eu vou pagar do meu bolso, porque não consigo aceitar um negócio desse! Um terreno que está criando aranhas, ratos, nós não colocamos uma escola técnica. O projeto de lei foi para a Câmara de Vereadores e no dia da votação, 100% de aprovação no primeiro e segundo turno; ninguém teve coragem de votar contra.*

**Entrevistado 5:** *No poder público, a tramitação de processos e o cumprimento de exigências, para entrar num pleito dessa natureza, demanda tempo. Tem um rito processual para cada ato, de forma que o nosso desafio na época, para que a gente conseguisse o IFPR antes que outros municípios, foi o tempo. Então, um dos desafios foi dar agilidade ao processo. Felizmente, conseguimos, desde a negociação com a Incepa para conseguir a área, até a aprovação na Câmara dos vereadores, preparar a documentação para o governo federal, elaborar o projeto nos termos, tudo isso demandou tempo e foi uma corrida. O prefeito teve que articular com vereadores para que eles entendessem a importância de aprovar isso. Naturalmente (processo democrático), alguns vereadores questionaram "o porquê doar um terreno tão valioso ao governo federal, se nós podemos fazer outro projeto aqui"! Quem está na gestão pública, principalmente no Executivo Municipal, precisa ter muita habilidade para lidar com isso. E o prefeito era muito habilidoso, ele conseguiu, inclusive, com o apoio de outras lideranças do município, fazer o convencimento do legislativo, dos vereadores, para eles aprovassem, inclusive mostrando a real importância de você trazer uma escola federal para o município de Campo Largo. Hoje está consolidado e plenamente reconhecido o ganho desse trabalho, com a vinda de uma escola dessa magnitude. Caso não houvesse todo esse empenho, essa escola estaria em São José dos Pinhais.*

**Entrevistado 6:** *Certamente, a doação do imóvel, com o entrave do jurídico da Câmara de Vereadores. Prefeito, secretários relacionados, todos eram a favor de trazer. A maioria dos vereadores também. Mas, o jurídico, não.*

**Entrevistado 7:** *não participou das reuniões para instalação do campus.*

Da análise das dificuldades apontadas pelos dois grupos há uma correlação quando se fala em identidade e objetivos institucionais. Assim, várias intercorrências poderiam ter sido evitadas se houvesse, de antemão, um trabalho, seja do MEC ou da Reitoria do IFPR, de informação, comunicação oficial e diálogo no *locus* de instalação de um campus, seus objetivos e valores da Rede Federal.

### 5.3.2 Apoios recebidos para implantação do campus

Dos relatos dos servidores do IFPR, os apoios recebidos para implantação do campus, foram: apoio interno da instituição (gestão, campus Curitiba e reitoria), Município de Campo Largo (doação do terreno e obras), da comunidade campo-larguense, especialmente os empresários. A seguir, trechos das entrevistas:

**Servidor/a 1:** *Tivemos bastante apoio da gestão e da comunidade. Me recordo de que fomos visitar algumas empresas e conseguimos materiais e insumos para as aulas práticas. Quando chegávamos nas empresas, não saíamos de lá sem nada. Da prefeitura, tivemos o apoio no seguinte sentido "o que vocês precisarem contem conosco", mas ficou só no "conte conosco".*

**Servidor/a 2:** *Me recordo de que a Reitoria realizou várias doações (bens móveis). Também teve a participação especial da prefeitura de Campo Largo que fez algumas reformas/adaptações no prédio.*

**Servidor/a 3:** *Não me recordo da articulação política da época. A única recordação que tenho é de que a Prefeitura cedeu o espaço/terreno. Outras articulações de apoio da Prefeitura não me recordo, salvo convênio do Cestec, para as práticas do Curso Técnico em Cerâmica. Depois que o campus se instalou, virou território do governo federal, não observei uma atuação efetiva do governo municipal, o qual nunca teve uma proximidade. Do ponto de vista prático, não observo uma atuação forte/parcerias do governo municipal.*

**Servidor/a 4:** *Primeiro, um apoio interno da instituição, que era efetivo. Os institutos foram implantados num momento político muito promissor do país e que, em grande medida, especificamente no PR, os dirigentes da época (primeiros reitores), compreendiam a importância do apoio, fortalecimento e ampliação. Pelo projeto original do MEC, o Estado/PR receberia apenas sete campus. Mas, de imediato, houve uma reação no Estado (tanto da gestão do IF, como de outras lideranças), argumentando o tamanho e a importância do Estado, com presença federal. Assim, dobrou para quatorze campi (quando entrou Campo Largo e mais 6 cidades). Então, Campo Largo já é resultado dessa reação. Em segundo, aqui no Município, o apoio da Prefeitura, foi extraordinário. A gestão da época foi buscar o Instituto para se colocar como pretendente a ter um campus, apresentou a intenção e ofereceu essa área. Ainda, por iniciativa*

*de alguns servidores, também, fomos estreitando parcerias com algumas empresas e, com isso, a colaboração com palestras e parcerias para doação de materiais.*

**Servidor/a 5:** *Prefeitura Municipal e período político favorável (segundo governo Lula, com o Haddad no MEC). Quem trabalhou em prol dos Institutos foi o Lula e o Haddad. Neste período tivemos incentivo muito grande; era algo para acontecer. Passamos de 6 campi para 13, depois para 21, tudo muito rápido; até chegar nos 26 (Campi Avançados).*

**Servidor/a 6:** *A Prefeitura foi bem presente, até para trazer para a área atual e custear parte da reforma. Tinha interesse no crescimento e na oferta de mais cursos e vagas. Também algumas empresas tinham interesse no crescimento da instituição, por conta da própria demanda deles.*

**Servidor/a 7:** *Do campus Curitiba (éramos unidade); dos professores que estavam lotados no campus Curitiba e iam dar aulas em Campo Largo; da Prefeitura Municipal, em especial, do Secretário João Batista; dos empresários, tanto na divulgação dos cursos do Instituto como também em algumas doações.*

Já no olhar dos agentes públicos municipais e membros da sociedade civil organizada, ocupantes de funções públicas, os apoios recebidos foram: Governo Estadual, Poder Executivo Municipal e suas Secretarias, Conselhos Gestores Municipais, Associação Comercial e Empresarial de Campo Largo (Acicla) e empresariado local. A seguir as narrativas dos entrevistados:

**Entrevistado 1:** *Governo Estadual (Requião); Executivo Municipal; Legislativo Municipal; Secretaria Municipal da Educação (Escola Reino da Loucinha); Acicla e empresários; COMUDE.*

**Entrevistado 2:** *Acicla (especialmente nas pessoas do Eloir Leal e Francisco Zanin) e alguns vereadores; o Secretário de Desenvolvimento Econômico da época (João Batista). Ele foi uma pessoa bem importante, trabalhou no GT e no desmembramento da área; foi até Brasília falar com o Ministro.*

**Entrevistado 3:** *No momento da instalação do Campus (2009), o Sindicato dos Trabalhadores não foi chamado para participar das discussões. Somente quando foi convidado a ser membro do Codic (Conselho Dirigente do Campus Campo Largo - campus já em funcionamento), o sindicato começou a participar das discussões. Com isso, participamos da revisão dos cursos e implantação de novos cursos.*

**Entrevistado 4:** *Não tinha muito apoio, foi no idealismo. Existia muita gente contra e poucos eram favoráveis. A vereadora Lindamir era uma exceção. Eram 11 vereadores na época, e apenas 1 favorável, era muito pouco. Tínhamos um jurídico contra e um Executivo que não tinha a vontade que deveria ter.*

**Entrevistado 5:** *As empresas de maneira geral apoiaram muito. Os empresários, principalmente do setor cerâmico e mecânico, perceberam a importância, pois tinha um vazio, uma escassez de mão de obra para atender essas empresas. O prefeito da época era muito bem articulado e fez esse trabalho de apresentação da proposta a esses segmentos, que abraçaram a causa, principalmente a Acicla. Foi muito bem apoiada, pelos diversos segmentos da sociedade, a vinda do IFPR para Campo Largo.*

**Entrevistado 6:** *Prefeito, a Acicla (foi a batalhadora), junto com o Comude. Depois quando veio e anunciado a chegada do IFPR em CL, o nome Acicla nunca foi citado. Na semana passada encontrei com o prefeito da época e ele me disse "você e o Eloir que trouxeram o IFPR para Campo Largo". Então, agora o prefeito está reconhecendo. Diante do número atual de alunos, precisaríamos de muitas Kombis.*

**Entrevistado 7:** *não participou das reuniões para instalação do campus.*

Da análise das indicações dos apoios recebidos, na visão dos dois grupos há uma correlação quando se fala no Município de Campo Largo e no empresariado local. O que restou evidente, foi um protagonismo da Associação Comercial e Empresarial de Campo Largo (Acicla) nos espaços públicos que deliberaram sobre a vinda do IFPR para o Município. Os relatos dos entrevistados somados às notícias dos jornais e sites também corroboram com essa conclusão.

### 5.3.3 Definição dos cursos

No tocante ao contexto histórico e diálogos realizados para a definição dos cursos que atenderiam ao arranjo produtivo local, dos servidores públicos vinculados ao IFPR entrevistados, apenas o identificado como “servidor/a 5” contribuiu com informações históricas. Segundo ele:

**Servidor/a 5:** *O primeiro, considerando até o nome a Escola Reino da Loucinha, era para ser Cerâmica; ceramistas e montar algo com Cerâmica artesanal; era forte naquele momento na região; a parte da cerâmica em si, em Campo Largo. Mas, como tinha a fábrica de motores, eles optaram pelo Técnico em Mecânica. O curso de Eletrotécnica foi definido juntamente com o curso de Mecânica, instalação elétrica e motores, pois começava a surgir a ideia de veículos elétricos; projetos que iriam demandar as duas formações. A Agroecologia era um projeto de todo o IFPR. Era para ter Agroecologia em todos os campi, pegando a Agricultura familiar e as cooperativas. Tinha o curso de Agroecologia em Paranaguá, no Campus Curitiba (Vila Campesina/Lapa/Escola de Agroecologia). Então era projeto estratégico 2009/2010 para o IFPR como um todo. A intenção era ter Agroecologia em todos os campi. Era uma diretriz de gestão, considerando que o Estado do PR era extremamente agrícola.*

O relato de que a oferta do Curso de Agroecologia era uma diretriz de gestão para todos os campi, está contido na Ata do Conselho Superior (Consup) de 3 de novembro de 2009 (IFPR, Consup, 2009).

Já os agentes públicos municipais e os membros da sociedade civil, ocupantes de funções públicas, ao serem questionados sobre a definição dos cursos a serem implantados no campus Campo Largo, responderam:

**Entrevistado 1:** *Demanda dos empresários, a vinda da FIAT e das fábricas de louças. Muitos estudantes vinham do interior (área rural) do município.*

**Entrevistado 2:** *Porque estavam chegando em Campo Largo as indústrias (Caterpillar e outras). Tinha a Tritec Motors (Chrysler) e a Fiat. Assim, foi baseado na indústria existente no Município.*

**Entrevistado 3:** *O sindicato que representa não foi chamado para participar do GT ou das discussões.*

**Entrevistado 4:** *Particpei de algumas reuniões para a definição dos cursos. Os cursos de Mecânica e Eletrotécnica foram uma demanda do empresariado. A indústria precisa desses profissionais. Não participei do GT, que foi composto por membros da prefeitura e do IFPR.*

**Entrevistado 5:** *Na época, essa demanda teve origem por conta da vinda de algumas empresas para Campo Largo, como a FIAT Powertrain. A própria indústria questionou a existência da mão de obra no município. As indústrias quando procuram o município, principalmente as de grande porte, de qualquer setor da economia, no nosso caso, setor automotivo, eles querem um município que ofereça todas as condições para produzir e conseguir viabilidade econômica no processo deles, como por exemplo: mão de obra, proximidade do porto, do aeroporto e do grande centro. Ainda, que tenha as características de uma cidade cosmopolita. Então, a FIAT veio para cá, atendia tudo, somente esse vazio na mão de obra e deu muito certo, pois quando a FIAT se instalou aqui já foi feita essa discussão para abrir esses cursos e já começou a atender essa empresa. Também a Caterpillar. São duas grandes empresas que vieram para cá e precisavam, cobraram do prefeito providências para conseguirem mão de obra. O IFPR atendeu plenamente isso com a abertura desses dois cursos. Outras empresas também se beneficiaram, como é o caso da Metalsa e a SIG. Então, tudo se consolidou para facilitar a vinda dessas grandes empresas para cá, contribuindo com a geração de empregos.*

**Entrevistado 6:** *Não sei, talvez, na época, nós tínhamos empresas como a Dana, voltada à mecânica. A Tritec Motors (Chrysler) e bem na época a Fiat veio para Campo Largo (motores). Então, os cursos foram voltados às empresas que estavam se instalando.*

**Entrevistado 7:** *não participou das reuniões para definição dos cursos.*

Esses relatos confirmam que, quando da implantação do campus, houve um diálogo com os representantes da sociedade civil, muito embora não com todos os segmentos (sindicato dos trabalhadores não participou – conforme registro do entrevistado 3) e se confirmaram as possíveis ofertas para o município, destacado na reportagem do IFPR em 2009. Com isso, o campus iniciou suas atividades de ensino ofertando os cursos de Agroecologia, Eletrotécnica e Mecânica.

A pesquisa demonstrou, especialmente na coleta de informações sobre as dificuldades, apoios e definição dos cursos, que os agentes públicos envolvidos no ato da instalação do campus Campo Largo realizaram uma relação dialética com a comunidade, com os atores locais, com vistas ao planejamento dos cursos e início do funcionamento da unidade, almejando ao atendimento das demandas locais.

### 5.3.4 Localização do campus

Quando se trata da localização do campus, a perspectiva dos servidores do IFPR é a seguinte: privilegiada, local estratégico, lugar extraordinário, localização espetacular, no centro da cidade, próximo ao terminal urbano, viabilizando mobilidade para os usuários. A seguir, as considerações dos servidores:

**Servidor/a 1:** Desde o início um dos lugares privilegiados, em especial, por ser próximo ao terminal urbano. Antigamente, tinha um caminho para os alunos saírem do terminal e entrarem no campus (não tinha a rua que temos hoje). Atualmente, os alunos descem do ônibus e estão muito próximos do campus (apenas atravessar a rua). Estamos no centro de Campo Largo. Não poderia ter lugar melhor para a instalação do campus. Estamos num local muito privilegiado, seja para os professores, estudantes e comunidade.

**Servidor/a 2:** A localização do campus é ótima, tanto para servidores como estudantes. Fica perto do centro e do terminal urbano. Conheço outros campi e avalio que aqui é o melhor lugar.

**Servidor/a 3:** Estratégico, melhor impossível! Ele fica exatamente ao lado terminal urbano. Logo, se conseguiu alinhar a mobilidade urbana e o transporte. Isso facilita porque os alunos que moram em outras localidades, têm facilidade para chegar no campus. A localização do campus é perfeita. A rua Engenheiro Tourinho não existia. A rua foi articulada com estacionamento dos dois lados. Nas lateralidades, o comércio começou a entender a dinâmica do ponto de vista econômico.

**Servidor/a 4:** O campus Campo Largo recebeu um lugar extraordinário. Em outras localidades, as prefeituras cumpriram as exigências do MEC (garantia da área - própria ou desapropriar), ainda que áreas grandes, mas em lugares de difícil acesso, o que gerou uma série de transtornos à Instituição. Muitos campi até hoje têm problemas com linha de ônibus, deficiência com segurança, áreas industriais, áreas rurais, que geram dificuldades para servidores e estudantes. Aqui em Campo Largo, estamos numa área nobre da cidade e, ainda, com a vantagem de ter recebido uma área construída imensa, quase que totalmente aproveitável. A maioria dos galpões foi reformada (antiga indústria) e hoje comportam laboratórios e salas de aulas.

**Servidor/a 5:** A localização do campus Campo Largo é na entrada. É mais fácil chegar no campus do que na prefeitura. Olha, aonde está o fórum? O campus está na frente do terminal urbano. O campus Capanema está na entrada da cidade, o mesmo acontece com Palmas. Então é assim: chegamos no campus do Instituto Federal e o município é depois! Isso aconteceu com vários. Quem escolhe a área, geralmente é o prefeito. Ele quer colocar aquilo como "eu tenho" um IF. Um IF no interior, não importa o partido do prefeito (os prefeitos de direita ou esquerda) querem um IF. Eles brigam para ter.

**Servidor/a 6:** O campus está numa localização estratégica, próximo ao terminal urbano, o que facilita muito o deslocamento dos estudantes. Grande parte depende do ônibus/transporte público, pois são provenientes de localidades mais distantes e, ainda, de cidades vizinhas (Balsa Nova e Araucária). Então a localização é estratégica, no centro da cidade. Mas, isso não é a realidade da maioria dos campi (exceto Campus Curitiba que está numa região central). Muitos campi receberam áreas doadas muito longe do núcleo urbano, em região rural mesmo e de difícil acesso. A localização privilegiada favorece o crescimento do campus.

**Servidor/a 7:** A localização é espetacular. Na época, quando foi feita a inauguração, não dava para perceber que a localização era tão boa, porque o único acesso que nós tínhamos era pela rua debaixo (era necessário atravessar um rio, estrada de chão e o caminho era escuro, parecia

*até ser perigoso). O próprio prédio, como um todo, como não estava reformado, era até assustador. A parte reformada estava bonita e iluminada, mas ao redor parecia ser perigoso. Havia prédios abandonados, vidros quebrados, um espaço que dava medo. O acesso, era só por essa estrada, não tinha o acesso para o terminal de ônibus que os alunos têm hoje. Os alunos precisavam dar uma volta. Depois abriram uma cerca. Então, está num lugar espetacular O lugar é muito privilegiado, bem no centro da cidade.*

Compreensão similar sobre a localização é a dos agentes públicos municipais e dos membros da sociedade civil organizada, que ocupavam funções públicas: ótima, ponto privilegiado; excelente; localização perfeita; maravilhosa; área extremamente central e privilegiada. Seguem as considerações:

**Entrevistado 1:** *A localização é ótima, pois está num ponto privilegiado, no centro da cidade, atrás do terminal urbano e próximo à entrada e saída da BR 277, facilitando a vinda de professores e estudantes de outras localidades. Os alunos que moram nos bairros e distritos de Campo Largo também têm facilidade de acesso, sem contar o privilégio de ter o campus aqui para ofertar cursos gratuitos para os nossos estudantes.*

**Entrevistado 2:** *Considero excelente. O campus está próximo do transporte e do centro da cidade. Há uma integração com Curitiba, Araucária, Balsa Nova, enfim, com as demais cidades da região metropolitana. Quando eu vejo isso aqui, eu fico encantado, as vezes não acredito. Tenho comentado em algumas reuniões, que o IFPR foi um dos legados mais importantes que eu deixei para a cidade. São muitos alunos passando por aqui todos os anos, muitos saem empregados. Então, isso aqui é a realização de um sonho. Tudo começou a partir de uma visita. Quando entrei aqui, pela primeira vez, vi esses barracões, fiquei encantado.*

**Entrevistado 3:** *Avalio que a localização do campus é perfeita! Atrás do terminal urbano, isso é facilidade para chegar no campus.*

**Entrevistado 4:** *Eu passo naquela rua todo dia, é o meu caminho, e todo dia eu sinto orgulho. Não por mim, mas pela Acicla, pela comunidade. Imaginar que aquilo era uma área morta na cidade, abandonada no centro da cidade e, se não fosse a doação, sabe-se lá o que iria acontecer no futuro. Então, a mudança daquela área, a mudança imobiliária foi a maior que teve no município nos últimos anos, sem dúvida! Hoje você tem tudo ali, vários comércios. E tudo que está ali é em razão da instalação do IFPR na região. É uma região que se desenvolveu graças à vinda do IFPR. Então, sem contar, a qualificação profissional que o IFPR forma, a parte social que oferece estudo e disciplina para os adolescentes, sem contar tudo isso, ainda temos a parte imobiliária. Só pela parte imobiliária já pagou a vinda do IFPR para cá. Então, na verdade, foi uma doação que só trouxe lucros para Campo Largo, só trouxe vantagens em todos os sentidos. Hoje está fácil ver isso (até os que eram contra já perceberam), como ficou bonito, o número de estudantes que passam por ali por ano, um legado para a cidade, muitas famílias impactadas (já parou para pensar nisso?!). É difícil até de calcular! Por um tempo participei de reuniões no IFPR, como membro do CODIC, e tenho certeza de que o impacto é muito forte.*

**Entrevistado 5:** *A localização é maravilhosa! É difícil você conseguir nos centros das cidades áreas grandes, pois as cidades têm dificuldades de disponibilizar áreas maiores para implantar escolas desse tamanho. Por sorte, nós tínhamos essa área, de propriedade da INCEPA, a qual teve disponibilidade de vender para o município. Foi uma coisa muito boa, essa área ser usada para essa finalidade e trazer um projeto dessa natureza, foi um investimento social de grande importância. O município poderia ter destinado a área para um hospital, centro de eventos, teve várias sugestões. Mas, o município não tinha nada do governo federal aqui. Você ter uma estrutura do governo federal no seu município, na área de educação, como o Instituto Federal, não pode perder essa oportunidade. Os alunos utilizam o sistema coletivo de transporte e já tem*

*uma infraestrutura no entorno para atender os alunos. Enfim, tem toda uma condição que viabilizou a implantação do IFPR, sem causar maiores conflitos com outros interesses, gerando até valorização imobiliária.*

**Entrevistado 6:** *A localização ficou boa, porque ela é central e fica longe do barulho (não é aquele movimento). Eu nunca passei à noite lá. Alguém já me falou para eu passar e ver o movimento que está.*

**Entrevistado 7:** *Está numa área extremamente central e privilegiada e, ainda, tem espaço para crescimento. Está do lado do terminal urbano e isso para os estudantes é fantástico. Hoje, se o IFPR viesse se instalar, eu acho difícil conseguir um espaço com essa localização e, certamente, seria um terreno mais afastado, em razão do valor. A localização é extremamente privilegiada. É difícil outra instituição ter uma localização tão boa! Um campus, daquele tamanho, no centro da cidade e do lado do terminal, várias lojas e restaurantes em volta, para o estudante é ótimo. Campo Largo tem uma extensão territorial gigantesca e o IFPR está no centro, no coração da cidade. Na minha avaliação é difícil ter um lugar mais perfeito do que aquele para instituição. Ainda, a rua que passa na frente virou um grande escoamento e acesso à BR.*

Denota-se uma unanimidade entre os servidores e agentes públicos quanto à localização privilegiada do campus, região central da cidade e de fácil acesso e mobilidade aos usuários. Aliado ao fato de que a implantação do campus gerou uma valorização imobiliária no seu entorno, a qual, segundo o entrevistado 4, foi a maior que o município teve nos últimos anos.

### 5.3.5 Percepções quanto ao papel do campus

Ao serem questionados sobre as percepções quanto ao papel do campus no Município de Campo Largo, os servidores do IFPR responderam: mão de obra qualificada, Ensino Médio de referência; oferta de capacitação no município; credibilidade institucional; reconhecimento da instituição; visibilidade real, parcerias com o Município, ensino e escola de qualidade; referencial para as empresas, contribuição social; interação com a localidade, fortalecimento do Município que passa a ser um polo na região. Adiante, as narrativas:

**Servidor/a 1:** *O campus gerou muita mão de obra qualificada para o município. Estamos aqui para diplomar e qualificar e, com isso, fornecemos mão de obra para o município. Nós somos referência em qualificação para várias empresas. O ganho para a sociedade empresarial campolarguense foi enorme. Tinham outras escolas técnicas no Município (davam cursos de instalações), mas depois da vinda do Instituto, elas não conseguiram mais concorrer. Hoje, em especial para o Ensino Médio, o Instituto Federal é uma referência. O aluno do ensino médio vem para o Instituto, tanto pensando no curso técnico, como na educação básica. Eles saem daqui e ingressam nas melhores universidades de Curitiba.*

**Servidor/a 2:** *O campus veio numa ótima hora para Campo Largo. Nós só tínhamos cursos, especialmente superiores, em Curitiba. Muita gente está deixando de ir para Curitiba para poder estudar aqui no campus e isso é muito bom, menos deslocamento. Os cursos oferecidos estão gerando capacitação de mão de obra. Muitos, até pouco tempo, pensavam que aqui era uma escola particular, que pagava para estudar, não conheciam. Acredito que hoje já está bem mais divulgado, pessoal conhece mais. Quando alguém fala que trabalha ou estuda no Instituto Federal, vejo que as pessoas "olham com outros olhos". Agora todo mundo de Campo Largo já conhece o Instituto.*

**Servidor/a 3:** *O papel do Campus para o Município é fundamental. Hoje são aproximadamente 1.200 alunos, numa cidade em torno de 120 mil habitantes. A quantidade de alunos que vai se formar ou já se formou é uma contribuição incrível. Na prática, o campus se estruturou de uma forma que os cursos do Ensino Médio integrado são muito procurados por pais que querem tirar os filhos de escolas particulares e trazer para a rede federal, porque sabem que o ensino é muito equivalente/próximo. Essa é a percepção que pais nos trazem. Então é fundamental!*

**Servidor/a 4:** *O IFPR está devidamente reconhecido no cenário educacional do Município, como uma escola de qualidade, sobretudo, pela oferta dos cursos técnicos de nível médio/integrado, que são a alma dos institutos federais, apesar de todas as disputas internas e dificuldades, Entendo que ainda há lacunas, pois não é uma instituição de longa data (14 anos), mas, há uma visibilidade real, reconhecida como uma instituição que oferece uma educação de qualidade e que vem contribuindo, para além da educação e da escolarização, pois vem se inserindo, trazendo contribuições, no sentido de ser um dos atores do desenvolvimento do município, seja, por meio das pessoas que estudam e vão atuar profissionalmente, mas também por inúmeras parcerias, projetos, sobretudo, com o Poder Público.*

**Servidor/a 5:** *Quando o Instituto Federal entra num município, ele muda completamente. O município se empodera e se torna um polo. O Diretor do Campus passa a ser convidado para vários eventos; os estudantes de municípios vizinhos passam a estudar no campus. Então, muda a concepção do município, ele fica fortalecido! São implantadas residências para os alunos em volta, abrem restaurantes, criando um ecossistema em volta do campus.*

**Servidor/a 6:** *O campus, a instituição de educação, é um agente de transformação; isso é inegável! Pelas diferentes áreas que o IF consegue atender, se tornou um referencial para muitas empresas, na busca de pessoal. Isso é um reconhecimento do trabalho que vem sendo feito nos diferentes cursos. Hoje há cobrança por crescimento, mas há limitações para esse crescimento: número de salas de aulas e quantitativo de servidores. As pessoas externas, às vezes, não entendem o contexto interno. Temos limitações físicas e de pessoal; limitações de salas, laboratórios, investimentos para estruturar laboratórios.*

**Servidor/a 7:** *Tudo depende da atuação do campus; o IF, embora ofereça cursos de formação técnica e tecnológica, com a missão de transformação no mundo do trabalho, isso vai depender muito da própria inteiração que o Instituto tem com o ambiente aonde ele está inserido. É preciso entender as demandas da localidade aonde estamos inseridos e, da mesma forma, convencer nossos servidores, porque têm muitos que acham que é dar aulas e acabou a sua participação; não tem a preocupação de sair do muro da escola para ir até a comunidade e verificar as suas demandas. Então, é um trabalho de convencimento da equipe interna e a comunidade, para receber esses nossos cursos, pesquisas e os professores; estabelecer diálogos para fazer o instituto presente no dia a dia.*

Na visão dos agentes públicos municipais e membros da sociedade civil organizada, que ocupavam funções públicas, as percepções do papel do campus no Município de Campo Largo, foram: apoio técnico ao Centro de Ciências e Tecnologias

Cerâmicas de Campo Largo (Cestec-CL), órgão integrado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município, contribuições e participação dos servidores nos Conselhos Municipais; professores qualificados; parcerias do IFPR com o Município; formação técnica de qualidade; estudantes qualificados para o mercado de trabalho; atuação na extensão rural. Em paralelo, sugeriram ampliar a divulgação dos cursos e o papel do IFPR no Município, seguido de mais divulgação e atuação do instituto para o empresariado e envolvimento junto à Acicla. A seguir, as ponderações dos entrevistados:

**Entrevistado 1:** *o IFPR tem uma importância muito grande para o Município de Campo Largo. Eu tenho ex-alunos que hoje são concursados no IFPR. É um exemplo para o PR e Brasil. O Cestec está com o apoio técnico do IFPR. Qualquer coisa que a Prefeitura precisa, um auxílio, corremos para o IFPR e vocês sempre estão dispostos a colaborar, seja com a Secretaria da Cultura, do Desenvolvimento Econômico, Turismo, Agricultura e Educação. Há uma participação efetiva de servidores do IFPR nos Conselhos Municipais.*

**Entrevistado 2:** *não entendo como algumas pessoas ainda nem sabem da existência do IFPR. Há famílias e alunos que ainda não conhecem o Instituto. O IFPR é muito importante para a cidade, pois muitos jovens saem daqui empregados. A prefeitura fez várias parcerias com o IFPR. Os estudantes têm oportunidade de aprender, do primeiro emprego. Quando você participa da formação de um jovem é muito importante. Cada vez que eu venho aqui, observo a grandeza, me emociona. A função de um chefe do executivo é ficar atento, não perder prazo, ter bons projetos, ter áreas disponíveis e estar preparado.*

**Entrevistado 3:** *Entendo que deveria ter uma divulgação maior, dos cursos, da instituição e do porquê o IFPR veio para o Município. Tudo foi fruto de um governo federal que se preocupava com educação. Campo Largo é uma cidade muito conservadora e não entende que foi um governo de esquerda que trouxe o IFPR para cá; não consegue avaliar esse impacto. As pessoas acham que o IFPR veio porque alguém foi buscar. Foi um governo federal que criou vários outros órgãos e instituições. Ficamos 5 anos sem a criação de nada para educação, várias bolsas foram retiradas, o Ciências sem Fronteiras acabou e ficamos estagnados nos investimentos.*

**Entrevistado 4:** *Nas duas empresas em que eu sou sócio, sei que temos muitos egressos do IFPR. Nas duas é fundamental a formação técnica. Eu diria que hoje no município você não tem outro local de formação técnica de qualidade. Hoje, quem necessita de formação, vai procurar o IFPR. Como presidente da Acicla, não deixei a oportunidade de trazer o IFPR para Campo Largo passar. O IFPR precisava, poderia levar mais informações para a Acicla para divulgar o que o IFPR é hoje. Seria importante divulgar na Acicla para o empresariado conhecer mais a atuação do IFPR, número de alunos formados por ano, cursos e impacto social.*

**Entrevistado 5:** *Vejo a atuação do IFPR no município de forma muito positiva. Quando o IFPR começou, imaginei que ficaria com os cursos técnicos de nível médio, na linha do antigo CEFET. Mas, o processo evoluiu e hoje conta com cursos superiores. A atuação do IFPR entrou numa escala de crescimento, por atender a uma demanda que existiu, uma demanda reprimida. Então, é uma atuação muito importante, que atende às expectativas do que se propõe a fazer. Vejo, como cumprimento de metas (analisando por esse lado do que foi proposto), que atingiu plenamente. Então, acho que os professores têm muita qualidade, são capacitados, e os cursos oferecem aquilo que se propõem a oferecer, curricularmente falando (ementas). Então, o aluno sai preparado para trabalhar no mercado local e na região metropolitana, como um todo. Tem alunos que eu conheço, que saíram dali e hoje trabalham em multinacionais. Os estudantes são muito qualificados para trabalhar em empresas de grande porte que necessitam de profissionais*

*qualificados. Então, o IFPR está atendendo aos objetivos com muita qualidade. Ainda, tem um papel importante do campus nos projetos de extensão rural.*

**Entrevistado 6:** *Eu daria uma nota só, excelente!*

**Entrevistado 7:** *Eu vejo com bons olhos a atuação do IFPR no município, nos Conselhos e Comitês. Mas, eu ainda acho que dá para ter mais, tanto com atuação em ações da Associação Comercial, do Poder Público (prefeitura e Câmara de Vereadores), colocando seus alunos mais próximos (tem muitas portas abertas). É preciso ensinar aos alunos que eles podem "bater na porta da Acicla", dar ideias e fazer projetos. O IFPR participa de quase todos os Conselhos do Município, assim como a Associação Comercial. Hoje, falta gente para indicar na Associação Comercial para participar e eu acredito que o IFPR também encontra esse problema. É difícil achar gente interessada. Entendo que tem espaço para muito mais atuação, tanto por parte do IFPR como do Poder Público. Entendo que é uma questão cultural, que vai aos poucos. Eu não me acomodaria, pois tem espaço para crescimento.*

Analisando as percepções dos servidores públicos e dos agentes públicos e membros da sociedade civil, ocupantes de função pública, todos foram categóricos em afirmar a formação técnica de qualidade e as parcerias que vêm desenvolvendo com o município, seja na atuação junto aos conselhos gestores, seja nos projetos de pesquisa e extensão.

## **5.4 O desenvolvimento, ações e resultados do Campus Campo Largo**

### **5.4.1 Cursos ofertados**

Hodiernamente (2025), o Campus Campo Largo desenvolve possibilidades de inserção e qualificação profissional da população, local e regional, para o mundo do trabalho nos Eixos Tecnológicos de: Gestão e Negócios; Recursos Naturais; Produção Industrial; Controle e Processos Industriais, por meio da oferta de diferentes cursos, níveis (médio e superior), modalidades (presencial, semipresencial e à distância) e forma de oferta (Ensino Médio Integrado - EMI e subsequente), conforme segue:

- i)** Nível Médio: Técnico em Administração (EMI e Educação de Jovens e Adultos/ Educação Profissional e Tecnológica - EJA/EPT); Técnico em Agroecologia (EMI); Técnico em Automação (EMI) e Técnico em Mecânica (EMI e Subsequente). Na modalidade EAD são oferecidos Cursos Técnicos Subsequentes em Logística, Meio Ambiente e Vendas. O Curso Técnico em Vendas também acontece, na forma de oferta concomitante, para o público

da EJA/EPT (estudantes realizam no campus somente as disciplinas técnicas);

- ii) Nível Superior: Tecnologia em Agroecologia (sede e Município da Lapa, no Assentamento do Contestado, em parceria com a Escola Latino-Americana de Agroecologia - ELAA); Tecnologia em Processos Gerenciais; Tecnologia em Materiais (cerâmicos, polímeros e metais); Licenciatura em Matemática; Engenharia Elétrica; e Especialização em Gestão Empresarial;
- iii) Estão em fase de suspensão os Cursos Técnicos de Nível Médio: Eletromecânica (EMI), Administração, Eletrotécnica, e Cerâmica (subsequentes). O Curso Técnico em Agroecologia (subsequente) foi suspenso. O Curso Técnico em Eletromecânica, foi substituído pelo Curso Técnico em Mecânica integrado ao Ensino Médio. O Curso Técnico em Administração (subsequente) foi substituído pelo Tecnólogo em Processos Gerenciais. O Curso Técnico em Eletrotécnica (subsequente) deu origem ao Curso Superior de Engenharia Elétrica e o Curso Técnico em Cerâmica (subsequente), à implementação do Tecnólogo em Materiais. Por fim, o Técnico em Agroecologia (subsequente) deu lugar ao Tecnólogo em Agroecologia.

Considerando o polo industrial do Município (descrito no início deste capítulo), seu reconhecimento em âmbito nacional no setor cerâmico, aliado às atividades econômicas preponderantes (serviços, indústria de transformação e comércio), denota-se que os cursos ofertados estão relacionados com o Arranjo Produtivo Local. Um cenário que, como foi possível resgatar no contexto histórico, teve início a partir dos diálogos dos agentes públicos com os agentes políticos e a sociedade civil organizada, no ato da implantação do campus.

Conforme o contido no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (MEC, 2020) e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (MEC, 2024), os cursos ofertados pelo IFPR/Campus Campo Largo, na forma presencial, estão classificados, quadro 7, nos seguintes Eixos Tecnológicos:

**Quadro 7 - Cursos ofertados presencialmente no Campus Campo Largo e Eixos Tecnológicos, 2010-2024**

<b>Cursos</b>	<b>Eixos Tecnológicos</b>
<b>Nível Médio de escolarização</b>	
Técnico em Administração - EMI	Gestão e Negócios
Técnico em Administração - EJA/EPT	Gestão e Negócios
Técnico em Administração - SUBS	Gestão e Negócios
Técnico em Agroecologia - SUBS	Recursos Naturais
Técnico em Agroecologia - EMI	Recursos Naturais
Técnico em Automação Industrial - EMI	Controle e Processos Industriais
Técnico em Cerâmica - SUBS	Produção Industrial
Técnico em Eletromecânica - EMI	Controle e Processos Industriais
Técnico em Eletrotécnica - SUBS	Controle e Processos Industriais
Técnico em Mecânica - EMI	Controle e Processos Industriais
Técnico em Mecânica - SUBS	Controle e Processos Industriais
<b>Nível Superior de escolarização</b>	
Bacharelado em Engenharia Elétrica	Não se aplica
Licenciatura em Matemática	Não se aplica
Tecnólogo em Agroecologia	Recursos Naturais
Tecnólogo em Materiais	Não se aplica
Tecnólogo em Processos Gerenciais	Gestão e Negócios

**Fonte: Autoria própria.**

Da leitura e análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), ofertas regulares, Ensino Médio Integrado e Ensino Superior vigentes no campus, disponível na página oficial do campus, aba “nossos cursos” (IFPR, 2025c), foi possível constatar a previsão da formação integral (atuação profissional somada à formação humana e cidadã), diretriz institucional em todos os PPCs (Quadro 8).

**Quadro 8 - Cursos e previsão da formação integral/omnilateral**

<b>Cursos de Ensino Médio</b>	<b>Item do PPC</b>	<b>Páginas</b>
Técnico em Administração – EJA/EPT	Organização Curricular	16 a 19
Técnico em Administração - EMI	Organização Curricular	19 a 21
Técnico em Agroecologia - EMI	Pressupostos Pedagógicos	24 a 26
Técnico em Automação Industrial - EMI	Organização Curricular	14 a 18
Técnico em Mecânica - EMI	Organização Curricular	16 a 18
Técnico em Mecânica - SUBS	Matriz Curricular	22

<b>Cursos Superiores</b>	<b>Item do PPC</b>	<b>Páginas</b>
Engenharia Elétrica	Concepção do Curso	33 e 34
Licenciatura em Matemática	Concepção do Curso	29 a 32
Tecnólogo em Agroecologia	Perfil do Curso	16
Tecnólogo em Materiais	Concepção do Curso	31 e 32
Tecnólogo em Processos Gerencias	Concepção do Curso	30 a 32

**Fonte: Autoria própria (2025).**

Ainda, quando se fala dos cursos ofertados, logo surgem os questionamentos quanto ao número de vagas, ingressos, abandonos, cancelamentos, transferências, trancamentos, concluintes, estudantes em sala e estudantes ativos. Atualmente, são 11 (onze) cursos com ofertas regulares, com 40 (quarenta) vagas cada, que juntos somam 440 vagas anuais. O campus iniciou suas atividades em 2010, ofertando 90 (noventa) vagas, ou seja, aumentou o número de vagas em 5 (cinco) vezes. Assim, a tabela 8 retrata o cenário (2010 a 2025):

**Tabela 8 - Histórico Ingressos X Concluintes**

<b>Situação</b>	<b>Números</b>	<b>Situação</b>	<b>Números</b>
<b>Vagas</b>	5.012	<b>Ingressos</b>	4.402
<b>Abandonos</b>	1.274	<b>Cancelamento</b>	438
<b>Transferências</b>	245	<b>Trancamentos</b>	103
<b>Concluintes</b>	<b>1.393</b>	<b>Em sala</b>	985
	<b>Ativos: em sala + trancamento</b>		<b>1.077</b>

**Fonte: Autoria própria a partir de dados da SECAC/Campo Largo (2025).**

Da análise dos dados da Secretaria Acadêmica do Campus (Secac), observa-se: o campus conta com vagas não preenchidas, isso acontece especialmente com os cursos: Técnico em Administração, modalidade Educação de Jovens e Adultos; Tecnólogo em Agroecologia; e Licenciatura em Matemática. Considerando o número de ingressos (4.402) e de concluintes (1.393), no período de 2010 a 2025, tem-se o percentual de 31,64% de estudantes certificados. Os abandonos e cancelamentos são identificados, na sua maioria, nos cursos: Técnico em Administração, modalidade Educação de Jovens e Adultos; Tecnólogo em Agroecologia; Licenciatura em Matemática; Engenharia Elétrica e Tecnólogo em Materiais. Os motivos alegados pelos estudantes, conforme relatórios da Gestão do Ensino (2024) são: incompatibilidade de horário trabalho/escola; demandas familiares; dificuldades no processo ensino aprendizagem. Já as transferências procedem dos cursos de Ensino Médio Integrado,

em razão de reprovações e não identificação com o curso. A seguir, a tabela 9, com os cursos e quantitativo de concluintes ao longo do período.

**Tabela 9 - Cursos e número de concluintes no Campus Campo Largo, 2010-2024**

<b>Cursos Ofertas Regulares</b>		<b>Número de concluintes</b>
<b>Nível Médio de escolarização</b>		
Técnico em Administração - EMI		1ª turma concluintes: final 2025
Técnico em Administração – EJA/EPT		19
Técnico em Administração - SUBS		128
Técnico em Agroecologia - SUBS		60
Técnico em Agroecologia - EMI		09
Técnico em Automação Industrial - EMI		162
Técnico em Cerâmica - SUBS		73
Técnico em Eletromecânica - EMI		146
Técnico em Eletrotécnica - SUBS		228
Técnico em Mecânica - EMI		42
Técnico em Mecânica - SUBS		360
<b>TOTAL Concluintes EMI</b>		<b>378</b>
<b>TOTAL Concluintes SUBS</b>		<b>849</b>
<b>TOTAL Concluintes Ensino Médio e Superior</b>		<b>1.227</b>
<b>Nível Superior de escolarização</b>		
Bacharelado em Engenharia Elétrica		02
Licenciatura em Matemática		02
Tecnólogo em Agroecologia		62
Tecnólogo em Materiais		1ª turma concluintes: final 2025
Tecnólogo em Processos Gerenciais		26
<b>TOTAL Concluintes Nível Superior</b>		<b>92</b>
<b>TOTAL Concluintes Cursos Regulares (EM e Superior)</b>		<b>1.319</b>
<b>Cursos Ofertas Esporádicas</b>		<b>Número de concluintes</b>
FIC Espanhol		38
Especialização em Gestão Empresarial		36
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>1.393</b>

Fonte: Autoria própria, com dados da Secac (2025).

Os registros da Secac apontam que o número de concluintes do campus Campo Largo, ao longo dos últimos 15 anos, se aproxima de 1.400 egressos. Não estão neste montante cursos FIC na área de Gestão e Negócios e FIC/Pronatec, realizados no período de 2012 a 2017. Os Cursos que mais entregaram profissionais à comunidade e região foram os Cursos Técnicos em Mecânica (subsequente), e Eletrotécnica (subsequente), nessa ordem. O Curso Técnico em Mecânica (subsequente) é o único ofertado desde a implantação do campus e segue com um dos cursos mais procurados nos processos seletivos.

#### 5.4.2 Investimentos financeiros

De acordo com a Diretoria de Planejamento e Administração do Campus (Diplad), no período de 2011 a 2024, foram empenhados e executados R\$ 33.390.760,50 (trinta e três milhões, trezentos e noventa mil, setecentos e sessenta reais, cinquenta centavos), valores correntes ou nominais do período, com despesas relacionadas a custeio (manutenção da máquina pública), capital e obras (novas e reformas). Ao ajustarmos esses valores financeiros, utilizando o Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE, indicado para atualização de valores do orçamento público, os valores constantes passam para R\$ 46.239.437,35 (quarenta e seis milhões, duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e sete reais, trinta e cinco centavos).

No Apêndice J encontra-se a execução orçamentária ano a ano, valores correntes e constantes. Da análise do apêndice, sintetizado na tabela 10, é possível observar, considerando os valores constantes, que o orçamento de 2011 (quando o campus contava com 6 turmas, aproximadamente 200 estudantes) foi maior que o orçamento dos anos de 2013, 2015, 2016, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024 (desde 2020 o número de alunos é cinco vezes mais). Ainda, neste período, foram poucos investimentos em capital e obras, haja vista as altas demandas de custeio.

**Tabela 10 - Execução Orçamentária ano a ano 2011 a 2024: valores correntes e constantes**

<b>Ano</b>	<b>Total valores correntes</b>	<b>Total valores constantes</b>
2011	R\$ 1.417.267,48	R\$ 2.956.552,88
2012	R\$ 4.601.065,70	R\$ 9.068.766,07
2013	R\$ 3.795.663,71	R\$ 2.861.107,88
2014	R\$ 2.630.372,35	R\$ 4.600.394,81
2015	R\$ 1.860.221,89	R\$ 2.939.685,24
2016	R\$ 1.757.222,64	R\$ 2.612.634,66
2017	R\$ 2.472.145,99	R\$ 3.570.347,89
2018	R\$ 2.291.028,60	R\$ 3.189.314,33
2019	R\$ 2.051.825,51	R\$ 2.738.402,71
2020	R\$ 1.873.701,97	R\$ 2.392.591,58
2021	R\$ 2.461.397,55	R\$ 2.855.725,34
2022	R\$ 1.762.974,35	R\$ 1.933.553,50
2023	R\$ 2.162.770,30	R\$ 2.267.257,99
2024	R\$ 2.253.102,46	R\$ 2.253.102,46
<b>Total</b>	<b>R\$ 33.390.760,50</b>	<b>R\$ 46.239.437,35</b>

Fonte: Diplad Campo Largo (2025) e valores atualizados pela autora.

A tabela 11 identifica e soma, considerando a natureza da despesa, os resultados do período, valores correntes e constantes:

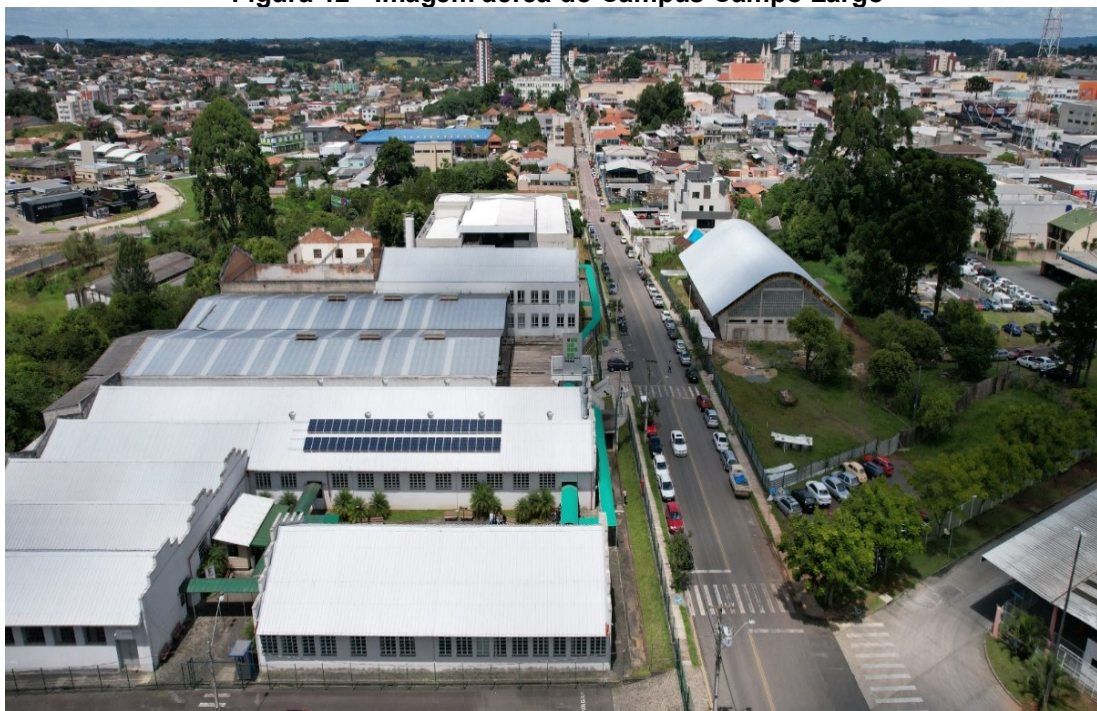
**Tabela 11 - Execução Orçamentária IFPR/Campus Campo Largo 2011-2024**

<b>Natureza da despesa</b>	<b>Total valores correntes</b>	<b>Total valores constantes</b>
<b>Custeio</b>	R\$ 16.361.591,31	R\$ 22.225.326,36
<b>Capital</b>	R\$ 8.146.494,46	R\$ 13.417.035,57
<b>Obras</b>	R\$ 8.882.674,73	R\$ 10.597.075,41
<b>Total</b>	<b>R\$ 33.390.760,50</b>	<b>R\$ 46.239.437,35</b>

Fonte: Diplad Campo Largo (2025) e valores atualizados pela autora.

O maior investimento realizado no campus é com custeio, ou seja, aquelas destinadas à contratação de terceiros para a execução de serviços de limpeza, manutenção, vigilância e outros. O segundo maior investimento, considerando valores correntes, foi em obras, no valor de R\$ 8.882.674,73 (oito milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais, setenta e três centavos). Na sua maioria, considerando a existência de barracões no imóvel, foram reformas. Na imagem aérea (Figura 12) é possível dimensionar as instalações do campus.

**Figura 12 - Imagem aérea do Campus Campo Largo**



Fonte: imagem aérea do campus Campo Largo, captada por drone pela Equipe da Diretoria de Infraestrutura da Reitoria do IFPR, em agosto de 2023.

Já na análise de valores constantes, o segundo maior investimento do campus foi em capital, isto é, aquisição de bens, em especial, para implantação dos laboratórios e espaços didáticos/pedagógicos, no montante de R\$ 13.417.035,57 (treze milhões, quatrocentos e dezessete mil, trinta e cinco reais, cinquenta e sete centavos). Em valores correntes, o montante foi de R\$ 8.146.494,46 (oito milhões, cento e quarenta e seis mil, quatrocentos e noventa e quatro reais, quarenta e seis centavos). Na distribuição por curso, áreas e espaços de uso coletivo (Tabela 12), tem-se o seguinte:

**Tabela 12 - Divisão da Execução Orçamentária de Capital – IFPR/Campus Campo Largo 2011-2024**

<b>Cursos/áreas</b>	<b>Total valores correntes</b>	<b>Total valores constantes</b>
<b>Agroecologia</b>	R\$ 308.376,34	R\$ 540.376,03
<b>Eletrotécnica/Engenharia Elétrica</b>	R\$ 2.022.490,46	R\$ 3.532.979,79
<b>Mecânica</b>	R\$ 1.794.744,08	R\$ 3.304.260,12
<b>Cerâmica/Materiais</b>	R\$ 655.314,01	R\$ 863.060,26
<b>Lic. Matemática</b>	R\$ 10.833,25	R\$ 12.567,64
<b>Núcleo Comum (Médio Integrado)</b>	R\$ 356.285,74	R\$ 566.118,45
<b>Uso Geral</b>	R\$ 2.297.562,88	R\$ 3.575.177,81
<b>Acervo Bibliográfico</b>	R\$ 700.887,70	R\$ 1.022.495,46
<b>Total</b>	<b>R\$ 8.146.494,46</b>	<b>R\$ 13.417.035,57</b>

Fonte: Diplad Campo Largo e valores atualizados pela autora (2025).

Da análise, é possível verificar que a maior destinação de recursos foi para ‘Uso Geral’, seguido dos espaços/laboratórios destinados aos Cursos da área de Eletrotécnica/Engenharia Elétrica, que também são utilizados pelo Curso de Automação Industrial, seguido pelos laboratórios da área de Mecânica. Esses cursos, pela sua natureza, demandam investimentos mais significativos. Ainda, considerando a verticalização, esses espaços são compartilhados por estudantes de todos os níveis de escolaridade. No Apêndice J consta a execução orçamentária ano a ano para cada curso/área.

Para além desses investimentos financeiros, mensalmente, é recolhido o Imposto sobre Serviços (ISS) para o Município de Campo Largo, valores variáveis, referentes ao imposto pago em decorrência da execução dos muitos serviços que são realizados no campus (ex.: limpeza, vigilância, manutenção, corte de grama, limpeza de caixas de água). Para dimensionar valores, de acordo com a Coordenadoria Contábil, Financeira e Orçamentária do Campus, vinculada à Diplad, no mês de janeiro de 2025 foram recolhidos R\$ 2.944,78 (dois mil, novecentos e quarenta e quatro reais, setenta e oito centavos) de ISS. Valor similar também foi recolhido no mês de fevereiro de 2025, no montante de R\$ 2.993,81 (dois mil, novecentos e noventa e três reais, oitenta e um centavos).

O entrevistado 4 (membro da sociedade civil organizada que ocupava função pública na época da implantação do campus), ao falar sobre a localização do campus disse que foi a maior mudança imobiliária que o município já teve, pois, vários empreendimentos foram instalados nas imediações e que a região se desenvolveu em razão do IFPR. Foi categórico ao afirmar que só o setor imobiliário já pagou a vinda do IFPR, sem contar a qualificação profissional e parte social. Afirmou, ainda, que foi uma doação que só trouxe lucros e vantagens em todos os sentidos para Campo Largo.

Numa análise em números simples e sem atualização financeira ou perspectiva econômica, foi possível comprovar a grandeza dos investimentos financeiros, uma vez que o valor de investimentos correntes em capital e obras se aproxima do valor da avaliação dos terrenos que foi de R\$ 18.578.241,00 (dezoito milhões, quinhentos e setenta e oito mil, duzentos e quarenta e um reais). Agora, ao atualizarmos esse valor nominal da área doada ao IFPR, aplicando o IPCA/IBGE (período de março de 2010 a

maio de 2025), o valor constante passa para R\$ 44.236.255,79 (quarenta e quatro milhões, duzentos e trinta e seis mil, duzentos e cinquenta e cinco reais, setenta e nove centavos). Por certo, diversos outros fatores (localização, estado de conservação, infraestrutura e finalidade) são considerados para calcular o valor de um imóvel, porém, aqui foi utilizado o mesmo índice empregado na atualização dos valores investidos. Deste modo, considerando os valores constantes investidos em custeio, capital e obras, os valores ultrapassam o valor do imóvel doado.

Na sequência serão apresentados os números e resultados de projetos, estágios, convênios, indicadores da PNP que dimensionarão o impacto educacional. Logo após, o impacto com os egressos e nas empresas do Município.

#### 5.4.3 Projetos de Pesquisa, Extensão e Inovação

Para além das atividades de ensino, o campus vem desenvolvendo projetos de Pesquisa, Extensão e Inovação. De acordo com relatórios da Coordenadoria de Pesquisa e Extensão, as áreas temáticas com maior número de projetos de extensão são Educação, Meio Ambiente e Cultura, enquanto o maior quantitativo de pesquisas está nas áreas da Engenharia e Educação. Ainda, a maioria das pesquisas realizadas no campus (59%), são classificadas como aplicada, isto é, voltadas à realidade e com vistas à apresentação de soluções para o cotidiano das pessoas. Enquanto 41% foram classificadas, como pesquisa pura. A Tabela 13 indica um aumento significativo de projetos no período de 2016 a 2024.

**Tabela 13 - Números de Projetos de Pesquisa, Extensão e Inovação, 2016-2024**

Ano	Nº Projetos Pesquisa	Nº Projetos Pesquisa Aplicada	Nº Projetos Pesquisa Pura	Nº Projetos Extensão	Nº Projetos Inovação	Total Projetos no ano
2016	02	01	01	05	-	07
2017	12	07	05	06	-	18
2018	13	08	05	07	-	20
2019	08	05	03	11	-	19
2020	19	08	11	08	-	27
2021	10	03	07	03	-	13
2022	36	25	11	04	-	40
2023	45	28	17	16	03	64
2024	40	23	17	08	02	48
<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>109</b>	<b>77</b>	<b>68</b>	<b>05</b>	<b>258</b>

Fonte: Copex (2025).

Entre os diversos Projetos de Extensão registrados no campus ofertados à comunidade externa de Campo Largo e região, no período de 2012 a 2024, estão: i) experimentos e manejos para a aprendizagem de agroecologia; ii) agricultura urbana; iii) fiscalização de contratos administrativos para os servidores municipais; iv) inclusão digital para terceira idade; v) atualização para professores de Matemática do Ensino Médio; vi) museu histórico de Campo Largo; vii) ensino da língua inglesa por meio da música para estudantes da rede municipal; viii) história dos painéis cerâmicos de Campo Largo; ix) integração entre consumidores e produtores orgânicos; x) xadrez; xi) tricotando saberes para o público da terceira idade; xii) produzindo alimentos de base ecológica e semeando segurança alimentar; xiii) manipulador de alimentos para feirantes; xiv) educação em solos e meio ambiente (estudantes da rede municipal); xv) educação ambiental (escolas estaduais); xvi) manutenção básica em instalações elétricas residenciais; xvii) educação para as relações Étnico-Raciais (professores da Rede Municipal e Estadual); xviii) formação de professores pedagogos que ensinam matemática no Ensino Fundamental-I (rede municipal); xix) retomada indígena do *Kogun Já Má* (Parque do Mate); xx) Núcleo Extensionista Rondon IFPR; xxi) Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica - NEA Campo Largo; xxii) português para migração humanitária (Apêndice G).

Verifica-se que os projetos de extensão, além de possuírem uma relação direta com os cursos técnicos e superiores ofertados no campus, tem como foco as demandas do Arranjo Produtivo Local, visando promover uma interação com a comunidade local. São projetos voltados aos agricultores familiares, servidores públicos municipais e estaduais, professores e estudantes das redes municipal e estadual, público da terceira idade, comunidades originárias, dentre outros.

Já em relação aos Projetos de Pesquisa registrados no campus, no período de 2016 a 2024, estão, entre outros: i) olhares: a educação do campo no Instituto Federal do Paraná; ii) desenvolvimento de um extrator de mel de abelhas nativa; iii) sinalário web: criação de um repositório on-line para divulgação de termos técnicos em libras; iv) estudo para aproveitamento de resíduo cerâmico em aplicações industriais; v) uso do software Geogebra como ferramenta de ensino de matemática no ensino médio; vi) civilizações em conflito: os povos indígenas e as políticas de governo do Paraná (1853-1930); vii) comparação de tipos construtivos de coletores solares para aquecimento de ar e

desidratação de alimentos; viii) diagnóstico, análise e implementação de melhorias no processo de fabricação de empresa do APL de louças de Campo Largo; ix) implantação de uma planta de microgeração distribuída de energia fotovoltaica no IFPR - campus Campo Largo; x) ensino, pesquisa e extensão em números: a informação como aliada na qualidade da educação; xi) o ensino médio integrado no Instituto Federal do Paraná: concepções políticas e educacionais dos projetos pedagógicos de cursos; xii) o espaço da produção alimentar e seus conflitos: desafios encontrados para concretização da segurança alimentar e nutricional na Colônia Murici e região; xiii) desenvolvimento de jogos didáticos matemáticos sob a concepção do desenho universal para aprendizagem em manufatura aditiva e outras tecnologias; xiv) caracterização de fontes alternativas de potássio para a agricultura orgânica; xxi) estudo e aplicações da inteligência artificial no IFPR; xv) violações dos direitos humanos de povos indígenas do Paraná durante a ditadura civil-militar; xvii) “fala baixo, senão eu grito”: sexualidade, relações de gênero e segurança escolar; xviii) uso eficiente da terra em um sistema agroecológico de produção de alimentos; xxiv) ferramentas tecnológicas, aplicativos, jogos e games aplicados à educação; xxv) reflexões sobre a escrita em um campus do IFPR: a redação nota mil do Enem; xxvii) estudo sobre o efeito da calcita nas propriedades tecnológicas de um material cerâmico; xxviii) a problemática da pobreza menstrual: aprimoração de protótipo para produção de absorventes a baixo custo - fase 2; xxix) robô guia para deficientes visuais; xxx) sistema de desidratação de flores e plantas comestíveis; xxxi) desenvolvimento de queijo Cobocó temperado com pimenta rosa (Aroeira); xxxii) formulações de sabonete esfoliante com plantas medicinais; xxxiii) sistema automatizado para a separação de resíduos recicláveis; xxxiv) robô enfermeiro: tecnologia auxiliar na administração de medicamentos e cuidados domiciliares (Apêndice H).

Denota-se que os projetos de pesquisa, além de possuírem uma relação direta com os cursos técnicos e superiores ofertados no campus, tem como foco as demandas do Arranjo Produtivo Local, com vistas a contribuir com o mundo do trabalho e a inclusão social. São projetos voltados para: agricultura familiar, agricultura orgânica, setor cerâmico, pessoas com deficiência, educação, povos originários, alimentação, segurança alimentar, energia fotovoltaica, inteligência artificial, pobreza menstrual, relações de gênero, ferramentas tecnológicas, automação e mecânica industrial.

#### 5.4.4 Eventos Científicos e Acadêmicos

Para além das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, o campus Campo Largo promove eventos, feiras e mostra de cursos, visando atender à formação integral dos estudantes, bem como estreitar vínculos com a comunidade onde está inserido. O Apêndice I apresenta um rol (exemplificativo) de atividades, ações, eventos científicos e acadêmicos nas diferentes áreas do conhecimento e, principalmente, atividades integrativas, desenvolvidas ao longo dos últimos anos (2015-2024), como: Mostra de Cursos; Mostra de Inovação, Pesquisa e Extensão (MIPE); IFETCH; ciclo de debates e palestras na área de gestão e negócios; encontros e diálogos agroecológicos; Feira de Ciências, Show de Talentos; Mostra de expressividade; lançamento de foguetes; Mostra cultural AFRO; Semana de estudos afro-brasileiras e indígenas; Novembro negro; Semana acadêmica da Agroecologia e da Licenciatura em Matemática; Semana do meio ambiente; Seminários de integração dos projetos de pesquisa e extensão; eventos voltados ao feminismo; dentre outros.

Dentre esses, dois eventos estão entre aqueles que os estudantes, docentes e técnicos, de todos os cursos, têm um maior envolvimento. Aliado ao fato, de que o campus abre as suas portas para a comunidade, buscando uma divulgação dos cursos, dos projetos e das pesquisas desenvolvidas, além da integração social. Neste contexto, seguem duas notícias institucionais que retratam esses acontecimentos: i) Mostra de Cursos<sup>4</sup>, onde os estudantes, acompanhados pelos professores, apresentam à Comunidade, aos estudantes das redes estadual, municipal e particular, projetos e atividades realizadas por cada curso; ii) Mostra de Inovação, Pesquisa e Extensão (MIPE) e IFETCH<sup>5</sup>, onde os estudantes compartilham e aprimoram a divulgação científica, materializados em pôsteres, protótipos e comunicações orais.

---

<sup>4</sup> A notícia, publicada em 15 de agosto de 2023, “IFPR Campo Largo realiza Mostra de Cursos” registra e demonstra em fotos como isso acontece (<https://ifpr.edu.br/campo-largo/2023/08/15/ifpr-campolargo-realiza-mostra-de-cursos/>).

<sup>5</sup> A notícia, publicada em 20 de novembro de 2023, “Campus Campo Largo realiza VII MIPE e X IFTECH” (<https://ifpr.edu.br/campo-largo/2023/11/20/campus-campo-largo-realiza-vii-mipe-e-x-iftech/>) descreve e registra em fotos como essa atividade acontece.

### 5.4.5 Estágios

Outro aspecto significativo, que envolve diretamente as atividades de Ensino e suas relações com a comunidade, é a inserção dos estudantes em programas de Estágio. Para tanto, o campus conta com uma Seção de Estágios (Serc) que busca contatar empresas, receber demandas e repassar aos estudantes. A tabela 14 indica o quantitativo de estudantes do campus que buscaram a inserção em Estágios (obrigatório e não-obrigatório) no período de 2018 a 2024.

**Tabela 14 - Quantitativo de Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios, 2018-2024**

<b>ANO</b>	<b>Obrigatório</b>	<b>Não Obrigatório</b>	<b>Total</b>
2018	0	13	13
2019	0	06	06
2020	0	14	14
2021	16	08	24
2022	20	20	40
2023	10	17	24
2024	13	28	41
<b>TOTAL</b>	<b>59</b>	<b>106</b>	<b>165</b>

Fonte: Serc (2025)

Os dados demonstram números significativos de termos de estágio formalizados no campus Campo Largo. Há uma tendência de evolução na inserção de estudantes no mundo do trabalho, por meio do estágio não-obrigatório, precisamente a partir do ano de 2022, quando o campus passa a ampliar a oferta de turmas do Ensino Médio. Ademais, a partir de 2021, diante da previsão de estágios obrigatórios nos cursos superiores de Licenciatura em Matemática e Engenharia Elétrica, a ferramenta do estágio obrigatório também passa a ser considerada e ampliada.

### 5.4.6 O retrato do campus no ENEM

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), instituído em 2008 (Portaria MEC nº 438 de 28 de maio de 2008), é uma política de avaliação com o objetivo de verificar o desempenho dos estudantes diante da conclusão do último ciclo da Educação Básica. Desde 2009 é utilizado como mecanismo de acesso à educação superior. São avaliadas quatro áreas do conhecimento: ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; linguagens, códigos e suas tecnologias; e matemática e

suas tecnologias, que juntas somam 180 (cento e oitenta questões). Também faz parte do processo avaliativo o desenvolvimento de uma redação, texto dissertativo-argumentativo que é colocado a partir de uma situação problema (INEP).

Neste contexto, desde 2017, quando o campus passa a ter a primeira turma de concluintes do Ensino Médio Integrado, os estudantes foram avaliados por essa política. Adiante, tabela 15, os resultados sistematizados do período (2017 a 2023).

**Tabela 15 - Notas ENEM do período de 2017 a 2023**

Ano	Ciências Natureza	Ciências Humanas	Linguagens e Códigos	Matemática	Redação	Média
2017	569,40	577,67	554,45	624,70	629,23	591,01
2018	567,07	641,60	581,93	636,87	647,33	614,96
2019	551,91	579,35	572,76	650,91	673,18	605,62
2020	576,87	626,39	596,59	664,28	728,50	639,15
2021	568,74	609,62	569,06	646,60	728,29	624,46
2022	564,41	598,39	576,21	671,05	718,46	625,71
2023	574,73	595,72	579,85	695,58	733,02	635,78

Fonte: adaptada de Souza, Santos e Pereira (2024).

Da análise dos números, observa-se um contexto crescente nas notas até 2020, ano em que os estudantes atingiram a nota mais alta. Nos três anos seguintes, a média final teve uma redução em relação a 2020, muito provavelmente reflexo do contexto pandêmico, que levou as instituições de ensino ao desenvolvimento de aulas e atividades remotas, mas, mesmo assim, as notas foram superiores aos anos de 2017, 2018 e 2019. A evolução nas médias foi retomada a partir de 2023, chegando bem próximo às notas de 2020, quando o campus estava num crescente. Nos últimos 5 anos (2019 a 2023), a média geral é de 626,14. A média nacional em 2023, de acordo com o INEP (2025), foi de 543 pontos. Isso implica dizer que a média do campus Campo Largo, no mesmo ano (635,78 pontos), foi 92,78 pontos acima da média nacional.

Numa pesquisa ampla, em diferentes fontes, não foi possível mensurar a atual média dos IFs no Exame Nacional do Ensino Médio. Há indicativos de que a não veiculação dos resultados do IFs no ENEM, nas notícias de circulação nacional, deve-se ao fato do bom desempenho dos estudantes vinculados à Rede Federal nesta política de avaliação. Em 2016, o Jornal Gazeta do Povo/PR apontou que a média dos Institutos Federais era de 564,93, apenas 3% abaixo da média da rede privada (580,93), segundo tabulação realizada pela Folha de São Paulo.

#### 5.4.7 Os indicadores do Campus Campo Largo na Plataforma Nilo Peçanha

A Plataforma Nilo Peçanha (PNP), instituída pelo MEC em 2017, é um conjunto organizado de indicadores que “potencializa as chances de sucesso na implementação de políticas públicas, diminuindo o peso das decisões discricionárias em detrimento de diagnósticos sociais mais bem respaldados tecnicamente e comprometidos com o bom uso do recurso público” (2020, p.7).

Foram sistematizados, nas tabelas 16, 17 e 18, indicadores da PNP referentes ao período de 2017 a 2024, do Campus Campo Largo, do IFPR e dos Institutos Federais, envolvendo: número de unidades; número de cursos ofertados; número de matrículas ativas (converte a quantidade de matrículas em matrículas equivalentes); taxa de evasão anual (percentual de matrículas que perderam o vínculo com a instituição no ano de referência sem a conclusão do curso em relação ao total de matrículas); relação inscritos vagas (mede a relação entre a quantidade de candidatos inscritos e a quantidade de vagas disponibilizadas); eficiência acadêmica (avalia a capacidade da Rede Federal de atingir os resultados previstos em termos de “estudantes certificados” ou “com potencial de certificação” em relação à quantidade total de matrículas, considerando um determinado ciclo de matrículas; envolve a combinação de três variáveis: alunos formados, evasão e retenção; percentuais de cursos técnicos; percentuais de vagas destinadas às Licenciaturas e Programas Especiais de Formação Pedagógica (conforme estabelece a Lei nº 11.892/08, 50% das matrículas devem ser para os cursos técnicos e 20% para os cursos de formação de professores); percentuais da EJA (mínimo de 10%, §1º do art. 2º do Decreto nº 5.840/2.006); verticalização institucional, que busca verificar a condição de verticalização dos cursos oferecidos por uma mesma unidade acadêmica em um mesmo eixo tecnológico, considerando vagas de ingresso ofertadas em 04 categorias possíveis: Curso de Qualificação Profissional (QP); Curso Técnico (CT); Curso de Graduação (CG) e Curso de Pós-Graduação (PG) - art. 6º, inciso III, da Lei nº 11.892/2008 (PNP, 2010, p. 23-8).

**Tabela 16 - Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha, Campus Campo Largo, 2017-2024**

Ano	Un.	Cursos	Matrículas ativas	Evasão anual	Inscritos vagas	Eficiência Acadêmica	Cursos Técnicos	Formação docente	EJA	Verticalização
2024		20	1.530	19,08	1,57	37,3	56,3	6,7	2,85	18,25
2023		21	1.504	20,55	1,74	56,2	60,5	6,6	2,01	17,8
2022		22	1.459	12,34	2,94	47,20	64,60	5,3	4,20	17,7
2021		16	1.089	9,92	2,25	39,60	79,60	2,90	3,09	7,3
2020		16	976	12,91	2,47	58,80	80,50	4,50	2,88	7,3
2019		13	1000	16,40	3,61	53,00	86,50	1,10	00	0,6
2018		11	1006	11,33	3,51	57,7	90,3	0,4	00	0,00
2017		12	1007	19,56	3,37	51,7	91,6	00	00	11,16

Fonte: Autoria própria (2025).

**Tabela 17 - Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha, IFPR 2017-2024**

Ano	Un	Cursos	Matrículas ativas	Evasão anual	Inscritos vagas	Eficiência Acadêmica	Cursos Técnicos	Formação docente	EJA	Verticalização
2024	26	317	30.614	14,73	2,14	50,74	56,7	13,2	0,16	12,87
2023	26	436	30.924	14,09	2,07	49,10	57,8	13,6	0,11	11,71
2022	26	361	30.549	14,97	2,46	52,83	60,2	13,1	0,22	10,25
2021	26	310	29.094	8,30	2,44	50,73	61,3	13,5	0,18	8,00
2020	26	308	26.408	5,6	3,30	50,28	64,3	12,2	0,18	7,60
2019	26	317	29.840	10,77	2,91	54,04	70,7	10,7	0,14	8,4
2018	25	325	30.228	10,65	2,40	44,00	71,0	12,7	0,21	6,00
2017	25	362	44.359	21,24	1,58	41,03	69,5	15,5	0,48	6,00

Fonte: Autoria própria (2025).

**Tabela 18 - Indicadores da Plataforma Nilo Peçanha, Institutos Federais 2017-2024**

Ano	Un	Cursos	Matrículas ativas	Evasão anual	Inscritos vagas	Eficiência Acadêmica	Cursos Técnicos	Formação docente	EJA	Verticalização
2024	659	10.122	1.982.778	14,77	1,61	73,3	50,6	13,9	2,11	12,74
2023	656	12.951	1.681.363	16,32	1,94	64,67	51,1	15,3	2,22	13,09
2022	656	11.814	1.513.075	19,11	1,87	57,01	53,1	14,9	2,07	11,16
2021	656	11.005	1.523.346	18,70	2,46	68,45	52,3	15,7	1,85	11,52
2020	654	10.878	1.507.476	14,45	2,55	55,86	57,2	15,2	2,13	12,28
2019	653	10.889	1.023.303	15,53	4,05	53,09	60,9	14,6	2,17	10,35
2018	647	11.477	964.593	18,62	4,16	48,15	62,4	13,7	2,38	9,05
2017	643	11.264	1.031.798	23,23	4,01	46,93	63,3	13,4	2,43	7,95

Fonte: Autoria própria (2025).

Da análise da Tabela 16 é possível, considerar que, ao longo dos últimos 8 anos, no campus Campo Largo, houve: **i)** aumento no número de cursos e, em paralelo, no número de matrículas; **ii)** redução linear no número de inscritos vagas; **iii)** ampliação da proposta da organização pedagógica verticalizada; **iv)** a oferta de mais de 50% das vagas aos Cursos Técnicos. Por outro lado, os fatores que carecem de um olhar e análise mais cuidadosa, são: **i)** evasão escolar anual; **ii)** aumento de vagas para formação docente; **iii)** melhoria na eficiência acadêmica; **iv)** inscritos vagas. Os indicadores "eficiência acadêmica" e "inscritos vagas" do ano de 2024 foram os menores da série histórica.

Os indicadores da PNP indicam que o campus Campo Largo vem apresentando resultados de consolidação e expansão, com a ampliação do número de matrículas e oferta de cursos. Ao compará-lo com os indicadores gerais do IFPR (tabela 17) e dos Institutos Federais (tabela 18), considerando 8 anos (2017 a 2024), temos o seguinte panorama:

- i) a média simples da evasão do Campus Campo Largo é 15,26. Já do IFPR é 12,54 e dos IFs é 17,59. Logo, o índice de evasão do campus Campo Largo é maior do que a média do IFPR, porém é menor em relação à média geral dos Institutos Federais;
- ii) a média simples dos inscritos vagas do Campus Campo Largo é 2,68, enquanto do IFPR é 2,41 e dos IFs é 2,83. Assim, a média simples dos inscritos vagas do campus é maior do que no IFPR e menor do que nos Institutos Federais;
- iii) a média simples do índice de eficiência acadêmica do Campus Campo Largo é 50,18, do IFPR é 49,09 e dos IFs é 58,43. Ou seja, a média simples do índice de eficiência acadêmica do Campus Campo Largo é maior que a média do IFPR, porém é menor em relação à média geral dos Institutos Federais. Neste indicador, denota-se um crescimento positivo nos IFs e no IFPR em 2024 e, ao contrário, uma diminuição significativa no campus Campo Largo;
- iv) os percentuais do período de 2017 a 2023 na oferta de cursos técnicos do Campus Campo Largo são superiores aos do IFPR e dos Institutos

Federais. Em todos os anos o percentual de vagas destinadas à oferta de cursos técnicos foi superior a 50%. No ano de 2024, houve uma redução de 0,4 em relação ao IFPR;

- v) os percentuais de todos os anos na oferta de cursos para formação docente do Campus Campo Largo são inferiores aos do IFPR e dos Institutos Federais. A média do campus nos seis anos (2019 a 2024) de oferta foi de 4,51;
- vi) os percentuais de oferta de Cursos EJA no Campus Campo Largo, considerando o ano de início - 2020, são maiores que os percentuais do IFPR e, também, são maiores que dos IFs em quatro anos (2020, 2021, 2022 e 2024). A média no campus em cinco anos de oferta (2020 a 2024) ficou em 3,0%.
- vii) os índices da verticalização no Campus Campo Largo a partir de 2022, com a implantação de todos os cursos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), são superiores ao IFPR e aos Institutos Federais; atualmente, o índice de verticalização é 18,25.

Diante dessa análise comparativa é possível identificar que, no Campus Campo Largo: o índice de evasão merece atenção, mas, ainda é menor que a média geral dos IFs; a média dos inscritos vagas e a média da eficiência acadêmica são maiores que as médias gerais do IFPR, porém menores que dos IFs; merece atenção a redução significativa da eficiência acadêmica no ano de 2024; os percentuais de oferta de cursos técnicos são maiores que no IFPR e nos IFs, ressalvada no ano de 2024 que a média do IFPR foi maior. Porém, os percentuais de oferta para formação docente são inferiores em relação ao IFPR e aos IFs; desde a sua implantação, os percentuais de oferta de cursos EJA são maiores em relação ao IFPR e aos IFs; os índices de verticalização, após a implantação de todos os cursos, é maior que no IFPR e IFs.

#### 5.4.8 Convênios e Termos de Cooperação Técnica

Da pesquisa realizada no Portal INFO sobre os Convênios (IFPR, 2025), denota-se que, no período de 2011 a 2024, o IFPR formalizou 745 Convênios e/ou Termos de Cooperação Técnica. Destes, 12 (doze) envolvem o IFPR campus Campo Largo.

Dos convênios firmados pelo IFPR/campus Campo Largo (Apêndice F) verifica-se: **i)** a união de esforços (2011) entre o IFPR e diversos parceiros para criação do Centro de Estudos de Ciência e Tecnologia Cerâmicas do Paraná- Cestec-PR; **ii)** convênio com empresa (2012) para viabilizar a realização de treinamento prático de alunos; **iii)** Convênio com o Município de Campo Largo (2015) para concessão de espaço físico e profissionais para treinamento esportivo dos estudantes; **iv)** cooperação com instituição (2017) para oferta de oficinas de dança moderna (oficinas gratuitas de Jazz, Hip Hop) e CIT Maker (Criatividade, Inovação e Tecnologia), para os estudantes, visando à ampliação de atividades extracurriculares; **v)** Convênio com o Município de Campo Largo (2017) para o Manuseio de Impressora 3D, visando à confecção de tecnologias assistivas de órtese; **vi)** Cooperação mútua entre o Município de Campo Largo e o IFPR (2017) para viabilizar o funcionamento do Cestec, bem como o suporte técnico e de infraestrutura às atividades do Curso Técnico em Cerâmica; **vii)** ajuste de vontades com o Município de Campo Largo (2019) para a realização do Projeto IFenCanto – Oficinas de música em inglês nas escolas municipais, que teve duração inicial de 36 meses; em 2022, um novo Acordo de Cooperação Técnica foi firmado, estendendo a parceria para a execução do objetivo por mais 36 meses; **viii)** cooperação técnica Instituto Latino-Americano de Agroecologia, Educação, Capacitação e Pesquisa da Agricultura Camponesa Contestado - Escola Latino Americana de Agroecologia, com vistas à oferta do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia a sujeitos do campo, beneficiários da Reforma Agrária e/ou com vínculo direto à agricultura familiar camponesa do Brasil e demais países da América Latina e Caribe; **ix)** cooperação mútua entre o Município de Campo Largo e o IFPR (2022) para viabilizar o funcionamento do Cestec, bem como o suporte técnico-científico e de infraestrutura às atividades do Curso Técnico em Cerâmica e do Curso Superior de Tecnologia em Materiais e ao desenvolvimento de ações no âmbito da pesquisa e da Inovação Tecnológica com vistas ao fortalecimento do setor

cerâmico de Campo Largo; **x)** cooperação mútua entre o Município de Campo Largo e o IFPR (2023), visando o desenvolvimento de ações em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária de Campo Largo com vistas ao fortalecimento do setor agropecuário, ambiental e de saúde de Campo Largo; **xi)** cooperação técnica entre o Sebrae e o IFPR (2023), com o objetivo de estabelecer cooperação mútua entre os partícipes, visando o desenvolvimento e aplicação de programas e ações de Cultura Empreendedora e Inovação; **xii)** cooperação mútua entre Campo Largo e o IFPR (2024) para o desenvolvimento e fortalecimento da cultura empreendedora e da inovação no Município.

Observa-se que dois convênios firmados têm relação direta com o Curso Técnico em Cerâmica e com o Curso Superior de Tecnologia em Materiais. Outros três buscaram viabilizar a realização de atividades de ensino e extracurriculares. Ainda, dois convênios foram firmados para dar condições de realização de projetos de extensão. Um convênio foi firmado para viabilizar a oferta de curso Superior de Agroecologia para os sujeitos do campo beneficiários da Reforma Agrária e/ou com vínculo direto à agricultura familiar. Outro convênio tem relação direta com o Curso Superior de Agroecologia, bem como com o Curso Técnico em Agroecologia. Por fim, dois convênios têm relação direta com os Cursos Técnico em Administração e Tecnólogo em Processos Gerenciais; ainda, relação indireta com todos os cursos, visando o desenvolvimento e fortalecimento da cultura empreendedora.

#### 5.4.9 Participação dos servidores do campus nos conselhos municipais

Conforme relatado nas entrevistas (um servidor do IFPR, agentes públicos e membros da sociedade civil organizada), os servidores do IFPR, Campus Campo Largo, têm, ao longo dos últimos anos, contribuído tecnicamente, de modo voluntário, em diversos Conselhos Gestores do Município.

Dos Relatórios de Gestão (IFPR/Campo Largo, 2024) foi possível identificar a participação, atualmente, de servidores nos seguintes conselhos: i) Conselho da Cidade

(Concidade)<sup>6</sup>; ii) Comitê Gestor Municipal de Campo Largo<sup>7</sup>; iii) Conselho de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Conduma)<sup>8</sup>; iv) Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comsea)<sup>9</sup>; v) Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Assungui; vi) Conselho Municipal de Educação. Em anos anteriores, servidores também participaram do Conselho de Desenvolvimento Econômico (Comude). Ainda, a relação dos conselheiros pode ser encontrada em notícias e abas contidas na página oficial do município de Campo Largo (notas de rodapé 6 a 9).

Além disso, foi possível identificar a participação de servidores no Projeto Cidades Inovadoras: Campo Largo 2030, onde diversos setores da sociedade (aproximadamente 400 pessoas) definiram coletivamente as prioridades para o Município. O resultado dessas discussões restou na organização de um documento com o mesmo nome do projeto “Cidades Inovadoras - Campo Largo 2030” (Souza *et al.*, 2013).

## 5.5 Considerações sobre o Município e o Campus Campo Largo

Dos dados históricos, índices econômicos e sociais, somados aos resultados colecionados neste capítulo, sobre o município e o campus Campo Largo, destacam-se:

- i) o Município de Campo Largo integra a Região Metropolitana de Curitiba e tem uma população estimada em 136.327 (IBGE, 2022). Seu fator principal de formação foi o ciclo do ouro, seguido do desenvolvimento da pecuária e dos pontos de hospedagens para os tropeiros. O IDH é de 0,745, classificado como médio (IBGE, 2010) e o Índice Iparades de Desempenho Municipal é de

---

<sup>6</sup> Atribuições e membros do Conselho da Cidade:  
<https://campolargo.atende.net/cidadao/pagina/conselho-da-cidade-concidade;>

<sup>7</sup> Posse dos Membros do Conselho Gestor de Campo Largo:  
<https://campolargo.atende.net/cidadao/noticia/membros-do-comite-gestor-municipal-de-campo-largo-sao-empossados;>

<sup>8</sup> Atribuições e Membros do Conselho de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Campo Largo:  
<https://campolargo.atende.net/cidadao/pagina/conselho-de-desenvolvimento-urbano-e-meio-ambiente-conduma> .

<sup>9</sup> Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, que na página 4 indica os atores do Plano:  
<https://campolargo.atende.net/cidadao/pagina/atende.php?rot=1&aca=119&ajax=t&processo=viewFile&file=473406DAD424970AD145CA83096751DEE48C1C51&sistema=WPO&classe=UploadMidia> .

0,7757 (Ipardes, 2022). A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) é de 97,7%;

- ii)** na economia, o município se destaca pelas indústrias cerâmicas (o solo é rico em caulim e argila), além das indústrias moveleiras e metal mecânica. Diante do seu extenso território, também há espaço para agricultura, pecuária, bovinocultura de leite, a suinocultura, a avicultura, a piscicultura e a apicultura. As atividades econômicas preponderantes são: serviços, indústria de transformação, comércio, Administração Pública e Construção Civil;
- iii)** a história da implantação do campus teve início em 11 de março de 2009 numa intencionalidade registrada numa reunião do Conselho Superior do IFPR; em agosto do mesmo ano, uma equipe do IFPR se reuniu com servidores do município e, com isso, foi anunciada a implantação do campus e o projeto de instalação foi relatado à comunidade em audiência pública, com a assinatura do Termo de Intenção. Um grupo de trabalho foi instituído em janeiro de 2010 e o convênio (IFPR e Município de Campo Largo) foi formalizado em fevereiro, mesmo mês de apresentação do projeto ao MEC;
- iv)** um dos fatos marcantes na implantação do campus foram os interesses divergentes e embates envolvendo o Poder Executivo e Legislativo do Município; especificamente no processo de tramitação da Lei de Doação do Terreno para o IFPR. Neste contexto, identificou-se que a Associação Comercial e Empresarial de Campo Largo (Acicla) teve uma atuação importante no desenrolar desse imbróglio. A lei de doação foi aprovada em 13 de maio de 2010 e, no dia 19 do mesmo mês, uma comitiva protocolou o projeto no MEC; as aulas tiveram início em 24 de maio de 2010, na escola Municipal Reino da Loucinha e, em 26 de setembro de 2011 ocorreu a instalação definitiva do Campus Campo Largo, no espaço que ocupa atualmente;
- v)** a implantação do campus também foi relatada por meio das memórias das pessoas (servidores do IFPR, agentes públicos e membros da sociedade civil organizada). Apontaram: a) as dificuldades da implantação (acesso restrito, instalações físicas limitadas, ausência de equipamentos e insumos para os

laboratórios, compreensão da identidade institucional, missão e dos objetivos do IFPR; doação de um terreno para o IFPR, ausência de credibilidade do IFPR, falta de apoio do Poder Legislativo, embate com o jurídico da Câmara Municipal na tramitação do processo de doação do imóvel; b) apoios recebidos: da própria instituição (gestão, campus Curitiba e Reitoria), Município de Campo Largo, comunidade campo-larguense, especialmente os empresários; Governo Estadual, Poder Executivo Municipal e suas Secretarias, Conselhos Gestores Municipais, Associação Comercial e Empresarial de Campo Largo; c) definição dos Cursos: Agroecologia era uma diretriz de gestão para todos os campi; Eletrotécnica e Mecânica houve um diálogo com os representantes da sociedade civil; d) localização do campus: privilegiada, estratégico, lugar extraordinário, localização espetacular, no centro da cidade, próximo ao terminal urbano e que gera fácil mobilidade para os usuários; e) percepções quanto ao papel do campus: mão de obra qualificada, Ensino Médio de referência, credibilidade institucional, reconhecimento da instituição, professores qualificados, visibilidade real, parcerias com o Município, referencial para as empresas, contribuição social, interação com a localidade, apoio técnico ao Cestec, contribuições e participação dos servidores nos Conselhos Municipais, parcerias do IFPR com o Município, formação técnica de qualidade, estudantes qualificados para o mercado de trabalho, atuação na extensão rural;

- vi)** o Campus Campo Largo oferta cursos nos Eixos Tecnológicos de: Gestão e Negócios, Recursos Naturais, Produção Industrial, Controle e Processos Industriais, Licenciatura em Matemática e Engenharia Elétrica, que estão relacionados com o Arranjo Produtivo Local. Todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) contemplam a diretriz institucional da formação integral (atuação profissional somada à formação humana e cidadã); o número de vagas atual é cinco vezes maior que no ano da implantação;
- vii)** da sistematização dos números do Campus Campo Largo, o extrato é o seguinte: ao longo dos últimos 15 anos, o número de concluintes se aproxima de 1.400 egressos; no período de 2011 a 2024, foram empenhados e

executados em valores correntes R\$ 33.390.760,50 (trinta e três milhões, trezentos e noventa mil, setecentos e sessenta reais, cinquenta centavos), com despesas relacionadas a custeio (manutenção da máquina pública), capital e obras (novas e reformas); na atualização desse montante para valores constantes chega-se a R\$ 46.239.437,35 (quarenta e seis milhões, duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e sete reais, trinta e cinco centavos);

- viii)** no período de 2016 a 2024 foram registrados 258 projetos de pesquisa, extensão e inovação, os quais têm relação direta com os cursos técnicos e superiores ofertados no campus, bem como, buscam atender às demandas do Arranjo Produtivo Local;
- ix)** no período de 2018 a 2024, o campus formalizou 165 Termos de Estágio (obrigatórios e não-obrigatórios);
- x)** no intervalo temporal de 2011 a 2024 o IFPR/Campus Campo Largo formalizou 12 (doze) Convênios e/ou Termos de Cooperação Técnica;
- xi)** os indicadores da PNP indicam que o campus vem apresentando resultados de consolidação e expansão. Numa análise comparativa entre os dados dos IFs, do IFPR e do Campus Campo Largo, o cenário, no período de 2017 a 2024, é o seguinte: merecem cuidado e atenção os índices de evasão e os percentuais de oferta para formação docente. Possui percentuais acima da média do IFPR, mas abaixo dos IFs nos indicadores: número de inscritos vagas e eficiência acadêmica. Já nos indicadores relacionados à oferta de cursos técnicos, oferta da EJA e percentual de verticalização, estão os resultados mais consistentes do campus, com média superior ao IFPR e aos IFs;
- xii)** o campus promove eventos, feiras e mostra de cursos, visando atender à formação integral dos estudantes, bem como estreitar vínculos com a comunidade; os servidores do campus têm, ao longo dos últimos anos, contribuído tecnicamente em diversos Conselhos Gestores do Município;
- xiii)** o desempenho dos estudantes no ENEM está num crescente e a média geral está bem acima da média nacional.

A partir dos dados coletados neste capítulo foi possível preencher 26 (vinte e seis) indicadores no Modelo de Análise de política pública proposto, a saber:

**Quadro 9 - Indicadores e resultados, extraídos do Capítulo 5**

Indicadores	Resultados	Conceitos
1.1 Cursos ofertados e relação com o APL;	Todos os cursos ofertados pelo campus, têm relação com o APL.	5
1.2 Pluricurricularidade com atuação em diversos eixos tecnológicos;	Os cursos ofertados pelo campus estão relacionados a quatro eixos tecnológicos e mais dois cursos superiores que não tem classificação no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (Engenharia e Licenciatura). Logo cinco ou mais eixos tecnológicos.	5
1.3 Previsão da formação humana e integral nos cursos ofertados;	Todos os Projetos Pedagógicos de Cursos, ofertas regulares, Ensino Médio e Ensino Superior, têm a previsão da formação integral (atuação profissional somada à formação humana e cidadã).	5
1.4 Ação Acadêmica: 50% das vagas são destinadas à EPT de nível médio;	Os dados extraídos da PNP (2017 a 2024) registram que, em todos os anos, mais de 50% das vagas são destinadas à EPT de nível médio.	5
1.5 Ação Acadêmica: 20% das vagas são destinadas às Licenciaturas (2019-2024);	Os dados extraídos da PNP (2019 a 2024) registram que a média do campus foi de 4,51. No ano de 2024 o percentual ficou em 6,7.	2
1.6. Ação Acadêmica: destinação de vagas ao público de jovens e adultos (2020- 2024);	Os dados extraídos da PNP (2020 a 2024) registram que a média do campus foi de 4,51. No ano de 2024 o percentual ficou em 6,7.	3
1.7 Projetos de Pesquisa Aplicada (setores industriais e econômicos) nos últimos 10 anos;	Os dados extraídos do Relatório da Coordenadoria de Pesquisa e Extensão apontam que 59% das pesquisas realizadas no campus são aplicadas.	3
1.8 Projetos de Extensão nos últimos 10 anos (executados ou em execução);	Os dados extraídos do Relatório da Coordenadoria de Pesquisa e Extensão registraram 68 projetos de extensão.	5
1.9 Termos de Cooperação/Convênios formalizados nos últimos 10 anos	Dos Relatórios de Gestão e site INFO foram identificados 12 convênios envolvendo o campus Campo Largo nos últimos 10 anos.	5
1.10 Vínculos com a Comunidade Escolar;	Das informações coletadas, identificou-se que o campus realiza feiras, mostra de cursos, eventos acadêmicos, cursos de extensão, divulgação dos cursos, atividades em espaços públicos; servidores são membros dos Conselhos Municipais e participam de diálogos com Poder Público e Associações.	5
1.11 Localização espacial do campus no território e mobilidade urbana;	Das informações coletas e entrevistas constatou-se que o campus está localizado na região central da cidade, próximo ao terminal urbano, de fácil acesso e mobilidade dos usuários;	5
2.1: IPDM Geral (2010 e 2022) do Município sede do campus;	Os indicadores do Ipadres registraram que no índice geral de desempenho municipal, o Município de Campo Largo passou (2010) de 0,6307 para 0,7757 em 2022.	5

Indicadores	Resultados	Conceitos
2.2: IPDM Renda e Emprego (2010 e 2022);	Os indicadores do Iparde registraram que na dimensão renda, os índices se mantiveram.	1
2.3: IPDM Educação (2010 e 2022);	Os indicadores do Iparde registraram que na dimensão educação, os índices passam de 0,6628 (2010) para 0,9259 (2022).	5
2.4: Média do IDEB no Ensino Médio nos últimos anos (2017 a 2023)	A média do IDEB de 2017 foi 4,0, passando para 4,9 em 2023, isto é, 9 pontos em 6 anos.	5
2.7 Evolução no número de empregos (2010 e 2022);	De acordo com a coletânea de dados publicada pela Empresa Ceppe do Brasil, a evolução no número de empregos, com carteira assinada, no município, período de 2013 a 2023, chegou ao percentual de 36,8%.	5
2.8: Evolução do PIB no Município (2010 e 2022);	Também de acordo com a coletânea de dados publicada pela Empresa Ceppe do Brasil a evolução do PIB (soma de todos os bens e serviços) no Município, no período de 2011 a 2021, foi de 157,9%.	5
3.1 Número de matrículas (2010-2024);	O campus iniciou suas atividades (2010) ofertando 90 (noventa) vagas; em 2024 esse número passou para 440, ou seja, 5 vezes mais.	5
3.2 Número de Ingressantes X Concluintes (2010-2024);	De acordo com os dados da Secretaria Acadêmica, considerando o número de ingressos (4.402) e de concluintes (1.393), no período de 2010 a 2025, tem-se o percentual de 31,64% de estudantes certificados.	2
3.3 Eficiência Acadêmica (2017-2024);	Os dados extraídos da PNP (2017 a 2024) demonstram que a média simples do índice de eficiência acadêmica do Campus Campo Largo é 50,18.	3
3.4 Percentuais da organização pedagógica verticalizada (ano 2024);	Com a consolidação do campus, implantação de todos os cursos, o índice de verticalização é 18,25.	5
3.5: Média das notas do ENEM nos últimos 5 anos (2019 a 2023).	Nos últimos 5 anos (2019 a 2023), a média geral do ENEM foi de 626,14.	5

**Fonte: Autoria própria (2025).**

Não foram localizados os dados históricos (2010) de 02 (dois) indicadores e, por essa razão, não pontuaram: salário médio mensal dos trabalhadores formais e população ocupada. Também não foi pontuado o indicador que retrata a taxa de escolarização em face da não divulgação pelo IBGE do índice de 2022.

## **6 O IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS CAMPO LARGO, NA PERSPECTIVA DOS EGRESSOS**

O capítulo seis descreve o impacto da implantação do campus Campo Largo, na perspectiva dos estudantes egressos. Para avaliar esse impacto foi realizada uma metodologia de trabalho diferenciada, um encontro presencial com os egressos, no qual foi desenvolvido a técnica de grupo focal, que buscou, num ambiente interativo, apropriado e acolhedor, a coleta de dados e informações mediante a realização de questionário, seguido de manifestações, debate aberto e participação efetiva dos envolvidos nas percepções acerca dos temas formação escolar, trabalho, renda e qualidade de vida. No início, os estudantes egressos responderam a um questionário individual, participaram de dinâmica de apresentação pessoal, seguido do indicativo de uma palavra que representasse os pontos negativos e, na sequência, outra palavra correspondente aos pontos positivos que marcaram a trajetória. Registradas as palavras os egressos foram convidados a partilhar os motivos e, por fim, compartilharam suas vivências sobre os temas empregabilidade, renda e qualidade de vida.

Para tanto, o capítulo inicia descrevendo a metodologia empregada, o perfil dos estudantes egressos participantes da pesquisa, os resultados do questionário individual seguido das conclusões identificadas, os resultados dos pontos positivos e dos pontos negativos e, por fim, as considerações finais dos egressos.

### **6.1 Metodologia empregada**

O convite para participação na pesquisa foi encaminhado, de forma aleatória, por e-mail, WhatsApp e redes sociais para, aproximadamente, 300 (trezentos) estudantes egressos. Os contatos foram disponibilizados pela Secretaria Acadêmica do campus e rede pessoal de contatos de servidores. Muitos e-mails e mensagens não foram respondidos pelos egressos. Aproximadamente 50% (cinquenta por cento) dos contatados responderam ao convite, aceitando ou não. Uma semana antes da data definida para a atividade, 70 (setenta) egressos confirmaram participação. Na véspera do evento, 67 (sessenta e sete) egressos confirmaram participação.

Entretanto, nos dias 13 (19h) e 14 (9h) de setembro de 2024, 47 (quarenta e sete) egressos compareceram no campus e responderam, de forma individual e impressa, a um questionário com 9 (nove) perguntas objetivas e, na sequência, participaram, interlocução coletiva, num ambiente propício à escuta e partilha, que foi gravada (áudio, vídeo e registro de fotos) para facilitar a transcrição dos relatos. Embora não se tenha atingido a expectativa quanto ao número de participantes, os objetivos da pesquisa foram alcançados na sua integralidade. Inclusive, o número de participantes presentes por dia (32 e 15, respectivamente) facilitou a integração, partilha e destinação do tempo, eis que todos se sentiram muito à vontade para compartilhar as vivências e saberes alcançados na formação escolar no IFPR/Campus Campo Largo.

O espaço foi preparado com antecedência, cadeiras em círculo e um lanche servido no fundo da sala para alimentação livre. À medida que os egressos chegavam, a pesquisadora os recebia e informava que podiam se alimentar (como são egressos trabalhadores, muitos saíram direto do trabalho e/ou se deslocaram de longas distâncias - 19h do dia 13/09 e 9h do dia 14/09). A intenção de iniciar com a alimentação também foi de propiciar um ambiente mais descontraído e acolhedor, sem grandes formalidades. Ainda, quanto à alimentação, ficou definido com os participantes que eles poderiam se alimentar antes, durante e/ou depois da conclusão da atividade.

Pontualmente, às 19h10min do dia 13/09 e 9h10min do dia 14/09, a atividade foi iniciada, com uma breve apresentação da pesquisadora, uma síntese da pesquisa e seus objetivos. Ato contínuo, a pesquisadora explicou o contido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos estudantes, deixando clara a preservação do anonimato. Distribuído o TCLE aos participantes, todos autorizaram ser fotografado/filmado/gravado para as finalidades exclusivas da pesquisa, externando a concordância com a assinatura no documento. Finalizados, os formulários foram recolhidos, armazenados e arquivados em local seguro.

Realizadas as formalidades necessárias para a execução da pesquisa (apresentação da pesquisadora, da pesquisa, seus objetivos e finalidades), passou-se ao questionário individual. Com vistas a evitar o não preenchimento de uma das questões ou interpretações equivocadas, a pesquisadora, após a distribuição dos formulários, procedeu à leitura, pausadamente, de cada uma das 9 (nove) perguntas objetivas, com

intervalo de tempo entre uma e outra, para que cada um/a pudesse responder com tranquilidade. Na conclusão dos participantes, os questionários foram coletados e guardados.

De imediato, realizou-se a dinâmica de apresentação pessoal dos estudantes egressos. Os participantes foram orientados a se organizarem em duplas, com o tempo de 5 (cinco) minutos para uma conversa “entre si” sobre os aspectos pessoais e profissionais. Cada participante anotou as características e habilidades do outro interlocutor, identificando o que tinham em comum. Na sequência, cada um/a apresentou seu colega de dupla para o coletivo. Neste ato, os participantes já começaram a compartilhar algumas das experiências vividas no campus.

Todos/as devidamente apresentados/as, foram entregues a cada participante dois *postites*: um verde e outro laranja. No *postite* verde foi solicitado aos participantes o registro de uma palavra que representasse um fato positivo (se houver) que tenha marcado o seu período de escolarização no IFPR/Campus Campo Largo. Já no *postite* laranja um fato negativo (se houvesse). Feito isso, os participantes colaram os *postite* no quadro de giz (dividido em duas partes - fato positivo e fato negativo). Na sequência, os participantes foram convidados para, querendo, compartilhar, fatos positivos e fatos negativos com o grande grupo.

Finalizadas as considerações quanto aos pontos negativos e positivos que marcaram a trajetória dos participantes na sua formação escolar no IFPR/Campus Campo Largo, os egressos foram chamados para, de maneira livre e espontânea, compartilhar, suas vivências sobre os temas empregabilidade, renda e qualidade de vida.

Nos dois dias de escuta ativa dos estudantes egressos, observou-se que: estavam felizes e saudosos por retornar ao campus; queriam expressar de modo voluntário suas experiências e vivências; relataram com muita emoção os fatos negativos e positivos; estavam envolvidos na pesquisa e demonstraram o compromisso de dizer a verdade; se sentiram acolhidos e pertencentes à pesquisa; manifestaram interesse e vontade de participar; foram 3 (três) horas de escuta em cada dia, que só foi encerrada por decisão da pesquisadora (muitos não estavam com pressa de ir embora e queriam falar mais); alguns deles caminharam pelas imediações do campus, buscando reencontrar pessoas e relembrar os espaços físicos frequentados.

## 6.2 Perfil dos egressos participantes

O perfil dos egressos está mapeado na tabela 19, na qual denota-se: 29 se identificaram do gênero feminino e 18 do gênero masculino; 32 se autodeclararam brancos, 13 pardos e 02 pretos; 25 egressos correspondem à faixa etária de 19 a 29 anos; e 22 estão entre 30 e 73 anos. Quanto à escolarização realizada no IFPR, campus Campo Largo, 19 cursaram o Ensino Médio Integrado; 17 concluíram o Ensino Médio na forma subsequente; 4 a Educação de Jovens e Adultos e 7 são concluintes do Ensino Superior. Ainda, quanto à escolarização, identificou-se que 40 são egressos do nível médio e 07 do superior. Esse percentual, maioria de egressos do Ensino Médio, tem relação com a tabela 6 que descreve os cursos e os números de concluintes: 1.227 do Ensino Médio (93%) e 92 (7%) dos cursos superiores. Um achado relevante da pesquisa é que 4 egressos realizaram 2 cursos ou mais no campus. Mas, para fins de registro na pesquisa (cursos concluídos), foi considerado o seu último curso concluído. O período de ingresso desses estudantes na instituição consistiu entre 2013 e 2022 e de conclusão entre 2015 e 2024.

**Tabela 19 - Perfil Egressos: gênero, raça/cor, idade e nível de ensino**

		Percentual	Percentual
<b>Gênero</b>	Feminino: 29	61,7%	Masculino: 18 38,3%
<b>Raça/Cor</b>	Branca: 32	68%	Pardo: 13 Preta: 2 32%
<b>Idade</b>	19 a 29 anos		25 53%
	30 a 73 anos		22 47%
<b>Nível Ensino</b>	Médio Integrado		19 76,6%
	Médio Subsequente		17
	EJA/EPT		4 8,5%
	Superior		7 14,9%
<b>TOTAL</b>		<b>47 egressos</b>	
	Egressos com 2 cursos ou mais (Curso Subsequente + Superior)		4 8,5%

Fonte: Autoria própria (2024).

Ao convertermos esses números em percentuais, o resultado corresponde a: 61,7% do gênero feminino e 38,3% do gênero masculino; 68% brancos e 32% pretos e pardos; 53% entre 19 e 29 anos; 47% entre 30 e 73 anos; 76,6% cursaram o médio integrado e subsequente; 8,5% EJA/EPT e 14,9% o ensino superior. Deste modo, nota-se que o perfil dos egressos participantes, na sua maioria, são sujeitos que se identificaram como do gênero feminino, autodeclaradas brancas, com idade entre 19 e 29 anos, que cursam o Ensino Médio, na forma integrado e subsequente.

Da identificação quanto à categoria de ingresso (cotas) dos estudantes egressos, tem-se, no quadro 10, a seguinte constatação:

**Quadro 10 - Perfil dos Egressos e categoria de ingresso (cotas)**

<b>Cota</b>	<b>Quantidade</b>
<b>AC</b> - Ampla Concorrência (Editais do Núcleo de Concursos da UFPR).	10
<b>C2</b> - Vagas reservadas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e que tenham cursado integralmente, em escola pública, o Ensino Fundamental.	02
<b>C4</b> - Vagas reservadas para candidatos, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita e que tenham cursado integralmente, em escola pública, o Ensino Fundamental.	06
<b>C6</b> - Vagas reservadas para candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo per capita e que tenham cursado integralmente em escola pública o Ensino Fundamental.	01
<b>C8</b> - Vagas reservadas para candidatos que, independentemente da renda familiar, tenham cursado integralmente, em escola pública, o Ensino Fundamental.	08
<b>C9</b> - Vagas reservadas para candidatos autodeclarados pretos ou pardos.	02
<b>C12</b> - Ampla Concorrência (Editais da FUNTEF/ UTFPR).	11
Sorteio Público (Editais da EJA/EPT e Chamadas Complementares/Cerâmica).	7

**Fonte: Autoria própria com base em dados da SECAC e fichas individuais de matrículas (2025).**

Observa-se que o perfil dos egressos, quanto à categoria de ingresso no IFPR é: 21 (vinte e um) são da categoria de ingresso “ampla concorrência”, 19 (dezenove) são de cotas “escola pública, renda, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas” e 07 (sete) ingressaram por sorteio público de vagas.

Em relação aos cursos concluídos pelos egressos participantes da pesquisa, conforme demonstra a tabela 20, verifica-se: 04 do Curso Técnico em Administração, modalidade de Jovens e Adultos; 08 do Curso Técnico em Administração na forma subsequente; 07 do Curso Técnico em Automação Industrial integrado ao Ensino Médio; 05 do Curso Técnico em Cerâmica subsequente; 11 do Curso Técnico em

Eletromecânica integrado ao Ensino Médio; 03 do Curso Técnico em Eletrotécnica na forma subsequente; 01 do Curso Técnico em Mecânica integrado ao Ensino Médio; 01 do Curso Técnico em Mecânica na forma subsequente; 01 do Curso de Licenciatura em Matemática; 01 do Curso de Tecnologia em Agroecologia; e 05 do Curso de Tecnologia em Processos Gerenciais.

**Tabela 20 - Perfil Egressos: cursos concluídos no IFPR/Campus Campo Largo**

Curso	Eixo Tecnológico	Nº de Egressos	Percentual
Administração /EJA-EPT	Gestão e Negócios	4	8,5%
Administração - SUBS	Gestão e Negócios	8	17%
Automação Industrial - EMI	Controle e Processos Industriais	7	15%
Cerâmica - SUBS	Produção Industrial	5	10,6%
Eletromecânica - EMI	Controle e Processos Industriais	11	23,4%
Eletrotécnica - SUBS	Controle e Processos Industriais	3	6,5%
Mecânica - EMI	Controle e Processos Industriais	1	2,1%
Mecânica - SUBS	Controle e Processos Industriais	1	2,1%
Licenciatura em Matemática	Não se aplica	1	2,1%
Tecnólogo em Agroecologia	Recursos Naturais	1	2,1%
Tecnólogo em Processos Gerenciais	Gestão e Negócios	5	10,6%
<b>TOTAL</b>		<b>47</b>	<b>100%</b>

**Fonte: Autoria própria (2024).**

Do exame dos cursos com maior representatividade na pesquisa, na conversão desses números para percentuais, o resultado corresponde a: 23,4% do Curso Técnico em Eletromecânica integrado ao Ensino Médio; 17% do Curso Técnico em Administração na forma subsequente e 15% do Curso Técnico em Automação Industrial integrado ao Ensino Médio. Já, considerando o Eixo Tecnológico, a representação na pesquisa corresponde a: 49,1% do Eixo Controle e Processos Industriais; 36,1% de Gestão e

Negócios; 10,5% de Produção Industrial; 2,1% de Recursos Naturais e 2,1% não se aplica (Licenciatura em Matemática).

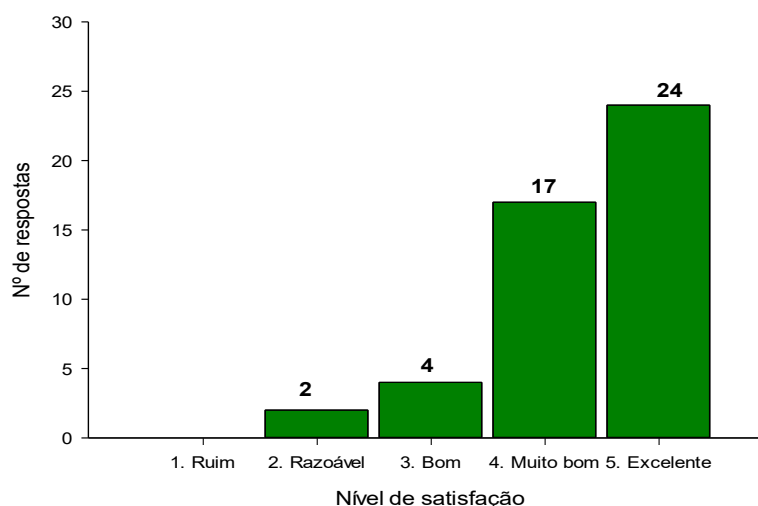
Da síntese das tabelas 19 e 20, e quadro 10, o perfil da maioria dos egressos retrata: gênero feminino, autodeclaradas brancas, com idade entre 19 e 29 anos, ingressantes pela categoria “ampla concorrência” e concluintes de cursos relacionados ao Eixo Controle e Processos Industriais.

### 6.3 Resultados do questionário individual

Na sequência, a sistematização dos resultados do questionário individual (Apêndice B), entregue aos egressos de forma impressa. No início da atividade, eles preencheram as perguntas relativas ao perfil do egresso e, na sequência, passaram a responder às 9 (nove) perguntas (parâmetros avaliados), considerando o seu grau de satisfação, sendo: 1 Ruim; 2 Razoável; 3 Bom; 4 Muito bom e 5 Excelente, as quais serão descritas e comentadas na sequência, uma a uma.

Ao serem questionados se o curso concluído no IFPR/CL atendeu aos objetivos esperados quanto à formação técnica, científica e tecnológica, o resultado foi: 24 “excelente”; 17 “muito bom”; 4 “bom” e 2 “razoável”. Observa-se uma prevalência nos resultados “excelente” e “muito bom” (41 respostas), o que corresponde a 87,2% dos respondentes. O nível de satisfação “bom” ficou em 8,5% e “razoável”, 4,3% (Figura 13).

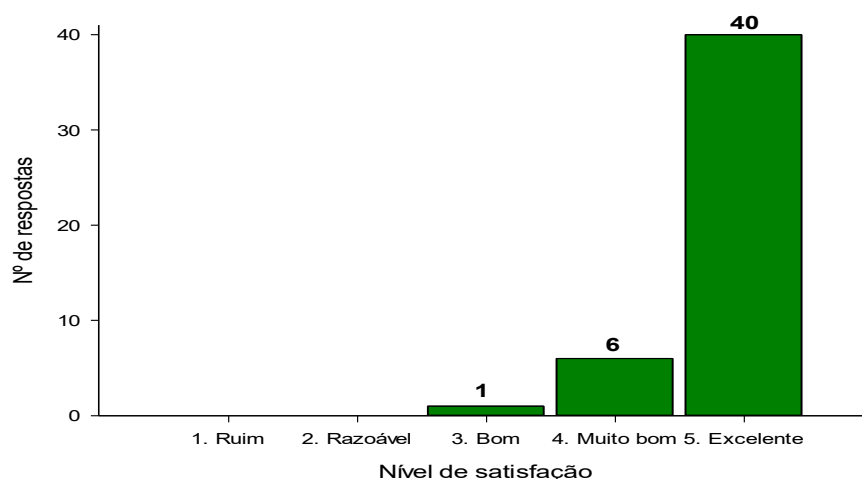
**Figura 13 - O curso concluído no IFPR/CL atendeu aos objetivos esperados quanto à formação técnica, científica e tecnológica?**



Fonte: Autoria própria (2025).

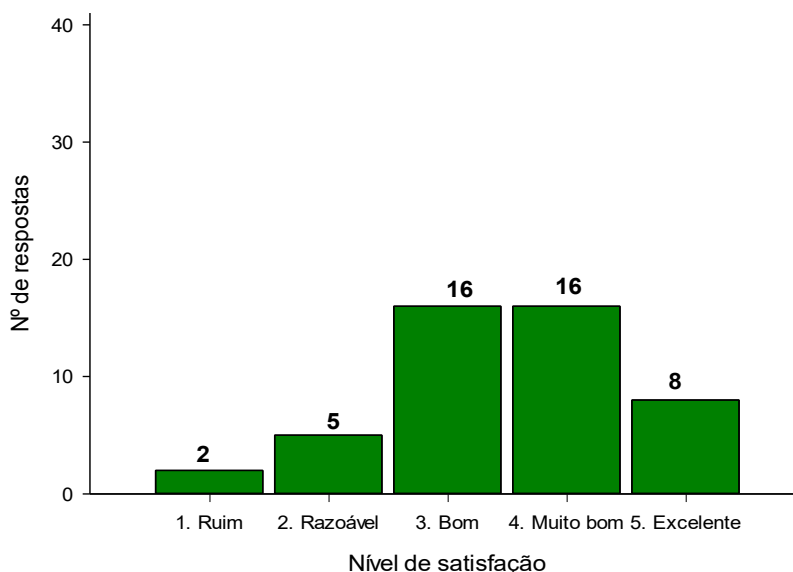
No questionamento se o curso, além das bases técnicas, científicas e tecnológicas, viabilizou aprendizagens para sua formação humana, pensamento crítico, autonomia e criatividade, o resultado foi: 40 “excelente”, 6 “muito bom” e 1 “bom”. Novamente denota-se uma prevalência nos resultados “excelente” e “muito bom” (46 respostas), o que corresponde a 97,9% dos respondentes. O nível de satisfação “bom” ficou em 2,1%. Nenhum dos egressos considerou as aprendizagens relacionadas à formação humana, o pensamento crítico, a autonomia e a criatividade, como “razoável” ou “ruim” (Figura 14).

**Figura 14 - Além das bases técnicas, científicas e tecnológicas, o curso viabilizou aprendizagens para sua formação humana, pensamento crítico, autonomia e criatividade?**



**Fonte: Autoria própria (2025).**

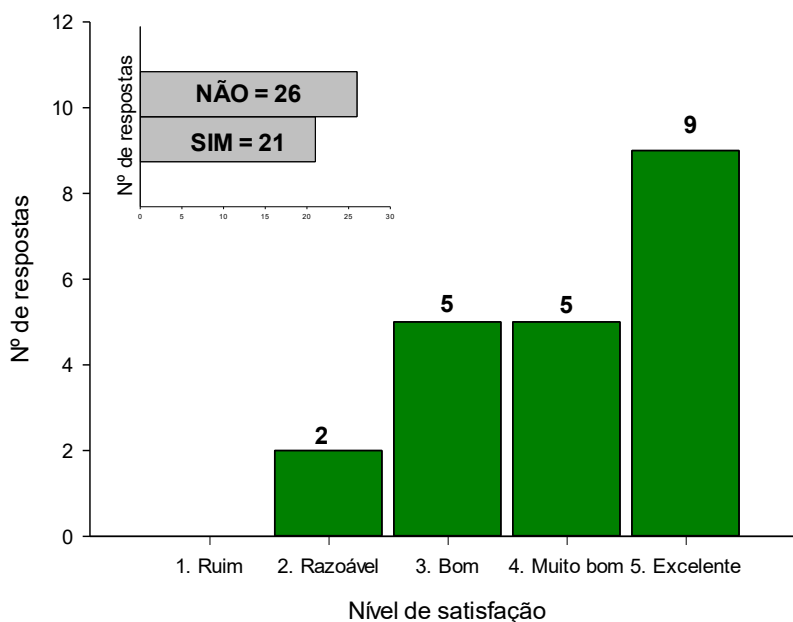
Na pergunta 3, em que grau você se considera apto a atuar na área de formação ofertada no IFPR/CL?, o resultado foi: 8 “excelente”, 16 “muito bom”, 16 “bom”, 5 “razoável” e 1 “ruim”. Nesta questão observa-se uma divisão quanto ao grau de compreensão em relação à formação técnica ofertada. Há uma prevalência para os resultados “excelente” e “muito bom” (24 respondentes); enquanto que “bom” 16 respondentes; e “razoável” e “ruim” somam 7 respostas. Isso implica dizer que 51,06% dos egressos se consideram “excelentes” ou “muito bons” para atuar na formação técnica recebida; 34,04% se consideram “bons”; enquanto 14,9% se consideram “razoáveis” ou “ruins” (Figura 15).

**Figura 15 - Em que grau você se considera apto a atuar na área de formação ofertada no IFPR/CL?**

**Fonte: Autoria própria (2025).**

A questão 4 indagou se, durante o curso, surgiram oportunidades de estágio, trabalho ou emprego na área de formação. A maioria dos respondentes, 26, o que representa 55,3%, respondeu que não. Enquanto 21 dos egressos, percentual de 44,7%, respondeu que surgiram oportunidades, durante o curso, de estágio, trabalho ou emprego na área de formação. Essa oportunidade foi avaliada pela maioria (14 egressos), como “excelente” ou “muito boa”, representando 66,68%. Já 5 respondentes consideraram a oportunidade “boa”, o equivalente a 23,80% e 2 “razoável”, o que representa 9,52% (Figura 16).

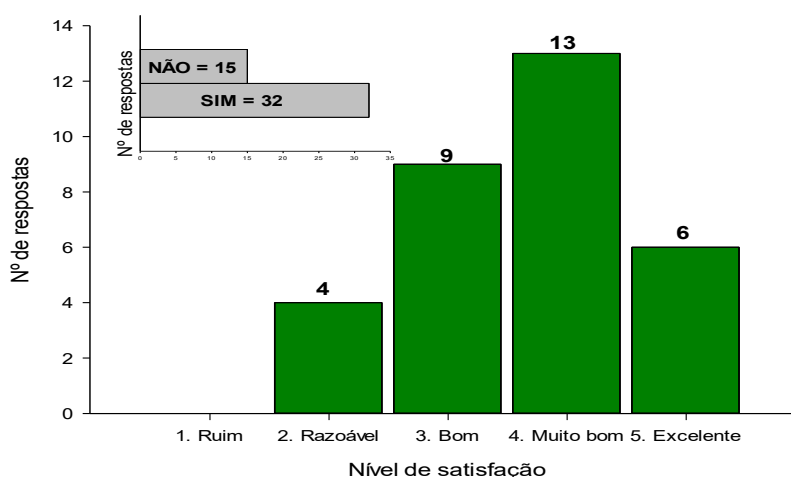
**Figura 16 - Durante o curso, surgiram oportunidades de estágio, trabalho ou emprego na área de formação? ( ) Sim ( ) Não - Como você considera essa oportunidade?**



**Fonte: Autoria própria (2025).**

A pergunta 5 buscou saber se, com a conclusão do Curso, surgiram novas oportunidades de trabalho ou emprego na área de formação. A maioria dos respondentes (32), o que corresponde a 68,09%, respondeu que sim. Já 15 egressos responderam que não, representando 31,91%. Essa oportunidade foi avaliada pela maioria dos egressos (19) como “excelente” ou “muito boa”, o que representa 59,37%; 9 respondentes avaliaram como “boa”, representando 28,13% e 4 egressos consideraram “razoável”, o equivalente a 12,5% (Figura 17).

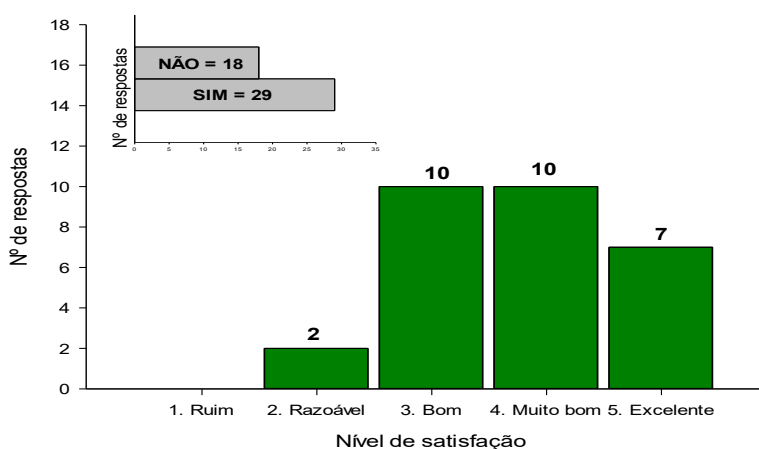
**Figura 17 - Com a conclusão do curso, surgiram novas oportunidades de trabalho ou emprego na área de formação? ( ) Sim ( ) Não - Como você considera essa oportunidade?**



Fonte: Autoria própria (2025).

A indagação 6 buscou saber dos egressos se, diante da conclusão do Curso, sua renda financeira aumentou. A maioria dos respondentes (29), o que corresponde a 61,70%, respondeu que “sim”. Já 18 egressos responderam que “não”, representando 38,30%. Esse aumento de renda foi considerado “excelente” ou “muito bom” por 17 respondentes, o que equivale a 58,62%; a renda foi considerada “boa” por 10, representando 34,48% e aumento de renda razoável por 2 egressos, o que significa 6,9% (Figura 18).

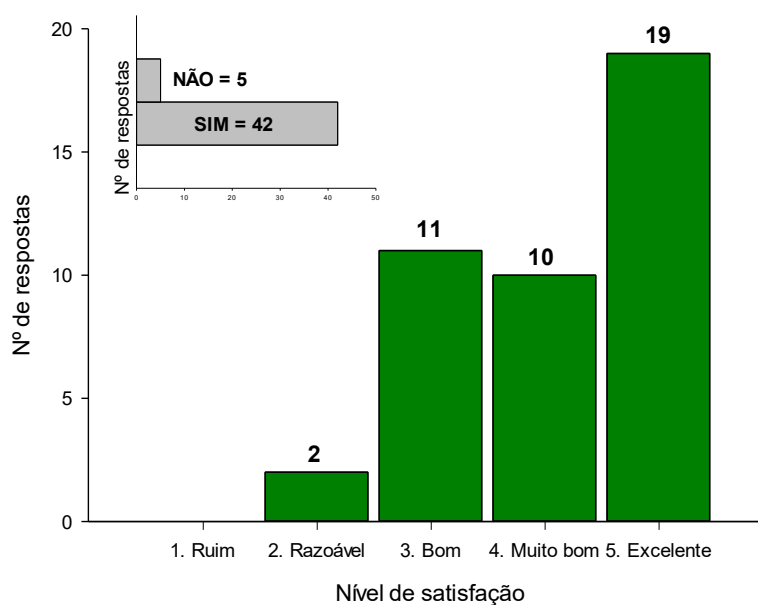
**Figura 18 - Diante da conclusão do curso, sua renda financeira aumentou? ( ) Sim ( ) Não - Como você considera esse aumento de renda?**



Fonte: Autoria própria (2025).

O questionamento da pergunta 7 procurou identificar se houve, com a conclusão do curso, melhoria na qualidade de vida. A maioria dos respondentes, total de 42, respondeu que “sim”, representando 89,4%; enquanto 5 responderam que “não”, o equivalente a 10,6%. Dos que apontaram uma melhoria na qualidade de vida, 29 classificaram como “excelente” ou “muito bom”, o equivalente a 69%; 11 como “bom”, o que representa 26,2%, e 2 como “razoável”, ou seja, 4,8% (Figura 19).

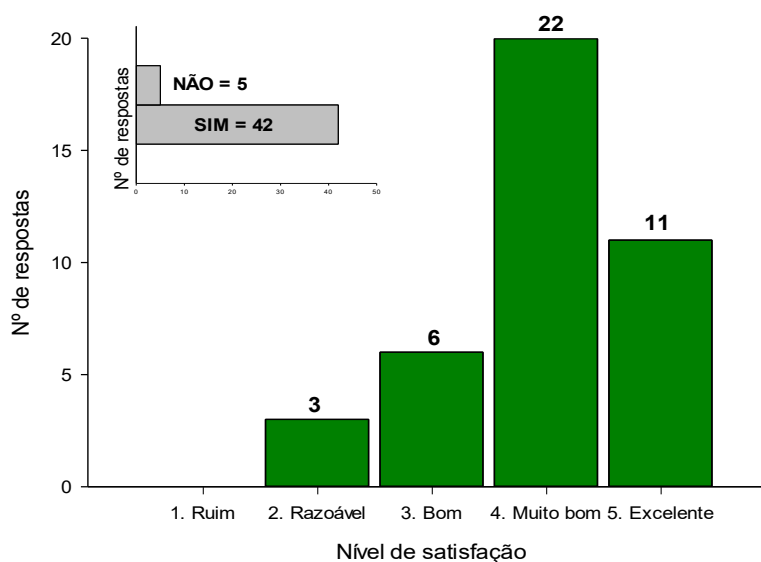
**Figura 19 - A sua qualidade de vida melhorou com a conclusão do curso? ( ) Sim ( ) Não - Como você considera essa melhoria na qualidade de vida?**



**Fonte: Autoria própria (2025).**

Na questão 8, a arguição foi no sentido de saber se no dia-a-dia de trabalho/emprego, o egresso utiliza as aprendizagens técnicas, científicas e tecnológicas desenvolvidas no Curso concluído. Outra vez, a maioria dos respondentes, total de 42, respondeu que “sim”, representando 89,4%; enquanto 5 respondeu que “não”, o equivalente a 10,6%. Ao responderem em que grau utilizam essas aprendizagens: 33 assinalaram como “excelente” ou “muito bom”, o que equivale a 78,6%; 6 egressos apontaram como “bom”, o que corresponde a 14,3%, e 3 como “razoável”, ou seja, 7,1% (Figura 20).

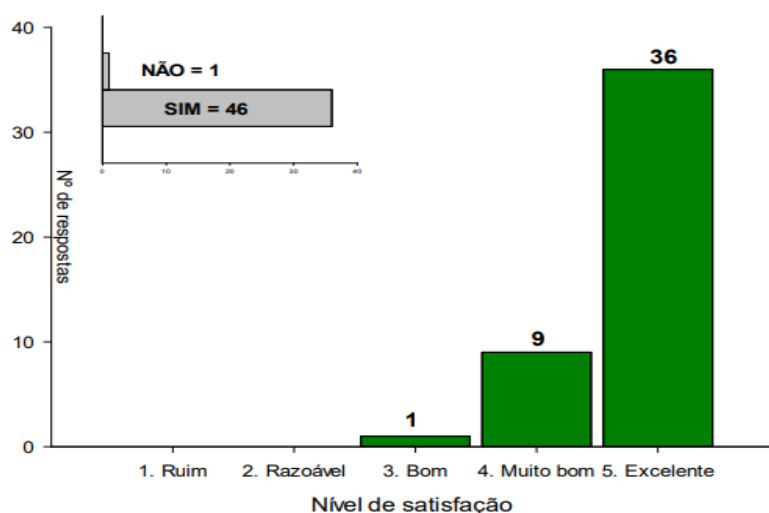
**Figura 20 - No seu dia-a-dia de trabalho/emprego, você utiliza aprendizagens técnicas, científicas e tecnológicas desenvolvidas no curso concluído? ( ) Sim ( ) Não - Em que grau?**



**Fonte: Autoria própria (2025).**

A interrogação de número 9 buscou a informação se, nos diálogos, individuais e de equipe, realizados no seu ambiente profissional, o egresso relata que sua formação escolar foi realizada no IFPR/CL. Com exceção de 1 respondente, os demais (46), responderam que sim, isto é, 97,9%. Já quanto ao grau de recomendação dos cursos do IFPR/CL o resultado foi o seguinte: 45 responderam “excelente” e “muito bom”, o que representa 97,8% e 1 respondeu “bom”, que equivale a 2,2% (Figura 21).

**Figura 21 - Nos diálogos, individuais e de equipe, realizados no seu ambiente profissional, você relata que sua formação escolar foi realizada no IFPR/CL? ( ) Sim ( ) Não - Qual é o seu grau de recomendação dos cursos do IFPR/CL?**



**Fonte: Autoria própria (2025).**

### 6.3.1 Conclusões do questionário individual

- i)** atendimentos aos objetivos da formação técnica, científica e tecnológica: 87% dos respondentes consideram como excelente e muito bom; o nível de satisfação “bom” ficou 8,5% e “razoável” 4,3%;
- ii)** viabilização de aprendizagens para sua formação humana, pensamento crítico, autonomia e criatividade: 97,9% dos respondentes consideraram excelente e muito bom; o nível de satisfação “bom” ficou em 2,1%;
- iii)** aptidão para atuar na formação técnica recebida: 51,06% dos egressos se consideram excelentes ou muito bons; 34,04% se consideram bons; enquanto 14,9% se consideram razoáveis ou ruins;
- iv)** oportunidades de estágio, trabalho ou emprego na área de formação, durante o curso: 55,3% respondeu que “não” e 44,7% respondeu que “sim”. Dos egressos que se valeram dessa oportunidade, 66,68% avaliaram como “excelente” ou “muito boa”; enquanto 23,80% consideraram a oportunidade “boa” e 9,52% “razoável”;
- v)** novas oportunidades de trabalho ou emprego na área de formação com a conclusão do curso: 68,09% respondeu que “sim” e 31,91% “não”. Dos respondentes que conseguiram novas oportunidades, 59,37% avaliaram como “excelente” ou “muito boa”; já 28,13% avaliaram como “boa”, e 12,5% consideraram “razoável”;
- vi)** aumento de renda diante da conclusão do curso: 61,70% respondeu que “sim” e 38,30% respondeu que “não”. Dos egressos que tiveram aumento de renda, 58,62% considerou o aumento “excelente” ou “muito bom”; 34,48% considerou “boa”; e, para 6,9% o aumento de renda foi razoável;
- vii)** melhoria da qualidade de vida com a conclusão do curso: 89,4% respondeu que “sim” e 10,6% respondeu que “não”. Dos que apontaram uma melhoria na qualidade de vida, 69% classificou como “excelente” ou “muito bom”; 26,2% como “bom” e 4,8% como “razoável”;
- viii)** utilização no dia-a-dia de trabalho/emprego das aprendizagens técnicas, científicas e tecnológicas desenvolvidas no curso concluído: 89,4% respondeu

que “sim” e 10,6% respondeu que “não”. Ao classificarem o grau de utilização dessas aprendizagens, a resposta foi: 78,6% como “excelente” ou “muito bom”; 14,3% como “bom” e 7,1% como “razoável”;

ix) relato de que sua formação escolar foi realizada no IFPR/CL: 97,9% responderam que “sim”. Ao recomendar os cursos do IFPR/CL, 97,8% dos egressos aduzem que os cursos são “excelente” e “muito bom”; e 2,2% que é “bom”.

A seguir, a tabela 21 expressa uma síntese dos parâmetros avaliados e dos resultados coletados:

**Tabela 21 - Síntese dos parâmetros avaliados pelos egressos e resultados**

Parâmetros avaliados	S	N	1	2	3	4	5
1. Formação técnica, científica e tecnológica			-	4,3%	8,5%		87%
2. Aprendizagens para sua formação humana, pensamento crítico, autonomia e criatividade			-	-	2,1%		97,9%
3. Aptidão para atuar na formação técnica			14,9%		34,04%		51,05%
4. Estágio, trabalho ou emprego na área de formação, durante o curso	44,7%	55,3%	-	9,52%	23,80%		66,68%
5. Oportunidades de trabalho ou emprego na área de formação/conclusão do Curso	68,09	31,91%	-	12,5%	28,13%		59,37%
6. Aumento de renda/ conclusão do Curso	61,70%	38,30%	-	6,9%	34,48%		58,62%
7. Melhoria da qualidade de vida/ conclusão do curso	89,4%	10,6%	-	4,8%	26,2%		69%
8. Utilização no dia-a-dia de trabalho/emprego das aprendizagens	89,4%	10,6%	-	7,1%	14,3%		78,6%
9. Relato/formação e recomendação/ IFPR	97,9%	2,1%	-	-	2,2%		97,8%

Legenda: S= Sim; N= Não; 1= Ruim; 2= Razoável; 3= Bom; 4= Muito bom e 5= Excelente

**Fonte: Autoria própria (2025).**

Os níveis de satisfação 5 (excelente) e 4 (muito bom) são considerados altos. O nível 3 (bom) como mediano e os níveis 1 (ruim) e 2 (razoável) como baixos. Ainda, as respostas “Não”, nas questões 4 a 9, também demandam um olhar cuidadoso na interpretação dos resultados.

Da análise dos resultados sistematizados, é possível afirmar que existem fragilidades que merecem atenção dos gestores, como o nível de satisfação dos egressos quanto à aptidão para atuar na formação técnica, bem como no surgimento de oportunidades de estágio, trabalho ou emprego na área de formação, durante o período do curso.

Ainda, é possível apontar que os egressos reconhecem a qualidade da formação técnica, científica e tecnológica recebida na instituição, porém não se consideram aptos e seguros para atuar na área de formação. Além disso, o grau de satisfação é mediano quando se trata de oportunidades de trabalho ou emprego, na área de formação, com a conclusão do curso, bem como em relação ao aumento de renda após o término da escolarização.

Já os parâmetros com alto grau de satisfação, segundo a avaliação dos egressos, são: a formação técnica, científica e tecnológica; as aprendizagens para formação humana, pensamento crítico, autonomia e criatividade (parâmetro melhor avaliado pelos egressos); aumento da qualidade de vida; utilização no dia-a-dia de trabalho/emprego das aprendizagens (estes dois obtiveram a segunda maior avaliação); divulgação da formação no IFPR e recomendação dos cursos ofertados pela instituição.

Diante dos dados coletadas com os egressos, foi possível responder a 9 (nove) indicadores, no Modelo de Análise de política pública proposto nesta pesquisa (Quadro 11):

**Quadro 11 - Indicadores e resultados, extraídos do Capítulo 6**

Indicadores	Resultados	Conceitos
3.6 Egressos e atendimento dos objetivos da formação;	87,2% dos respondentes consideram como excelente e muito bom o atendimento aos objetivos da formação técnica, científica e tecnológica;	5
3.7 Egressos e aprendizagens para a formação humana;	97,9% dos respondentes consideraram excelente e muito bom a viabilização de aprendizagens para sua formação humana, pensamento crítico, autonomia e criatividade;	5
3.8 Egressos e aptidão para atuar na área de formação;	51,06% dos egressos se consideram excelentes ou muito bons aptidão para atuar na formação técnica recebida;	2
3.9 Egressos e oportunidades de estágio, trabalho ou emprego na área durante o curso;	44,7% dos egressos respondeu que tiveram oportunidades de estágio, trabalho ou emprego na área de formação, durante o curso;	1
3.10 Egressos, conclusão do curso e oportunidades de trabalho e emprego na área;	68,09% dos egressos responderam que surgiram novas oportunidades de trabalho ou emprego na área de formação com a conclusão do curso;	3
3.11 Egressos, conclusão do curso e aumento de renda financeira	61,70% dos egressos responderam que houve aumento de renda diante da conclusão do curso;	3
3.12 Egressos e melhoria da qualidade de vida	89,4% dos egressos responderam que houve uma melhoria da qualidade de vida com a conclusão do curso;	5
3.13 Egressos e utilização das aprendizagens desenvolvidas no curso no dia-a-dia;	89,4% dos egressos responderam que utilizam no dia-a-dia de trabalho/emprego as aprendizagens técnicas, científicas e tecnológicas desenvolvidas no curso concluído;	5

Indicadores	Resultados	Conceitos
3.14 Egressos e grau de recomendação do curso/instituição.	97,9% dos egressos responderam que relatam que formação escolar foi realizada no IFPR/CL e destes 97,8% recomendam a instituição e os cursos;	5

Fonte: Autoria própria (2025).

## 6.4 Resultados dos pontos positivos e negativos apontados pelos Egressos

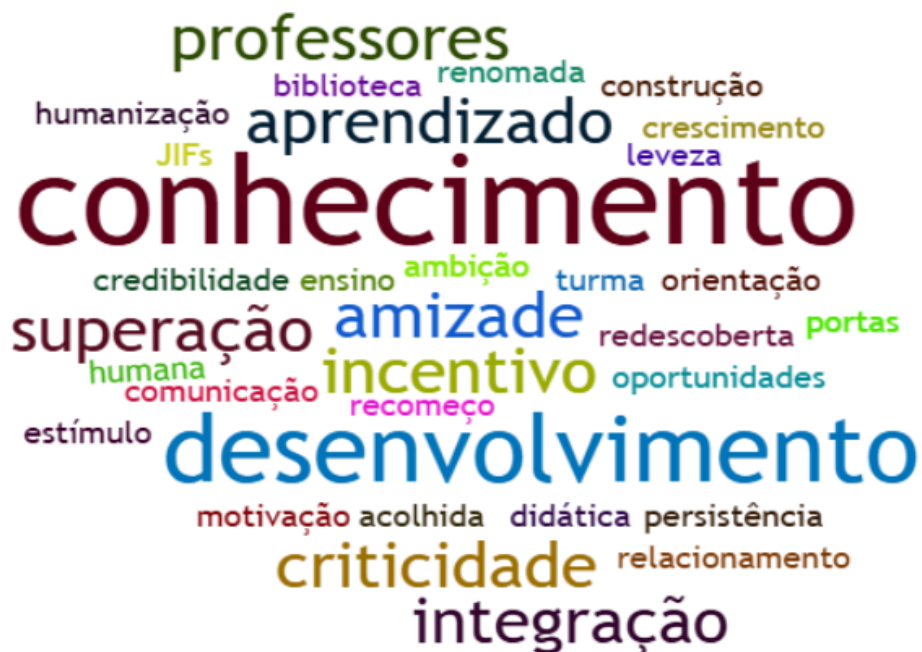
### 6.4.1 Resultados dos pontos positivos

Cada participante foi convidado a registrar no *postite* verde uma palavra que representasse um fato positivo (se houvesse), que tenha marcado o seu período de escolarização no IFPR/Campus Campo Largo e no *postite* laranja um fato negativo (se houvesse), conforme descritivo do Apêndice C. Ato contínuo, os participantes foram chamados para, querendo, compartilharem, por meio da expressão verbal, fatos positivos e fatos negativos com o grande grupo. O objetivo foi esclarecer e validar no discurso as palavras-chave registradas.

Os fatos positivos apontados pelos egressos foram: “amizade; ambição; incentivo; conhecimento; ensino; recomeço; desenvolvimento; superação; turma; redescoberta; desenvolvimento; comunicação; aprendizado; oportunidades; credibilidade; orientação; acolhida; criticidade; didática; leveza; superação; motivação; biblioteca; renomada; professores; crescimento; JIFs; amizade; conhecimento; persistência; construção; integração; portas; humanização; criticidade; conhecimento; incentivo; desenvolvimento; relacionamento; integração; estímulo; professores; aprendizado; humana; conhecimento”.

As palavras mais recorrentes: conhecimento (4); desenvolvimento (3); amizade (2); aprendizado (2); incentivo (2); superação (2); criticidade (2); integração (2); professores (2). Algumas palavras registradas pelos egressos podem ser consideradas compreensões correlatas, como, por exemplo, ensino e aprendizado estão associadas a conhecimento. Enquanto oportunidade, recomeço, motivação, crescimento, portas, persistência, estímulo estão relacionadas a desenvolvimento. Essa análise confirma que, para os egressos, os pontos positivos que mais marcaram o período de escolarização no IFPR/Campus Campo Largo foram “conhecimento” e “desenvolvimento” e seus sentidos correspondentes (Figura 22).

Figura 22 - Representação gráfica dos pontos positivos



Fonte: Autoria própria (2025).

No espaço destinado à expressão verbal, os egressos de modo voluntário passaram a compartilhar coletivamente as razões por trás das palavras registradas, isto é, a validar no discurso as expressões registradas em papel. Em face da preservação de anonimato dos participantes da dinâmica, foram mantidos o sigilo e a preservação da identidade, de acordo com o contido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Como algumas narrativas foram extensas e, ainda, passíveis de identificação, segue uma síntese das ponderações expressadas pelos egressos que deliberaram por comentar as palavras registradas para significar e dar sentido aos pontos positivos (Quadro 12).

Quadro 12 - Palavras e narrativas dos pontos positivos

Palavras	Narrativas
Professores	Sempre tive o incentivo dos professores para estudar.
Oportunidades	Eu gostava de participar dos projetos: robótica e jogos matemáticos.
Conhecimento	Sempre é bom adquirir mais conhecimento, fazer melhor. Foi bem desafiador, a turma era pequena, mas formei amizades sólidas. O IFPR me deu a oportunidade que não tive na adolescência; se eu tivesse que pagar o curso, não faria, pois, a prioridade eram os filhos. Foi uma oportunidade que vou levar para a vida; valeu muito! Virou uma página na minha vida. Gerou mais sentido à vida!
Conhecimento	Fiz dois Cursos no IFPR (técnico e superior). Minha trajetória profissional está totalmente relacionada ao IFPR. Mesmo jovem, entendo que já estou ganhando

Palavras	Narrativas
	<p>muito bem! Todo aprendizado que obtive no IFPR (apresentações de trabalhos, seminários, oratória – desenvolvi essa habilidade e hoje isso é um dos meus pontos fortes) tem feito a diferença na minha carreira, salário e qualidade de vida. Sou outra pessoa desde que ingressei no IFPR.</p>
Superação	<p>Colocar no currículo que é formado no IFPR faz toda diferença, pois parece que gera mais confiança para as empresas. Não tenho o que reclamar dos professores; pensei em desistir os 4 anos do curso (chorava todo dia); professores e Equipe Multidisciplinar, ninguém me deixou desistir. Só consegui me formar, porque os professores estavam comigo. Entrei muito nova no campus e saí outra pessoa; é um lugar que sinto vontade de voltar para visitar, por ter marcado muito a minha vida; foram muitas experiências; sinto como se o IF fosse a minha casa; me sentia acolhida pelos professores (não pelos colegas); me sentia acolhida pelo ambiente.</p>
Ensino	<p>Qualidade do Ensino do IF: sinto lá fora uma diferença muito grande. Atualmente, faço Ciências Contábeis em uma universidade particular e não tem comparação com o que se aprende aqui no público. Cheguei uma pessoa no IFPR e saí outra, completamente diferente. O conhecimento transforma (uma das frases que mais me toca), tanto no profissional como no pessoal. Além do profissional ter mudado totalmente, o pessoal também mudou. Atualmente, sou gerente administrativa financeira. Quando mudei de Empresa não tive dificuldade para encontrar outro trabalho por conta do meu currículo. Ter o IFPR no currículo tem outro peso, bem como pelo desenvolvimento. O aluno se desenvolveu muito aqui, isso transborda e as pessoas sentem essa diferença.</p>
Desenvolvimento	<p>Entendo que o grupo é privilegiado, diante da estrutura disponibilizada e qualificação da mão de obra. Muitos estudantes da minha turma se desenvolveram muito (chegaram aqui sem conseguir se expressar). O corpo docente é fantástico! Fiz um Curso Superior em outra instituição e considero que o curso feito aqui foi muito mais rico do que o curso que paguei lá fora. Em 8 anos, olha como esse campus se desenvolveu! Tivemos os contratemplos, pandemia e greve, foi difícil para todos. De uma forma macro, nem todos os municípios têm essa oportunidade, com essa estrutura e nível dos professores. A educação foi uma virada de página na minha vida.</p>
Acolhida	<p>Primeiro, que realizei um grande sonho que era passar no CEFET. Antes de entrar aqui fiz faculdade e pós-graduação (mestrado). Estava com depressão e tive o acolhimento da turma, dos professores e da Coordenação. Não tenho como mensurar o acolhimento recebido, somente coisas boas para recordar. Aqui foi o melhor lugar, de todos os lugares em que já estudei; aqui foi o lugar que mais me senti humana e importante, porque os professores estavam próximos (professores atendiam/tutoria fora do horário); melhor lugar que poderia estar. Também quero ser professora do IFPR.</p>
Críticidade	<p>Fiz o IFPR por causa do Ensino Médio (foi obrigado), mas aprendi muito aqui, principalmente, a ser crítico nas coisas que acontecem (não concordar - é assim mesmo). Conversei com um amigo de quão diferente a gente é, em relação às pessoas que estudaram em outras escolas. A forma como aprendi a ver o mundo por aqui é diferente, dá para aprender e questionar qualquer coisa. Cansei de fazer provas (aqui e na faculdade atual) explorando outros caminhos, outras formas de pensar, fazer outras conexões. Foi muito mais sobre aprender a pensar, pesquisar e a entender como as coisas funcionam do que aprender como deve ser feito (pegar uma fórmula e aplicar). Foi como chegar a essa fórmula, porque ela existe, o que ela significa, aonde ela chega e, ainda, ela não é o único jeito de chegar lá. Mesmo sendo matérias exatas, sempre há algo novo para aprender e explorar. Há sempre métodos diferentes de chegar a respostas de uma pergunta.</p>
Credibilidade	<p>Credibilidade em sentido amplo e geral. Credibilidade da instituição e o que ela trouxe para o meu currículo; estrutura e equipe que faz parte dela. Conheci o campus quando fiz um curso do Pronatec; era a única menina da turma de</p>

Palavras	Narrativas
	Eletrotécnica. Conquistei a confiança de professores e colegas. Tinha um sentimento de insegurança, diante da forma como o Instituto se coloca para a sociedade. É uma instituição valiosa. Quiçá poder retornar a estudar no campus ou, quem sabe, ter uma empresa que possa angariar esse público que se forma no IF.
JIFs	Particpei dos JIFs, e isso foi bem positivo. A base do Ensino Médio prepara muito e faz você querer buscar mais conhecimento, abrindo um leque de possibilidades. Fiz Ciências Contábeis na Universidade Positivo, inclusive, com a oportunidade de intercâmbio.
Esporte	No 4º ano participei do torneio intercampi e isso foi um ponto positivo, pois fiz novas amizades.
Desenvolvimento	Quando cheguei no IFPR, fazia 24 anos que não estudava. No início pensei em pedir a devolução do dinheiro do PSS, pois eu não entendi nada. Entrei aqui me sentindo muito pequena e achava que não iria conseguir. Um dia quero que todas as escolas sejam como o IFPR. Na turma de mecânica, eram duas mulheres e aos poucos fui me adaptando (só queria ficar na biblioteca e nos laboratórios em razão da qualidade). O IFPR é viciante! Fui incentivada pelos professores a fazer Processos Gerenciais, curso que estou terminando e já estou pensando como será a vida sem o IF. O IF ensina a ver mundo diferente, aumenta os horizontes. É uma viagem sem volta esse lugar. Abre a mente das pessoas, tanto no pessoal como no profissional. É um ensino de qualidade.
Orientação	Hoje, quando entrei no campus, senti vontade de chorar, porque foram os melhores anos da minha vida. Me sinto muito privilegiada de ter estudado aqui. É incomparável a estrutura daqui com outros colégios. Os banheiros limpinhos e cheirosos (tenho saudade do cheiro e dos espelhos). Tenho saudade também das monitorias e dos atendimentos (não tem isso nos outros colégios). Os professores ficam à disposição. A estrutura dos laboratórios é incomparável. Me recordo também da prepotência de alguns professores doutores, mas isso tem em todos os lugares! Iniciei Pedagogia na UFPR, mas, não me adaptei. A qualidade de lá é muito inferior à daqui e o ensino não é o mesmo.
Conhecimento	Quando comecei a estudar Direito do Trabalho surgiu um leque de possibilidades. Aprendi muita coisa que não imaginava, obtive conhecimento. Expandiu mais a minha mente e a imaginação.
Leveza	Eu me sentia muito bem no campus. Aqui o ambiente é mais leve (mais do que na faculdade). A grade horária é pesada, mas a leveza de estar aqui, neste espaço, me ajudou bastante.
Conhecimento	Fiz o Técnico em Administração em 2016 (2ª turma). Comecei a estudar por conta do emprego, pois eu não tinha conhecimento formal na área administrativa, eu não sabia sequer fazer planilhas, mesmo atuando há 15 anos na mesma empresa. Conforme eu ia evoluindo no curso e aplicando os conhecimentos, o empregador aumentava o meu salário. O IFPR trouxe muito conhecimento (parece coisas pequenas, mas para mim fez muita diferença). Casei-me, meu marido não gostava que eu estudava, então me separei e voltei a estudar. Hoje estou concluindo o Curso de Processos Gerenciais. Essa evolução continua. Hoje respondo, junto com o meu chefe, pela administração da Empresa. Também consigo aplicar na Empresa os conhecimentos na área do direito trabalhista.
Professores	Foi no Curso Técnico em Administração que descobri o que queria seguir. Se hoje sou formada em direito, tem muito a colaboração da professora da área. Sou servidora pública do município de Araucária e só passei no concurso em razão do Curso Técnico em Administração.
Aprendizado	O IFPR me proporcionou um aprendizado em todas as áreas da vida. Quando entrei aqui, não sabia quem eu era e o que queria fazer. Foi no Curso de Eletromecânica que descobri que queria fazer Engenharia Elétrica. Fui bolsista de projetos de iniciação científica e tive muitas oportunidades. Fui para Foz do Iguaçu participar de uma feira e participei de várias outras feiras apresentando trabalhos. Aqui

Palavras	Narrativas
	conheci meu namorado e fiz amizades sólidas. A vida profissional, amizades e namoro, fiz aqui dentro. O IF forma como pessoa e isso você leva para a vida. Voltar aqui é pura nostalgia. Fazer o Ensino Médio aqui, foi incrível! Ainda mantenho contato com alguns professores. Saí pronta para o vestibular. Em matemática não tive dificuldades. Quando cheguei na faculdade, não sofri, pois eu estava acostumada com esse ensino mais forte. Os amigos que não fizeram curso técnico sofreram. Na faculdade, eu tenho facilidade em várias disciplinas, principalmente nas técnicas e práticas, tanto que, diante da minha facilidade, meus colegas da sala me chamam de "IF".
Humana	O IFPR no currículo dá uma sinalização para o mercado de uma dedicação maior. Os requisitos técnicos não são tão abordados. No dilema, ensino técnico e formação humana, a formação humana é o ponto mais positivo. Vejo a necessidade de mais aulas práticas.
Turma	Fui muito bem acolhido pelos jovens (tenho mais de 60 anos), bem diferente da minha época. A turma tinha uma energia boa. Os professores, além da parte teórica, eram dedicados e acessíveis. Havia integração entre teoria e prática. Mudei até como pessoa (era meio durão), fiquei mais acessível com a família depois do curso.
Incentivo	Me fortaleci. A conclusão do Curso de Processos Gerenciais melhorou a minha autoestima, pois passei a acreditar que sou capaz. Hoje faço mestrado ouvindo textos indicados para estudo. Recebi muitos estímulos e incentivos dos professores para quebrar estigmas. A estratégia do mapa mental, utilizado por uma professora, foi muito importante para organizar a minha mente. Rompi com um casamento abusivo (27 anos). Hoje consigo sustentar três filhos e foi o IFPR que quebrou estigmas e abriu portas. Trabalho com jovens que participam de projetos de iniciação científica e acredito que posso mudar a vida das pessoas. Com ajuda do IFPR, a cada dia estou superando meus limites. Estabeleço metas contínuas no ano (a corrida tem me ensinado). O estabelecimento de metas me ajuda a pensar o processo e a organizar meus pensamentos. Na empresa que trabalho há plano de carreira. Estou com bolsa de estudos (Mestrado) e aproveitando as oportunidades, foi o que o IF me ensinou. Quero seguir estudando e ser professora.
Incentivo	Vim de escola de bairro, onde a infraestrutura era precária. Sou a primeira pessoa da família a cursar o Ensino Superior numa Federal, ainda mais na área da Engenharia (majoritariamente ocupada por homens). Quando decidi que queria Engenharia, me sentia incapaz e achava que não teria dinheiro para pagar cursinho. Ainda, eu tinha dúvidas se iria pertencer àquele lugar, tanto que tive várias crises existenciais. Aos poucos, comecei a me sentir pertencente ao lugar. Os professores do IF me incentivaram bastante e alguns me entregaram apostilas de cursinho; diziam: "você vai dar conta"; o canal professor e aluno no IF é bem aberto. Quando passei no vestibular, os professores ficaram felizes. Hoje estou aonde estou, porque tive o apoio da família, o esforço pessoal e o incentivo dos professores (do IFPR e de outros locais) para concluir o curso e passar no vestibular em Engenharia e numa Universidade Pública (UTFPR). Hoje faço estágio na Copel e a bagagem técnica pesa bastante no currículo. Estou no 5º período da Engenharia. Outras candidatas para a vaga de estágio estavam finalizando a Engenharia. Percebi a diferença por ter sido aluna do IF. Quando entrei na faculdade, percebi a diferença em relação aos outros estudantes. Aprendi bastante nos projetos de iniciação científica, como analisar dados, metodologia (área de humanas). Recentemente, elaborei um projeto (com a base que aprendi no IF) e este foi selecionado para Iniciação Científica na UTFPR.
Oportunidades	Tive muitas oportunidades no IF e participei de muitos projetos: dança, teatro, robótica, pesquisas. Isso é muito bom, em especial para quem veio de uma escola pública de bairro! Tive professores qualificados (tanto na área técnica como humana). Eles percebiam que nós também tínhamos problemas pessoais.

Palavras	Narrativas
Portas	O IF abriu muitas portas. Também me desvinculei de um relacionamento abusivo. Depois que terminei o técnico, comecei a fazer Processos Gerenciais, mas tive que trancar. Na época do técnico, surgiu oportunidade de estágio (indicação de uma professora). Se a pessoa quiser ela fica a vida inteira aqui no IF, fazendo cursos e cursos, pois ter o IFPR no currículo agrega muito.
Humanização	No Curso Técnico em Administração desenvolvi o pensamento crítico e passei a questionar. Um dos objetivos do IF, algum professor/a falou, era de que, quando formados, a gente deveria devolver para o mundo o que aprendeu aqui. Me desenvolvi para o mundo e para o aprendizado. O IF traz uma experiência diferente para cada um. Também rompi com um relacionamento abusivo (10 anos). Desenvolvi transtorno de ansiedade por conta de uma professora. Eu tinha crises de ansiedade (no banheiro) antes de entrar na sala de aula. Outros professores perceberam e me ajudavam. Mas, apesar desse fato, avalio que no IF tem humanização. Nos outros lugares, os professores não sabem nem o nome dos alunos. Aqui há uma preocupação dos motivos que levam o aluno a chegar atrasado; uma preocupação com o aluno/pessoa; um ensino humanizado. Quando terminei o curso técnico estabeleci uma meta de trabalhar de segunda a sexta. Agora, com a graduação, consegui um estágio e optei por qualidade de vida; muitos anos de comércio, mas sem experiência na área administrativa. Certa vez, voltei para casa com um carro de aplicativo e o motorista me perguntou o que funcionava neste prédio. Ele não sabia que eram ofertados cursos gratuitos. No início deste ano, por coincidência, peguei o mesmo carro/motorista. Ele perguntou se eu me recordava dele, no que eu disse que não. Ele relatou que se formou em cerâmica e seu filho está fazendo ensino médio no campus.
Reconstrução	Voltar à sala de aula foi uma reconstrução. A minha marca empresarial foi desenvolvida em sala de aula (disciplina de desenvolvimento de produto). Registrei a marca com os conhecimentos obtidos no curso. Fui convidada para trabalhar em fábricas. Aproveitei cada oportunidade. Um professor me ajudou a desenvolver o cartão de visita. Meu produto tem um preço (alguns consideram caro), mas conheço cada processo, calculo o valor dos insumos por semana. Participo de eventos, férias e minha marca também tem um cunho social (repasso a preço de custo para pessoas vulneráveis revenderem). O IF me reconstruiu. Hoje vou aonde o público está. A química está no processo de fabricação do meu produto. O que aprendi aqui uso todos os dias. Produzo o melhor produto do mundo. O sucesso da marca é feito pelas pessoas. Pretendo voltar a estudar e aprender a fazer meus cards. Compro, vendo e faço as negociações. O produto que desenvolvi é bom e as pessoas acreditam. Valeu muito o curso técnico que fiz, mais que um superior. A qualidade do ensino me reconstruiu como pessoa e hoje a minha empresa é o ar que respiro.

**Fonte: Autoria própria (2025).**

Da análise das narrativas dos egressos, é possível sintetizar os pontos positivos no seguinte sentido: incentivo e acolhimento dos docentes; acolhimento da turma; participação em projetos (iniciação científica, robótica, dança, teatro e jogos matemáticos); jogos escolares do IF e torneios entre campus; atendimentos e monitorias; ensino humanizado e preocupação com os estudantes; oportunidades de estágio; sentido à vida, melhora da autoestima e evolução contínua; aprendizagem em todas as áreas da vida; formação no IF é um diferencial no currículo; qualidade do ensino; aprender a

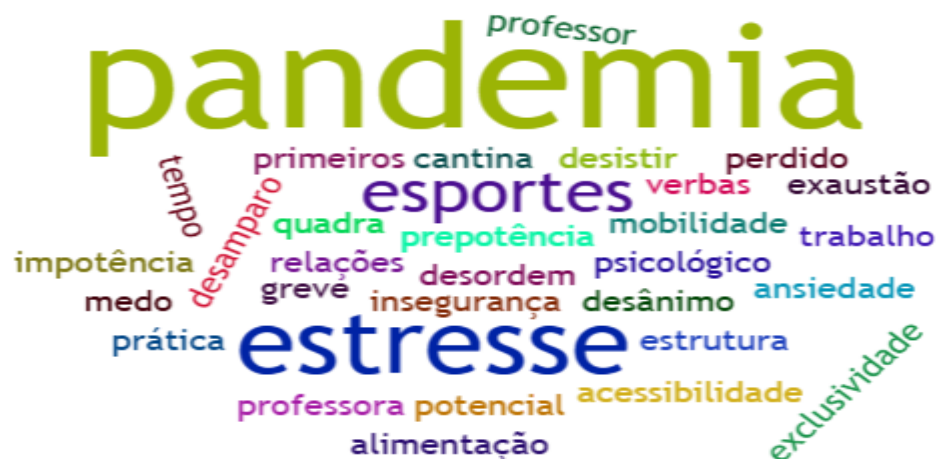
pensar, pesquisar e compreender o mundo de modo diferente; qualificação da mão de obra; estrutura disponibilizada aos estudantes; ambiente leve e pertencimento.

#### 6.4.2 Resultados dos pontos negativos

Os pontos negativos apontados pelos egressos foram: prepotência; esportes; desordem; cantina; insegurança; estresse; relações; quadra; psicológico; mobilidade; desistir; pandemia; esportes; #primeiros; desânimo; estresse; pandemia; desamparo; estresse; greve; pandemia; pandemia; verbas; tempo; estrutura; potencial/perdido; acessibilidade; ansiedade; exaustão; professora; impotência; pandemia; professor; exclusividade; trabalho; prática; medo; alimentação.

As palavras mais recorrentes: pandemia (5); estresse (3); esportes (2). Algumas palavras registradas pelos egressos estão inter-relacionadas, como, por exemplo: insegurança, psicológico, desânimo, desamparo, ansiedade, exaustão, impotência, muito embora, clinicamente com sintomas diversos, são reações emocionais relacionadas ao estresse. Ainda, muitas dessas percepções emocionais, para os egressos do período de 2020 a 2022, foram significativamente ampliadas em razão da pandemia. Isso vem confirmar que, para os egressos, os pontos negativos que mais marcaram o período de escolarização no IFPR/Campus Campo Largo foram “pandemia” e “estresse”, aliados aos sentimentos e emoções correlatos (Figura 23).

Figura 23 - Representação gráfica dos pontos negativos



Fonte: Autoria própria (2025).

Novamente, os egressos, de modo voluntário, passaram a compartilhar coletivamente as narrativas por trás das palavras registradas. Em face da preservação de anonimato, foram mantidos o sigilo e a preservação da identidade, de acordo com o contido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Assim como aconteceu no item anterior, como algumas narrativas foram extensas e algumas passíveis de identificação, segue uma síntese das ponderações expressadas pelos egressos que se sentiram à vontade para comentar as palavras registradas. Como o contexto envolvia sentimentos e momentos difíceis vivenciados, por diversas ocasiões os egressos se emocionaram, choraram, se abraçaram e se acolheram ao se recordarem dos pontos negativos (Quadro 13).

**Quadro 13 - Palavras e narrativas dos pontos negativos**

Palavras	Narrativas
Desânimo	<p>Numa determinada fase do curso (qualquer curso), o desânimo chega. Muitos sentimentos e emoções surgem. É necessário ser muito forte para seguir e não desistir. Sempre olhar para frente. Muitas vezes eu dormia na sala (aulas maçantes). A aula precisava ser muito boa para me manter acordado.</p>
Verbas	<p>Pontuo a distribuição de verbas no Instituto, pois eu gostava de participar dos projetos (robótica e jogos matemáticos) mas, o problema eram as verbas, não tinha verba para nada. Alguns materiais para o projeto dos jogos matemáticos os professores pagavam com dinheiro do bolso, como os componentes da impressora, que não era do campus. O mesmo aconteceria com o projeto da robótica, pois quem comprava as peças era a professora com dinheiro dela e os alunos também gastavam com dinheiro do próprio bolso. Eu era bolsista e destinava o dinheiro da bolsa para o projeto. Além disso, os estudantes participavam dos projetos e queriam levar para as feiras, mas, não tinha dinheiro (transporte e alimentação). Tenho a impressão de que as verbas são distribuídas de forma errada. Hoje fiquei sabendo que vai ter uma competição em Curitiba e não vai ter dinheiro para levar os alunos, porque todo dinheiro foi destinado a uma visita técnica da turma do Curso de Agroecologia. Então, falta incentivo.</p>
Estresse	<p>Ingressei em 2019 no Curso de Eletromecânica e até hoje tenho dúvidas do que é a Eletromecânica. Não gosto de exatas. O meu problema aqui foram os colegas. Eu me considerava uma pessoa chata, porque não combinava com o ciclo social que estava na sala. Todos que estavam ali queriam seguir uma carreira na área de exatas. Ninguém ali gostava de cantar e teatro, ninguém gostava do que eu gostava. Então, não consegui me relacionar e formar amizades. Mas, senti falta da turma e hoje consigo entender o lado deles. O que mais eu fiz no IF foi namorar. Dos 4 anos que aqui estive, namorei 3 anos. Acho até que eu exagerei um pouco. Ninguém queria fazer trabalho em dupla comigo. Ninguém entendia o meu lado emocional. Além disso, ainda teve a pandemia, fazendo com que eu desenvolvesse uma depressão. No ano da pandemia, meu pai foi diagnosticado com câncer e depois veio a falecer. Por eu não ter formado amizades boas, me senti muito solitária. Quando voltei para o IF, depois da pandemia, eu achei que seria diferente. Mas, não. Eu tive muita dificuldade para me adaptar, em especial com as disciplinas técnicas. Senti insegurança em razão da ausência de preparação técnica. Havia vários ensaios a serem feitos e não sabia fazer. Ver vídeos e os professores fazendo on-line, não foi o suficiente. Alguma matéria consegui retomar e outras não. A pandemia foi um dos fatores que me fez não seguir na área, pois não consegui</p>

Palavras	Narrativas
	ter confiança o suficiente. Não tive coragem, mesmo com oportunidades para isso. Hoje percebo que não foi culpa dos meus colegas, eles apenas não se interessavam pelas mesmas coisas que eu. Eu era insegura e não me sentia boa o suficiente em exatas. Minha trajetória no IF foi um filme, muitos altos e baixos. Meus colegas achavam que eu não iria conseguir, pois eu faltava demais em razão da medicação que eu tomava para depressão, da distância da escola e as questões envolvendo a saúde na família. Hoje eu penso com carinho ao me recordar dos colegas. Com força, determinação e orientação que recebi da Equipe Multidisciplinar do campus, concluiu o curso. Foi libertador e eu estava linda e solta na formatura.
# os primeiros	Sou da primeira turma do Curso Técnico em Administração, subsequente. O curso em si, foi maravilhoso. Mas, tinha uma expectativa, pois foi iniciado um projeto para que os alunos seguissem na especialização técnica, mas o curso não aconteceu e isso foi uma decepção.
Prepotência	Fui da segunda turma do Curso Técnico em Eletromecânica e aconteceram fatos semelhantes aos já relatados. Minha família mandou eu entrar aqui. Mas eu estava num lugar fora da realidade. Os alunos que se destacam em exatas eram os "queridinhos" dos professores. Também tive depressão durante o curso. A maioria da galera da turma estava aqui em razão do ensino médio; era tudo novo. Fiz boas amizades. Tive problemas com um professor. Minha trajetória aqui também foi um filme e não sei como deu certo. Na época da pandemia eu estava fazendo a Engenharia Elétrica. Não aprendi nada neste período on-line e resolvi trancar o curso. Voltei para o presencial e os professores seguiram com o conteúdo como se não tivesse acontecido a pandemia. A minha palavra negativa foi prepotência, porque alguns professores usam do título de mestre e/ou doutor como muleta. A maioria dos professores têm um currículo de peso. Alguns deixavam a turma inteira de recuperação, alegando que eram bons professores. Eu entendo que é o contrário. Eu já fiquei para final porque errei 1 questão, de uma prova com três questões. Não assimilei a fórmula repassada pelo professor e resolvi a questão de outra maneira. Mas, o professor não concordou porque não foi do jeito que ele ensinou.
Insegurança	O ponto negativo que coloquei foi a insegurança. Eu retomei os estudos após 15 anos. Eu fazia as tarefas de casa, cuidava da família (marido doente e tia idosa, com 101 anos), estudava de madrugada, isso depois de estudar com o filho. Muitas vezes não consegui participar dos atendimentos no período da tarde.
Estresse	Quando eu fiz o Curso Técnico em Administração foi mais tranquilo. Mas, atualmente, estou enfrentando problemas no Ensino Superior, em razão da falta de professor. Tem professor que não é formado na área e assume matérias que não domina e aí fica perdido no conteúdo. A turma conversa com o professor e ele diz que não é a sua área. Tinha uma professora que não saía da cadeira para nada; não vinha nem para a sala aonde os alunos estavam; começava aula atrasada; não dava aula. Com a greve, os professores estão jogando conteúdos e muitos não querem repor na sexta-feira (dia que a turma não tem aula regular e pode repor). Estou explodindo, surtando com tudo isso.
Quadra	Fui da primeira turma do Curso de Eletromecânica (as cobaias). Não tinha rua de acesso ao campus. Quando entrei aqui fizeram publicidade que teria quadra. Fizemos vários jogos de forma improvisada, no local que hoje é o estacionamento. A ausência da quadra fez muita falta.
Esportes	Quando cheguei no campus sempre ouvi falar dos Jogos Escolares. Sempre estive envolvido com esportes. Com a pandemia, tive poucas aulas de Educação Física. Entendo que um ano de Educação Física no currículo do Ensino Médio Integrado é muito pouco. Há necessidade de movimento.
Pandemia	Na pandemia, o campus, professores e gestão, demoraram para entrar num acordo e começar as aulas on-line. Quando voltaram as aulas presenciais (igual está

Palavras	Narrativas
	acontecendo agora com a greve) os professores jogaram conteúdo, como se o tempo da pandemia não tivesse existido. Os professores voltaram a dar aulas como se os alunos tivessem ficado o período da pandemia em sala de aula. Mas, nós não estávamos no ritmo de aula. E com a greve aconteceu a mesma coisa.
Psicológico	Tive momentos ruins, que abalaram o meu psicológico. Muitas atividades geraram estresse. Mas eu sinto falta do campus. Tem um vazio, pois em razão da pandemia, tenho a impressão de que não terminei o Ensino Médio.
Pandemia	Na pandemia tive que desenvolver um projeto sem laboratório e sem computador. Mas, o ponto forte foi a ajuda, inclusive financeira, dos professores. Todos acham que dariam errado, mas deu certo.
Relações	Entendo que falta divulgação das oportunidades. Por exemplo: quando fui participar de projetos internacionais, não fiquei sabendo pelo IFPR (como um todo ou campus). Fiquei sabendo através de uma amiga que tinha participado de eventos internacionais. Acredito que falta apoio do campus em relação às pesquisas.
Pandemia	Entendo que faltam projetos de iniciação científica na área de exatas. Todos os professores poderiam fazer projetos. Faltam projetos nas áreas técnicas. Os professores ensinam um pouco no TCC. Ainda, no retorno da pandemia foi bem corrido. Quando voltei da pandemia, afetou muito a parte prática. O retorno presencial das aulas não supriu a defasagem das aulas práticas; o que mais foi afetado foram as práticas. Os estudantes dos 3º e 4º anos perderam muito coisa. Ex. circuitos, não tivemos aulas práticas, apenas teóricas. Tiveram algumas aulas e o que mais aconteceu foram fuzis queimados.
Tempo	Quando estudei aqui, consegui trabalho na área administrativa. A sinalização do mercado é que os alunos daqui têm dedicação maior. Outro problema é o requisito técnico. Os requisitos técnicos deveriam ser melhor trabalhados, para demonstrar numa entrevista, nos diálogos com as empresas. Como há um tempo para o Ensino Médio, é difícil a organização: mercado de trabalho ou formação mais humana. Há esse dilema na aprendizagem (teórica e prática). Talvez se tivéssemos mais aulas práticas, teríamos mais segurança no mercado de trabalho.
Prática	É importante que as pessoas estejam preparadas para o magistério. Eu tinha "fobia" de computador e um professor me ajudou muito. Avalio que faltou aulas práticas no meu curso, muita teoria. A estrutura do campus é excelente, mas falta prática. É preciso conciliar isso, pois os laboratórios aqui são excelentes. Falta também divulgação, a realização de convênios/parcerias com empresas. Ainda, entendo que falta uma maior correlação das empresas com o campus; falta conhecimento de "chão de fábrica". Talvez trazer pessoas das fábricas para o campus. Fizemos apenas uma visita técnica durante o curso. Entendo que falta uma maior integração com os fabricantes.
Professor	Eu tenho dislexia e os professores não estavam preparados para ensiná-la; faltou empatia dos professores; conversei com Direção e Coordenação de Ensino e as coisas começaram a se resolver. Um colega escrevia para mim. Teve um professor que disse que o meu lugar "era limpar bunda de criança", pelo fato de eu ter feito magistério. Me perguntava: por que me diminuir assim?! Falta preparo dos docentes para receber estudantes com dificuldades neurológicas, com dificuldade de leitura; eu só precisava de uma prova adaptada; era meu direito. Dou conta, mas, faltava professores preparados. Eu era capaz de aprender uma língua estrangeira. O professor disse na sala que não mudaria as notas/conceitos.
Alimentação	Foi um grande choque, por eu ser aluna de escola pública, chegar no campus e não ter alimentação. Os preços da cantina tinham um valor muito alto. No começo não tinha geladeira e nem micro-ondas. Aos poucos, esses itens foram disponibilizados aos estudantes. Mas, ainda há muito a melhorar em relação à alimentação dos estudantes. Outro fator que considero negativo é a sobrecarga de atividades. Eu não conseguia participar das atividades no contraturno em razão do trabalho. Também a ausência de visitas técnicas e de atividades de extensão. As atividades

Palavras	Narrativas
	realizadas são focadas muito dentro do campus. Faltam convênios e parcerias. O IFPR tem bons laboratórios aqui e conseguiria fazer ensaios e parcerias com as empresas.
Potencial perdido	O campus evoluiu muito, principalmente na estrutura. Mas, vai muito além disso, o que fica é a formação dos estudantes. O campus não está olhando para fora. O Curso de Engenharia poderia surpreender. O município tem uma concessionária de energia elétrica e o IFPR tem um Curso de Engenharia Elétrica. Temos grandes empresas no município e falta visão de parceria. Aqui não se ouve falar de projetos de pesquisa e iniciação científica nos cursos superiores. Os laboratórios precisam melhorar e poderiam ser firmadas parcerias com a UTFPR.
Ansiedade	Tive problemas com alguns professores.
Acessibilidade	Fiz o Curso Técnico em Eletrotécnica em 2013 e, atualmente, sou aluno de Processos Gerenciais. O campus evoluiu muito. A acessibilidade era ruim e o campus não era divulgado. Quando voltei a estudar, percebi a evolução. Mas, entendo que ainda é possível melhorar.
Exclusividade	A exclusividade que o IFPR exigia. Eu fazia 14 disciplinas de modo simultâneo, com seis aulas diárias. Isso exigia muito dos alunos. Algumas aulas eram de manhã e à tarde. Eu não conseguia participar de oficinas e projetos. Muitos colegas desistiram do curso. Eu tinha dificuldade de manter a rotina da prática de esportes.
Desistir	Eu fiz o Curso Técnico em Administração e depois comecei a fazer Processos Gerenciais, mas uma professora me fez desistir do Curso. Ela tratava com diferença os estudantes e tinha exclusividade em relação a um grupo de estudantes. Eu queria ter finalizado o curso, mas preferi preservar minha saúde. Agora sabendo que essa professora não está mais no campus, pretendo voltar a estudar. Acredito que os professores que dão problema, são os mais novos. Eu tive o mesmo problema que uma colega relatou aqui, com a mesma professora. Esse problema com essa professora já veio do Curso Técnico. Para uma aluna aqui ela foi boa, mas comigo faltou humanização. Essa professora tinha exclusividade com alguns alunos.
Desordem	Após o relato de uma colega, avalio que hoje (2024) ainda não há estrutura e empatia dos professores em relação aos estudantes com deficiência. Na minha turma há um estudante com baixa visão e os problemas seguem os mesmos. Eu vejo como positiva essa rotina de estudos que o IF oferece, uma oportunidade que eu não tive no Ensino Médio. O IF tem a proposta de cursos técnicos, então deve ser mais prático, visando à preparação para o mercado e desenvolvimento do país; é preciso aproveitar esses cérebros. O Curso Técnico em Administração que eu fiz no campus foi melhor do que a graduação que faço hoje (Processos Gerenciais). Eu nunca fui chamada para fazer pesquisas. Faltam projetos para os cursos técnicos subsequentes e cursos superiores. Quando fazia o técnico me destaquei bastante, mas nunca fui chamada para participar de pesquisas e ou projetos de extensão. Quando eu fazia o técnico vinha para aprender. Analisando hoje, avalio que decaiu bastante, está bem complicado! Parece que o técnico foi a graduação. Na época que fiz o técnico não faltavam professores, todos eram dedicados e eu vinha mesmo cansada, porque eu sabia que iria aprender alguma coisa. Os professores chegavam no horário e saíam no horário. Hoje (2024), está bem complicado, não sei se isso é em razão da greve. Eu preciso focar muito para lembrar daquele tempo, pois estou com uma visão turva do que está acontecendo.
Desamparo	Eu fiquei 25 anos fora da sala de aula. Aqui os professores foram respeitosos e compreensivos, porém, não estavam preparados para receber um estudante com deficiência visual. O Curso Técnico foi melhor que uma graduação. Eu tive os melhores professores. Eu tive empatia com o estudante cego, o acolhi e o trouxe para o seu lado. Mas, a instituição não tinha estrutura, física e humana, para receber esse estudante. Outro fato: um professor falou que o meu desenho estava "sujo". Meu coração palpitava próximo da aula dele. Passados alguns dias conversei com

Palavras	Narrativas
	o professor e a situação foi esclarecida. Depois disso, o professor repassou todo o conteúdo comigo. Acredito que, às vezes, falar é necessário. Eu aprendi muito mais no Curso Técnico em Cerâmica do que nos cursos técnicos anteriores que frequentei.

**Fonte: Autoria própria (2025).**

Da análise das narrativas dos egressos, é possível sintetizar os pontos negativos no seguinte sentido: falta de recursos para a compra de insumos e para os estudantes participarem de eventos e feiras; não estreitamento de vínculos com colegas da turma; expectativa de oferta de curso frustrada; insegurança no retorno aos estudos após longos anos sem estudar; professores repassando os conteúdos como se pandemia e greve não tivessem existido; uso pelos professores dos títulos de mestre e doutor para justificar ações; falta de dedicação de alguns docentes; aulas maçantes; poucas aulas de Educação Física; sobrecarga de atividades e exclusividade exigida pelo IF; falta de projetos de iniciação científica nas áreas técnicas; ausência de oportunidades para os estudantes dos cursos superiores participarem de projetos de pesquisa e extensão; requisitos técnicos deveriam ser melhor trabalhados; aumento das aulas práticas; não realização ou poucas visitas técnicas; ausência de preparo dos docentes para atuar com estudantes com dificuldades cognitivas, neurológicas e pessoas com deficiência; professores tratam os estudantes de modo diferente, em especial aqueles que se destacam em exatas ou, ainda, elegem um grupo para tratar com exclusividade; falta de organização e comprometimento dos docentes no pós-greve; falta de divulgação das oportunidades, especialmente de eventos internacionais; não oferta de alimentação para os estudantes; ausência de quadra de esportes; falta de integração campus e empresas (parcerias).

### **6.5 Resultados da partilha: empregabilidade, renda e qualidade de vida**

Muito embora, alguns egressos, nas suas ponderações quanto aos pontos negativos e positivos que marcaram a trajetória dos participantes na sua formação escolar no IFPR/Campus Campo Largo, trouxeram vários aspectos e considerações correlacionados à empregabilidade, renda e qualidade de vida, novamente foram

convidados e incentivados, de maneira livre e espontânea, a compartilhar com o grupo, suas vivências sobre esses temas. O resultado foi o seguinte:

*Ninguém me engana mais. O que aprendi estou colocando em prática. Também fiz outros cursos na área da Agricultura familiar e hoje cultivo morangos orgânicos.*

*Hoje tenho apartamento (financiado, em razão da renda) e foi o IFPR que me proporcionou isso.*

*Não atuo na área, mas colocar no currículo que sou formado no IFPR faz muita diferença. As empresas têm mais confiança. Hoje recebo bem mais do que antes do curso.*

*A questão financeira não mudou. Mas, percebo que o mundo não é assustador e que tem muito a ser explorado. Por meio da disciplina de Desenho no Ensino Médio, eu descobri que queria fazer Designer. Com isso, hoje faço o que realmente gosto.*

*Melhorou a minha qualidade de vida. É tão bom fazer as coisas por si só, quando muitos precisam contratar um "marido de aluguel". É tão bom poder fazer e ter a aprovação do marido, que é Engenheiro Eletricista. Hoje sou "esposa de aluguel", faço tudo em casa e tenho o reconhecimento dos meus familiares.*

*Contar com o IFPR no currículo faz muita diferença. Tive prioridade na contratação. Comecei na área de automação e na entrevista de emprego fez diferença eu ter cursado o Ensino Médio Técnico no IFPR. Depois, quando ingressei na UTFPR, já mudei de atividade na empresa e tive aumento de renda.*

*Fiquei um tempo trabalhando num supermercado (domingo a domingo). Depois passei a atuar numa empresa na área de mecânica, trabalhando de segunda a sexta. Na empresa em que estou hoje, há 8 ex-alunos do IFPR. Mudou bastante a minha vida, agora tenho folgas nos finais de semana. O diploma do IFPR me ajudou bastante.*

*Hoje recebo 5 vezes mais de que quando ingressei na Empresa. Tudo foi por conta do Curso Técnico em Administração. Como passei a receber mais, consigo pagar inscrição de corrida e melhorei a minha qualidade de vida. Sou muito grata pelos ensinamentos recebidos aqui no IFPR.*

*Estou fazendo estágio na área de Tecnologia da Informação. No ato da contratação, o gestor valorizou o Curso Técnico que eu fiz no IFPR. Hoje recebo uma bolsa de estágio, mas com possibilidade de crescimento. Mudou a minha qualidade de vida e o nível técnico abriu portas.*

*Foi através do IFPR que conheci o meu atual marido, que conseguiu emprego CLT, a casa e carro. No primeiro emprego ganhava R\$600,00 e hoje não posso reclamar. Têm empresas em Campo Largo que só contratam alunos do IF.*

Observa-se dos relatos dos egressos: aumento de renda e, com isso, aquisição de bens móveis e imóveis; melhoria da qualidade de vida, com mudança de emprego, participação em atividades esportivas, ampliação de conhecimento e descoberta de potencialidades; ter o IFPR no currículo é uma diferencial nos processos seletivos das empresas.

Finalizados os registros dos impactos da implantação do Campus Campo Largo na perspectiva dos egressos, o capítulo seguinte apresenta o impacto, na perspectiva das empresas.

## **7 O IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS CAMPO LARGO, NA PERSPECTIVA DAS EMPRESAS**

O capítulo sete narra e sistematiza o impacto da implantação do Campus Campo Largo, na perspectiva das empresas. Para avaliar esse impacto foi realizada uma entrevista individualizada com atores-chave do desenvolvimento econômico (responsáveis pelo RH de empresas locais), que contratam ou mantêm relação de trabalho com estudantes egressos.

Para tanto, o capítulo inicia descrevendo a metodologia empregada, o perfil das empresas participantes da pesquisa, os resultados das entrevistas (pergunta a pergunta) e as considerações quanto aos resultados identificados.

A pesquisadora contactou mais de 30 (trinta) empresas dos segmentos preponderantes no município e diretamente relacionados ao perfil profissional dos egressos (envio de e-mails, telefonemas e mensagens pelo aplicativo WhatsApp) e mesmo com a ampliação do prazo para a realização das entrevistas, só foi possível coletar dados e informações de 7 (sete) empresas. Quatro empresas retornaram o convite da entrevista, alegando que não participariam da pesquisa, uma vez que não possuem o controle de quantos colaboradores têm formação no Instituto Federal e uma delas ainda afirmou que o fato da pessoa ser formada ou estar em formação no IFPR, para a empresa não faz diferença. Embora esse seja um dado importante para a pesquisa, ele não será pontuado, pois não houve a assinatura do TCLE. Todavia, o objetivo da pesquisa foi atingido, com um retrato possível de gerar resultados para o trabalho proposto.

### **7.1 Metodologia empregada**

A entrevista individual estruturada, com um roteiro de perguntas (Apêndice E), mas sem desconsiderar o espaço de escuta (eis que alguns entrevistados falaram além do que fora lhe perguntado), foi realizada com 7 (sete) empresas, sediadas no Município de Campo Largo, do segmento de indústria de transformação (produtos odontológicos, fabricação de pisos e azulejos, fabricação e manutenção de equipamentos, produtos cerâmicos, moldes para injeção de termoplásticos, fabricação de materiais elétricos) e clínica na área de saúde.

O objetivo da entrevista foi o diálogo com empresas que contratam ou mantêm relações de trabalho com estudantes egressos, com vistas à coleta de informações sobre: funcionários, terceirizados, autônomos e estagiários com formação no IFPR/CL que exercem atividades laborais na empresa; cursos frequentados; formação no IFPR/CL e fator para contratação; execução da formação recebida no IFPR/CL no local de trabalho; incentivo à qualificação; plano de cargos e salários; divulgação dos cursos do IFPR/CL; avaliação dos trabalhadores com formação no IFPR/CL. As entrevistas foram gravadas em áudio para facilitar a transcrição, bem como registradas em foto/imagem, preservando a identificação dos entrevistados.

Devido à preservação de anonimato dos entrevistados, mantendo-se o sigilo e a privacidade, para que a sua identidade e de seus colaboradores seja preservada, de acordo com o contido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as empresas serão representadas por letras do alfabeto.

## 7.2 Perfil das Empresas

O quadro 14, a seguir, descreve a representação da empresa, por meio de letras do alfabeto, o segmento, a atividade principal e porte da empresa (pequeno, médio ou grande).

**Quadro 14 - Perfil das Empresas**

<b>Representação</b>	<b>Segmento, atividade principal e porte</b>
<b>A</b>	Setor de indústria da transformação e comércio atacadista: produção e comercialização de produtos odontológicos - empresa de pequeno porte.
<b>B</b>	Setor de serviços na área de saúde - empresa de pequeno porte.
<b>C</b>	Setor de indústria da transformação: fabricação de azulejos e pisos - empresa de grande porte.
<b>D</b>	Setor de indústria da transformação: fabricação e manutenção de equipamentos – empresa de pequeno porte.
<b>E</b>	Setor de indústria da transformação: fabricação de produtos cerâmicos – empresa de grande porte.
<b>F</b>	Setor de indústria da transformação: projeto e fabricação de moldes para injeção de termoplásticos - empresa de médio porte.
<b>G</b>	Setor de indústria da transformação: fabricação de materiais elétricos – empresa de médio porte.

**Fonte: Autoria própria (2025).**

Em síntese, quanto ao segmento, são 1 (uma) da área de saúde e 6 (seis) da indústria de transformação. Já em relação ao porte das empresas entrevistadas, 3 (três) são de pequeno porte, 2 (duas) de médio e 2 (duas) de grande porte.

### 7.3 Resultados das entrevistas com as Empresas

A primeira pergunta buscou saber quantos funcionários da Empresa possuem formação escolar no IFPR/Campus Campo Largo. Alguns respondentes possuíam esse dado em números, outros em percentuais e alguns não souberam informar, conforme quadro 15:

**Quadro 15 - Número de funcionários com formação escolar no IFPR/CL**

<b>Empresas</b>	<b>1. Quantos funcionários da Empresa possuem formação escolar no IFPR/CL?</b>
<b>A</b>	Atualmente, estudando são 2. Mas, que já passaram pelo IFPR, são aproximadamente 8 colaboradores.
<b>B</b>	Aproximadamente 10 estudantes do IFPR passaram pela Clínica. Atualmente, são 6 estagiários e 1 funcionária efetiva, chefe de setor.
<b>C</b>	Em torno de 20 a 25% dos colaboradores já tiveram alguma formação no IFPR. Isso impacta em torno de 250 pessoas.
<b>D</b>	São 4 funcionários formados no IFPR.
<b>E</b>	Alguns (muitos poucos) dos funcionários possuem formação no IFPR, em torno de 4 ou 5.
<b>F</b>	Aproximadamente 5 funcionários são formados no IFPR.
<b>G</b>	No momento, temos 27 colaboradores com ou em formação no IFPR.

**Fonte: Autoria própria (2025).**

Das sete empresas que responderam à pesquisa, todas (100%) identificaram a presença de estudantes do IFPR no quadro de funcionários. Chama atenção a Empresa “C”, grande porte, pelos números e percentuais apresentados e, ainda a Empresa G, médio porte, pelo controle preciso do número de trabalhadores com formação no IFPR.

O segundo questionamento foi no sentido de identificar se Empresa mantém relações de trabalho, com terceirizados e autônomos, que realizaram sua formação escolar no IFPR/Campus Campo Largo. Neste quesito, apenas a respondente B, empresa de pequeno porte, tinha essa informação com precisão, conforme se vê no quadro 16.

**Quadro 16 - Terceirizados e autônomos com formação escolar no IFPR/CL**

<b>Empresas</b>	<b>2. A Empresa mantém relações de trabalho (terceirizados/autônomos) com pessoas que realizaram sua formação escolar no IFPR/CL?</b>
<b>A</b>	Desconheço. Acredito que não, uma vez que as empresas prestadoras de serviços são bem básicas, não requer mão de obra com formação especializada.
<b>B</b>	Sim. Tem uma prestadora de serviço - MEI, que foi aluna do IFPR.

<b>Empresas</b>	<b>2. A Empresa mantém relações de trabalho (terceirizados/autônomos) com pessoas que realizaram sua formação escolar no IFPR/CL?</b>
<b>C</b>	Tenho conhecimento que colaboradores vinculados às empresas terceirizadas também têm formação no IFPR, mas não sei precisar o número.
<b>D</b>	Não tenho essa informação. Sei que muitos têm cursos técnicos, mas não sei dizer se são formados no IFPR.
<b>E</b>	Não tenho essa informação/controle.
<b>F</b>	Não tenho esse controle.
<b>G</b>	Dos terceirizados, não tenho essa informação. Os autônomos (PJ) são gerentes, com cursos superiores de outras regiões (SP e outras).

**Fonte: Autoria própria (2025).**

As respostas somam cinco empresas que não têm essa informação; uma empresa sabe que tem terceirizados trabalhando com formação no IFPR, mas não sabe precisar o número; apenas a empresa B, pequeno porte tem esse controle. As respostas demonstram que, na terceirização de serviços, há um afastamento do responsável pelo RH das empresas terceirizadas, bem como das exigências de qualificação dos trabalhadores. Uma das possíveis causas é não estreitar qualquer vínculo, visando salvaguardar questões trabalhistas. Por outro lado, a exigência de qualificação, acompanhamento e fiscalização mais efetiva dos trabalhadores, pode sim, preservar a empresa de possíveis demandas trabalhistas.

A terceira pergunta realizada às empresas foi quanto aos cursos que esses trabalhadores realizaram no campus. Das sete respondentes, seis (85%) têm esse controle. A empresa G, médio porte, tem esse controle preciso. As outras cinco, sabem dos cursos que os colaboradores realizam, mas não sabem identificar os quantitativos (Quadro 17).

**Quadro 17 - Cursos realizados no IFPR/CL**

<b>Empresas</b>	<b>3. Quais cursos esses trabalhadores realizaram no campus?</b>
<b>A</b>	Não tenho esse controle, esse histórico. Mesmo finalizando o curso, os estudantes não entregam a certificação no RH.
<b>B</b>	Curso Técnico em Administração (Subsequente, EJA e Médio Integrado).
<b>C</b>	Cursos Técnicos nas áreas de cerâmica; mecânica e elétrica; ainda alguns colaboradores fizeram pós-graduação; e curso de idioma (Espanhol).
<b>D</b>	Cursos Técnicos na área de Mecânica e Eletromecânica.
<b>E</b>	Técnico em Cerâmica.
<b>F</b>	Técnico em Mecânica.
<b>G</b>	Dos 27 colaboradores com formação no IFPR: 10 Técnico em Mecânica; 03 Técnico em Eletrotécnica; 05 Técnico em Administração; 03 Técnico em Logística; 03 em Processos Gerenciais; 02 estão cursando Tecnólogo em Materiais.

**Fonte: Autoria própria (2025).**

Para fins da pesquisa, foi possível diagnosticar estudantes trabalhadores de diferentes e diversos cursos ofertados no campus atuando nas empresas locais. Isso corrobora com uma das diretrizes dos IFs de ofertar cursos para atender às demandas e potencialidades do Arranjo Produtivo Local (APL).

A questão quatro buscou identificar se o fato de o trabalhador ter formação no IFPR foi um dos fatores para a contratação/ou estabelecimento da relação de trabalho. Das sete empresas ouvidas, apenas uma registrou que esse fato não tem relevância, conforme se verifica adiante (Quadro 18).

**Quadro 18 - Formação no IFPR/CL e um dos fatores da contratação**

<b>Empresas</b>	<b>4. O fato de ter formação no IFPR foi um dos fatores para a contratação/ou relação de trabalho?</b>
<b>A</b>	É considerado, a depender da área de formação. Quando a pessoa está cursando na área que pretende ingressar na empresa, isso soma, é um diferencial no processo de seleção. Caso contrário, o candidato se iguala aos demais.
<b>B</b>	Com certeza absoluta! É um dos fatores sim. Antes da instalação do IFPR, eu tinha muita dificuldade em contratar mão de obra. Hoje fico tranquila na contratação do pessoal que vem do IFPR.
<b>C</b>	Sim, é um diferencial que o candidato interessado na vaga traz. Muitos interessados têm carência de formação, cursou o Ensino Fundamental e Médio e não fez nenhuma outra formação. Agora, quando chega uma pessoa que passou pela formação no IFPR é um diferencial que considero sim.
<b>D</b>	Faz toda diferença! Estudar numa instituição pública, traz uma visão diferente sobre relacionamento, como criar uma relação de benefício mútuo. Quando você pega uma pessoa que tem uma formação no IFPR, é alguém que buscou a vaga, que tem interesse! Então, virou para mim hoje um critério (está no IFPR ou saiu do IFPR) pode vir conversar comigo, que já é um passo muito grande!
<b>E</b>	Não é um dos fatores, pois, para a empresa, o fato de ter estudado ou estar estudando no IFPR não é relevante.
<b>F</b>	Digo que na nossa área é fundamental que ele/a esteja cursando ou já tenha cursado. É um diferencial enorme no currículo dele/a. Na área de mecânica, ele/a já vem com uma base, diferente de você pegar um auxiliar de produção que não tenha conhecimento, aonde ele/a estará aprendendo. Quem cursou mecânica já vem com uma base, logo a formação dele/a se estreita mais.
<b>G</b>	É um diferencial para nós ter a formação no IFPR, porque em Campo Largo não há outra instituição desse nível. Então, todos os técnicos que vêm dali, (automação tivemos vários que passaram por aqui, mas já saíram e já perdemos para outras empresas); técnico em mecânica do IFPR, melhor ainda; a gente dá oportunidade mesmo. Ter esse diferencial no currículo, ou seja, ser formado no IFPR nos cursos técnicos relacionados a nossa atividade (Eletrotécnica, Mecânica e Administração). Alguns colaboradores, inclusive, estavam na produção, fizeram o Técnico em Administração e foram promovidos. Então, tendo esses cursos, para nós é um grande diferencial.

**Fonte: Autoria própria (2025).**

As seis empresas (85%) que afirmaram que o fato do empregado ter formação no IFPR foi um dos fatores para contratação enfatizaram que: é considerado a depender

da área de formação; com certeza absoluta, é um diferencial, aliado ao fato da tranquilidade de contratar pessoal que vem do IFPR; quando chega uma pessoa que passou pela formação no IFPR é um diferencial a ser considerado; para a empresa é critério de contratação a formação no IFPR; é fundamental que esteja cursando ou já tenha cursado; um diferencial no currículo é a formação nos cursos técnicos do IFPR. Esses relatos demonstraram o papel, a importância, a contribuição e, principalmente, o reconhecimento da formação que o IFPR disponibiliza aos estudantes trabalhadores.

A indagação cinco buscou identificar se os trabalhadores, com formação no IFPR/Campus Campo Largo, desenvolvem as aprendizagens técnicas, científicas e tecnológicas aprendidas no curso, quando desempenham suas funções laborativas. Uma empresa respondeu que não, uma informou que não saberia responder, pois não acompanha o dia a dia dos trabalhadores, enquanto cinco (71%) responderam que sim, conforme se vê nas respostas a seguir (Quadro 19).

**Quadro 19 - Desenvolvimento das aprendizagens técnicas, científicas e tecnológicas**

Empresas	<b>5. Os trabalhadores, com formação no IFPR/CL, desenvolvem as aprendizagens técnicas, científicas e tecnológicas aprendidas no Curso?</b>
A	Os estudantes do IFPR já chegam com embasamento e conseguem fazer as atividades com mais agilidade. São um pouco mais espertos, neste sentido.
B	Sim. A Clínica faz uma avaliação interna dos estagiários a cada 60 (sessenta) dias. Eu participo das conversas com eles e observo que são muito inteligentes e isso me deixa feliz. Avalio que o mundo ainda tem jeito com essa juventude. Que bom que eles estão tendo a oportunidade de estudar e de adquirir novas aprendizagens.
C	Sim. Tenho até um exemplo de um colaborador (hoje ele é um técnico especializado aqui na fábrica), que cuida de toda parte de decoração que temos na cerâmica. Quando ele começou no IFPR ele era auxiliar de turno (operacional mesmo), e a medida em que ele foi passando pela aprendizagem no Instituto, ele vinha trazendo o quanto isso estava agregando para ele; o quanto ele estava conseguindo trazer aprendizagens da teoria para a parte prática da empresa. Quando conversei com ele, estava sendo promovido pela segunda vez, ele reforçou isso; "o fato dele ter ido em busca da formação lá no Instituto ajudou no crescimento dentro da empresa". Então ele conseguiu conciliar a prática (dia a dia da empresa) com a técnica que ele recebeu no Instituto.
D	Sim. Percebe que eles têm conhecimento técnico bom, para o nível de formação que recebem, mas não é só conhecimento que eles trazem; mas, sim a forma como eles obtêm esse conhecimento. Todos têm uma forma propositiva na empresa. Quando acontece algum problema, eles têm uma linha de pensamento de tentar buscar uma solução ao invés de ficar esperando alguém trazer uma solução pronta. Acredito que isso é muito do perfil de uma instituição pública, que tem muito mais o papel de fomentar a demanda por conhecimento do que, efetivamente, entregar o conhecimento. Apesar de terem perfis muito diferentes, são pessoas diferentes, eles têm essa mesma linha de desenvolvimento e solução. Eles têm postura propositiva: "e se fizermos assim..."; no dia a dia de trabalho é muito fácil chegar e perguntar. Mas eles chegam com uma postura "eu acho que deveríamos fazer assim!" Inclusive, dos quatro que tenho aqui, um deles tem uma postura absurdamente profissional. É o primeiro emprego dele, mas ele parece, consegue ter uma postura de quem faz 30 anos que trabalha nisso! Tem propriedade para discutir e qualquer coisa do trabalho. Então não é só um perfil da pessoa, mas também dessa formação.

<b>Empresas</b>	<b>5. Os trabalhadores, com formação no IFPR/CL, desenvolvem as aprendizagens técnicas, científicas e tecnológicas aprendidas no Curso?</b>
<b>E</b>	O Curso de Cerâmica do IFPR é diferente da maneira como a Empresa toca, tanto que, quando vieram fazer visita técnica perceberam a diferença. Não é que lá eles não praticam; é que eles não foram ver como as indústrias funcionam. Os professores não vieram conhecer a indústria de cerâmica, de porcelana. Uma indústria cerâmica, que está há 50 anos aqui, não adianta vir uma pessoa e dizer como deve ser feito a massa, a porcelana. Têm receitas e muitas outras coisas diferentes que eles nem imaginam. A tecnologia empregada aqui, ainda está distante das instituições de ensino.
<b>F</b>	Não tenho essa informação. Essa informação é da parte técnica mesmo, com o coordenador do chão de fábrica. Como não estou no dia a dia, acompanhando os trabalhos, não tenho essa informação, não tenho base para falar.
<b>G</b>	Sim, eles trazem ideias e sugestões, inclusive. Dizem: "se mudarmos esse processo (processos gerenciais), vamos mudar aqui, isso é bem visto pelos gestores. Tecnólogo em Materiais (setor de extrusão de plásticos), eles estão estudando polímeros, agora. O gestor me falou que o colaborador está fazendo um trabalho para o curso e já veio com ideias novas para a empresa; então, isso é muito bom! Ter ideias novas surgindo da cabeça das pessoas que estão estudando e vindo para o mercado de trabalho. Então, por isso, eu volto a dizer: "é um diferencial ter IFPR no currículo!"

**Fonte: Autoria própria (2025).**

Das respostas dos entrevistados em relação à aplicabilidade das aprendizagens técnicas, científicas e tecnológicas dos trabalhadores estudantes do IFPR, destaca-se: chegam com embasamento e agilidade; são muito inteligentes; conciliação entre a prática e a técnica; conhecimento técnico, postura propositiva e profissional; possuem uma linha de pensamento para pensar em soluções; têm propriedade para discutir; apresentam ideias e sugestões novas; ter o IFPR no currículo é um diferencial. Já o entrevistado que respondeu que os estudantes trabalhadores não desenvolvem as aprendizagens técnicas, científicas e tecnológicas aprendidas no curso, argumentou que a empresa possui um processo produtivo próprio e que a tecnologia empregada está distante das instituições de ensino.

Na sequência, a questão seis buscou identificar se as empresas contratam ou já contrataram estagiários vinculados ao IFPR. O resultado foi que cinco empresas (71%) responderam que sim e duas responderam que não. Seguem as ponderações (Quadro 20).

**Quadro 20 - Contratação de estagiários vinculados ao IFPR/CL**

<b>Empresas</b>	<b>6. A Empresa possui (ou já contratou) estagiários vinculados ao IFPR/CL?</b>
<b>A</b>	Possui 1 estagiário na área da Engenharia.
<b>B</b>	Atualmente, são 06 estagiários.
<b>C</b>	Não formalizamos Termos de Estágio com o IFPR, até porque o volume de estágios que a empresa tem é na área administrativa. Na fábrica temos restrições de locais para atuação

<b>Empresas</b>	<b>6. A Empresa possui (ou já contratou) estagiários vinculados ao IFPR/CL?</b>
	de estagiários. Na área fabril temos estagiários dos Cursos de Engenharia de Materiais e outras Engenharias.
<b>D</b>	Atualmente, não temos estagiários. Tivemos dois estagiários no início do ano, mas acabou não dando certo em razão do volume de trabalho da empresa. Continuo procurando estagiários, mas gostaria que fosse dos cursos técnicos subsequentes. É difícil ter estagiário do Ensino Médio, porque acaba tendo uma frequência muito baixa na empresa (4 dias na semana das 8h às 12h). Com isso, eles não conseguem se envolver muito com a empresa e o pessoal não consegue passar muita coisa para os estagiários desenvolverem. Mas, a ideia é contratar.
<b>E</b>	Tentei. Agora um dos estagiários, fez outro curso e está trabalhando na manutenção da empresa.
<b>F</b>	Não.
<b>G</b>	Contratamos no passado, mas no momento não temos. A Empresa trabalha com aprendizes; uma das colaboradoras/aprendiz está fazendo o Tecnólogo em Materiais. Tudo indica que, no término do contrato de aprendizagem, ela será efetivada.

**Fonte: Autoria própria (2025).**

As empresas que responderam positivamente esclareceram: um estagiário na área da Engenharia; no momento a empresa conta com seis estagiários do IFPR; teve dois estagiários no início do ano e segue procurando outros dos cursos subsequentes; e aprendizes têm grandes possibilidades de efetivação na empresa.

A questão sete, por sua vez, questionou a existência de programas de incentivo à qualificação na empresa. As sete empresas afirmaram que sim (100%), embora com propostas e incentivos diferenciados, mas sempre no mesmo propósito de incentivo à qualificação, desenvolvimento e promoção dos colaboradores. A seguir (Quadro 21), a íntegra das respostas:

**Quadro 21 - Programas de incentivo à qualificação**

<b>Empresas</b>	<b>7. Há programas de incentivo à qualificação na Empresa?</b>
<b>A</b>	Não há programa de qualificação, mas a empresa possui a descrição de cargos e salários. Estamos estruturando. Mas, sempre que o colaborador vai se desenvolvendo, há possibilidade de mudança de cargos. Logo, toda vaga que abre, primeiro ela é interna (seja qualquer área), depois é feita a divulgação externa (caso a vaga não seja preenchida internamente).
<b>B</b>	Formalmente, não tem. Mas, nessas avaliações informais que realizo com os colaboradores, sim. Há oportunidades de crescimento na Empresa. Ainda, há o incentivo para a realização de cursos fora. Fico muito feliz quando eles conseguem emprego melhor. Teve um estagiário do IFPR que foi para uma multinacional e o diferencial para contratação foi que ele sabia o financeiro. Ele ficou na clínica 6 meses no financeiro e passou no teste da multinacional.
<b>C</b>	Não há um incentivo financeiro, mas há um incentivo de apoiar a pessoa para buscar uma formação e, a partir do momento que ela toma a iniciativa de se capacitar, aí a empresa começa a fazer alguns movimentos de progressão de carreira com essa pessoa. É uma estratégia (a empresa não apoia financeiramente), mas aconselha e fomenta para que a pessoa procure uma formação e depois a Empresa realiza movimentos internos, com vistas

Empresas	7. Há programas de incentivo à qualificação na Empresa?
	à progressão na carreira. Não é um incentivo direto, mas consequência na progressão de carreira do colaborador.
D	Como a empresa trabalha com projetos, sempre promovemos cursos na área. Na parte de <i>software</i> , as ferramentas que utilizávamos. Busco sempre incentivar a formação na área específica que eles estão trabalhando. Na área de atuação técnica, a empresa oferece capacitação. Isso tem sido muito bom, porque eles não estão concorrendo, mas construindo uma carreira.
E	Sim, há incentivos para quem faz os cursos.
F	Sim, há um desenvolvimento onde buscamos, seja <i>in company</i> ou até mesmo direcionando para escolas técnicas. Então, a cada seleção, o pessoal que entra na empresa, vamos avaliando quais são as nossas necessidades e aí, montamos turma e encaminhamos para formação.
G	Sim. Incentivo de promoção. Ex. surgiu vaga na qualidade, o colaborador está fazendo um curso técnico, participa do processo seletivo e vai para qualidade. Surgiu vaga na área administrativa, está fazendo Administração, vai para área administrativa. Então, damos oportunidade de crescimento aqui na empresa para quem estudou ou está estudando. Primeiro disponibilizamos o preenchimento das vagas para quem está aqui dentro, depois, não havendo preenchimento, vamos buscar um colaborador lá fora.

Fonte: Autoria própria (2025).

Das considerações dos respondentes, assinala-se: o colaborador que se desenvolve tem possibilidade de mudança de cargo; oportunidades de crescimento; incentivo para qualificação e movimentos internos na empresa, viabilizando a progressão na carreira; incentivo e promoção de formação na área de atuação; incentivo para fazer cursos e oportunidade de promoção interna.

A indagação de número oito teve como foco verificar se a empresa divulga os cursos do IFPR aos trabalhadores. Todas as empresas responderam que sim (100%), conforme quadro 22.

**Quadro 22 - Divulgação dos cursos do IFPR aos trabalhadores**

Empresas	8. Os cursos do IFPR/CL são divulgados para os trabalhadores?
A	Sim, é realizada a divulgação interna. Já teve caso de palestras, entrega de panfletos, apresentação e divulgação de cursos durante o horário de almoço dos colaboradores. Quando solicitada, é feita a divulgação dos cursos e da instituição.
B	Sim, tem uma servidora do IFPR que me ajuda nisso. Há um grupo no WhatsApp para divulgação de cursos e informações.
C	Os cursos do IFPR são divulgados para os colaboradores. Dentro da política de comunicação interna, temos restrições à comunicação de eventos externos à Empresa. O foco é divulgação de informações internas, mas, quando chegam informações de cursos do IFPR, entendendo que isso ajuda, que é do interesse do nosso colaborador, a empresa divulga, inclusive nos quadros de avisos.
D	Sim.
E	Quando o pessoal do IFPR manda, eu divulgo (grupos de WhatsApp). O IFPR precisa aproveitar um pouco mais dos canais de divulgação da empresa.
F	Sim.
G	Sim. Divulgamos nos grupos de WhatsApp e murais internos da empresa.

Fonte: Autoria própria (2025).

Das respostas, o destaque é para os meios em que a divulgação é realizada aos colaboradores: grupos de WhatsApp e murais internos. A empresa “A” ainda esclareceu que tem espaço para palestras, apresentação e divulgação dos cursos. Já a empresa “F” alertou que o IFPR “precisa aproveitar um pouco dos canais de divulgação da empresa”.

A pergunta nove questionou a existência de plano de cargos e salários, bem como, se após a conclusão de um Curso Técnico ou Superior no IFPR/Campus Campo Largo o trabalhador tem a possibilidade de mudança de função e aumento de salário. Das sete empresas, apenas três indicaram a existência de plano de cargos e salários, conforme quadro 23.

**Quadro 23 - Plano de Cargos e Salários e alterações na função com o término do curso no IFPR**

<b>Empresas</b>	<b>9. A Empresa possui plano de cargos e salários? Após a conclusão de um Curso Técnico ou Superior no IFPR/CL, o trabalhador tem a possibilidade de mudança de função e aumento de salário?</b>
<b>A</b>	Não há plano de cargos e salários. O que existe é a promoção interna, diante do desenvolvimento do colaborador.
<b>B</b>	Não. Mas, há oportunidade de crescimento interno na empresa.
<b>C</b>	Sim. Estão no processo de revisão do plano de cargos e salários e plano de carreira.
<b>D</b>	Não.
<b>E</b>	Não. Estão terminando o plano de cargos e salários.
<b>F</b>	Sim. O colaborador está conosco há 1 ano, 1 ano e meio, ele se qualificou, ou está comprometido com a operação, logo é de mérito mesmo, o reconhecimento. Então existe esse incentivo, até mesmo para o funcionário não cair numa questão de, estou correndo atrás, estou auxiliando a empresa, e estou com o mesmo salário base desde que entrei. Para que o colaborador não desanime com a operação.
<b>G</b>	Tem o Plano de Cargos e Salários, mas, na função que ele exerce hoje (ex. se é montador industrial - montando tomada - ele vai fazer um curso técnico, na função atual dele, ele não tem aumento, pois não é um pré-requisito da função; se eu dou aumento para ele, o outro também vai querer; o outro que não tem curso vai pedir equiparação salarial, porque não é um pré-requisito da função de montador. Todavia, é um diferencial para ele concorrer a vagas de processos seletivos internos; nós não contratamos de fora. Nós só contratamos profissionais "de fora" quando não tem alguém com formação aqui dentro; Ex. um engenheiro; um gerente com mais experiência; demais funções, basta estar estudando.

**Fonte: Autoria própria (2025).**

Nenhuma das sete empresas respondeu que, após a conclusão de um Curso Técnico ou Superior no IFPR/CL, o trabalhador tem a possibilidade de mudança de função e aumento de salário. Três empresas responderam que existe plano de cargos e salários. Duas empresas, apesar de não ter plano de cargos e salários, afirmaram a existência de promoção interna. Outra empresa informou, ainda, que estão terminando de elaborar o plano de cargos e salários. A empresa “F” explicou que o avanço na carreira é mérito, reconhecimento pelo trabalho. Já a empresa “G” esclareceu que o colaborador

não tem aumento salarial em razão do curso concluído, mas se trata de um diferencial para concorrer a vagas de processos seletivos internos.

A pergunta dez, talvez uma das mais importantes para esta pesquisa, buscou avaliar o real impacto que os estudantes trabalhadores, formados no IFPR, promovem nas empresas. A questão buscou saber sobre a avaliação dos estudantes trabalhadores do IFPR, bem como se existe algum diferencial em relação aos demais trabalhadores. Aqui, das sete empresas, seis (85%) apontaram diferencial e apenas uma não apontou nenhum diferencial. A seguir, no quadro 24, as considerações:

**Quadro 24 - Avaliação e diferencial dos trabalhadores formados no IFPR/CL**

Empresas	<b>10. Como a Empresa/Sindicato avalia os trabalhadores formados no IFPR/CL? Há algum diferencial em relação aos demais trabalhadores?</b>
A	É difícil diferenciar, por conta da quantidade de colaboradores. Atualmente recebo muitos colaboradores, principalmente na área administrativa, de várias universidades. Avalio que os estudantes do IFPR ficam no mesmo nível de conhecimento e comportamento, se igualam às principais universidades de Curitiba.
B	O que chama a atenção é a postura profissional. Apesar de serem novos, 80% dos estudantes vêm com muita maturidade, com uma postura diferente. Percebo que eles têm orgulho de estudar no IFPR. Recentemente, fiz entrevistas com mais de 10 estudantes, foram contratados 6, mas dava para contratar os 10, se tivesse vagas. Que pessoal bom! Essa leva de estudantes está muito boa. Reforço, o que me chama a atenção é a postura profissional e a maturidade, em relação aos demais. Antes do IFPR, os interessados nas vagas faziam cursos técnicos muito superficiais, chegavam aqui sem noção nenhuma. Tem um estudante do IFPR que está no SAC (atende por mês quase 10.000 pessoas e a margem de erro dele é menor que 5%). Tem outra estudante que tem postura, é educada e gentil, sabe conversar, tem uma dinâmica diferente e vivência.
C	Percebo que o colaborador que passou pelo IFPR traz (a depender do curso que fez, em especial da parte cerâmica), um conhecimento técnico e uma conversa técnica muito mais profunda do que quem não passou por lá. Até porque, o nosso produto, para chegar no produto final, passa por várias etapas e são etapas muito técnicas. Então, o colaborador que passa por uma formação no IFPR, que faz o curso, que conheceu tecnicamente como se produz a cerâmica, ele tem mais propriedade, conhece tecnicamente. Isso é perceptível na linha de produção, pois é o colaborador que tem igualdade de argumentos em relação à pessoa que está num laboratório (que já traz essa bagagem técnica). Então, identificamos a diferença neste sentido, no conhecimento técnico que ele traz.
D	O diferencial dos trabalhadores formados no IFPR é a forma como eles conseguem montar, construir uma solução. Nenhum deles tem o perfil individualista. Todos têm o perfil de ser muito colaborativo, com uma postura de ajudar a quem precisa. Então, é uma parceria muito grande. Eles conseguem assumir uma postura profissional diferente, mesmo sendo muito jovens. Eles têm a postura de assumir um problema, buscar uma solução, muitas vezes assumir uma solução que não é uma solução que eu estou propondo. Existe a formação técnica que permite conhecimento técnico, segurança. Eles sabem o que estão fazendo e assumem uma postura mais crítica. Dá para perceber que existe uma diferença muito grande em relação aos demais trabalhadores. Eu tenho um deles que já me disse "eu não concordo com o que você está falando", numa reunião com mais pessoas. Eu disse: ótimo, o que você não concorda? Então, o trabalhador, formado no IFPR, apresentou outra solução, justificando que seria possível chegar num resultado melhor! Disse então para ele apresentar como isso seria feito, dei todo apoio e, a partir do momento que estou te apoiando, a gente divide a responsabilidade disso (passa a ser nossa). Muitas vezes ele

Empresas	<b>10. Como a Empresa/Sindicato avalia os trabalhadores formados no IFPR/CL? Há algum diferencial em relação aos demais trabalhadores?</b>
	apresentou solução melhor do que eu poderia ter feito! Então, percebe a segurança técnica. Tem uma maturidade diferenciada (já no seu primeiro emprego). Ninguém acredita na idade deles. É um pessoal muito bom! O pessoal acha que precisa fazer curso superior para tudo. Falta formação técnica na indústria e os profissionais de nível técnico têm uma formação diferenciada. O IFPR é uma grande oportunidade na cidade; dá acesso para quem, talvez, não teria oportunidade nenhuma. Não se pode elitizar o ensino, mas democratizar; essa é força da instituição pública. Ainda, quem estuda numa instituição pública, quer devolver o que aprendeu para a sociedade. Como egresso de uma instituição pública sempre pensei assim. Como eu devolvo isso? Assim tem uma visão diferente, quer crescer, mas quer que todos venham juntos!!
E	Acho que é só o grau dele, que passou a ser técnico. É só a formação, porque de resto é a mesma coisa. Os estudantes vêm com a cabeça de mudar toda a engrenagem e não dá! A massa tem uma receita (é uma receita de bolo) que se for mudar (você pode mudar algumas coisinhas), mas não mudar a essência. O pessoal precisa conhecer as necessidades da empresa. O professor, a instituição, não tem a visão da fábrica.
F	Tem um diferencial. A partir do momento que você pega uma pessoa que já tenha uma qualificação, para a nossa área, setor mecânico, é fundamental. Tem uma bagagem, já tem um conhecimento, talvez seja um conhecimento básico (cada empresa tem a sua tecnologia). Ele acaba somando conosco, pois aqui ele entra para se aprimorar e qualificar ainda mais o conhecimento básico adquirido no IFPR. Às vezes, a escola não tem toda tecnologia de ponta que as indústrias estão buscando, mas lá ele já buscou a base (escola não consegue ter a tecnologia de todas as empresas). Cada empresa está no seu mundo e correndo atrás de novas tecnologias.
G	Aqui nós percebemos que sim. São colaboradores motivados e o que eles aprendem na teoria eles querem desenvolver na prática. Então, eles perguntam para os gestores "por que é assim"? Sugerem ideias: "se a gente mudar e fizer de outra forma". Eles estão preocupados em colocar em prática o que estão aprendendo na teoria. A gente não vê isso em colaboradores de outras instituições. Não sei dizer se não tem incentivo dos professores. Aqui percebemos que existe isso! Nós queremos que os alunos do IFPR venham trabalhar conosco e estamos disponíveis para visitas técnicas.

**Fonte: Autoria própria (2025).**

Das ponderações dos respondentes, alguns trechos merecem destaque: mesmo muito jovens têm postura profissional e maturidade, com orgulho de estudar no IFPR; conversa e conhecimento técnico com profundidade e propriedade; perfil colaborativo para construir soluções; postura profissional e formação técnica para propor soluções; segurança técnica; postura crítica e maturidade diferenciada; qualificação e aprimoramento do conhecimento técnico adquirido; motivados e colaborativos, pois o que aprendem na teoria querem desenvolver na prática (não se vê isso em colaboradores de outras instituições).

#### 7.4 Conclusões das entrevistas com as Empresas

- i) das sete empresas participantes, todas identificaram a presença de estudantes com formação escolar no IFPR/Campus Campo Largo, no quadro de funcionários, com dados em números, certos e/ou aproximados, e em percentuais;
- ii) quanto à existência de colaboradores autônomos e terceirizados com formação no IFPR apenas uma empresa tem esse controle de forma precisa; cinco empresas não têm essa informação; uma empresa sabe que existem colaboradores terceirizados trabalhando com formação no IFPR, mas não sabe identificar a quantidade;
- iii) das sete empresas respondentes, seis sabem identificar quais cursos os seus empregados realizaram no IFPR/Campus Campo Largo. Os cursos técnicos citados foram: Administração, Cerâmica, Eletromecânica, Eletrotécnica, Logística e Mecânica. Já os Cursos Superiores: Engenharia Elétrica, Tecnólogo em Processos Gerenciais e Tecnólogo em Materiais. A identificação da formação dos trabalhadores em diferentes cursos corrobora com uma das diretrizes dos IFs de ofertar cursos para atender às demandas e as potencialidades do Arranjo Produtivo Local (APL);
- iv) das sete empresas ouvidas, seis registraram que o fato de o trabalhador ter formação no IFPR foi um dos fatores para a contratação/ou estabelecimento da relação de trabalho, destacando: é um diferencial a ser considerado; existe uma tranquilidade na contratação de pessoas que vêm do IFPR; é critério de contratação a formação no IFPR; é fundamental que estejam cursando ou já tenham cursado; um diferencial no currículo a formação nos cursos técnicos do IFPR. Relatos dessa natureza, por pessoas que coordenam setores de Recursos Humanos de empresas de diferentes segmentos e porte empresarial, demonstraram o papel, a importância, a contribuição e, principalmente, o reconhecimento da formação que o IFPR disponibiliza aos estudantes trabalhadores;
- v) em relação ao desenvolvimento das aprendizagens técnicas, científicas e tecnológicas aprendidas no curso no dia a dia de suas funções laborativas,

- cinco empresas responderam positivamente, enfatizando que os trabalhadores formados no IFPR possuem embasamento e agilidade, realizam a conciliação entre a prática e a técnica, possuem conhecimento técnico, postura propositiva e profissional, apresentam uma linha de pensamento para pensar em soluções com propriedade para discutir ideias e sugestões novas para os problemas da empresa. Assim, ter o IFPR no currículo é um diferencial. Já o entrevistado que respondeu que os estudantes trabalhadores não desenvolvem as aprendizagens técnicas, científicas e tecnológicas aprendidas no curso, argumentou que a empresa possui um processo produtivo próprio e que a tecnologia empregada está distante das instituições de ensino.
- vi) no tocante à formalização de termos de estágio com estudantes vinculados ao IFPR, duas responderam que têm estagiários/estudantes do campus e três empresas já contaram com estagiários vinculados ao IFPR. Apenas duas empresas nunca formalizaram termos de estágio com o IFPR;
  - vii) no que diz respeito à existência de programas de incentivo à qualificação na empresa, as sete respondentes afirmaram que sim, explicitando a possibilidade de progressão na carreira e no cargo, as oportunidades de crescimento e movimentos internos na empresa, incentivos de qualificação na área de atuação;
  - viii) todas as empresas que participaram da pesquisa divulgam os cursos ofertados pelo IFPR/Campus Campo Largo aos seus colaboradores;
  - ix) o Plano de Cargos e Salários está presente na organização de três, das sete empresas entrevistadas. Outras duas, afirmaram a existência de processos para a promoção interna de seus colaboradores. Restou clara que a conclusão de um curso técnico ou superior no IFPR não é fator automático para mudança de função e aumento de salário. O término de uma formação escolar é um diferencial para participar de processos seletivos internos;
  - x) ao avaliarem os trabalhadores formados no IFPR/Campus Campo Largo e a existência de algum diferencial em relação aos demais trabalhadores, seis empresas apontaram características singulares: postura profissional, maturidade, perfil colaborativo, conhecimento e formação técnica para

construir soluções, postura crítica, qualificação, motivação e aplicação prática da teoria.

Das informações coletadas com os atores-chave do desenvolvimento econômico (responsáveis pelo RH de empresas locais), foi possível responder a seis indicadores no Modelo de Análise de política pública proposto nesta pesquisa:

**Quadro 25 - Indicadores e resultados, extraídos do Capítulo 7**

Indicadores	Resultados	Conceitos
3.15 Mercado e relações de trabalho e/ou emprego com egressos do IF;	Todas as empresas que participaram da pesquisa formalizaram ou formalizam relações de trabalho e/ou emprego com estudantes egressos do IFPR/Campus Campo Largo;	5
3.16. Mercado e contratação de estagiários vinculados ao IFPR/CL;	Cinco empresas (71%) responderam que formalizaram ou formalizam termos de estágio com estudantes vinculados ao IFPR/Campus Campo Largo;	5
3.17 Mercado e formação acadêmica no IF como um dos fatores para a contratação;	Seis empresas (85%) afirmaram que o fato do empregado ter formação no IFPR/Campus Campo Largo foi um dos fatores para contratação;	5
3.18 Mercado e trabalhadores com formação no IF e aplicação das técnicas escolares;	Cinco empresas (71%) responderam que os trabalhadores com formação no IFPR/Campus Campo Largo aplicam as técnicas aprendidas e desenvolvidas na instituição;	5
3.19 Mercado e divulgação dos cursos ofertados pelo IF na empresa;	Todas as empresas que participaram da pesquisa divulgam os cursos ofertados no IFPR/Campus Campo Largo aos seus colaboradores;	5
3.20 Mercado e avaliação dos trabalhadores com formação no IFPR;	Seis empresas (85%) avaliaram uma atuação diferenciada dos colaboradores com formação no IFPR/Campus Campo Largo;	5

**Fonte: Autoria Própria (2025).**

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de que o Estado é um dos principais protagonistas na formulação e execução de políticas públicas, a União, em face da diretriz constitucional que qualifica a educação como direito social, bem como o compromisso de promover o desenvolvimento, numa perspectiva integrada e multidisciplinar, tem investido na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), contribuindo com políticas educacionais em diferentes municípios brasileiros, por meio da implantação dos Institutos Federais, atualmente 656 unidades. Essa política pública educacional de reorganização, expansão e interiorização da Rede Federal, seguindo os vetores da regionalização e territorialização, têm o compromisso de se instalar no município/região e analisar, numa relação dialética com a comunidade, a vocação produtiva, contribuindo com o desenvolvimento local e regional, por meio do atendimento das demandas e potencialidades dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais (APLs), viabilizando novas perspectivas de trabalho e renda para os estudantes egressos. Por diretriz legal e projeto político, os IFs são agentes ativos de desenvolvimento, vetores de política pública educacional, que têm como norte a emancipação do território em que estão instalados.

A política pública, enquanto área do conhecimento, nasceu nos EUA e somente em 1987 a produção acadêmica passou a ter expressividade no Brasil. Pensar política pública consiste em descrever o papel, as ações do estado para realizar, empreender e atender às demandas coletivas. A elaboração envolve a identificação do problema, inserção na agenda, formulação da política, tomada de decisão, implementação e avaliação permanente. No contexto de planejamento, monitoramento e avaliação, são empregados indicadores de medidas que contemplem as múltiplas dimensões da realidade social. Numa perspectiva contemporânea, o professor Jannuzzi desenvolveu uma ferramenta que busca reconectar o Contexto Institucional, Político e Ideacional (CIPA) da política pública, com vistas à retomada do elo entre análise e avaliação. Essa ferramenta foi aplicada nesta pesquisa para identificar sistematicamente os atores, interesses, ideias e valores socioculturais da oferta da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, de 1909 a 2008.

Considerada a política pública de maior impacto na EPT brasileira, a lei de criação dos Institutos Federais atribui competência para a implantação de uma política

educacional diversificada, tendo como diretrizes e concepções: estruturas multicampi; organização pedagógica verticalizada; pluricurricularidade; formação humana e integral, articulando o ensino técnico/científico com o mundo do trabalho, da cultura e da ciência; rompimento com a escola dual e o conhecimento de forma fragmentada; indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão; pesquisa aplicada aos setores industriais e econômicos; ações de extensão, dialogadas com a sociedade; democratização do acesso; transversalidade na organização do trabalho pedagógico; organização da gestão administrativa e pedagógica diferenciada.

No Estado do Paraná, o Instituto Federal se faz presente em 33 (trinta e três) municípios. A população dessa territorialidade representa 53,07% dos paranaenses, que é beneficiada, direta ou indiretamente, por ações do IFPR voltados ao ensino, pesquisa e extensão. Ainda, dos municípios atendidos, 16 (dezesesseis) têm mais e 17 (dezesete) possui menos de 100.000 (cem mil) habitantes. Na Região Metropolitana de Curitiba está situado o Campus Campo Largo, espaço da validação do Modelo de Análise de política pública desenvolvido nesta pesquisa. O município tem uma população estimada em 136.327 (IBGE, 2022), o IDH é de 0,745, classificado como médio (IBGE, 2010) e o Índice Iparades de Desempenho Municipal é de 0,7757 (Iparades, 2022). Na economia, se destaca pelas indústrias cerâmicas (o solo é rico em caulim e argila), além das indústrias moveleiras e metal mecânica. As atividades econômicas preponderantes são: serviços, indústria de transformação, comércio, Administração Pública e construção civil. No segmento de serviços, o município tem apresentado números expressivos na área de saúde.

O Campus Campo Largo, após diálogos, reuniões, audiência pública, embates entre o Poder Executivo e Legislativo (período de 2009 e 2010) quanto à doação de um terreno valioso no centro da cidade, iniciou suas atividades no dia 24 de maio de 2010, na escola Municipal Reino da Loucinha e, em 26 de setembro de 2011, passou a ocupar sua sede definitiva. Desde então, vem realizando reformas, obras novas e adequação de espaços para a realização de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento das demandas e potencialidades locais e regionais.

Dos documentos analisados e dados consolidados nesta pesquisa, os principais resultados identificados foram:

- i) a revisão bibliográfica sistemática indicou que não foram publicadas pesquisas acadêmicas (base de dados da Capes e BDTD) com o objetivo de mensurar o impacto da implantação dos campi dos IFs e o atendimento dos seus objetivos estratégicos, valendo-se de um Modelo de Análise de política pública; também restou demonstrado que há aspectos inovadores na metodologia desenvolvida para a coleta de informações com o público-alvo;
- ii) o cumprimento da pluricurricularidade com atuação do campus em diversos eixos tecnológicos: Gestão e Negócios; Recursos Naturais; Produção Industrial; Controle e Processos Industriais; Licenciatura em Matemática e Engenharia Elétrica;
- iii) a organização pedagógica é verticalizada, permitindo a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos, num espaço de diálogo simultâneo e articulado que envolve desde a educação básica até a pós-graduação;
- iv) os PPCs dos cursos ofertados pelo campus contemplam a diretriz da formação integral (humana e técnica), com vistas ao atendimento das demandas e o fortalecimento do Arranjo Produtivo Local (APL);
- v) o desempenho dos estudantes no ENEM está num crescente e a média geral está acima da média nacional;
- vi) as ações de extensão são dialogadas com a sociedade, bem como o desenvolvimento de pesquisas aplicadas aos setores industriais, econômicos e educacionais são compatíveis com o APL e com as principais atividades econômicas desenvolvidas na territorialidade: indústrias cerâmicas, metal mecânica, indústria de transformação, serviços e comércio;
- vii) ao longo dos últimos 15 anos (2010 a 2024) foram aproximadamente 1.400 concluintes (cursos regulares de Ensino Médio e Ensino Superior);
- viii) de 2011 a 2024, foram empenhados e executados em valores correntes R\$ 33.390.760,50 (trinta e três milhões, trezentos e noventa mil, setecentos e sessenta reais, cinquenta centavos), com despesas relacionadas a custeio, capital e obras; considerando valores constantes chega-se ao montante de

R\$ 46.239.437,35 (quarenta e seis milhões, duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e sete reais, trinta e cinco centavos);

- ix) de 2011 a 2024 foram formalizados 12 (doze) Convênios e/ou Termos de Cooperação Técnica;
- x) de 2016 a 2024 foram registrados 258 projetos de pesquisa (maioria pesquisa aplicada – 59%), extensão e inovação;
- xi) de 2018 a 2024 foram formalizados 165 Termos de Estágio (obrigatórios e não-obrigatórios);
- xii) os indicadores da PNP (2017 a 2024) do campus indicam resultados de consolidação e expansão. Numa análise comparativa entre os resultados dos IFs, do IFPR e do campus Campo Largo, denota-se que este possui percentuais acima da média do IFPR, mas abaixo do IFs nos indicadores relacionados ao número de inscritos vagas e eficiência acadêmica. Já os indicadores com melhores resultados são os percentuais da oferta de cursos técnicos, da oferta de cursos EJA (mesmo sem alcançar o percentual legal de 10% das vagas) e da verticalização, em que a média é superior ao IFPR e aos IFs;
- xiii) visando atender à formação integral dos estudantes e estreitar vínculos com a comunidade, o campus promove eventos, feiras e mostra de cursos. Ainda no contexto e formação de vínculos com a comunidade, os servidores do campus, têm, ao longo dos últimos anos, contribuindo tecnicamente, em diversos Conselhos Gestores do Município de Campo Largo;
- xiv) do questionário respondido pelos egressos, os parâmetros com alto grau de satisfação, foram: a formação técnica, científica e tecnológica; a formação humana, pensamento crítico, autonomia e criatividade (parâmetro melhor avaliado); aumento da qualidade de vida; utilização no dia-a-dia de trabalho/emprego das aprendizagens; divulgação da formação no IFPR e recomendação dos cursos ofertados pela instituição;

Esse alto grau de satisfação dos egressos demonstra a efetividade da concepção dos Institutos Federais quanto à formação humana e integral, que articula o ensino técnico/científico com o mundo do trabalho, da cultura e da ciência, quebrando a

hierarquia de saberes e articulando as dimensões da vida humana. Esse diagnóstico também se confirmou nas narrativas dos egressos quanto aos pontos positivos.

De outro lado, os egressos reconhecem a qualidade da formação técnica, científica e tecnológica recebida na instituição, porém não se consideram aptos e seguros para atuar na área de formação. Esse diagnóstico também se confirmou nas narrativas dos pontos negativos. O grau de satisfação é mediano quando se trata de oportunidades de trabalho ou emprego, na área de formação, com a conclusão do curso, bem como em relação ao aumento de renda após o término da escolarização.

- xv) das narrativas dos egressos quanto aos pontos positivos do período de escolarização, destaca-se: incentivo e acolhimento dos docentes; receptividade da turma; participação em projetos (iniciação científica, robótica, dança, teatro e jogos matemáticos); jogos escolares do IF e torneios entre campi; atendimentos e monitorias; ensino humanizado e preocupação com os estudantes; oportunidades de estágio; sentido à vida, melhora da autoestima e evolução contínua; aprendizagem em todas as áreas da vida; formação no IF é um diferencial no currículo; qualidade do ensino; aprender a pensar, pesquisar e compreender o mundo de modo diferente; qualificação da mão de obra; estrutura disponibilizada aos estudantes; ambiente leve e pertencimento;
- xvi) enquanto as narrativas dos egressos relativas aos pontos negativos foram: falta de recursos para a compra de insumos e para participação em eventos e feiras; não estreitamento de vínculos com colegas da turma; expectativa de oferta de curso frustrada; insegurança no retorno aos estudos após longos anos sem estudar; docentes repassando os conteúdos como se pandemia e greve não tivessem existido; uso pelos professores dos títulos de mestre e doutor para justificar ações; falta de dedicação de alguns docentes; aulas maçantes; poucas aulas de Educação Física; sobrecarga de atividades e exclusividade exigida pelo IF; falta de projetos de iniciação científica nas áreas técnicas; ausência de oportunidades para os estudantes dos cursos superiores participarem de projetos de pesquisa e extensão; requisitos técnicos deveriam ser melhor trabalhados; aumento das aulas práticas; não realização ou poucas visitas técnicas; ausência de preparo dos docentes para atuar com estudantes

- com dificuldades cognitivas, neurológicas e pessoas com deficiência; professores tratam os estudantes de modo diferente, em especial aqueles que se destacam em exatas ou, ainda, elegem um grupo para tratar com exclusividade; falta de organização e comprometimento dos docentes no pós-greve; falta de divulgação das oportunidades, especialmente de eventos internacionais; não oferta de alimentação para os estudantes; ausência de quadra de esportes; falta de integração campus e empresas (parcerias);
- xvii) em relação à emprego e renda, os egressos destacaram: aumento de renda e, com isso, aquisição de bens móveis e imóveis; melhoria da qualidade de vida, com mudança de emprego, participação em atividades esportivas, ampliação de conhecimento e descoberta de potencialidades; ter o IFPR no currículo é um diferencial nos processos seletivos das empresas;
- xviii) das sete empresas que participaram da pesquisa, dos segmentos preponderantes no município e diretamente relacionados ao perfil profissional dos egressos, todas identificaram a presença de estudantes/trabalhadores com formação escolar no IFPR/Campus Campo Largo, no quadro de funcionários; a maioria não sabe dizer se há terceirizados com formação no IFPR; seis empresas mencionaram quais cursos os seus empregados realizaram no campus; também seis empresas registraram que o fato de o trabalhador ter formação no IFPR foi um dos fatores para a contratação; cinco empresas afirmaram que os trabalhadores egressos desenvolvem, no dia a dia de suas funções laborativas, as aprendizagens técnicas, científicas e tecnológicas aprendidas no curso frequentado no campus; cinco empresas têm ou já formalizaram termos de estágios com estudantes do IFPR/Campus Campo Largo; as sete empresas contam com possibilidade de progressão na carreira e no cargo, com oportunidades de crescimento e movimentos internos; todas divulgam os cursos ofertados pelo IFPR/Campus Campo Largo aos seus colaboradores; todas registraram que a conclusão de um curso técnico ou superior no IFPR não é fator automático para mudança de função e aumento de salário, mas um diferencial para participação nos processos seletivos internos; seis empresas apontaram que os trabalhadores com formação

escolar no IFPR têm características singulares, como: postura profissional, maturidade, perfil colaborativo, conhecimento e formação técnica para construir soluções, postura crítica, qualificação, motivação e aplicação prática da teoria.

Por outro lado, foram identificadas na pesquisa (documental, de campo, questionário, dinâmicas e entrevistas) algumas fragilidades que merecem atenção dos gestores, como: redução nos números de evasão escolar; melhoria nos índices da eficiência acadêmica (combinação de três variáveis: alunos formados, evasão e retenção); ampliação no número de vagas para os cursos de formação de professores, com vistas ao atendimento da diretriz legal (20% das vagas); o grau de satisfação dos egressos quanto à aptidão para atuar na formação técnica; oportunidades de estágio, trabalho ou emprego na área de formação, ao longo do período de curso.

Durante as escutas, os egressos, os membros da sociedade civil organizada e os atores-chave do desenvolvimento econômico (responsáveis pelo RH das empresas locais) apresentaram proposições. Os egressos sugeriram: destinação de recursos financeiros e divulgação das vagas para eventos e feiras; ampliação das oportunidades de projetos de iniciação científica nas áreas técnicas; criação de oportunidades para os estudantes dos cursos superiores atuarem em projetos de pesquisa e extensão; criação de mecanismos para integração escola/empresas. Os membros da sociedade civil organizada apontaram a necessidade de ampliar a divulgação dos cursos e o papel do IFPR no Município, seguido de mais envolvimento junto à Associação Comercial e Empresarial de Campo Largo (Acicla). Um dos responsáveis pelo RH das empresas salientou que o IF precisa aproveitar os canais de divulgação da empresa, bem como, necessita conhecer um pouco mais as necessidades da empresa. Outro responsável pelo RH destacou a disponibilidade da empresa para receber visitas técnicas dos estudantes..

Da aplicação do Modelo de Análise de política pública proposto nesta pesquisa, no Campus Campo Largo, que buscou avaliar, por meio de 40 indicadores, contendo categorias, índices socioeconômicos e parâmetros de desempenho, contemplando as percepções de diferentes atores e beneficiários (egressos, agentes públicos, agentes da sociedade civil organizada e empresas), chegou-se à média final de 85,51 (oitenta e cinco inteiros e cinquenta e um décimos). Esse resultado identificou que a implantação de um

campus do IFPR, no município de Campo Largo, foi um dos vetores para a promoção do desenvolvimento local e regional.

O Modelo de Análise de política pública também revelou que alguns indicadores merecem atenção dos gestores, no respectivo *locus* de validação, a saber:

- i) objetivos estratégicos dos IFs: vagas destinadas às Licenciaturas e Programas Especiais de Formação Pedagógica; vagas destinadas ao público de Jovens e Adultos; desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada;
- ii) índices socioeconômicos: houve um aumento no número de empregos, mas não de renda. Ainda, não foi possível comparar os indicadores de salário mensal e população ocupada em razão da ausência de dados históricos do IBGE de 2010, bem como da taxa de escolarização, pelo mesmo motivo; no IBGE só há dados do ano de 2022;
- iii) parâmetros de desempenho: número de ingressantes *versus* número de concluintes; eficiência acadêmica; aptidão dos egressos para atuar na área de formação; oportunidades de estágio, trabalho ou emprego na área durante o curso; conclusão do curso e oportunidades de trabalho e emprego na área e, por fim, conclusão do curso e aumento de renda financeira.

Visando compreender e até melhorar esses indicadores, cabe relacionar algumas sugestões aos gestores do Campus Campo Largo que, dentre outras, podem contribuir na melhoria dos indicadores, na perspectiva de que ações neste sentido promovem o sentimento de pertencimento e, por derradeiro, problematizam e viabilizam possíveis soluções:

- i) diálogo com os estudantes evadidos, retidos e que solicitaram transferência para outras instituições, no intuito de mapear as causas;
- ii) um novo olhar para os projetos pedagógicos de cursos, projetos de pesquisa e extensão com vistas a avaliar se estão em sintonia com as demandas sociais, econômicas e culturais, principalmente, envolvendo a participação ativa dos estudantes, incluindo aqui uma atenção para os recentes movimentos que o município vem realizando, especialmente na área de saúde;

- iii) promoção de diálogos e capacitação aos docentes, para que possam desenvolver pesquisas aplicadas voltadas ao atendimento das demandas e potencialidades do APL;
- iv) formação pedagógica e diálogo qualificado com os docentes para compreender as dificuldades e os desafios no processo ensino-aprendizagem, com vistas ao aprimoramento das ações pedagógicas e, conseqüentemente, a melhoria da eficiência acadêmica;
- v) intensificar o diálogo com as empresas, visando aproximar a teoria e a prática desenvolvida nos laboratórios com a prática empregada nas empresas, bem como abrir canais para inserção profissional dos estudantes em vagas de emprego e estágio;
- vi) a partir da identificação das causas (raiz) elaborar um plano de ação, a fim de corrigir e/ou melhorar os indicadores que merecem atenção, para que o campus cada vez mais se consolide como um agente ativo de desenvolvimento local e regional.

Ao realizar um paralelo entre as ponderações do Tribunal de Contas da União (Acórdãos 506/2013 e 968/2024) e a pesquisa realizada, os pontos convergentes são: evasão; priorização das pesquisas aplicadas; ações de inserção profissional dos estudantes; matrículas nos cursos de licenciatura.

Denota-se que o objetivo geral da pesquisa foi alcançado, uma vez que o Modelo de Análise de política pública desenvolvido, contendo 40 (quarenta) indicadores, que contemplou categorias de análise, índices socioeconômicos e parâmetros de desempenho, se mostrou uma ferramenta de gestão de fortalecimento da governança pública, capaz de mensurar os impactos sociais, culturais e produtivos no desenvolvimento local e regional gerados pela implantação de um campus do IF e o atendimento dos seus objetivos estratégicos.

Aliado ao objetivo geral, os objetivos específicos também foram alcançados, por meio da identificação do papel do Estado como indutor de políticas públicas educacionais; da avaliação do impacto da implantação de um campus do IFPR como um dos vetores no desenvolvimento local e regional; e, por fim, da validação do Modelo de Análise de política pública e sua aplicabilidade no IFPR/Campus Campo Largo.

Por meio deste produto, na compreensão formativa, os gestores públicos poderão acompanhar, monitorar e avaliar quais são as ações e projetos que estão consolidados, bem como, quais carecem de correções de rumos ou redirecionamentos e/ou ampliação nos seus planejamentos institucionais.

Diante dos resultados apresentados nesta tese, foi possível diagnosticar que o Campus Campo Largo, na perspectiva da finalidade administrativa, está atendendo aos objetivos e finalidades previstos na lei de criação dos IFs, aliado ao princípio constitucional da efetividade, bem como ao princípio da governança pública de capacidade de resposta, isto é, atendendo aos anseios do *locus* onde está inserido. Ademais, há fortes indicativos de correlações entre educação profissional e tecnológica desenvolvida no campus e desenvolvimento local e regional.

Em pesquisas futuras pretende-se:

i) analisar e mensurar, o impacto e a função institucional de outros campi dos Institutos Federais na territorialidade e seu papel no desenvolvimento local e regional gerado;

ii) divulgar, dialogar e avaliar com os gestores públicos o emprego dessa ferramenta de gestão na defesa e na vigilância quanto ao papel institucional dos IFs e, havendo proposições de aperfeiçoamento, a inserção/correção de outros indicadores;

iii) em face da identificação de que o IF é um agente de desenvolvimento e sua política educacional deve estar comprometida com outras políticas públicas (trabalho, renda, ambiental e social), cabe-lhe o protagonismo de fortalecer o diálogo com outras estruturas setoriais (secretarias e órgãos) do território que ocupa, com vistas à articulação intersetorial. Neste sentido, pesquisas e projetos que interligam as políticas públicas da educação, trabalho, saúde e renda no mesmo território, potencializam processos, favorecem a governança e, principalmente, resolvem problemas sociais e promovem o bem-estar coletivo. Precisamente, explorar em futuras publicações a conexão da EPT com os programas de trabalho, emprego e renda na territorialidade dos IFs;

iv) considerando que uma das diretrizes dos IFs é a formação de professores e a referência na oferta do Ensino Médio Integrado, estudos futuros poderão propor ações articuladas e/ou relatar experiências exitosas dos IFs com as escolas públicas, especialmente da atuação dos institutos para a promoção da qualidade da formação

ofertada pelas escolas públicas situadas no seu território. Ou seja, o que é feito ou precisa ser realizado para que os IFs atuem como agente de desenvolvimento educacional elevando todo o sistema, articulando ações com os professores e as escolas públicas;

v) a partir da demonstração que um campus do IF é um agente promotor de política pública no território, agregar o papel de outros agentes, como: o mercado, os estudantes, as associações e demais entidades públicas e privadas;

vi) diante do modelo proposto, que contém dados conjunturais e estruturais, desenvolver estudos que possam analisar as dimensões de modo individualizado e, por consequência, classificar os resultados em níveis de desenvolvimento.

Por derradeiro, registra-se que todo conhecimento desenvolvido é transitório e continuamente precisa ser dialogado e ressignificado. Durante o desenvolvimento dessa pesquisa foi possível trazer para o debate e analisar o protagonismo dos IFs nas políticas públicas educacionais, que não se encerra aqui, mas que busca contribuir para a compreensão das relações do Estado e Sociedade que se constroem e se reconstroem na medida das necessidades coletivas e sociais.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Federalismo brasileiro e projeto nacional: os desafios da democracia e da desigualdade. **Revista USP**, n 134, p. 127-142, São Paulo, julho/agosto/setembro 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/12600>. Acesso em: 25 ago. 2024.

ARAÚJO, Luísa; RODRIGUES, Maria de Lurdes. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n,, 2017, p. 11-35, 83. Disponível em: [https://web.archive.org/web/20180719185758id\\_/https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/14519/1/n83a01.pdf](https://web.archive.org/web/20180719185758id_/https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/14519/1/n83a01.pdf). Acesso em: 30 ago. 2024.

AIRES, Elisete Poncio; CRUZ, Fábio Lucas; FONSECA, Luciane Schulz; MADUREIRA, João Cláudio; MILCARECK, Luciana Milcarek. Implantação e consolidação do Campus Campo Largo. In: ZANATTA, Odacir Antonio Zanatta *et al.* (Orgs.) **Passado, Presente e Futuro: 10 anos de IFPR**. Curitiba, IFPR, 2019. Disponível em: <https://editora.ifpr.edu.br/index.php/aeditora/catalog/book/28> Acesso em: 26 ago. 2024.

ARRETCHE, M. T. da S. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n, 51, p. 7-9, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gR4pxgbyns7R5hTKfmMDkxG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2024.

BACKES, Dirce Stein; COLOMÉ, Juliana Silveira Colomé; ERDMANN, Rolf Herdmann; LUNARDI, Valéria Lerch. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 35, n. 4, p.438-442, 2011. Disponível em: Grupo focal: [https://bvs.saude.gov.br/bvs/artigos/grupo\\_focal\\_como\\_tecnica\\_coleta\\_analise\\_dados\\_pesquisa\\_qualitativa.pdf](https://bvs.saude.gov.br/bvs/artigos/grupo_focal_como_tecnica_coleta_analise_dados_pesquisa_qualitativa.pdf) Acesso em: 1 jul. 2025.

BONFANTE, Roseli; SCHENCKEL, Cladecir Alberto. **O Princípio da verticalização nos Institutos Federais**: Possibilidades e desafios. Metodologias e Aprendizado, 1, p.83–90. Seminário de Educação Profissional e Tecnológica IFC-FURB, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/1112>. Acesso em: 16 ago.2024.

BRASIL (1988). **Constituição Federal**. Brasília: Diário Oficial. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. **Exposição de Motivos Interministerial** nº 00118/2008/MP/MEC, de 19 de junho de 2008. 2008<sup>a</sup>. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/projetos/EXPMOTIV/EMI/2008/118%20-%20MP%20MEC.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/EXPMOTIV/EMI/2008/118%20-%20MP%20MEC.htm) Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 11.892. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**, e dá outras providências. 2008b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm?origin=instituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm?origin=instituicao). Acesso em: 27 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. **Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica**, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm). Acesso em: 26 jul. 2024.

BRASIL. Portal MEC. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. 2010. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: Concepção e Diretrizes**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 2 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.203 que dispõe sobre a **política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional**. 2017. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm). Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL, Portal MEC. **Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/68731-historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil>. Acesso em: 2 abr. 2024.

BRASIL, Portal MEC/SETEC/DDR. **Plataforma Nilo Peçanha Guia de referência metodológica**, PNP 2020. Disponível em: <http://dadosabertos.mec.gov.br/images/pdf/grm-2020-isbn-revisado.pdf>. Acesso em: 8 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Novos Institutos Federais vão gerar 140 mil novas vagas**. Notícia divulgada em 12 mar. 2024. 2024a. Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/novos-institutos-federais-vao-gerar-140-mil-novas-vagas>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Portal MEC/SETEC, Plataforma Nilo Peçanha**. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. 2024. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. **Portal MEC/SETEC, Plataforma Nilo Peçanha**. 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. 2024. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. Presidente (2003 a 2011: Luís Inácio Lula da Silva). Discurso do Presidente Luís Inácio Lula da Silva durante a assinatura da Lei nº 11.892/2008. 2023. In: SILVA, Jesué Graciliano (org.). **Institutos Federais dos brasileiros**: a história contada por quem fez. 1.ed. São Paulo: Artliber Editora, 2023. Disponível em: [https://portal.conif.org.br/images/2023/11\\_Novembro/livro-institutos-federais-dos-brasileiros.pdf](https://portal.conif.org.br/images/2023/11_Novembro/livro-institutos-federais-dos-brasileiros.pdf). Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL. Ministro da Educação (2005 a 2012: Fernando Haddad). Discurso do Ministro Fernando Haddad Posse dos 38 reitores dos Institutos Federais. In: SILVA, Jesué Graciliano (org.). **Institutos Federais dos brasileiros**: a história contada por quem fez. 1.ed. São Paulo: Artliber Editora, 2023. Disponível em: [https://portal.conif.org.br/images/2023/11\\_Novembro/livro-institutos-federais-dos-brasileiros.pdf](https://portal.conif.org.br/images/2023/11_Novembro/livro-institutos-federais-dos-brasileiros.pdf). Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL, Programas e Ações da SETEC. **Expansão da Rede Federal**. (s/d) Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 5 abr. 2023.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de auditoria**: Acórdão 506/2013. Brasília, março 2013. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/ACORDAO%2520506%252F2013/%2520DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520>. Acesso em: 10 maio 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de auditoria**: Acórdão 986/2024. Brasília, maio 2024. Disponível em: [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo\\*/NUMACORDAO%253A986%2520ANOACORDAO%253A2024%2520DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo*/NUMACORDAO%253A986%2520ANOACORDAO%253A2024%2520DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0). Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. **CNCT**: Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, 4 ed. 2020, alteração do conteúdo 2024. Disponível em: <https://cnct.mec.gov.br/>. Acesso em: 9 jan. 2025.

BRASIL. **CNCST**: Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, 4 ed. 2024. Disponível em: <https://cncst.mec.gov.br/cncst-api/catalogopdf>. Acesso em: 9 jan. 2025.

CAMPO LARGO. **Lei nº 2.543, 28 de novembro de 2013**. Cria o Centro de Ciências e Tecnologias Cerâmicas de Campo Largo - CESTEC-CL e dá outras providências.

Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/c/campo-largo/lei-ordinaria/2013/254/2543/lei-ordinaria-n-2543-2013-cria-o-centro-de-ciencias-e-tecnologias-ceramicas-de-campo-largo-cestec-cl-e-da-outras-providencias> Acesso em: 18 fev. 2025.

CAMPO LARGO, Câmara Municipal. Sistema de Apoio ao Processo Legislativo. **Documentos Acessórios**: Projeto de Lei do Executivo nº 14/2010. Disponível em: <https://sapl.campolargo.pr.leg.br/materia/1281/documentoacessorio> Acesso em: 4 jan. 2025.

CEPPE DO BRASIL. Realização Associação Comercial e Empresarial de Campo Largo (Acicla). **Campo Largo em Números**. 2024. Disponível em: <https://www.campolargoemnumeros.com.br/> Acesso em: 5 abr. 2025.

CIAVATTA, Maria. A escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, ano3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 29 maio 2024.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politécnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.23, n.1, p. 187-205, jan-abr. 2014. Disponível em: [http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/Ciavatta\\_ensino\\_integrado\\_politec\\_nia\\_educacao\\_omnilateral.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/Ciavatta_ensino_integrado_politec_nia_educacao_omnilateral.pdf). Acesso em: 27 ago. 2024.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 3 ed. São Paulo: Cortez, p. 83-106, 2012.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil Dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/45-Texto%20do%20Artigo-71-134-10-20120504.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2024.

COMPARATO, Fábio Konder. Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas. **Revista de Informação Legislativa**, n. 138, abril/junho, 1998. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/364/r138-04.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**: evolução e desafios. 4 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

COLOMBO, Irineu Mario. **Educação para um novo tempo**: o Instituto Federal. Setec, 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos\\_educacao\\_novotempo.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_educacao_novotempo.pdf). Acesso em: 3 jul. 2024.

CONFORTO, Edivandro Carlos; AMARAL, Daniel Capaldo; SILVA, Sérgio Luis da. **Roteiro para revisão bibliográfica sistemática**: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2205710/mod\\_resource/content/1/Roteiro%20para%20revis%C3%A3o%20bibliogr%C3%A1fica%20sistem%C3%A1tica.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2205710/mod_resource/content/1/Roteiro%20para%20revis%C3%A3o%20bibliogr%C3%A1fica%20sistem%C3%A1tica.pdf). Acesso em: 6 set. 2024.

CONIF, Portal. **Conheça a História**: Linha do tempo. 2019. Disponível em: <https://113anos.redefederal.org.br/#historico>. Acesso em: 3 jul. 2024.

CONIF. **Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/noticias/JernimoRodriguesCONIF.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2024.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Mais Gráfica Editora. Brasília, 2010. Disponível em: [antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/Livro\\_APL.pdf](http://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/Livro_APL.pdf). acesso em: 7 maio 2023.

COSTA, Pedro Luiz de Araújo; MARINHO, Ricardo José de Azevedo. Educação profissional e tecnológica brasileira reinstitucionalizada: uma visão geral dos embates sobre a aprovação dos IFs. In; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. P.63-81.

COUTO, Andressa Freire Ramos. **O Guia Indissociável entre ensino, pesquisa e extensão**: dialogando sobre uma prática integradora. Vitória, Instituto Federal do Espírito Santo. 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/PRODUTO\\_EDUCACIONAL\\_O\\_Guia\\_Indissoci%C3%A1vel.pdf](file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/PRODUTO_EDUCACIONAL_O_Guia_Indissoci%C3%A1vel.pdf). Acesso em: 20 ago. 2024.

D'ASCENZI, Luciano; LIMA, Luciana Leite. Implementação e avaliação de políticas públicas: intersecções, limites e continuidades (127-152). In: LOTTA, Gabriela (Org.). **Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: ENAP, 2019. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro\\_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20no%20Brasil.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20no%20Brasil.pdf). Acesso em: 23 jun. 2024.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e Gestão a Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n.100, p. 921-946, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/w6QjW7pMDpzLrfRD5ZRkMWr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 7 jan. 2022.

DUARTE, Clarice Seixas. Direito Público Subjetivo e Políticas Educacionais. **São Paulo em Perspectiva**, v.18, n.2, p. 113-118, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/spp/a/RNxzrfZJ5H5HTnBVJFNH3vx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 jan. 2022.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 13 ed. USA: Pearson Education, 2011.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. Tradução Nelson Boeira. Martins Fontes, 2010.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Abordagens teóricas no campo de política pública no Brasil e no exterior: do fato à complexidade. **Rev. Serv. Público Brasília**, edição especial Repensando o Estado Brasileiro, v. 69, p. 53-84, dez. 2018. Disponível em: <https://revista.ena.gov.br/index.php/RSP/article/view/3583>. Acesso em: 31 ago. 2024.

FERREIRA, Helder; CASSIOLATO, Martha; GONZALEZ, Roberto. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas**: o modelo lógico do programa segundo tempo. Brasília: IPEA, 2009. (Texto para Discussão, n. 1369). Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1545/1/TD\\_1369.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1545/1/TD_1369.pdf). Acesso em: 4 set. 2023.

FOLHA, de Campo Largo. **Moreira anuncia Campi do IFPR em Campo Largo**. Campo Largo 28 de agosto de 2009. 2009a. Jornal físico disponível na Biblioteca Pública Municipal.

FOLHA, de Campo Largo. **Teste Seletivo do IFPR será em novembro**. Campo Largo 13 de novembro de 2009. 2009b. Jornal físico disponível na Biblioteca Pública Municipal.

FOLHA, de Campo Largo. **Teste Seletivo do IFPR será neste domingo**. Campo Largo 20 de novembro de 2009. 2009c. Jornal físico disponível na Biblioteca Pública Municipal.

FOLHA, de Campo Largo. **Acicla realiza reunião e pede urgência no processo de doação de área para o IFPR**. Campo Largo 16 de abril de 2010. 2010.

FOLHA, de Campo Largo. **Acicla**: Diretoria eleita da Acicla começa a trabalhar mesmo antes de assumir. Campo Largo, 21 de maio de 2010. Disponível em: <https://www.folhadecampolargo.com.br/noticia/2841/acicla>. Acesso em: 4 jan. 2025.

FOLHA, de Campo Largo. **Campo Largo ganha a disputa pelo Campus**: Desde o final do mês passado, Campo Largo já é sede do Campus Avançado do Instituto Federal do Paraná. Campo Largo, 13 de julho de 2010. Disponível em: <https://folhadecampolargo.com.br/noticia/3380/campo-largo-ganha-disputa-pelo-campus>. Acesso em: 4 jan. 2025.

FUINI, Lucas Labigalini. Os arranjos produtivos locais (APLs): uma breve explanação sobre o tema. **GeoTextos**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia. V.9, n.2, dez 2013, p.57-83. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/6985/6563>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FURTADO, Celso. **Os Desafios da Nova Geração**. Texto apresentado na III Conferência Internacional da Red Celso Furtado, realizada no Rio de Janeiro, de 4 a 6 de maio de 2004. Disponível em: [http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201411191735100.JornalEconomistasRioTextoRedCFje\\_jun2004\\_03.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201411191735100.JornalEconomistasRioTextoRedCFje_jun2004_03.pdf); Acesso em: 9 abr. 2023.

FREITAS, Juarez. Licitações Públicas Sustentáveis: dever constitucional e legal. **RIDB**, ano 2, n. 1, 2013. Disponível em: [https://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/01/2013\\_01\\_00339\\_00366.pdf](https://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/01/2013_01_00339_00366.pdf). Acesso em: 28 ago. 2024.

FREITAS, Juarez. **O Controle dos Atos Administrativos e os princípios fundamentais**. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, jun. 2000, p.211-259.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Projeto Societário, ensino médio integrado e educação profissional**: o paradoxo da falta e sobra de jovens qualificados. Capítulo 2, 41- 62.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LPP, UERJ, 2018.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. In: **Revista de Administração de Empresas**: São Paulo, 1995, v.35, n.2, p. 20-29.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, Volume 1.

HÖFLING, Eloisa de Matos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedex**, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf> Acesso em: 6 maio 2023.

GAZETA DO POVO. **Institutos federais lideram nota do Enem em 14 Estados**. Leia mais em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/institutos-federais-lideram-nota-do-enem-em-14-estados-83ypmfzthn6gx8v8npmb7fa7l/> Notícia publicada em 15.01.2018. Acesso em: 2 mar. 2025.

IFPR (2025). Site Institucional: **Políticas de Cotas**. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/estude-conosco/politicas-de-inclusao/politica-de-cotas/>. Acesso em: 30 jan. 2025.

IFPR. **Campo Largo assina intenção de receber o Instituto Federal do Paraná.** Curitiba 1 de setembro de 2009. 2009c. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/campo-largo-assina-intencao-de-receber-o-instituto-federal-do-parana/>. Acesso em: 5 jan. 2025.

IFPR. **Campo Largo e Assis são inaugurados oficialmente pela presidenta Dilma.** 2012. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/campo-largo-e-assis-sao-inaugurados-oficialmente-pela-presidenta-dilma/>. Acesso em: 5 jan. 2025.

IFPR. **Campo Largo poderá ganhar Unidade Avançada do IFPR.** Curitiba 19 de agosto de 2009. 2009b. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/campo-largo-podera-ganhar-unidade-avancada-do-ifpr/>. Acesso em: 5 jan. 2025.

IFPR. Campus Campo Largo. **Campo Largo realiza solenidade de inauguração.** 2012. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/campo-largo-realiza-solenidade-de-inauguracao/>. Acesso em: 4 jan. 2025.

IFPR. Campus Campo Largo. **Nossos Cursos:** Projetos Pedagógicos de Cursos. 2025a. Disponíveis em: <https://ifpr.edu.br/campo-largo/nossos-cursos/cursos-ensino-medio-integrado/>. Acesso em: 26 fev. 2025.

IFPR. Campus Campo Largo. **Nossos Cursos:** Projetos Pedagógicos de Cursos. 2025b. Disponíveis em: <https://ifpr.edu.br/campo-largo/nossos-cursos/cursos-tecnicos-subsequentes/>. Acesso em: 26 fev. 2025.

IFPR. Campus Campo Largo. **Nossos Cursos:** Projetos Pedagógicos de Cursos. 2025c. Disponíveis em: <https://ifpr.edu.br/campo-largo/nossos-cursos/cursos-superiores/>. Acesso em: 26 fev. 2025.

IFPR. Conselho Superior. **Atas do Conselho Superior.** 2009c. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/02/Ata-reuniao-CONSUP-11.03.2009.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2025.

IFPR. Conselho Superior. **Ata da Primeira Reunião Ordinária do Conselho Superior do IFPR de 11.03.2009.** 2009a. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/02/Ata-reuniao-CONSUP-11.03.2009.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2025.

IFPR. **IFPR expande sua presença no Paraná com cinco novos campi até 2026.** 2024b. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/ifpr-expande-sua-presenca-no-parana-com-cinco-novos-campi-ate-2026/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

IFPR. Introdução. In: ZANATTA, Odacir Antonio *et al.* **Passado, Presente e Futuro: 10 anos de IFPR.** Curitiba, IFPR, 2019. Disponível em: <https://editora.ifpr.edu.br/index.php/aeditora/catalog/book/28>. Acesso em: 26 ago. 2024.

IFPR. **Paper Anúncio IFs**. 2024a. Disponível em: [https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2024/03/12.03.2024-Paper-Anuncio-IFs\\_BR.pdf](https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2024/03/12.03.2024-Paper-Anuncio-IFs_BR.pdf). Acesso em: 20 jul. 2024.

IFPR. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Disponível em: <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/PDI-2019-2023-Revisao-2020.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

IFPR. Portal INFO. **Convênios**. Disponível em: <https://lookerstudio.google.com/u/0/reporting/88f52c76-b595-43ec-8d72-046c18f66acc/page/VSwFC>. Acesso em: 20 fev. 2025.

IFPR. Resolução Consup nº 36, de 01 de outubro de 2021. **Aprova as definições e normas sobre a Política de Cotas** para inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas, pessoas com deficiência, pessoas em condição de vulnerabilidade socioeconômica, pessoas trans (transexuais, transgêneros e travestis), povos tradicionais, imigrantes e refugiados nos cursos e programas de Pós-graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). Disponível em: [https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador\\_publicacoes.php?acao=publicacao\\_visualizar&id\\_documento=1471875&id\\_orgao\\_publicacao=0](https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=1471875&id_orgao_publicacao=0). Acesso em: 27 ago. 2024.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cidades e Estados. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr.html> Acesso em: 28 nov. 2024.

INEP. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação: Presencial e a Distância**. Reconhecimento, Renovação de Reconhecimento. Brasília, 2017. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_reconhecimento.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf). Acesso em: 6 ago. 2024.

INEP. **ENEM**: apresentação. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Acesso em: 20 fev. 2025.

INEP. **ENEM 2024**: Desempenho médio dos participantes aumentou. Notícia publicada em 16.01.2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/enem-2024-desempenho-medio-dos-participantes-aumentou> Acesso em: 2 mar. 2025.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico do Município de Campo Largo**. Curitiba, 2025. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83600&btOk=ok>. Acesso em: 15 fev. 2025.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjos produtivos locais do Estado do Paraná: identificação, caracterização e construção de tipologia**. Curitiba: 2006. Disponível em:

[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/apl\\_identificacao\\_tipologia.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/apl_identificacao_tipologia.pdf) Acesso em: 17 fev. 2025.

IPARDES. **Índice de Desempenho Municipal**. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal> Acesso em: 6 mar. 2025.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. 2002. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 36, n.1, p.51-72, Jan./Fev. 2002. Disponível em: [https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Descentraliza%C3%A7%C3%A3o/Jannuzzi\\_2012.pdf](https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Descentraliza%C3%A7%C3%A3o/Jannuzzi_2012.pdf). Acesso em: 8 mar. 2024.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais na Formulação de Políticas Públicas**. 2002. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2012.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

JANUZZI, Paulo de Martino. A importância do contexto institucional, político e ideacional na avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Avaliação**, v.11, n.2, e113722, 2022. <https://doi.org/10.4322/rbaval202211037>. Disponível em: <https://rbaval.org.br/article/10.4322/rbaval202211037/pdf/rbaval-11-2-e113722.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Do ciclo de formulação e avaliação de políticas à espiral de implementação. **Nexo Jornal**. Políticas Públicas. Set. 2023. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2023/09/27/do-ciclo-de-formulacao-e-avaliacao-de-politicas-a-espiral-de-implementacao>. Acesso em: 26 jun. 2024.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Sobre o conceito de política públicas. **Nexo Jornal**. Políticas Públicas. Acesso em: maio 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2022/05/17/sobre-o-conceito-de-politicas-publicas>. Acesso em: 26 jun. 2024.

KRAFT, Michael E.; FURLONG, Scott R. **Public Policy**: politics, analysis and alternatives. 3 ed. USA: CQ Press, 2010.

LASTRES, Helena M. M; CASSIOLATO, José Eduardo. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. J.E.; MACIEL, M.L. (orgs.). **Pequena empresa**: cooperação e desenvolvimento local. Relume Dumará Editora, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: [https://www.concepcaoconcursos.com.br/images/upload/file/SEBRAE\\_SE%202014/Refer%C3%Aancia%20Bibliogr%C3%A1fica%20do%20SEBRAE\\_SE/Cassiolato,%20Arranjos%20e%20Sistemas%20Produtivos%20e%20Inovativos%20Locais.pdf](https://www.concepcaoconcursos.com.br/images/upload/file/SEBRAE_SE%202014/Refer%C3%Aancia%20Bibliogr%C3%A1fica%20do%20SEBRAE_SE/Cassiolato,%20Arranjos%20e%20Sistemas%20Produtivos%20e%20Inovativos%20Locais.pdf). Acesso em: 20 nov. 2022.

LOWI, Theodore. American Business, Public Policy, Case-Studies and Political Theory.

**World Politics**, v.16, n. 4, p.677-715, 1964.

MARINI, Marcos Júnior; SILVA, Christian Luiz da. Desenvolvimento Regional e Arranjos Produtivos Locais: uma abordagem sob a ótica interdisciplinar. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.8, n.2, p.107-129, maio-ago./2012, Taubaté, SP. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/669/286>. Acesso em: 28 ago. 2024.

PARANÁ, Governo do Estado. Casa Civil. **Municípios do Paraná alcançam melhor índice de qualidade de vida da história**; veja o ranking. Disponível em: <https://www.casacivil.pr.gov.br/Noticia/Municipios-do-Parana-alcancam-melhor-indice-de-qualidade-de-vida-da-historia-veja-o-ranking#:~:text=A%20m%C3%A9dia%20geral%20do%20Paran%C3%A1,ou%20superior%20ao%20do%20Estado>. Matéria publicada em 18 dez. 2024. Acesso em: 6 mar. de 2025.

PRADO, Marcos Aparecido Rodrigues; CASTANHA, Renata Cristina Gutierrez. Indicadores: conceitos fundamentais e importância em CT&I. In: GRÁCIO, M. C. C., MATÍNEZ-ÁVILA, D., OLIVEIRA, E. F. T., and ROSAS, F. S., eds. **Tópicos da bibliometria para bibliotecas universitárias** [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020, pp. 50-71.

PARANÁ, IparDES. **Mapas, Base Física e Política: Regiões Geográficas** (Lei nº 15.825/2008). Disponível em: [http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-09/Regi%C3%B5es%20Geogr%C3%A1ficas%20%28Lei%20Estadual%2015.pdf](http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Regi%C3%B5es%20Geogr%C3%A1ficas%20%28Lei%20Estadual%2015.pdf) Acesso em: 8 abr. 2023.

MACHADO, Lucília R. de Sousa. **Educação e divisão social do trabalho**: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

MADUREIRA, João Cláudio. **O Pronera e a Garantia do Direito à Educação**: a experiência do tecnólogo em agroecologia do IFPR/ELAA no Assentamento Contestado. Curitiba: Appris, 2021.

METROPOLITANO, Jornal O. **Formada comissão responsável pela implantação do IFPR em Campo Largo**. Campo Largo, 5 de fevereiro de 2010.

MOURÃO, Arminda Rachel Botelho; NOGUEIRA, Sílvia Cristina Conde; ARAÚJO, José Júlio César do Nascimento; SOUZA, José Eurico Ramos de. Governança e Desenvolvimento: uma leitura das finalidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na Amazônia Brasileira. **Revista Portuguesa de Investigação Educacional**, v. 15, 2015, pp. 53-69. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/investigacaoeducacional/article/view/3410>. Acesso em: 30 jul. 2024.

OLIVEIRA, Caroline. Lula anuncia 100 novos institutos federais de educação; Nordeste é região mais beneficiada. **Jornal Brasil de Fato**. São Paulo, 12 mar. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/12/lula-anuncia-100-novos-institutos-federais-de-educacao-nordeste-e-regiao-mais-beneficiada>. Acesso em: 15 abr. 2024.

OLIVEIRA JÚNIOR, Geraldo Coelho. A Gestão da Rede Federal sob a Égide do Capital: dos CEFETS aos Institutos Federais. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v.46, n.2, p.94-109, maio/ago. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/799-Texto%20do%20artigo-2138-2022-10-20200828.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1013>. Acesso em: 24 ago. 2024

PACHECO, Eliezer Moreira; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; SOBRINHO, Moisés Domingos. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Limites e Possibilidades. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010. ISSN 1516-4896. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3568/3254> acesso em 11 jul. 2024.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília, 2011. São Paulo, 2011. Disponível em: [https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67\\_Institutosfederais.pdf](https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf). Acesso em: 22 jan. 2022.

PACHECO, Elieser. **Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais**: Diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Editora do IFRN. Natal. 2015. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1018/Fundamentos%20Poli%CC%81tico-Pedago%CC%81gicos%20dos%20Institutos%20Federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 ago. 2024.

PACHECO, Eliezer. Desvendando os Institutos Federais: Identidade e Objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 1, 2020. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: [file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/malverdi,+Michele+Waltz,+Elieser+Pacheco%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/malverdi,+Michele+Waltz,+Elieser+Pacheco%20(1).pdf) Acesso em: 20 ago. 2024.

PACHECO, Eliezer Moreira. Prefácio. **Institutos Federais dos brasileiros**: a história contada por quem fez. In: SILVA, Jesué Graciliano (Org.). 1.ed. São Paulo: Artliber Editora, 2023. Disponível em: [https://portal.conif.org.br/images/2023/11\\_Novembro/livro-institutos-federais-dos-brasileiros.pdf](https://portal.conif.org.br/images/2023/11_Novembro/livro-institutos-federais-dos-brasileiros.pdf). Acesso em: 28 maio 24.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; CRUZ, José Luis Vianna. Os Institutos Federais e o Desenvolvimento Regional: interface possível. **Revista Holos**, ano 35, v.4, Natal: 2019.

Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7992> Acesso em: 15 fev. 2023.

PATRICIO NETTO, Bernardo; RISSETE, Cezar; PUPPI E SILVA, Heloisa; FARAH JUNIOR, Moises Francisco. Instrumentos de gestão pública. In: SILVA, Christian Luiz da; LIMA: José Edmilson de Souza. (Org.). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010, p. 69-92.

PITANGUI, Catarine Palmieri; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra; Barbosa, Agnaldo de Sousa. **Arranjos produtivos locais: uma análise baseada na participação das organizações locais para o desenvolvimento**. **Gestão & Produção**, São Carlos, v.26, n.2, e2579, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gp/a/cDWKfVLKBzTXqtpBtdVJ8PH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2022.

PORTER, Michael. The competitive advantage of nations. New York: Free Press, 1990. RAMOS, Marise. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. 2004. Disponível em: [http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao\\_do\\_ensino\\_medio\\_integrado5.pdf](http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf). Acesso em: 3 abr. 2024.

RUBIN, Gleisson Cardoso. Contexto. **Institutos Federais dos brasileiros: a história contada por quem fez**. Organização Jesué Graciliano da Silva. 1.ed. São Paulo: Artliber Editora, 2023. Disponível em: [https://portal.conif.org.br/images/2023/11\\_Novembro/livro-institutos-federais-dos-brasileiros.pdf](https://portal.conif.org.br/images/2023/11_Novembro/livro-institutos-federais-dos-brasileiros.pdf). Acesso em: 28 maio 2024.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; ALVES, Flávia Keller. Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária (APL.com): Um Projeto Piloto na Comunidade do Entorno da Microbacia do Rio Sagrado (Morretes/PR). **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v.15, nº1, p.30-42, 2013. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/645/390>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. **Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG/>. Acesso em: 8 set. 2024.

SANTOS, Jailson Alves. Política de expansão da RFEPCT: quais as perspectivas para a nova territorialidade e institucionalidade? In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. P. 113-123. Capítulo 5.

SARMENTO, Daniel. **A Proteção Judicial dos Direitos Sociais**: Alguns Parâmetros Ético Jurídicos. Disponível em: <http://files.camolinaro.net/200000426-33a4135980/A-Protecao-o-Judicial-dos-Direitos-Sociais.pdf> Acesso em: 21 jan. 2022.

SEBRAE (2014). **APL Arranjo Produtivo Local**. Série Empreendimentos Coletivos. Univaldo Coelho Cardoso, Vânia Lúcia Nogueira Carneiro, Édna Rabêlo Quirino Rodrigues. Brasília: Sebrae, 2014. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/b8126fa768f69929a146f38122da570b/\\$File/5197.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/b8126fa768f69929a146f38122da570b/$File/5197.pdf). Acesso em: 28 ago. 2024.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento com Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SILVA, Fabio Freitas da; NOGUEIRA, Geísa Pereira Marcilio; MATIAS, Ítalo de Oliveira; MATTA, Ludmila Gonçalves da; SHIMOYA, Aldo Shimoya. Análise Bibliométrica sobre Políticas Públicas. **Revista de Políticas Públicas**, 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13088/7208>. Acesso em: 27 jun. 2024.

SILVA, Christian Luiz da; BASSI, N. S. S. Políticas públicas e desenvolvimento local. In: SILVA, Christian Luiz da. (Org.). **Políticas Públicas e desenvolvimento local**: instrumentos e proposições de análise para o Brasil. 1 ed. Petrópolis: Vozes, v. 1, p. 15-38, 2012.

SILVA, Caetana Juracy Resende. **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/11/2008**: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1071/Institutos%20Federais%20Comentarios%20e%20Reflexoes%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 jul. 2024.

SILVA, Jairo da Silva e; SILVA, Valdinei Mendes da; BRITO, Diselma Marinho. Contribuições da Extensão como instrumento de promoção do desenvolvimento social, científico e tecnológico local: o papel da extensão do IFPA em Abaetetuba-PA. **Educação e Emancipação**, São Luís, v. 9, n. 2, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/5898/3511>. Acesso em: 24 jul. 2024.

SILVA, Marta Leandro da; INÁCIO FILHO, Geraldo. Trajetória histórico-normativa das políticas curriculares da educação profissional técnica de nível médio: de 1996 a 2008. **Cadernos de História da Educação**, v.15, n.2, p. 769-792, maio-ago. 2016. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/che/v15n2/1982-7806-che-15-02-769.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20-45, jun./dez. 2006.

SOUZA, Marília de Souza; SCHNEIDER, Ariane Hinça; SELEME, Laila Del Bem. **Cidades Inovadoras: Campo Largo 2030**. Curitiba: Sesi/PR. 2013. Disponível em: [https://www.fiepr.org.br/observatorios/uploadAddress/Campo-Largo-2030\[87625\].pdf](https://www.fiepr.org.br/observatorios/uploadAddress/Campo-Largo-2030[87625].pdf). Acesso em: 26 fev. 2025.

SOUZA, Jefferson Adriano de; SANTOS, Katrym Aline Bordinhão dos; PEREIRA, Francielle Maria. Relatório de Atividades do Projeto Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior - PIBIC Jr: **Reflexões sobre a escrita em um campus do IFPR: a redação nota mil do ENEM**. 2024. Disponível em: SEI (Sistema Eletrônico de Informações), Processo nº 23411.015720/2024-19. Acesso em: 9 jan. 2025.

THEIS, Ivo Marcos; GALVÃO, Antônio Carlos F. A formulação de políticas públicas e as concepções de espaço, território e região. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 14, n. 2, p. 55-69, nov. 2012. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4101/3999>. Acesso em: 31 ago. 2024.

TCU. **Referencial de controle de políticas públicas** / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (Secex Desenvolvimento), Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec) e Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag), 2020. Disponível em: [https://portal.tcu.gov.br/data/files/EF/22/A4/9A/235EC710D79E7EB7F18818A8/1\\_Referencial\\_controle\\_politicas\\_publicas.pdf](https://portal.tcu.gov.br/data/files/EF/22/A4/9A/235EC710D79E7EB7F18818A8/1_Referencial_controle_politicas_publicas.pdf). Acesso em: 26 jun. 2024.

TCU (2013). **Acórdão 506/2013**. TC nº 026.062/2011-9. Relator José Jorge. Brasília. Disponível em: [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/\\*/KEY:ACORDAO-COMPLETO-1250021/NUMACORDAOINT%20asc/0](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/KEY:ACORDAO-COMPLETO-1250021/NUMACORDAOINT%20asc/0). Acesso em: 31 ago. 2024.

TCU (2024). **Acórdão nº 986/2024**. TC 014.924/2023-4. Relator Antônio Anastasia. Brasília. Disponível em: [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo\\*/NUMACORDAO%253A986%2520ANOACORDAO%253A2024%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo*/NUMACORDAO%253A986%2520ANOACORDAO%253A2024%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0). Acesso em: 1 set. 2024.

TRINDADE, Aléssio Barros. IFCE. **Conif e Setec tratam sobre fortalecimento dos IFs**. 2016. Disponível em: <https://ifce.edu.br/noticias/conif-e-setec-tratam-sobre-fortalecimento-dos-ifs>. Acesso em: 28 maio 2024.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael Van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **RAP**, Rio de Janeiro, v.42, n. 3, p. 529-50, maio/jun. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/bCWckwnwwrvF8Pb9kDtjDgy/?format=pdf&lang=pt>. 2008. Acesso em: 31 ago. 2024.

TRINDADE, Aléssio Barros. **Conif e Setec tratam sobre fortalecimento dos IFs** – 03/02/2016. Disponível em: <https://ifce.edu.br/noticias/conif-e-setec-tratam-sobre-fortalecimento-dos-ifs> - Acesso em: 28 maio 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Sistema de Bibliotecas. **Pesquisas brasileiras servem de referência para políticas públicas em vários países**, mostra estudo. Notícia veiculada em 23 de abril de 2024. Disponível em: <https://portal.biblioteca.ufabc.edu.br/noticias/pesquisas-brasileiras-servem-de-referencia-para-politicas-publicas-em-varios-paises-mostra-estudo>. Acesso em: 27 jun. 2024.

VENTURA, Magda Maria. **O estudo de caso como modalidade de pesquisa**. p.383-386, 2007.

## **APÊNDICE A – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SISTEMÁTICA**

**Quadro 26 - Revisão Bibliográfica Sistemática**

BASE DE DADOS: Periódicos da CAPES				
Filtros: <b>Disponibilidade:</b> periódicos revisados por pares; <b>Tipo de Recursos:</b> Artigos, Dissertações e Teses; <b>Assunto:</b> Livre; <b>Data:</b> 2009 a 2024; <b>Coleção:</b> Livre; <b>Idioma:</b> Português; <b>Tipo periódico:</b> Livre				
Busca: Rede Federal e Desenvolvimento Local e Regional				
Total identificados: 62 Interesse: 06 – Período da pesquisa: abril de 2023 e julho de 2023				
Ano	Palavras-Chaves	Autores	Natureza trabalho e Título	Metodologia/Objetivos/Achados/ Resultados
2011	Crescimento econômico, desenvolvimento regional, expansão universitária, Pampa Gaúcho.	Hoff, Débora Nayar Sopeña, Mauro Barcellos Schmidt San Martin, Aline  Universidade Federal do Pampa - Unipampa	Artigo científico  Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa em Sant'ana do Livramento	O artigo apresenta resultados quantitativos e objetivos (impactos pontuais) sobre a implantação da Universidade Federal do Pampa na região sul do RS (implantação em 2006). Metodologia: pesquisa bibliográfica e questionário aplicado a estudantes, docentes e técnicos, entrevista semiestruturada com as empresas locais. Análise: potencial impacto nos setores: imobiliário (aluguéis); gastronômico (alimentação); comércio de livros; fotocópias; serviços prestados à Unipampa; salários aos servidores e bolsas pagas aos estudantes. Resultado: influência da universidade no desenvolvimento regional (impactos diretos e indiretos).
2013	Desenvolvimento regional e local, geografia econômica, teoria do desenvolvimento regional.	Dias, Robson  Instituto Federal Fluminense	Artigo científico  Instituições e desenvolvimento territorial: um estudo a partir do caso do arranjo produtivo de petróleo e gás natural localizado em Macaé-Brasil	O objetivo da pesquisa é explicar como, empiricamente, as instituições dão contornos à economia na escala local e quais perspectivas elas também geram para o desenvolvimento territorial. Com a instalação da base de apoio da estatal de petróleo brasileira, a Petrobras, Macaé se tornou o município mais dinâmico economicamente do RJ e um dos que mais cresceram no Brasil. A consolidação das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural determinou profundas transformações territoriais, econômicas e sociais no RJ, projetando o município de Macaé a uma posição de destaque nos cenários regional e nacional. Durante a pesquisa verificou-se que as instituições operam em diversas escalas, que na área de estudo pode-se segmentar em duas: normas de origem externa, que são impostas à escala local por agentes de grande poder de uso do espaço (o Estado e as grandes empresas) e as instituições de origem local, formadas a partir de reações dos agentes locais às pressões externas.

2018	Território. Desenvolvimento. Escalas. Educação Profissional.	José Luís Vianna da Cruz; Carla Nogueira Patrão Aquino  Universidade Candido Mendes/Campos dos Goytacazes	Artigo científico  O desafio da gestão institucional para o desenvolvimento regional: a experiência do Instituto Federal Fluminense	O artigo apresenta uma experiência de gestão do IF Fluminense (2015), de configuração de uma escala específica, a partir do conceito de Núcleo, objetivando a reestruturação do seu principal órgão colegiado decisório. O objetivo da iniciativa foi o aprofundamento das relações entre uma instituição de educação e as demandas da sociedade onde opera, no sentido do fortalecimento das potencialidades locais e regionais para o desenvolvimento. Há lacunas entre a missão institucional vinculada ao desenvolvimento do território e a forma de organização dos processos pedagógico, administrativo e de gestão. O Consup do IF Fluminense não traduzia a angulação no sentido do território. Resultado: demanda pela construção de pontes entre a institucionalidade dos IFs e os mecanismos e instrumentos de gestão a fim de projetar os IFs em seu território.
2019	Universidade-Entorno; Arranjo Produtivo Local; Sudoeste Paraná	Augusto Faber Flores, Marcos Junior Marini  UTFPR	Artigo científico  Interação universidade e entorno: o caso do APL de tecnologia de informação do sudoeste do Paraná	A pesquisa, de natureza descritiva com caráter exploratório, dados qualiquantitativos, teve como objetivo analisar a interação entre universidades e seu entorno com as empresas participantes do APL de Tecnologia de Informação do Sudoeste do PR. Universidade e o seu entorno: meio propulsor no processo de criação e irradiação de conhecimento; Hélice Tríplice (Etzkovitz, 1990), considera a interação universidade-indústria-governo como chave para o crescimento econômico. Aplicação de questionário estruturado com 31 entrevistados (3 representantes da governança do APL, 19 empresários do APL e 5 agentes de apoio e 4 IES), durante o segundo semestre de 2017. Resultados: um baixo nível de confiança e cooperação destas universidades com o APL, além de pouco engajamento e envolvimento com as ações conjuntas desenvolvidas no APL, resultando também em baixo nível de reciprocidade com os demais participantes do arranjo.
2019	Dinâmica econômica. Rede urbana. Francisco Beltrão. Instituições de Ensino Superior públicas.	Carlos Cassemiro Casaril, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, PR	Artigo científico  Importância das universidades públicas para a economia local e regional: o caso da Uniãoeste e UTFPR em Francisco Beltrão, PR	O objetivo da pesquisa (campo) é analisar a dinâmica econômica do setor terciário de Francisco Beltrão, PR, destacando os serviços de educação, especificamente, as Instituições de Ensino Superior públicas (IES) e seus papéis de dinamização da economia local e regional onde estão inseridas. Resultados: as IES desempenham importante papel no desenvolvimento regional, contribuindo para mitigar, as disparidades econômicas e sociais. As universidades públicas afetam o desenvolvimento local e regional onde estão inseridas, basicamente de três

				formas: formação de capital humano; pesquisas e; dos gastos relacionados ao funcionamento destas instituições (as receitas das IES correspondem a 100,87% da receita tributária própria do município).
2021	Educação Profissional e Tecnológica; Oferta de Formação; Instituto Federal; Desenvolvimento	Carla Nogueira Patrão de Aquino; Ana Lúcia Mussi de Carvalho Campinho; Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda. Universidade Cândido Mendes (UCAM) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade	Artigo científico  As prerrogativas dos Institutos Federais e a oferta educacional	O objetivo da pesquisa é analisar a atuação IF Fluminense no Norte Fluminense, que traz como missão concorrer para o desenvolvimento local e regional - recorte do artigo como um indicativo do “ir ao encontro da sociedade como um vetor do desenvolvimento”. Resultados: crescimento exponencial do IF Fluminense na última década; instituição mantém propostas de formação dentro do paradigma hegemônico das ciências e da produção.
<b>Busca: Educação e Desenvolvimento Local e Regional</b>				
<b>Total identificados: 177– Interesse: 09- Período da pesquisa: abril de 2023 e julho de 2023</b>				
Ano	Palavras-Chaves	Autores	Título	Metodologia/Objetivos/Achados/ Resultados
2010	Educação tecnológica; Ciência; Tecnologia; Formação profissional; Institutos federais	Eliezer Moreira Pacheco Luiz Augusto Caldas Pereira Moisés Domingos Sobrinho  MEC	Artigo científico  Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades	O artigo analisa os elementos do contexto histórico e político de sua criação, assim como os aspectos mais relevantes e considerados estruturantes dessa nova instituição do campo educacional brasileiro. Resultados apontados: a consolidação dos IF dependerá da conjugação de certos fatores: a compreensão, pelos diferentes atores, do papel estratégico no desenvolvimento nacional e no fortalecimento da cidadania; capacidade de articulação das políticas para a EPT com as demais políticas públicas desenvolvida; à formação de trabalhadores para atender às demandas exclusivas do mercado; capacidade de articular ensino/ciência/tecnologia em sintonia com as demandas do desenvolvimento local e regional; a disputa de projetos para a sociedade como um todo, não apenas para a EPT.
2014	Educação Profissional, Capital Social,	Magalhães, Guilherme Lins de	Dissertação	Objetivo do trabalho foi analisar em que medida existe influência do Curso Técnico em Agropecuária, ofertado pelo campus Planaltina, na formação do Capital Social com vistas ao

	Empoderamento, Desenvolvimento Local.	Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Educação	A EPT e a promoção do capital social: a influência do campus Planaltina na realidade dos assentados da região de Águas Emendadas	desenvolvimento regional dos assentamentos da região de Águas Emendadas. Evidenciar possíveis aproximações entre a educação profissional, Capital Social e o empoderamento. Metodologia empregada: qualitativa e quantitativa. Procedimentos: <i>survey</i> com perguntas sobre comportamentos e atitudes com os estudantes; entrevistas semiestruturadas (líderes do assentamento). Amostra: 8 professores do curso; 7 líderes de assentamento; e 21 estudantes do curso que são assentados na região de Águas Emendadas. Resultados apontados: não houve aumentos de estoques de Capital Social entre os estudantes do curso; observou-se que as intervenções de qualificação devem estar acompanhadas de projetos de pesquisa e extensão para estimular práticas de associativismo e de descoberta da realidade.
2015	Educação, Desenvolvimento, Governança, Território	Armanda Rachel Botelho Mourão Sílvia Cristina Conde Nogueira José Júlio César do Nascimento Araújo José Eurico Ramos de Souza Universidade Federal do Amazonas, Instituto Federal do Amazonas e Instituto Federal do Acre	Artigo científico  Governança, território e desenvolvimento: uma leitura das finalidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na Amazônia brasileira	O artigo analisa a relação entre Educação e Desenvolvimento a partir da política de implantação dos IFs. Avalia o Desenvolvimento Regional e sua interface com a área da Educação. Os autores realizaram uma pesquisa Banco de Teses com as palavras-chave: “desenvolvimento regional”. No refinamento, teses que abordaram Governança e Território como mediações necessárias para a discussão sobre desenvolvimento. Algumas conclusões: a institucionalidade criada pelo governo federal emerge três dimensões para os IFs: política social, lócus de formação de professores e agências de desenvolvimento local; Governança e Território surgem como mediações necessárias à efetivação de processos que promovam o Desenvolvimento Regional.
2016	Extensão. IFPA Campus Abaetetuba. Desenvolvimento.	Jairo da Silva e Silva Valdinei Mendes da Silva Diselma Marinho Brito Instituto Federal do Pará - IFPA	Artigo científico  Contribuições da Extensão como instrumento de promoção do desenvolvimento social, científico e tecnológico local: o papel da extensão do IFPA em Abaetetuba-PA	O artigo tem como objetivo refletir o importante papel a ser desempenhado pela Extensão, entendida como indispensável instrumento de promoção do desenvolvimento social, científico e tecnológico nacional, regional, sobretudo, local. O trabalho prioriza as contribuições da Extensão do IFPA - Campus Abaetetuba, para o desenvolvimento da educação, ciência e tecnologia na Região do Baixo Tocantins Paraense. O documento descreve as experiências vivenciadas por meio dos projetos, programas e ações, salientando as conquistas e os desafios de natureza extensionista.

2016	Expansão da Educação Superior. Pós-graduação (Stricto Sensu). Sudoeste do Paraná.	Nayara Massucatto Giovanna Pezarico Marlize Rubin Oliveira  Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Artigo científico  Expansão da Educação Superior Stricto Sensu: o sudoeste do Paraná	O artigo tem como objetivo investigar o processo de expansão da Educação Superior no Sudoeste do PR, seus desafios, perspectivas e possibilidades para o desenvolvimento regional. O recorte é na região Sudoeste, com análise do perfil dos cursos de Pós-Graduação, através de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Atualmente, a Região Sudoeste do Paraná conta com 23 instituições de ES em caráter presencial, distribuídas em 12 municípios, sendo destas, apenas 8 instituições públicas. Ainda, a região conta com 12 cursos de Mestrado e um curso de Doutorado. Desse quadro, 9 cursos de Mestrado e 1 curso de Doutorado são ofertados pela UTFPR e 3 cursos de Mestrado são ofertados pela Unioeste. Resultados: os cursos têm como finalidade a perspectiva de contribuir com o desenvolvimento regional, a partir da capacitação de profissionais que atuam nas diferentes áreas.
2016	Políticas públicas, educação profissional, reforma da legislação federal de ensino	Marta Leandro da Silva Geraldo Inácio Filho  Universidade Estadual de Campinas	Artigo científico  Trajetória histórico-normativa das políticas curriculares da educação profissional técnica de nível médio: de 1996 a 2008	O artigo apresenta a história das políticas educacionais da educação profissional e tecnológica. Resultados: as políticas EPT foram redesenhadas em um contexto de reformas sucessivas da legislação federal; característica marcante é a descontinuidade; regulada por decretos (exercício do poder executivo), em detrimento da perspectiva democrática de decisões compartilhadas; necessidade de ser elaboradas mediante amplo debate de forma articulada com a sociedade civil.
2017	Cursos técnicos, Qualificação profissional, Desenvolvimento regional.	Erika Lemes de Andrade; Nelson Bezerra Barbosa  Instituto Federal Goiano	Políticas Públicas de Educação Profissional e a inserção de egressos no mercado de trabalho	O artigo tem o objetivo de analisar o processo de inserção profissional dos egressos de cursos técnicos (2010-2014), no IFGoiano – Campus Morrinhos. Resultados: os objetivos da proposta educacional dos cursos técnicos, os interesses dos alunos e as demandas do setor produtivo estão em consonância, conduzindo a resultados satisfatórios na relação educação e mercado de trabalho. Dificuldades: desatualização do banco de dados institucional referente aos alunos; apatia de muitos egressos em responderem ao questionário; entre os empregadores a dificuldade de acesso aos responsáveis pela área de RH para apresentação da pesquisa e convite para participação. Sugestões: aprofundamento nas discussões institucionais sobre a matriz curricular dos cursos técnicos (melhor distribuição entre a carga horária teórica/prática); reavaliação das áreas dos cursos ofertados; maior integração

				entre as instituições de ensino e os representantes do setor produtivo.
2018	Território. Desenvolvimento. Escalas. Educação Profissional.	José Luís Vianna da Cruz; Carla Nogueira Patrão Aquino Universidade Candido Mendes/Campos dos Goytacazes	Artigo científico  O desafio da gestão institucional para o desenvolvimento regional: a experiência do Instituto Federal Fluminense	O artigo apresenta uma experiência de gestão do IF Fluminense (2015), de configuração de uma escala específica, a partir do conceito de Núcleo, objetivando a reestruturação do seu principal órgão colegiado decisório. O objetivo da iniciativa foi o aprofundamento das relações entre uma instituição de educação e as demandas da sociedade onde opera, no sentido do fortalecimento das potencialidades locais e regionais para o desenvolvimento. Há lacunas entre a missão institucional vinculada ao desenvolvimento do território e a forma de organização dos processos pedagógico, administrativo e de gestão. O Consup do IF Fluminense não traduzia a angulação no sentido do território. Resultado: demanda pela construção de pontes entre a institucionalidade dos IFs e os mecanismos e instrumentos de gestão a fim de projetar os IFs em seu território.
2023	Inovação; Universidade; Conhecimento; Criatividade; Progresso	José Elesbão de Almeida; Alesxandro Fernando do Carmo; Rokátia Lorrany Nogueira Marinho; Dayane Kelly de Queiroz  Universidade Estadual de Londrina	Artigo científico  Interfaces entre a interiorização do ensino superior e o desenvolvimento local	O objetivo da pesquisa é discutir as principais políticas de expansão e interiorização do ensino público superior implantadas no Brasil, no período de 2003 a 2014 (governos Lula e Dilma); além da interiorização do ensino superior público, incentivo e ampliação de programas de pós-graduação stricto sensu, além de concessão de bolsas de estudos, através do FIES e PROUNI. O número de municípios atendidos por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) passou de 114 (2003), para 289 (2014); nos governos Temer e Bolsonaro, apenas seis Campi de instituições federais foram criados, como desmembramentos de universidades já existentes. Resultados: as políticas de expansão e interiorização do ensino público superior reduziram o hiato que havia no acesso à educação superior entre as populações das regiões mais pobres, especialmente no Nordeste, e as das regiões mais desenvolvidas, particularmente o Sudeste do país. Nas regiões receptoras das novas IES há mudança cultural, impulsionando a inovação e o progresso tecnológico, elementos centrais para a transformação econômica e o desenvolvimento local e regional.

**Busca: Institutos Federais e Desenvolvimento local e regional**

**Total identificados: 55 - Interesse: 09**- Período da pesquisa: abril de 2023 e julho de 2023

<b>Ano</b>	<b>Palavras-Chaves</b>	<b>Autores</b>	<b>Título</b>	<b>Metodologia/Objetivos/Achados/ Resultados</b>
2010	Educação tecnológica; Ciência; Tecnologia; Formação profissional; Institutos federais	Eliezer Moreira Pacheco Luiz Augusto Caldas Pereira Moisés Domingos Sobrinho  MEC	Artigo científico  Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades	O artigo analisa os elementos do contexto histórico e político de sua criação, assim como os aspectos mais relevantes e considerados estruturantes dessa nova instituição do campo educacional brasileiro. Resultados apontados: a consolidação dos IFs dependerá da conjugação de certos fatores: a compreensão, pelos diferentes atores, do papel estratégico no desenvolvimento nacional e no fortalecimento da cidadania; capacidade de articulação das políticas para a EPT com as demais políticas públicas desenvolvida; à formação de trabalhadores para atender às demandas exclusivas do mercado; capacidade de articular ensino/ciência/tecnologia em sintonia com as demandas do desenvolvimento local e regional; a disputa de projetos para a sociedade como um todo, não apenas para a EPT.
2013	Desenvolvimento regional e local, geografia econômica, teoria do desenvolvimento regional.	Dias, Robson.  Instituto Federal Fluminense	Artigo científico  Instituições e desenvolvimento territorial: um estudo a partir do caso do arranjo produtivo de petróleo e gás natural localizado em Macaé-Brasil	O objetivo da pesquisa é explicar como, empiricamente, as instituições dão contornos à economia na escala local e quais perspectivas elas também geram para o desenvolvimento territorial. Com a instalação da base de apoio da estatal de petróleo brasileira, a Petrobras, Macaé se tornou o município mais dinâmico economicamente do RJ e um dos que mais cresceram no Brasil. A consolidação das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural determinou profundas transformações territoriais, econômicas e sociais no Rio de Janeiro, projetando o município de Macaé a uma posição de destaque nos cenários regional e nacional.  Durante a pesquisa verificou-se que as instituições operam em diversas escalas, que na área de estudo pode-se segmentar em duas: normas de origem externa, que são impostas à escala local por agentes de grande poder de uso do espaço (o Estado e as

				grandes empresas) e as instituições de origem local, formadas a partir de reações dos agentes locais às pressões externas.
2015	Educação, Desenvolvimento, Governança, Território	Arminda Rachel Botelho Mourão Sílvia Cristina Conde Nogueira José Júlio César do Nascimento Araújo José Eurico Ramos de Souza Universidade Federal do Amazonas, Instituto Federal do Amazonas e Instituto Federal do Acre	Artigo científico  Governança, território e desenvolvimento: uma leitura das finalidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na Amazônia brasileira	O artigo analisa a relação entre Educação e Desenvolvimento a partir da política de implantação dos IFs. Avalia o Desenvolvimento Regional e sua interface com a área da Educação. Os autores realizaram uma pesquisa no Banco de Teses com as palavras-chave: “desenvolvimento regional”. No refinamento, teses que abordaram Governança e Território como mediações necessárias para a discussão sobre desenvolvimento. Algumas conclusões: a institucionalidade criada pelo governo federal emerge três dimensões para os IFs: política social, locus de formação de professores e agências de desenvolvimento local; Governança e Território surgem como mediações necessárias à efetivação de processos que promovam o Desenvolvimento Regional.
2016	Extensão. IFPA Campus Abaetetuba. Desenvolvimento.	Jairo da Silva e Silva Valdinei Mendes da Silva Diselma Marinho Brito Instituto Federal do Pará - IFPA	Artigo científico Contribuições da Extensão como instrumento de promoção do desenvolvimento social, científico e tecnológico local: o papel da extensão do IFPA em Abaetetuba-PA	O artigo tem como objetivo refletir o importante papel a ser desempenhado pela Extensão, entendida como indispensável instrumento de promoção do desenvolvimento social, científico e tecnológico nacional, regional, sobretudo, local. O trabalho prioriza as contribuições da Extensão do IFPA - Campus Abaetetuba, para o desenvolvimento da educação, ciência e tecnologia na Região do Baixo Tocantins Paraense. O documento descreve as experiências vivenciadas através dos projetos, programas e ações, salientando as conquistas e os desafios de natureza extensionista.
2017	Cursos técnicos, Qualificação profissional, Desenvolvimento regional.	Erika Lemes de Andrade; Nelson Bezerra Barbosa  Instituto Federal Goiano	Artigo científico  Políticas Públicas de Educação Profissional e a inserção de egressos no mercado de trabalho	O artigo tem o objetivo de analisar o processo de inserção profissional dos egressos de cursos técnicos (2010-2014), no IFGoiano – Campus Morrinhos. Resultados: os objetivos da proposta educacional dos cursos técnicos, os interesses dos alunos e as demandas do setor produtivo estão em consonância, conduzindo a resultados satisfatórios na relação educação e mercado de trabalho. Dificuldades: desatualização do banco de dados institucional referente aos alunos; apatia de muitos egressos em responderem ao questionário; entre os empregadores a dificuldade de acesso aos responsáveis pela área de RH para apresentação da pesquisa e convite para participação. Sugestões: aprofundamento nas discussões institucionais sobre a matriz curricular dos cursos técnicos (melhor distribuição entre a carga horária teórica/prática);

				reavaliação das áreas dos cursos ofertados; maior integração entre as instituições de ensino e os representantes do setor produtivo.
2018	Território. Desenvolvimento. Escalas. Educação Profissional.	José Luis Vianna da Cruz; Carla Nogueira Patrão Aquino  Universidade Candido Mendes/Campos dos Goytacazes	Artigo científico  O desafio da gestão institucional para o desenvolvimento regional: a experiência do Instituto Federal Fluminense	O artigo apresenta uma experiência de gestão do IF Fluminense (2015), de configuração de uma escala específica, a partir do conceito de Núcleo, objetivando a reestruturação do seu principal órgão colegiado decisório. O objetivo da iniciativa foi o aprofundamento das relações entre uma instituição de educação e as demandas da sociedade onde opera, no sentido do fortalecimento das potencialidades locais e regionais para o desenvolvimento. Há lacunas entre a missão institucional vinculada ao desenvolvimento do território e a forma de organização dos processos pedagógico, administrativo e de gestão. O Consup do IF Fluminense não traduzia a angulação no sentido do território. Resultado: demanda pela construção de pontes entre a institucionalidade dos IFs e os mecanismos e instrumentos de gestão a fim de projetar os IFs em seu território.
2022	Desenvolvimento local/regional; Educação profissional; Rede Federal.	José dos Santos Ferreira; Omar Jorge Sabbag  Instituto Federal do Mato Grosso do Sul Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Artigo científico  O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul e sua contribuição para o desenvolvimento regional de Ponta Porã e área de abrangência	O artigo é resultado de uma pesquisa apresentada no programa de pós-graduação em desenvolvimento regional e sistemas produtivos, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que investigou a contribuição do IFMS/Campus Ponta Porã para o desenvolvimento regional da sua área de abrangência. Aplicação ( <i>Google Forms, e-mail e WhatsApp</i> ) de questionários a 120 egressos. Resultados: o campus vem realizando esforços para aproximar-se da comunidade (eventos e parcerias com os municípios e instituições da região); a formação profissional, nos cursos analisados apresentam boas perspectivas de inserção dos egressos no mercado de trabalho e aumento da renda; a instituição não atende somente a educação empresarial, utilitarista e instrumental, mas também permite uma visão crítica, humanista, holística, uma vez que, por meio da formação recebida na instituição, os indivíduos têm condições de fazer escolhas, entre elas a de poder dar continuidade aos estudos na vida acadêmica. Necessário um pacto para o desenvolvimento (governos municipal e estadual) e todos os segmentos da sociedade civil, unidos em prol da redução das desigualdades.
2021	Institutos Federais; Desenvolvimento Econômico;	Nuno Álvares Felizardo Júnior;	Artigo científico	O artigo tem como objetivo identificar municípios hospedeiros dos IFs, no estado de Minas Gerais, classificando-os por meio da formação de Clusters e analisar suas influências em indicadores

	Políticas Públicas; Análise comparativa.	Marco Aurélio Marques Ferreira; Rodrigo Gava Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais; Universidade Federal de Viçosa;	A contribuição dos Institutos Federais para o desenvolvimento local: Uma análise comparativa para municípios do estado de Minas Gerais, Brasil	de desenvolvimento local. A abordagem da pesquisa é Quali-Quant; quanto aos fins é descritiva e exploratória. Unidades de análise: dos 853 municípios do estado de Minas Gerais somente municípios com mais de 200.000 habitantes foram desconsiderados, descartando os municípios sedes de Universidades Federais. Os dados foram coletados na plataforma virtual - Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) entre os anos de 2008 e 2016. Como forma de classificar os municípios, utilizou-se a técnica de análise de agrupamentos (clusters), agrupando-os conforme as semelhanças e, ao mesmo tempo, separando os grupos de acordo com a heterogeneidade nos indicadores. O resultado sugere que a influência dos Institutos Federais pode ser observada com mais destaque em municípios de menor concentração populacional, bem como, com mais ênfase nos indicadores de educação e, em seguida, trabalho e renda.
2023	IFPB. Educação. Desenvolvimento. Políticas públicas	Antos, José das Vitórias dos; Caniello, Márcio de Matos  Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba	Artigo científico  Uma análise do IFPB Campus Picuí e sua relevância socioeconômica para o Seridó Oriental paraibano	O artigo (fruto de uma dissertação de mestrado) tem como objetivo analisar a implantação do IFPB na cidade Picuí e seus impactos sociais e econômicos na microrregião do Seridó Oriental Paraibano, considerando a formação profissional dos jovens e a inserção dos egressos no mercado de trabalho regional (2009 a 2020). Metodologia: análise quantitativas e qualitativas, com abordagem exploratória e descritiva. A técnica de pesquisa envolveu questionários com perguntas abertas e fechadas, com alunos egressos ( <i>Google Forms</i> enviado pelo WhatsApp), atingindo 30% do universo pesquisado – egressos dos Cursos integrados ao Ensino Médio de Edificação, Informática, Geologia e técnico subsequente de Mineração. Resultados: 86% dos estudantes vêm de famílias pobres; 70% desses estudantes lograram êxito na busca em cursos superiores, principalmente Universidades Federais; 47% estão empregados (25% na área de conclusão do curso); 81% ganham mais que 1 salário mínimo; 71,4% consideram a qualidade do curso ótima; 89% afirmam que as ações por eles desenvolvidas contribuem muito para o desenvolvimento da região.
<b>Busca: Institutos Federais e Desenvolvimento Territorial</b>				
<b>Total identificados: 74 - Interesse: 03 - Período da pesquisa: abril de 2023 e julho de 2023.</b>				

Ano	Palavras-Chave	Autores	Título	Metodologia/Objetivos/Achados/ Resultados
2013	Desenvolvimento regional e local, geografia econômica, teoria do desenvolvimento regional.	Dias, Robson. Instituto Federal Fluminense	Artigo científico  Instituições e desenvolvimento territorial: um estudo a partir do caso do arranjo produtivo de petróleo e gás natural localizado em Macaé-Brasil	O objetivo da pesquisa é explicar como, empiricamente, as instituições dão contornos à economia na escala local e quais perspectivas elas também geram para o desenvolvimento territorial. Com a instalação da base de apoio da estatal de petróleo brasileira, a Petrobrás, Macaé se tornou o município mais dinâmico economicamente do RJ e um dos que mais cresceram no Brasil. A consolidação das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural determinou profundas transformações territoriais, econômicas e sociais no Rio de Janeiro, projetando o município de Macaé a uma posição de destaque nos cenários regional e nacional. Durante a pesquisa, verificou-se que as instituições operam em diversas escalas, que na área de estudo pode-se segmentar em duas: normas de origem externa, que são impostas à escala local por agentes de grande poder de uso do espaço (o Estado e as grandes empresas) e as instituições de origem local, formadas a partir de reações dos agentes locais às pressões externas.
2017	Institutos Federais, Desenvolvimento Territorial, Educação Profissional	Macedo, Pedro Clei Sanches  Instituto Federal do Amapá	Artigo científico  Educação profissional e desenvolvimento territorial: e expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	O objetivo do artigo é caracterizar a trajetória inicial dos IFs e sua relação com o desenvolvimento territorial. Resultados dos estudos mostram: a importância de garantir o direito à oferta de EPT, pública e de qualidade, articuladas com outras forças sociais da região, no enfrentamento das desigualdades regionais e sociais; a oferta de cursos nos diferentes níveis e modalidades de ensino precisa estar articulada com a vocação regional e as demandas trazidas pela comunidade local; com o processo de consolidação dos IFs no território, novos desafios vão se apresentando.
2019	Educação Profissional, Instituto Federal, Desenvolvimento Regional, Expansão, Interiorização.	Luiz Augusto Caldas Pereira José Luís Vianna da Cruz  Instituto Federal Fluminense	Artigo científico  Os Institutos Federais e o desenvolvimento regional: interface possível	O artigo tem como objetivo, a partir da dinâmica regional, discutir a política da EPT (iniciando em 2003), com foco na expansão da Rede Federal e na criação dos IFs, dada a natureza e a dimensão territorial, apontando possibilidades em contribuir com o desenvolvimento regional. Resultados: ápice deliberativo e de implementação foi entre 2003 e 2014; os IFs não fogem à defesa da educação humanística como direito fundamental, e, ao incorporar a questão territorial, consideram que as possibilidades de mudar realidades requerem iniciativas e políticas que cheguem aos mais longínquos espaços do território; seu potencial reside nas possibilidades de integração com outras políticas,

				programas e ações públicas setoriais; os IFs não estão isentos de contradições e limites; eles refletem conflitos e confrontos de concepções presentes na sociedade.
<b>Busca: Institutos Federais e Egressos</b>				
<b>Total identificados: 103 - Interesse: 06- Período da pesquisa: abril de 2023 e julho de 2023.</b>				
<b>Ano</b>	<b>Palavras-Chave</b>	<b>Autores</b>	<b>Título</b>	<b>Metodologia/Objetivos/Achados/ Resultados</b>
2011	Qualificação profissional, Mercado de trabalho, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN), Empregabilidade.	Maria da Solidade Oliveira Cesario Vieira Danilo Cortez Gomes Joselly Medeiros Tavares Silva  Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Artigo científico  O Papel do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN) para a qualificação e empregabilidade: um estudo dos egressos do Curso de Informática do IFRN em Currais Novos/RN	A pesquisa, exploratória descritiva, buscou verificar a contribuição do IFRN, em Currais Novos, no que se refere à relação qualificação profissional e empregabilidade dos egressos do Curso Técnico de Nível Subsequente de Informática. Instrumento de coleta de dados: um questionário aplicado com os egressos. Resultados: a maior motivação dos egressos na escolha do curso foi à identificação com a área de informática, seguido da oportunidade de se qualificar/capacitar; grande maioria dos entrevistados passou do mercado informal para mercado formal de trabalho após a conclusão do curso; o IFRN contribui, de maneira significativa, para a inserção no mercado de trabalho e/ou para a ampliação das possibilidades de ocupação e renda; necessidade de maior participação do IFRN no encaminhamento dos egressos ao mercado de trabalho.
2013	Qualificação Profissional, Formação Integral, Egressos.	Keyla de Souza Lima Cruz Antonia de Abreu Sousa Isabel Magda Said Pierre Carneiro  Instituto Federal do Ceará - IFCE	Artigo científico  A qualificação Profissional dos egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE	A pesquisa buscou analisar a qualificação profissional viabilizada pelo IFCE (egressos 2007.1 – 2013.2). Sua natureza é quantiquantitativa, teve como amostra 68 egressos (20% do universo). Resultados: 75% dos egressos, informaram que o curso contribuiu para sua inserção no mercado de trabalho; apresentam uma visão bastante positiva no quesito à oferta de infraestrutura e recursos humanos; ressaltam a necessidade de obtenção de conhecimentos e habilidades que mais se aproximem da realidade prática; 94% dos egressos retomariam à Instituição para dar prosseguimento aos seus estudos.
2021	Políticas Públicas, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia,	Luciana dos Santos Machado Balduino  Instituto Federal Goiano	Artigo científico  Relação educação-trabalho: um estudo dos egressos de	O objetivo da pesquisa foi conhecer e interpretar as relações entre a formação no curso Superior em Agronomia e a inserção dos egressos (turmas 2010 e 2011) do IF Goiano–Campus Morrinhos, no mundo do trabalho. O estudo foi fundamentado no materialismo histórico dialético (condição de existência, condição

	Educação Superior, Egressos,		agronomia do IF goiano – campus Morrinhos	histórica e de movimento da própria história). Metodologia qualitativa, com análise documental e empírica, além da coleta de dados Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” e IBGE. Resultados: 62% dos estudantes que participaram da pesquisa continuaram em Morrinhos; o curso de Agronomia não é acessível ao estudante trabalhador (tempo integral); 52% dos respondentes buscaram formação continuada pela vontade de aprender cada vez mais; o percentual de desocupados é menor entre os que possuem uma melhor formação; um percentual considerável em relação ao grau de satisfação profissional; após a conclusão do curso superior; 60% estavam atuando diretamente na área de sua formação.
2021	licenciatura; egressos; Instituto Federal Goiano; desenvolvimento regional.	Piloto, Thiago Oliveira; Ferreira, Joelma de Moura; Vilalta, Luiz Antônio  Instituto Federal Goiano	Artigo científico  Atuação profissional dos egressos das licenciaturas do Instituto Federal Goiano (2013-2014)	O estudo exploratório, descritivo, com abordagem quantitativa, identificou se os egressos os cursos de licenciatura, dos 8 campi IF Goiano, atuam profissionalmente na área de formação acadêmica: Licenciatura em Matemática, Pedagogia, Ciências Biológicas e Química (turmas de 2013 e 2014: 93 egressos). O artigo também conta com pesquisas bibliográfica e documental. Resultados: egressos das licenciaturas do IFGoiano são predominantemente constituídos por mulheres (20 a 24 anos); maioria residente reside em algum município goiano; maioria dos egressos não cursou ou não está cursando pós-graduação; predominantemente não buscaram outra graduação depois de concluída a licenciatura no IF Goiano; apenas 33,3% da amostra está trabalhando na área de educação básica; mesmo diante da falta de oportunidade, nenhum egresso acredita que se equivocou na escolha; a maioria acredita que a carreira docente lhe trouxe ou trará a realização ou prestígio profissional e/ou pessoal; até o momento, o retorno esperado para a sociedade do investimento do Estado e recebido pelos egressos, dessa amostra, é baixo, visto que depois de formados esses egressos não estão atuando na sua área de formação profissional.
2023	Aluno Egresso. Formação Profissional Técnica. Ensino Médio. Tecnologia Educacional	Caroline da Silva Torres; Deuzilene Marques Salazar  Instituto Federal do Piauí Instituto Federal do Amazonas	Artigo científico  EGIF- experiência de construção de um aplicativo para egressos dos Institutos Federais	O objetivo do artigo é discutir os aspectos educativo e operacional na construção de um aplicativo para dispositivos móveis, com o intuito de auxiliar o acompanhamento de Egressos do Ensino Médio Integrado. É resultado de um produto educacional elaborado numa dissertação de mestrado. O texto descreve o processo de construção do aplicativo, a compreensão das suas funcionalidades e sua avaliação. Resultados: um

				aplicativo para dispositivos móveis deveria ser uma ferramenta de socialização das experiências formativas e do mundo do trabalho, avaliação da instituição, divulgação de oportunidades profissionais e de atividades desenvolvidas pelo Campus.
2023	Ação afirmativa; cotas; ensino superior; estudantes; mercado de trabalho	José Roberto Abreu de Carvalho Junior  Instituto Federal do Espírito Santo e Universidade Federal de Viçosa	Artigo científico  Comparação dos ganhos profissionais de egressos cotistas e não cotistas das universidades federais brasileiras	Trata-se da primeira pesquisa ampla, a partir da aplicação de um questionário eletrônico, respondido por uma amostra de 11.458 egressos (32,41% cotistas e 67,59% não cotistas), de 248 cursos de graduação, de todas as áreas do conhecimento, de 18 universidades federais e das cinco regiões do Brasil, comparando os ganhos no mercado de trabalho entre egressos cotistas e não cotistas. Resultados: egressos cotistas obtêm altas taxas de ocupação, conquistando uma boa inserção no mercado de trabalho, trabalhando em cargos/empregos ditos mais qualificados e intelectualizados, em empresas/organizações de grande porte e recebendo boas remunerações, condizentes com sua formação universitária; porém, os ganhos de egressos cotistas no mercado de trabalho ainda são inferiores aos de egressos não cotistas em termos ocupacionais e salariais.
<b>Busca: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica</b>				
<b>Total identificados: 114 - Interesse: 10 - Período da pesquisa: abril de 2023 e julho de 2023.</b>				
Ano	Palavras-Chave	Autores	Título	Metodologia/Objetivos/Achados/ Resultados
2017	Institutos Federais, Desenvolvimento Territorial, Educação Profissional	Macedo, Pedro Clei Sanches  Instituto Federal do Amapá	Artigo científico  Educação Profissional e desenvolvimento territorial: a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	O objetivo do artigo é caracterizar a trajetória inicial dos IFs e sua relação com o desenvolvimento territorial. Resultados dos estudos mostram: a importância de garantir o direito à oferta de EPT, pública e de qualidade, articulada com outras forças sociais da região, no enfrentamento das desigualdades regionais e sociais; a oferta de cursos nos diferentes níveis e modalidades de ensino precisa estar articulada com a vocação regional e as demandas trazidas pela comunidade local; com o processo de consolidação dos IFs no território, novos desafios vão se apresentando.
2018	Desenvolvimento; Educação profissional; Expansão	Jesué Graciliano da Silva; Frederico Fonseca da Silva. IFSC e IFPR	Artigo científico  Espacialização da Expansão da Rede Federal de	O objetivo do artigo é analisar a espacialização da expansão da RFEPCT no PR (2005 e 2015), onde a rede passou de oito para 37 campi (IFPR e UTFPR). O estudo envolveu a realização de revisão bibliográfica, análise de relatórios de gestão dos IFs e do

			Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Estado do Paraná	MEC, aplicação de questionários e realização de entrevistas com autoridades. Além de atender regiões não atendidas, contemplar os APLs e os municípios localizados nos Territórios da Cidadania e no G-100, a redução das desigualdades regionais foi uma das motivações apontadas pelo MEC. Em termos quantitativos, comprovou-se, por meio do cálculo do Grau de Interiorização, que a expansão da RFEPCT proporcionou uma interiorização da EPT, com atendimento prioritariamente das regiões mais pobres do país. Houve também uma ampliação do Percentual de População Atendida e do percentual de campus em cidades com até 40 mil habitantes. Da análise dos dados foi possível inferir que a expansão atendeu às cidades mais dinâmicas em termos de crescimento populacional e com os menores IDH-M.
2019	Educação Profissional e Tecnológica. Lei 11.892/2008. Políticas públicas. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Marinho, Lucas Alves; Oliveira, Pablo Menezes  Instituto Federal de Minas Gerais	Artigo científico  Dez anos da Rede Federal de Educação Profissional Científica e um balanço da efetivação histórica do seu Projeto Político Educacional	A pesquisa avalia a composição da oferta de vagas da RFEPCT, a partir do estudo do caso do IFMG. Resultados: esvaziamento da EPT de Jovens e Adultos (EJA) e Licenciaturas; o abandono das diretrizes propostas na lei aconteceu em decorrência da sobreposição das experiências historicamente consolidadas nas instituições antecessoras; falta de normatização interna que qualificasse e conferisse sistematicidade ao processo de expansão dos campi.
2019	Educação Profissional; Instituto Federal, Desenvolvimento Regional; Expansão, interiorização;	Pereira, Luiz Augusto Caldas Da Cruz, José Luís Vianna  Instituto Federal Fluminense	Artigo científico  Os Institutos Federais e o desenvolvimento regional: interface possível	O artigo tem como objetivo, a partir da dinâmica regional, discutir a política da EPT (iniciando em 2003), com foco na expansão da Rede Federal e na criação dos IFs, dada a natureza e a dimensão territorial, apontando possibilidades em contribuir com o desenvolvimento regional. Resultados: ápice deliberativo e de implementação foi entre 2003 e 2014; os IFs não fogem à defesa da educação humanística como direito fundamental, e, ao incorporar a questão territorial, consideram que as possibilidades de mudar realidades requerem iniciativas e políticas que cheguem aos mais longínquos espaços do território; seu potencial reside nas possibilidades de integração com outras políticas, programas e ações públicas setoriais; os IFs não estão isentos de contradições e limites; eles refletem conflitos e confrontos de concepções presentes na sociedade.
2019	RFEPCT, Gasto-médio/aluno, Custo-	Pereira, Josué Vidal	Artigo científico	O artigo tem como objetivo apresentar a dinâmica do gasto/aluno e do custo/aluno da Rede Federal de EPCT entre os anos de

	médio/aluno, Educação Profissional	Instituto Federal de Goiás	A Evolução do gasto-médio/aluno e custo médio/aluno da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	2009 e 2016. Para a apuração do gasto médio anual, procede-se à divisão do total dos recursos pelo quantitativo de alunos matriculados (exceto em cursos de especialização lato sensu e FIC). A metodologia utilizada para apuração do Gasto Médio Anual do aluno consistiu na divisão da totalidade dos recursos aplicados pelo quantitativo de alunos matriculados em cursos regulares. Quanto ao Custo Médio Anual, sua identificação se deu mediante a subtração do total do orçamento da Rede pelo percentual destinado à Pesquisa e Extensão, bem como dos recursos destinados aos Aposentados e Pensionistas. Resultados: Elevação do gasto médio e do custo médio por aluno da RFEPCT entre os anos de 2009 e 2014, foi determinada pelo processo de expansão física da Rede Federal. A elevação do bloco de investimentos em 670% entre 2009 e 2013 é bem representativo desse movimento. A partir de 2015 foi assinalada uma tendência de queda.
2019	Acesso; democratização; Educação profissional e tecnológica; meritocracia rede federal de educação científica, profissional e tecnológica	Ambrosini, Tiago Felipe Escott, Clarice Monteiro  Instituto Federal do Rio Grande do Sul	Artigo científico  O Acesso à Educação Profissional e Tecnológica: da meritocracia à democratização	O artigo, parte de uma dissertação de mestrado, tem como objetivo analisar o acesso à EPT, considerando a ampliação de vagas nesse segmento, a histórica seletividade dos processos de ingresso e a necessidade de democratizar o acesso ao ensino público. <i>Lócus</i> da pesquisa: processos seletivos do IFRS/Campus Bento Gonçalves. Resultados: a seletividade dos vestibulares e sistemas de ingresso acaba por promover a exclusão das pessoas que mais precisam do ensino público; a utilização do ENEM como forma de seleção mantém a lógica meritocrática de seleção. Sugestão: desenvolver ações e estratégias que visem tornar os sistemas de seleção mais inclusivos e democráticos. Ex. tornar mais claras as regras dos editais, mostrando as formas de acesso por meio das cotas e ações afirmativas, além das políticas de assistência estudantil.
2020	Centro integrado de ensino, Enem, políticas públicas.	Monteiro Nascimento, Matheus; Cavalcanti, Cláudio; Ostermann, Fernanda  Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Artigo científico  Dez anos de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o papel social dos institutos federais	O objetivo do artigo é analisar os efeitos da EPT ofertada pelos IFs na política na qualificação da educação básica pública. Para tanto, foram analisados, mediante diferentes métodos estatísticos, dados do desempenho dos estudantes nas provas objetivas do Enem (Inep), articulado com algumas variáveis contextuais: o índice socioeconômico, a adequação de formação docente e as condições de trabalho docente. Resultados: os alunos dos IFs têm um desempenho muito semelhante ao dos estudantes das escolas privadas, porém com menor índice

				socioeconômico médio. Além disso, os IFs são instituições com maior diversidade étnico-racial, especialmente em comparação às escolas privadas.
2020	Educação profissional; Gestão; Modelos econômicos; Rede Federal	Oliveira Júnior, Geraldo Coelho  Instituto Federal de Goiás	Artigo científico  A gestão da Rede Federal sob a égide do capital: dos Cefets aos Institutos Federais	O artigo (reflexões de uma dissertação de mestrado) busca analisar a expansão da Rede Federal destacando características, conflitos e movimentos estruturantes, com base na dinâmica de reorganização do capitalismo brasileiro. Ciclos: i) modelo econômico agrário exportador (1909); ii) a qualificação da mão de obra industrial (1937); iii) obrigatoriedade do ensino profissionalizante (1971); iv) atendimento das demandas do capital e suas transformações, com qualificação aligeirada, flexível e sem aprofundamento de estudos (1980/90); dualismo da educação brasileira, reforçando a distância entre a educação profissional e a propedêutica, consolidando, assim, um modelo neoliberal de política EPT (1997); vi) expansão da Rede Federal e criação de novas unidades; vii) criação de 38 IFs (2008). Resultados: a expansão da Rede Federal foi influenciada pela lógica e dinâmica neoliberais, que estabeleceram processos de gestão que interferiram no projeto de formação integral dos estudantes. Interesses empresariais, corporativos, sindicais e políticos disputaram ações que dominaram as políticas educacionais da Setec/MEC.
2022	Análise Envoltória de Dados, Eficiência, Gestão Educacional.	Silva, Thiago Henrique Oliveira; Sá, Elisangela Martins de; Freitas, Brasília Alves  CEFET-MG IFMG	Artigo científico  Gestão educacional: proposta de uma abordagem objetiva para mensuração da eficiência da rede federal de educação	Trata-se de uma pesquisa aplicada, com uma abordagem quantitativa e descritiva, com o objetivo de medir a eficiência das instituições vinculadas à RFEPCT, utilizando as técnicas de Análise de Componentes Principais (ACP) e Análise Envoltória de Dados (DEA), e que, por conseguinte, possa auxiliar o gestor escolar na gestão dos recursos públicos. Base de dados os indicadores PNP para o ano de 2020.
2022	Educação e Neoliberalismo	Rosas da Silva, Francislene Botelho Mourão, Arminda Rachel Do Nascimento Araújo, José Júlio César Universidade Federal do Amazonas e	Artigo científico  A constituição histórico-institucional da consolidação dos Institutos Federais de Educação no Brasil	O artigo é um estudo descritivo, com pesquisa bibliográfica e documental, que aborda a implantação e criação dos IFs. Apresenta reflexões sobre: nova institucionalidade; expansão da Rede Federal e as fases I, II e III perspectivas, características; finalidades dos IFs; desafios e contradições. Conclusões: o modelo institucional dos IFs constitui um formato diferenciado, provocando grandes avanços na política educacional da EPT; necessidade de maiores investimentos; refletir sobre as políticas de formação dos profissionais que atuam nos IFs; mesmo com

		Universidade Federal do Acre		suas limitações e enfrentando críticas, a implantação dos IFs trouxe consideráveis e viáveis benefícios à sociedade.
--	--	------------------------------	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Autoria própria (2025)

BASE DE DADOS: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD				
Filtros - Tipo de documento: TESES; Ano de publicação 2009 a 2024; Idioma: Português; Busca por assunto				
Busca: Rede Federal e Desenvolvimento Local e Regional				
Total teses identificadas: 269- Interesse: 07- Períodos da pesquisa: abril de 2023 e julho de 2024.				
Ano	Palavras-Chaves	Autor/a, Instituição e Programa	Título	Metodologia/Objetivos/Achados/ Resultados
2011	Educação profissional; Agricultura familiar; Desenvolvimento local e regional.	Menezes, Maria Arlinda de Assis Universidade Salvador - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (Instituição privada)	Educação profissional, agricultura familiar e desenvolvimento local e regional: o Instituto Federal de Educação Baiano Campus Catu	Pesquisa qualitativa, utilizando-se o estudo de caso, com o objetivo de analisar a capacidade de gerar desenvolvimento local e regional numa possível relação entre o IFBaiano/Campus Catu e a comunidade de agricultores familiares do Litoral Norte Agreste de Alagoinha. A pesquisa foi realizada com os docentes e técnico-administrativos do Campus Catu. A conclusão da pesquisa é de que a relação entre o campus e a comunidade é limitada, tímida, assistemática e que deve ser revista, ampliada, fortalecida.
2016	Instituto Federal. Educação Profissional. Ação Social. Desigualdades. Desenvolvimento Local.	Silva, Edvaldo Pereira da Universidade Vale dos Sinos (UNISINOS) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - São Leopoldo/RS (Instituição privada)	Limites e possibilidades de contribuição aos processos de integração regional, desenvolvimento local e combate às desigualdades pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Estudo de caso. Verificar se os IFs podem realmente atender às expectativas da lei de criação (contribuir com o estímulo do desenvolvimento local e regional, combate às desigualdades e interação regional) e como podem fazê-lo. Procedimento metodológico: foram selecionados três Institutos da Região Norte, em estados diferentes. Os dados foram coletados por meio da aplicação de questionário e realização de entrevista, sistematizados e considerados, segundo os procedimentos da análise de conteúdo.
2017	Educação profissional, processo de expansão, Institutos Federais.	Silva, Jesué Graciliano da Universidade Federal de Santa Catarina –Programa de Pós-Graduação em Geografia	A expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica entre os anos 2005 e 2015 e suas implicações socioespaciais no estado de Santa Catarina	Pesquisa quantitativa e qualitativa, que envolveu a realização de revisão bibliográfica, análise de relatórios de gestão dos IFs e do MEC, aplicação de questionários, realização de entrevistas e pesquisa de campo; comparação dos dados socioeconômicos (IBGE) dos municípios atendidos pela RFEPCT (2005 a 2015); Objetivo avaliar o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnologia no Brasil e suas implicações socioespaciais no estado de SC.

2018	Desenvolvimento territorial. Políticas públicas. Ensino superior. Cariri cearense. Universidade Federal do Cariri.	Nascimento, Ives Romero Tavares do Universidade Federal da Bahia – Núcleo e Pós-Graduação em Administração	A expansão da educação superior como estratégia de desenvolvimento territorial: o caso da Universidade Federal do Cariri	Estudo de caso, com o objetivo de elucidar as bases político-institucionais de criação da Universidade Federal do Cariri (UFCA). A pesquisa envolveu coleta de dados socioeconômicos da região e entrevistas com informantes-chave. Espelho comparativo com a Universidade de Lisboa.
2019	Ensino profissional - História; Institutos federais de educação, ciência e tecnologia; Estudantes	Daros, Michelli Aparecida PUC/SP - Programa de Estudos Pós-graduação em Serviço Social (Instituição privada)	#falaestudante!: um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais aos seus estudantes	Pesquisa quantiquantitativa. Análise documental (SETEC/MEC de indicadores de âmbito nacional no período de 2009 a 2014; pesquisa de campo com jovens de 09 campi do: IFMS, IFSULDEMINAS, IFSUDESTE-MG; IFRN e IFSP. Achados da pesquisa identificaram ampliação de acesso a EPT de jovens da classe trabalhadora; IFs têm frágeis vínculos com seus territórios na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico local e regional.
2020	Educação Profissional e Tecnológica. Inclusão. Território	Stürmer, Arthur Breno Universidade Federal de Santa Maria – Programa de Pós-Graduação em Geografia	Os institutos federais e o desenvolvimento: perspectivas inclusivas de um educador geógrafo	Pesquisa qualitativa (documentos oficiais da RFEPCT, dos IFs, IF Farroupilha - 2006 a 2018) que investigou as possibilidades de desenvolvimento através da atuação dos IFs junto às populações vulneráveis. Identificação de práticas educacionais; cartografar agentes, meios e estratégias utilizadas; mapeamento das possibilidades de ação e incapacidades para desenvolver o local e o regional.
2022	Instituto Federal Sul-rio-grandense; extensão; demandas sociais.	Fernandes, Luciana Pinto Universidade Vale dos Sinos (UNISINOS) – Programa de Pós-Graduação em Educação - São Leopoldo/RS (Instituição privada)	A extensão no Instituto Federal Sul-rio-grandense: uma construção educativa e cultural na perspectiva das demandas sociais (2014 - 2019)	Pesquisa qualitativa (pesquisa em documentos oficiais e da análise de conteúdo) que se propõe a analisar as ações de extensão no Instituto Federal Sul-rio-grandense e as demandas sociais que as tencionam, de forma a verificar os modos pelos quais respondem aos desafios e problemáticas locais e regionais.

**Busca: Educação e Desenvolvimento Local e Regional**

**Total teses identificadas: 254- Interesse: 15 - Períodos da pesquisa:** abril de 2023 e julho de 2024.

<b>Ano</b>	<b>Palavras-Chaves</b>	<b>Autor/a, Instituição e Programa</b>	<b>Título</b>	<b>Metodologia/Objetivos/Achados/ Resultados</b>
2011	Educação profissional; Agricultura familiar; Desenvolvimento local e regional	Menezes, Maria Arlinda de Assis Universidade Salvador - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (Instituição privada)	Educação profissional, agricultura familiar e desenvolvimento local e regional: o Instituto Federal de Educação Baiano Campus Catu	Pesquisa qualitativa, utilizando-se o estudo de caso, com o objetivo de analisar a capacidade de gerar desenvolvimento local e regional numa possível relação entre o IFBaiano/Campus Catu e a comunidade de agricultores familiares do Litoral Norte Agreste de Alagoinha. A pesquisa foi realizada com os docentes e técnico-administrativos do Campus Catu. A conclusão da pesquisa é de

				que a relação entre o campus e a comunidade é limitada, tímida, assistemática e que deve ser revista, ampliada, fortalecida.
2011	Universidade e sociedade. Universidade e desenvolvimento regional. Karl Jaspers e a Universidade	Lück, Esther Hermes Universidade do Estado do Rio de Janeiro- Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana	Relação universidade e desenvolvimento regional: possibilidades e comprometimentos	Pesquisa qualitativa que busca investigar a articulação da produção e socialização do conhecimento, interesses estratégicos da Universidade Federal Fluminense, na perspectiva do tratamento de problemáticas e desenvolvimento local e regional. Existência um acordo de cooperação entre a Universidade, a Petrobrás, o CONLESTE e a ONU-Habitat. Sujeitos da pesquisa (total de 22): professores e dirigentes. Alguns resultados: projeto de universidade comprometido diante da necessidade de se articular política, institucionalidade e projeto de desenvolvimento regional.
2015	Educação Superior. Universidade. Desenvolvimento Local e Regional. UNEB. Pós-Graduação Stricto Sensu. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM.	Santos, Luiz Carlos dos Universidade Salvador - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (Instituição privada)	A UNEB e a promoção do desenvolvimento local e regional: o caso dos cursos de Pós-graduação Stricto Sensu: uma análise de 2002 a 2013	Estudo de caso numa dimensão exploratória com contornos descritivos e abordagem qualitativa. O objeto da pesquisa é a UNB e a promoção do desenvolvimento local e regional por meio de curso de pós-graduação stricto sensu. Análise dos programas de pós-graduação no período de 2002 a 2013, elementos constitutivos, características e categorias de cada programa. Dados da Capes e entrevistas do Grupo Gestor. Conclusão: contribuição com o desenvolvimento local e regional, com algumas recomendações.
2016	Instituto Federal. Educação Profissional. Ação Social. Desigualdades. Desenvolvimento Local.	Silva, Edvaldo Pereira da Universidade Vale dos Sinos (UNISINOS) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - São Leopoldo/RS (Instituição privada)	Limites e possibilidades de contribuição aos processos de integração regional, desenvolvimento local e combate às desigualdades pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Estudo de caso. Verificar se os IFs podem realmente atender às expectativas da lei de criação (contribuir com o estímulo do desenvolvimento local e regional, combate às desigualdades e interação regional) e como podem fazê-lo. Procedimento metodológico foram selecionados três Institutos da Região Norte, em estados diferentes. Os dados foram coletados por meio da aplicação de questionário e realização de entrevista, sistematizados e considerados, segundo os procedimentos da análise de conteúdo.
2016	Ensino superior; política e educação; Paraná - Educação - História	Bernartt, Maria de Lourdes Universidade Estadual de Campinas – Unicamp – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação	Desenvolvimento e ensino superior: um estudo do Sudoeste do Paraná nos últimos cinquenta anos	Estudo descritivo-analítico, com o objetivo de mostrar que as manifestações dos conceitos de desenvolvimento e suas relações com o ensino superior, nos últimos cinquenta anos, resultam de uma relação histórica que insere o contexto regional numa dinâmica de expansão local, nacional e cada vez mais mundializada do capital. Conclusão da tese: “tanto os conceitos de desenvolvimento manifestados no sudoeste do Paraná correspondem ao desenvolvimento no contexto nacional quanto o ensino superior do sudoeste do Paraná responde ao papel reservado ao ensino superior no contexto nacional”.
2017	Educação profissional, processo de	Silva, Jesué Graciliano da	A expansão da rede federal de educação profissional, científica e	Pesquisa quantitativa e qualitativa, que envolveu a realização de revisão bibliográfica, análise de relatórios de gestão dos IFs e do

	expansão, Institutos Federais.	Universidade Federal de Santa Catarina –Programa de Pós-Graduação em Geografia	tecnológica entre os anos 2005 e 2015 e suas implicações socioespaciais no estado de Santa Catarina	MEC, aplicação de questionários, realização de entrevistas e pesquisa de campo; comparação dos dados socioeconômicos (IBGE) dos municípios atendidos pela RFEPCT (2005 a 2015); Objetivo avaliar o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnologia no Brasil e suas implicações socioespaciais no estado de SC.
2017	Educação Superior. Expansão. Interiorização. Democratização. Unipampa.	Gentil, Viviane Kanitz PUC/RS – Programa de Pós-Graduação em Educação (Instituição privada)	Expansão, interiorização e democratização de acesso à educação superior pública: o caso da Unipampa	Pesquisa com abordagem qualitativa e quantitativa, com o objetivo de compreender e analisar a política educacional de expansão, interiorização e democratização da educação superior pública, com foco no processo de implantação da Universidade Federal do Pampa - Unipampa, no período 2005 a 2008. O lócus de investigação empírica, centrado na Universidade Federal do Pampa, envolveu a análise de diversos documentos, além da realização de entrevistas com líderes políticos e institucionais, docentes e técnicos-administrativos que acompanharam o processo de sua implantação.
2018	Universidade. Conhecimento. Desenvolvimento. Campus Garanhuns. Universidade de Pernambuco.	Silveira, Keilha Correia da Universidade Federal de Pernambuco – Programa de Pós-Graduação em Geografia	Expansão da universidade pública: um estudo sobre o campus Garanhuns da Universidade de Pernambuco	Pesquisa com abordagem qualitativa para compreender o processo de expansão da universidade pública, tendo como foco seu engajamento territorial para o desenvolvimento local-regional, a partir do estudo de caso do Campus Garanhuns - UPE. Investigação e compreensão de processos de planejamento e tomadas de decisões de atores públicos. Procedimento metodológico: coleta de dados e entrevista semiestruturada (06 gestores).
2018	Regionalização; Reordenamento; Política de Expansão da Educação Tecnológica; Institutos Federais de Educação Tecnológica	Silva, Leonardo Thompson da Universidade Federal da Bahia - Programa de Pós-Graduação em Geografia	A dinâmica geográfica da expansão dos Institutos Federais no Estado da Bahia: Regionalizações e reordenamento	Pesquisa com abordagem analítica regional, de cunho qualitativo e quantitativo, com o objetivo de analisar a dinâmica geográfica regional da expansão dos IFs no Brasil e no estado da Bahia; descrever o processo de expansão e interiorização; mapear a distribuição geográfica dos IF' no estado da Bahia. Algumas conclusões: A expansão dos IFs na Bahia seguiu o modelo nacional, isto é, centralizador, privilegiando alguns lugares; há um "instituto rural" e um "instituto urbano"; os IF se configuram num vetor substancial para a dinâmica regional e local, sobretudo, quando são implantados em municípios de pequeno e médio porte.
2018	Desenvolvimento territorial. Políticas públicas. Ensino superior. Cariri cearense. Universidade Federal do Cariri	Nascimento, Ives Romero Tavares do Universidade Federal da Bahia - Núcleo de Pós-Graduação em Administração	A expansão da educação superior como estratégia de desenvolvimento territorial: o caso da Universidade Federal do Cariri	Pesquisa qualitativa, utilizando-se o estudo de caso, com o objetivo de analisar a capacidade de gerar desenvolvimento local e regional numa possível relação entre o IFBaiano/Campus Catu e a comunidade de agricultores familiares do Litoral Norte Agreste de Alagoinha. A pesquisa foi realizada com os docentes e técnico-administrativos do Campus Catu. A conclusão da pesquisa é de

				que a relação entre o campus e a comunidade é limitada, tímida, assistemática e que deve ser revista, ampliada, fortalecida.
2019	Universidades. IES. Impacto econômico. Educação superior. Expansão do Ensino Superior. Avaliação de Impacto.	Bragança, Raissa Carvalho Universidade Federal do Paraná – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico	Ensaio sobre o impacto das instituições de ensino superior no crescimento regional	O estudo analisa os impactos da recente expansão e do surgimento de IES públicas e privadas brasileiras no contexto local. O objetivo foi identificar mudanças locais no mercado de trabalho e na atividade econômica advindas do recente surgimento de IES em municípios do Brasil. A abordagem metodológica consistiu na estratificação e pareamento amostral por escore de propensão combinado ao método de diferenças em diferenças. A expansão combinada de cursos superiores públicos e privados foi o modelo que obteve melhor resultado.
2019	Ensino profissional - História; Institutos federais de educação, ciência e tecnologia; Estudantes	Daros, Michelli Aparecida PUC/SP - Programa de Estudos Pós-graduação em Serviço Social (Instituição privada)	#falaestudante!: um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais aos seus estudantes	Pesquisa quantitativa. Análise documental (SETEC/MEC de indicadores de âmbito nacional no período de 2009 a 2014; pesquisa de campo com jovens de 09 campi do: IFMS, IFSULDEMINAS, IFSUDESTE-MG; IFRN e IFSP. Achados da pesquisa identificaram ampliação de acesso a EPT de jovens da classe trabalhadora; IFs têm frágeis vínculos com seus territórios na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico local e regional.
2020	Instituição de ensino superior; Produtos universitários; Desenvolvimento regional	Ramos Filho, Augusto Ferreira Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em Administração	Contribuições da produção e formas de atuação das instituições de ensino superior para o desenvolvimento regional: uma proposta de modelo interativo	Pesquisa qualitativa e quantitativa, com o objetivo de propor um modelo interativo do papel das instituições de ensino superior para o desenvolvimento regional, envolvendo articulações estratégicas e sistemas regionais de inovação; articulação entre as instituições de ensino superior, o ambiente empresarial e governamental. O escopo geográfico foi o estado de Alagoas, onde foram realizadas 18 entrevistas com sujeitos vinculados às instituições de ensino superior, governo e empresas.
2021	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Ensino técnico - Brasil; Ensino profissional - Brasil; Serviço Social	Silva, Grazielle Nayara Felício PUC/SP - Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social (Instituição privada)	O cotidiano dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na perspectiva da articulação entre ensino, pesquisa e extensão: uma análise do(s) seu(s) "sentido(s) político(s)" a partir dos IFs da região de Campinas	Pesquisa qualitativa e quantitativa, com o objetivo é o estudo da reconfiguração da Política de Educação Profissional e Tecnológica e seus sentidos políticos a partir das ações de ensino, pesquisa e extensão vivenciadas no cotidiano dos Institutos Federais. Fontes da pesquisa: documentos institucionais do IFSP; indicadores sociais; entrevistas com assistentes sociais de 4 campi.
2022	Instituto Federal Sul-rio-grandense; extensão; demandas sociais.	Fernandes, Luciana Pinto Universidade Vale dos Sinos (UNISINOS) – Programa de Pós-Graduação em Educação - São Leopoldo/RS (Instituição privada)	A extensão no Instituto Federal Sul-rio-grandense: uma construção educativa e cultural na perspectiva das demandas sociais (2014 - 2019)	Pesquisa qualitativa (pesquisa em documentos oficiais e da análise de conteúdo) que se propõe a analisar as ações de extensão no Instituto Federal Sul-rio-grandense e as demandas sociais que as tensionam, de forma a verificar os modos pelos quais respondem aos desafios e problemáticas locais e regionais.

<b>Busca: Instituto Federal e Desenvolvimento Local e Regional</b>				
<b>Total teses identificadas:55 - Interesse: 09 - Períodos da pesquisa: abril de 2023 e julho de 2024.</b>				
<b>Ano</b>	<b>Palavras-Chaves</b>	<b>Autor/a, Instituição e Programa</b>	<b>Título</b>	<b>Metodologia/Objetivos/Achados/ Resultados</b>
2016	Instituto Federal. Educação Profissional. Ação Social. Desigualdades. Desenvolvimento Local.	Silva, Edvaldo Pereira da Universidade Vale dos Sinos (UNISINOS) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - São Leopoldo/RS (Instituição privada)	Limites e possibilidades de contribuição aos processos de integração regional, desenvolvimento local e combate às desigualdades pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Estudo de caso. Verificar se os IFs podem realmente atender às expectativas da lei de criação (contribuir com o estímulo do desenvolvimento local e regional, combate às desigualdades e interação regional) e como podem fazê-lo. Procedimento metodológico foram selecionados três Institutos da Região Norte, em estados diferentes. Os dados foram coletados por meio da aplicação de questionário e realização de entrevista, sistematizados e considerados, segundo os procedimentos da análise de conteúdo.
2016	Educação Profissional; Institutos Federais; Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	Nogueira, Sílvia Cristina Conde Universidade Federal do Amazonas – Programa de Pós-Graduação em Educação	II Fase da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Amazonas: acesso ampliado e precarizado à educação pública	Pesquisa quantitativa e qualitativa, que apresentou um estudo sobre as ações do Governo Federal no contexto amazônico relativas à EPT mediadas pela institucionalização do IFAM e pelo processo de expansão da Rede Federal. Metodologia: pesquisa bibliográfica, documental, organização e análise das informações coletadas.  Algumas conclusões do trabalho: a expansão implantada nos campi do IFAM é antagônica às categorias Educação Integrada e Educação Politécnica; o maior e mais importante desafio dos campi do IFAM é ético-político: atender à imposição legal da formação da classe trabalhadora para o mercado de trabalho.
2017	Educação profissional, processo de expansão, Institutos Federais.	Silva, Jesué Graciliano da Universidade Federal de Santa Catarina –Programa de Pós-Graduação em Geografia	A expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica entre os anos 2005 e 2015 e suas implicações socioespaciais no estado de Santa Catarina	Pesquisa quantitativa e qualitativa, que envolveu a realização de revisão bibliográfica, análise de relatórios de gestão dos IFs e do MEC, aplicação de questionários, realização de entrevistas e pesquisa de campo; comparação dos dados socioeconômicos (IBGE) dos municípios atendidos pela RFEPCT (2005 a 2015); Objetivo: avaliar o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnologia no Brasil e suas implicações socioespaciais no estado de SC.
2018	Políticas Públicas; Educação Profissional; Desenvolvimento local/regional; Diversidade Cultural	Souza, José Eurico Ramos de Universidade Federal do Amazonas – Programa de Pós Graduação em Educação	A contribuição do IFAM – Campus São Gabriel da Cachoeira para o desenvolvimento local/regional frente à diversidade étnica e cultural da região do Alto Rio Negro no Amazonas (2007 – 2014)	Pesquisa com abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e análise documental, complementada por um estudo de caso, a partir da coleta de dados empíricos. Entrevistas semiestruturada com gestores, docentes, técnicos administrativos e membros da comunidade local (total de 30 sujeitos). Alguns resultados: a política de APLs no município de SGC, como estratégia de desenvolvimento econômico, não existe; há demanda crescente das comunidades indígenas por cursos técnicos que possam ser realizados em terras indígenas.

2019	Ensino profissional - História; Institutos federais de educação, ciência e tecnologia; Estudantes	Daros, Michelli Aparecida PUC/SP - Programa de Estudos Pós-graduação em Serviço Social (Instituição privada)	#falaestudante!: um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais aos seus estudantes	Pesquisa quantiquantitativa. Análise documental (SETEC/MEC de indicadores de âmbito nacional no período de 2009 a 2014; pesquisa de campo com jovens de 9 campi do: IFMS, IFULDEMINAS, IFSUDESTE-MG; IFRN e IFSP. Achados da pesquisa identificaram ampliação de acesso a EPT de jovens da classe trabalhadora; IFs têm frágeis vínculos com seus territórios na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico local e regional.
2019	Regionalização; Reordenamento ; Política de Expansão da Educação Tecnológica; Institutos Federais de Educação Tecnológica	Silva, Leonardo Thompson da Universidade Federal da Bahia	A dinâmica geográfica da expansão dos Institutos Federais no Estado da Bahia: Regionalizações e reordenamento	Pesquisa com abordagem analítica regional, de cunho qualitativo e quantitativo, com o objetivo de analisar a dinâmica geográfica regional da expansão dos IFs no Brasil e no estado da Bahia; descrever o processo de expansão e interiorização; mapear a distribuição geográfica dos IFs no estado da Bahia. Algumas conclusões: A expansão dos IFs na Bahia seguiu o modelo nacional, isto é, centralizador, privilegiando alguns lugares; há um "instituto rural" e um "instituto urbano"; os IFs se configuram num vetor substancial para a dinâmica regional e local, sobretudo, quando são implantados em municípios de pequeno e médio porte.
2020	Educação profissional; Institutos Federais; Desenvolvimento local; Projeto RN sustentável; Seridó potiguar	Gomes, Danilo Cortez Universidade Federal do Rio Grande do Norte Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais	Um oásis no sertão? A educação profissional e o desenvolvimento do Seridó Potiguar	Pesquisa qualitativa, com o objetivo geral de examinar a relação existente entre a expansão e interiorização da educação profissional e tecnológica e o desenvolvimento do Seridó Potiguar, com base nas atividades desenvolvidas pelo IFRN e as ações definidas no planejamento de desenvolvimento estadual por meio do Projeto RN Sustentável. Procedimentos: pesquisa documental e de campo. Resultados confirmaram a hipótese quando revelaram que há mais divergências do que convergências na relação entre o IFRN e o planejamento estadual de desenvolvimento.
2021	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Ensino técnico - Brasil; Ensino profissional - Brasil; Serviço Social	Silva, Grazielle Nayara Felício PUC/SP - Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social (Instituição privada)	O cotidiano dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na perspectiva da articulação entre ensino, pesquisa e extensão: uma análise do(s) seu(s) "sentido(s) político(s)" a partir dos IFs da região de Campinas	Pesquisa qualitativa e quantitativa, com o objetivo é o estudo da reconfiguração da Política de Educação Profissional e Tecnológica e seus sentidos políticos a partir das ações de ensino, pesquisa e extensão vivenciadas no cotidiano dos Institutos Federais. Fontes da pesquisa: documentos institucionais do IFSP; indicadores sociais; entrevistas com assistentes sociais de 4 campi.
2022	Instituto Federal Sul-rio-grandense; extensão; demandas sociais.	Fernandes, Luciana Pinto Universidade Vale dos Sinos (UNISINOS) – Programa de Pós-Graduação em Educação - São Leopoldo/RS (Instituição privada)	A extensão no Instituto Federal Sul-rio-grandense: uma construção educativa e cultural na perspectiva das demandas sociais (2014 - 2019)	Pesquisa qualitativa (pesquisa em documentos oficiais e da análise de conteúdo) que se propõe a analisar as ações de extensão no Instituto Federal Sul-rio-grandense e as demandas sociais que as tencionam, de forma a verificar os modos pelos quais respondem aos desafios e problemáticas locais e regionais.

<b>Busca: Institutos Federais e Desenvolvimento Territorial</b>				
<b>Total teses identificadas: 64- Interesse: 03 - Períodos da pesquisa: abril de 2023 e julho de 2024.</b>				
<b>Ano</b>	<b>Palavras-Chaves</b>	<b>Autor/a, Instituição e Programa</b>	<b>Título</b>	<b>Metodologia/Objetivos/Achados/ Resultados</b>
2015	Políticas Públicas, Educação Profissional, Desenvolvimento, Territorialidade.	Souza, Heron Ferreira Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP Pós-Graduação em Educação	Política de educação profissional e tecnológica e desenvolvimento territorial: análise do Instituto Federal Baiano no contexto do semiárido da Bahia, Brasil	Pesquisa qualitativa com o objetivo de compreender a relação entre EPT e o desenvolvimento territorial, sob a égide da territorialidade dos IFs. Lócus: os campi do Instituto Federal Baiano (semiárido, contexto rural e baixos índices IDH, agricultura familiar e seca). Procedimento metodológico: análise documental, entrevistas semiestruturadas e questionários. Resultados apontaram que uma territorialidade ativa dependerá do envolvimento e enraizamento institucional nos territórios do semiárido, cujos esforços têm sido pontuais e ainda não expressam sinergia, criatividade e autorreflexão da Instituição para internalizar os valores explícitos na política de EPT, principalmente no que tange à inserção da juventude rural, das populações e povos do campo.
2021	Educação Superior; Qualidade social da educação; Institutos Federais de Educação; Ciência e tecnologia; Política pública; Contexto emergente	Fontoura, Julian Silveira Diogo de Ávila Universidade Vale dos Sinos (UNISINOS) – Programa de Pós-Graduação em Educação - São Leopoldo/RS (Instituição privada)	A qualidade social da educação superior no contexto emergente dos Institutos Federais: uma abordagem na perspectiva da política pública	Pesquisa com abordagem qualitativa que busca investigar a qualidade social da educação frente ao contexto emergente da Educação Superior nos IFs. Resultados da Investigação: desenvolvimento da noção de emergente a partir do arranjo institucional dos IFs, guiado pela transversalidade, territorialidade e verticalidade; natureza multifatorial do conceito de qualidade social da educação; formação integral na perspectiva marxista; elaboração de indicadores de qualidade social da educação.
2021	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Ensino técnico - Brasil; Ensino profissional - Brasil; Serviço Social	Silva, Grazielle Nayara Felício PUC/SP - Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social (Instituição privada)	O cotidiano dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na perspectiva da articulação entre ensino, pesquisa e extensão: uma análise do(s) seu(s) "sentido(s) político(s)" a partir dos IFs da região de Campinas	Pesquisa qualitativa e quantitativa, cujo objetivo é o estudo da reconfiguração da Política de Educação Profissional e Tecnológica e seus sentidos políticos a partir das ações de ensino, pesquisa e extensão vivenciadas no cotidiano dos Institutos Federais. Fontes da pesquisa: documentos institucionais do IFSP; indicadores sociais; entrevistas com assistentes sociais de 4 campus.
<b>Busca: Institutos Federais e Egressos</b>				
<b>Total teses identificadas: 41- Interesse: 10 - Períodos da pesquisa: abril de 2023 e julho de 2024.</b>				
<b>Ano</b>	<b>Palavras-Chaves</b>	<b>Autor/a, Instituição e Programa</b>	<b>Título</b>	<b>Metodologia/Objetivos/Achados/Resultados</b>

2015	Educação profissional e tecnológica; Institutos Federais; modelos; institucionalidade.	Andrade, Andréa de Faria Barros Universidade de Brasília – Programa de Pós-Graduação em Educação	Os institutos federais de educação, ciência e tecnologia: uma análise de sua institucionalidade	Pesquisa quantitativa e qualitativa; conclusiva descritiva quanto aos fins, com o objetivo de prover um referencial conceitual, analítico e metodológico sobre a nova institucionalidade da rede federal. Resultado: um Atlas dos IFs, produto que reúne informações sintetizadas em categorias de análise envolvendo importantes indicadores sociais. Algumas hipóteses testadas: o aumento da titulação dos professores não confirma que incide negativamente na oferta de cursos técnicos; não foi confirmado que o contexto produtivo local, tampouco a especialização do instituto exerce impacto positivo na produção científica; o contexto produtivo e a qualidade da infraestrutura laboratorial incidem positivamente na empregabilidade dos egressos.
2015	Empregabilidade, Tecnólogos, Institutos Federais.	Giuliano Viana de Alkmin Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Programa de Pós-Graduação em Educação	Empregabilidade dos egressos dos cursos superiores de tecnologia em diferentes regiões do estado de Minas Gerais: o caso do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Pesquisa quantitativa e qualitativa, com objetivo de analisar, por meio do tema EPT, o processo de inserção e manutenção do egresso do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas) no mundo do trabalho. A pesquisa de campo foi realizada no IFMG/Campus Bambuí, IF Norte de MG/Campus Januária e IF Triângulo Mineiro/Campus Uberaba, por meio da aplicação de questionário eletrônico e de entrevista semiestruturada aos egressos (311 sujeitos). Resultado: o índice de empregabilidade do tecnólogo é alto.
2016	Institutos Federais de Educação; Organização do Ensino Médio no Brasil; Democratização e expansão da educação; políticas de organização do IFRN; Representações de alunos, professores e gestores	Oliveira, André Luiz Ferreira de  Universidade do Minho – Ciências da Educação Braga/Portugal (Fundação Pública)	O IFRN no âmbito das políticas públicas de expansão dos Institutos Federais no Brasil: uma abordagem organizacional sobre o processo de democratização do Ensino Médio e Superior, a partir das representações de alunos, professores e gestores	Pesquisa quantitativa e qualitativa, com o objetivo geral de retratar os impactos da expansão da Rede Federal, nomeadamente quanto ao Rio Grande do Norte, levando-se em consideração a representação organizacional e pedagógica dos atores dessa instituição (estudantes egressos e gestores). Coleta de depoimentos de seis gestores e quatro professores, por meio de entrevistas semiestruturadas; e de 306 ex-alunos por meio do inquérito por questionário; foi possível efetuar o cruzamento de suas falas e impressões e, assim, extrair a representação organizacional que cada um desses agentes possui. Achados: os alunos têm orgulho de cursar o Ensino Médio na instituição, porém o Ensino Superior ainda não desperta, nos mesmos, tal identificação.
2017	Educação profissional, processo de expansão, Institutos Federais.	Silva, Jesué Graciliano da  Universidade Federal de Santa Catarina –Programa de Pós-Graduação em Geografia	A expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica entre os anos 2005 e 2015 e suas implicações socioespaciais no estado de Santa Catarina	Pesquisa quantitativa e qualitativa, que envolveu a realização de revisão bibliográfica, análise de relatórios de gestão dos IFs e do MEC, aplicação de questionários, realização de entrevistas e pesquisa de campo; comparação dos dados socioeconômicos (IBGE) dos municípios atendidos pela RFEPCT (2005 a 2015); Objetivo: avaliar o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnologia no Brasil e suas implicações socioespaciais no estado de SC.

2018	Trajetórias; Educação; Turismo; Teoria dos Campos; Restinga	Nunes, Mirelle Barcos PUC/RS Programa de Pós-Graduação em Educação (Instituição privada)	Trajetórias educacionais e profissionais de egressos do curso técnico em guia de turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Restinga (Porto Alegre, RS, Brasil)	Pesquisa quantitativa e qualitativa, com o objetivo de investigar as trajetórias educacionais e profissionais de egressos do Curso Técnico em Guia de Turismo do IFRS, Campus Restinga, no período de 2011 e 2015. Buscou identificar os efeitos da passagem pelo referido Curso e a presença de uma instituição educacional com foco na formação técnica e tecnológica no cotidiano de uma periferia. Foram coletados dados a partir da análise de documentos institucionais e de uma entrevista ao servidor responsável pela implantação do Campus Restinga, de um questionário respondido por 34 egressos e de entrevistas narrativas com dez desses sujeitos. Os resultados demonstram trajetórias ascendentes em relação à escolaridade intergeracional dos grupos familiares, assim como ampliação dos modos de aquisição de capital cultural incorporado.
2019	Ensino profissional - História; Institutos federais de educação, ciência e tecnologia; Estudantes	Daros, Michelli Aparecida  PUC/SP - Programa de Estudos Pós-graduação em Serviço Social (Instituição privada)	#falaestudante!: um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais aos seus estudantes	Pesquisa quantiqualitativa. Análise documental (Setec/MEC de indicadores de âmbito nacional no período de 2009 a 2014; pesquisa de campo com jovens de 9 campus do: IFMS, IFSULDEMINAS, IFSUDESTE-MG; IFRN e IFSP. Achados da pesquisa identificaram ampliação de acesso a EPT de jovens da classe trabalhadora; IFs têm frágeis vínculos com seus territórios na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico local e regional.
2020	Ensino médio integrado; Potencialidades emancipatórias; Institutos Federais; Trajetórias de vida	Chagas, Selton Evaristo de Almeida  Universidade Federal de Goiás – Programa de Pós-Graduação em Sociologia	E o Instituto Federal integra a jornada: potencialidades emancipatórias nas trajetórias de jovens egressos do curso técnico em Química integrado ao ensino médio em Institutos Federais no Centro-Oeste brasileiro	Pesquisa qualitativa e quantitativa, com o objetivo de investigar as potencialidades emancipatórias desenvolvidas por estudantes formados no curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio de três campi de IFs do Centro-oeste brasileiro (campus Aparecida de Goiânia e Inhumas do IFGO, e campus Rondonópolis do IFMT). Foram extraídos dados secundários com as Secretarias de Registro Escolar dos campi e na Plataforma Nilo Peçanha, a fim de traçar um perfil sociográfico dos estudantes do Ensino Médio Integrado ao longo da década de 2010. Para pesquisa empírica: estudantes se formaram em 2016 nesse curso nas três escolas, realizando-se um <i>survey</i> com aqueles que consentiram, e entrevistas em profundidade com uma parcela desse grupo. Concluiu-se que o potencial de transformação social se restringe a um projeto individualista do sujeito, desassociado de um projeto de classe ou de grupo, vinculando-o em parte, a um conceito de emancipação hegemônico propagado por agentes internacionais e multilaterais do capital.
2021	Institutos Federais de Ciência e Tecnologia,	Cavalcante, Joel Júnior	A inserção social dos estudantes egressos do Instituto Federal do	Pesquisa quali quantitativa, com o objetivo de analisar a inserção social e o itinerário dos estudantes egressos do ensino médio

	Instituto Federal do Paraná, Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Políticas educacionais, Escola unitária, Politecnia.	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Programa de Pós-Graduação em Educação	Paraná (IFPR) e a nova institucionalidade da educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil	técnico integrado do IFPR. Pesquisa com 90 estudantes egressos de 11 campus do IFPR, utilizando questionário “Google Forms”, que permitiu analisar os impactos dessa formação na trajetória desses jovens. Resultados: as narrativas estudantis revelaram que a maioria dos egressos enveredam para cursos superiores diferentes do percurso cursado no IFPR.
2022	Verticalização do ensino; Itinerário formativo; IF Goiano	Ribeiro, Iúri PUC Goiás – Programa de Pós-Graduação em Educação (Instituição privada)	A política de verticalização do ensino no Instituto Federal Goiano, campus Trindade e as possibilidades de itinerários formativos discente	Pesquisa qualitativa, com o objetivo de compreender a política de verticalização do ensino e suas implicações nos itinerários formativos dos alunos egressos do Ensino Médio Integrado do Campus Trindade. Procedimento metodológico envolveu pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários aos concluintes das turmas do Ensino Médio Integrado nos anos de 2017, 2018 e 2019 do campus Trindade. Os dados revelam que o Ensino Médio Integrado proporciona aos estudantes uma formação humana, integral e omnilateral e condições de acessar o ensino superior no próprio Campus Trindade, por meio da política de verticalização do ensino, ou em outras instituições de ensino superior.
2023	Gênero. Divisão sexual do trabalho. Educação Profissional. Mulheres	Pereira, Telma Amélia de Souza Universidade Federal de Sergipe – Programa de Pós-Graduação em Educação	A inclusão no mundo do trabalho das mulheres técnicas em eletromecânica egressas do IFS - Campus Lagarto	Pesquisa qualitativa que analisa as experiências das mulheres egressas do Curso Técnico em Eletromecânica (Ensino Médio Integrado) do Campus Lagarto do IF de Sergipe, visibilizando dificuldades e avanços nas relações de gênero na formação profissional e no mundo do trabalho. Procedimento metodológico: fontes documentais integram a revisão da literatura; o registro escolar sobre dados pessoais de egressas de 11 turmas no marco temporal entre 2009 e 2020; entrevista semiestruturada com 30 egressas. Resultados: opção foi pela busca da qualidade do ensino, indicação de familiares e/ou amigos; dificuldade de acesso à área de trabalho foi marcada nas atividades práticas ainda durante o curso, posteriormente, na busca por estágio (algumas foram para outras áreas); as mulheres técnicas revelam barreiras de acesso na área da indústria; o desprestígio das mulheres no mercado de trabalho e a divisão social de papéis entre homens e mulheres são consequências de um processo sócio histórico (sistema patriarcal e da colonização violenta).
<b>Busca: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica</b>				
<b>Total teses identificadas: 369 - Interesse: 07 - Períodos da pesquisa: abril de 2023 e julho de 2024.</b>				
Ano	Palavras-Chaves	Autor/a, Instituição e Programa	Título	Metodologia/Objetivos/Achados/Resultados

2015	Ensino profissional; Educação profissional; Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil) Capital humano; Trabalho	Souza, Cláudio Reynaldo Barbosa de Universidade Federal da Bahia – Programa de Pós- Graduação Multi- institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento	O processo de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica: um estudo de caso na Bahia	Pesquisa qualitativa e quantitativa, com o objetivo de descrever a percepção dos gestores, do processo de expansão da RFEPCT e os possíveis reflexos nas comunidades onde se inserem. A investigação aconteceu a partir da perspectiva dos atores/autores formada pelo conjunto de representantes institucionais, ligados diretamente aos níveis estratégicos e táticos da Educação Profissional do Brasil (dados coletados por meio de entrevistas e questionários), bem como do quantitativo em indicadores reconhecidos nacional e internacionalmente, que contribuem para a explicitação destes reflexos.
2017	Educação profissional, processo de expansão, Institutos Federais.	Silva, Jesué Graciliano da Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós- Graduação em Geografia	A expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica entre os anos 2005 e 2015 e suas implicações socioespaciais no estado de Santa Catarina	Pesquisa quantitativa e qualitativa, que envolveu a realização de revisão bibliográfica, análise de relatórios de gestão dos IFs e do MEC, aplicação de questionários, realização de entrevistas e pesquisa de campo; comparação dos dados socioeconômicos (IBGE) dos municípios atendidos pela RFEPCT (2005 a 2015); Objetivo: avaliar o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnologia no Brasil e suas implicações socioespaciais no estado de SC.
2017	Educação profissional e tecnológica; Desenvolvimento econômico - políticas públicas; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; Política educacional	Oliveira, Edimilson Antonio de Universidade de Brasília Programa de Pós- Graduação em Educação	Políticas de educação profissional e desenvolvimento regional: o papel dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno RIDE-DF	Pesquisa qualitativa, com o objetivo geral de investigar como a política pública de EPT se expressa nos PDI dos IFs de GO e do DF no âmbito da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do DF e Entorno RIDE-DF e como estes dialogam com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Metodologia: pesquisa bibliográfica, análise documental (MEC), coleta de dados e entrevistas. O estudo foi realizado nos IFs de GO e DF, localizados nos limites da Ride-DF. A coleta de dados: entrevista semiestruturada com o objetivo levantar as percepções e informações de dois reitores e três diretores de campus dos IFs. Resultado: observou-se uma fragilidade no processo de articulação e coordenação dessas políticas nessa região. Portanto, a proposta de contribuir para a redução das desigualdades sociais, culturais e econômicas podem ser comprometidas pela possibilidade de isolamento de determinados campus nessa região.
2018	Educação Profissional; Confederação Nacional da Indústria; Neodesenvolvimentismo; Educação e Estado; Políticas Públicas; Central Única dos Trabalhadores (Brasil)	Pelissari, Lucas Barbosa. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana	As políticas públicas de educação profissional no Brasil entre 2003 e 2014: disputas e contradições sob o neodesenvolvimentismo	A pesquisa tem como objeto as políticas públicas de educação profissional no período de 2003 a 2014, com vistas a investigar as relações entre as transformações dessas políticas e as contradições de classe interna à conjuntura política brasileira do período. Metodologia: análise de prospectiva; análise de reivindicações (CNI e CUT); análise das políticas de Educação Profissional; comparação entre as reivindicações e as políticas da EPT. A conclusão apontou que as transformações sofridas

				pela política pública analisada são próprias das contradições de classe que caracterizam a conjuntura do período.
2019	Ensino profissional - História; Institutos federais de educação, ciência e tecnologia; Estudantes	Daros, Michelli Aparecida  PUC/SP - Programa de Estudos Pós-graduação em Serviço Social (Instituição privada)	#falaestudante!: um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais aos seus estudantes	Pesquisa quantiqualitativa. Análise documental (Setec/MEC de indicadores de âmbito nacional no período de 2009 a 2014; pesquisa de campo com jovens de 09 campus do: IFMS, IFSULDEMINAS, IFSUDESTE-MG; IFRN e IFSP. Achados da pesquisa identificaram ampliação de acesso à EPT de jovens da classe trabalhadora; IFs têm frágeis vínculos com seus territórios na perspectiva de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico local e regional.
2020	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Instituto Federal. CEFET. Colégio Pedro II. Escolas técnicas vinculadas às universidades. Bibliometria. Estado do conhecimento.	Oliveira, Greissi Gomes Universidade Federal de São Carlos – Programa de Pós-Graduação em Educação	Panorama do campo de estudo da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil (2009-2018)	Trata-se de estudo aplicado, descritivo e de abordagens quantitativas e qualitativas, com o objetivo geral de analisar o panorama do campo de estudos stricto sensu da RFEPCT do Brasil desde a sua instituição. No contexto das pesquisas tem surgido alguns questionamentos: Na tríade do ensino, pesquisa e extensão, qual vertente tem recebido mais destaque nas pesquisas? Qual nível de ensino (superior, médio, técnico, formação inicial e continuada) tem recebido maior atenção nos estudos desenvolvidos na pós-graduação no Brasil, quando se trata das instituições da RFEPCT? Resultados: as teses se desenvolvem em 32 programas de pós-graduação; há prevalência de autoras e orientadoras; as metodologias qualitativas estão presentes na maioria dos estudos; os principais participantes dos estudos são docentes; a principal agência financiadora é a Capes; há um crescimento acentuado de produções em 2018. As instituições que estão em maior número de estudos como locus são os IFs; a vertente ensino é a mais abordada nas pesquisas; o nível de ensino mais abordado foi o superior, tendo prevalência os cursos de licenciatura.
2023	Instituto Federal; Educação Profissional; Escola Politécnica; Escola Unitária.	Rocha, João Antônio Universidade Federal de São Carlos – Programa de Pós-Graduação em Educação	A identidade dos Institutos Federais de Educação: o velho resiste em morrer e o novo não consegue nascer	Pesquisa qualitativa com o objetivo principal de investigar e analisar o processo de construção da identidade dos Institutos Federais a partir da compreensão dos seus dilemas político-pedagógicos. Resultado: é pertinente identificar os dilemas que têm orientado as (in) decisões político-pedagógicas da nova institucionalidade dos Institutos Federais.

Fonte: Autoria própria (2025).

**APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO INDIVIDUAL: ESTUDANTES EGRESSOS**

## Questionário individual: estudantes egressos

Nome: \_\_\_\_\_  
Gênero: \_\_\_\_\_ Raça/Cor: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
Curso concluído no IFPR/CL: \_\_\_\_\_  
Nível de Ensino: Médio Integrado ( ) Médio Subsequente ( ) EJA/EPT ( ) Superior

**Responda as questões abaixo com notas de 1 a 5, considerando:**

**1. Ruim    2. Razoável    3. Bom    4. Muito bom    5. Excelente**

**Atenção:** nas questões 4 a 9 é necessário responder uma pergunta prévia (sim ou não).

<b>01</b>	O Curso concluído no IFPR/CL atendeu aos objetivos esperados quanto à formação técnica, científica e tecnológica?	1. Ruim	2. Razoável	3. Bom	4. Muito bom	5. Excelente
<b>02</b>	Além das bases técnicas, científicas e tecnológicas, o Curso viabilizou aprendizagens para sua formação humana, pensamento crítico, autonomia e criatividade?	1. Ruim	2. Razoável	3. Bom	4. Muito bom	5. Excelente
<b>03</b>	Em que grau você se considera apto a atuar na área de formação ofertada no IFPR/CL?	1. Ruim	2. Razoável	3. Bom	4. Muito bom	5. Excelente
<b>04</b>	Durante o curso, surgiram oportunidades de estágio, trabalho ou emprego na área de formação? ( ) Sim ( ) Não - Como você considera essa oportunidade?	1. Ruim	2. Razoável	3. Bom	4. Muito bom	5. Excelente
<b>05</b>	Com a conclusão do Curso, surgiram novas oportunidades de trabalho ou emprego na área de formação? ( ) Sim ( ) Não - Como você considera essa oportunidade?	1. Ruim	2. Razoável	3. Bom	4. Muito bom	5. Excelente
<b>06</b>	Diante da conclusão do Curso, sua renda financeira aumentou? ( ) Sim ( ) Não - Como você considera esse aumento de renda?	1. Ruim	2. Razoável	3. Bom	4. Muito bom	5. Excelente
<b>07</b>	A sua qualidade de vida melhorou com a conclusão do Curso? ( ) Sim ( ) Não - Como você considera essa melhoria na qualidade de vida?	1. Ruim	2. Razoável	3. Bom	4. Muito bom	5. Excelente
<b>08</b>	No seu dia-a-dia de trabalho/emprego, você utiliza aprendizagens técnicas, científicas e tecnológicas desenvolvidas no Curso concluído? ( ) Sim ( ) Não - Em que grau?	1. Ruim	2. Razoável	3. Bom	4. Muito bom	5. Excelente
<b>09</b>	Nos diálogos, individuais e de equipe, realizados no seu ambiente profissional, você relata que sua formação escolar foi realizada no IFPR/CL? ( ) Sim ( ) Não - Qual é o seu grau de recomendação dos cursos do IFPR/CL?	1. Ruim	2. Razoável	3. Bom	4. Muito bom	5. Excelente

**APÊNDICE C - ROTEIRO DA TÉCNICA DO GRUPO FOCAL: ESTUDANTES  
EGRESSOS**

### Roteiro da técnica do grupo focal: estudantes egressos

<b>01</b>	Sala preparada em círculo, apenas com cadeiras;
<b>02</b>	Ambiente descontraído e acolhedor; lanche servido, com a possibilidade de alimentação antes, durante e/ou depois da atividade;
<b>03</b>	Breve apresentação das pesquisadoras, objetivo da pesquisa e registro da preservação do anonimato dos participantes;
<b>04</b>	Dinâmica de apresentação pessoal: organização dos participantes em duplas; 5 minutos para uma conversa entre si sobre aspectos pessoais e profissionais; cada um anota as características e habilidades do outro, identificam o que tem em comum. Na sequência, cada participante apresenta seu colega de dupla para o coletivo;
<b>05</b>	Todos devidamente apresentados, cada participante vai acessar a página <i>mentimeter</i> < <a href="https://www.mentimeter.com/pt-BR/features/word-cloud">https://www.mentimeter.com/pt-BR/features/word-cloud</a> > e digitar uma palavra que represente um fato positivo (se houver) que tenha marcado o período de escolarização no IFPR/Campus Campo Largo. Apresentada a nuvem de palavras, os participantes, querendo, poderão compartilhar o fato com o grande grupo. Na sequência, a atividade será repetida com um fato negativo (se houver). Da mesma forma, compartilhada a nuvem de palavras, os participantes, querendo, poderão compartilhar o fato negativo com o grande grupo. Havendo problemas com a internet/acesso à página, o exercício será realizado com <i>post-ite</i> , os quais serão colados no quadro de giz (dividido em duas partes - fato positivo e fato negativo);
<b>06</b>	De maneira livre e espontânea, de modo a dar voz e buscando uma participação mais efetivas, os participantes serão incentivados a compartilhar as vivências e saberes alcançados na formação escolar no IFPR/Campus Campo Largo; trocas e partilhas sobre os temas empregabilidade, renda e qualidade de vida;
<b>07</b>	Agradecimentos e encerramento.

**APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL: AGENTES PÚBLICOS  
ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS CAMPO LARGO**

**Roteiro de entrevista individual: agentes públicos envolvidos no processo de  
implantação do Campus Campo Largo**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo/ Função pública ocupada em 2010: \_\_\_\_\_

Cargo/ Função pública ocupada em 2024: \_\_\_\_\_

<b>01</b>	Relato das primeiras reuniões e pessoas envolvidas na implantação do campus;
<b>02</b>	Dificuldades enfrentadas e apoios recebidos;
<b>03</b>	Diálogos com a comunidade sobre o APL(Arranjo Produtivo Local) para a definição dos Cursos implantados em 2010 ( Mecânica, Agroecologia e Eletrotécnica);
<b>04</b>	Definição do espaço para instalação do campus (provisório e definitivo);
<b>05</b>	Chegada dos/as primeiros/as servidores/as;
<b>06</b>	Aspectos da localização (espaço geográfico) do campus;
<b>07</b>	Percepções atuais do papel/atuação do IFPR/CL no Município.

**APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA INDIVIDUAL COM ATORES CHAVES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (RH DE EMPRESAS LOCAIS) QUE CONTRATAM OU MANTÊM RELAÇÃO DE TRABALHO OU EMPREGO COM ESTUDANTES EGRESSOS**

**Roteiro de entrevista individual: Atores chaves do desenvolvimento econômico (RH de Empresas locais) que contratam ou mantêm relação de trabalho ou emprego com estudantes egressos**

Nome: \_\_\_\_\_

Empresa: \_\_\_\_\_

Função que desempenha: \_\_\_\_\_

<b>01</b>	Quantos funcionários da Empresa possuem formação escolar no IFPR/CL?
<b>02</b>	A Empresa/Sindicato mantém relações de trabalho (terceirizados/autônomos) com pessoas que realizaram sua formação escolar no IFPR/CL?
<b>03</b>	Quais cursos esses trabalhadores realizaram no campus?
<b>04</b>	O fato de ter formação no IFPR foi um dos fatores para a contratação/ou relação de trabalho?
<b>05</b>	Os trabalhadores, com formação no IFPR/CL, desenvolvem as aprendizagens técnicas, científicas e tecnológicas aprendidas no Curso?
<b>06</b>	A Empresa possui (ou já contratou) estagiários vinculados ao IFPR/CL?
<b>07</b>	Há programas de incentivo à qualificação na Empresa?
<b>08</b>	Os cursos do IFPR/CL são divulgados para os trabalhadores?
<b>09</b>	A Empresa possui plano de cargos e salários? Após a conclusão de um Curso Técnico ou Superior no IFPR/CL o trabalhador tem a possibilidade de mudança de função e aumento de salário?
<b>10</b>	Como a Empresa/Sindicato avalia os trabalhadores formados no IFPR/CL? Há algum diferencial em relação aos demais trabalhadores?

**APÊNDICE F - CONVÊNIOS/TERMOS DE COOPERAÇÃO FIRMADOS PELO  
IFPR/CAMPUS CAMPO LARGO (2011-2024)**

### Convênios/Termos Cooperação firmados pelo IFPR/Campus Campo Largo (2011-2024)

Entidades Partícipes	Objeto	Nº convênio, vigência e publicação
<p>i) PARANÁ, SETI-FUNDO PARANÁ; UTFPR - FUNTEF; UFPR; UEPG; CENTRO DI CULTURA ITALIANA PARANÁ/SANTA CATARINA; CONSÓRCIO ENTRE REGIÕES ITALIANAS E OS ESTADOS DOS BRASIL. SENAI, MINEROPAR e IFPR</p>	<p>Criação do Centro de Estudos de Ciência e Tecnologia Cerâmicas do Paraná- Cestec-PR. No 7º Termo aditivo, assinado em 02/03/2011, o IFPR passou a ser parte integrante do Convênio, com a atribuição de "apoiar na realização de cursos pós-médio na área de cerâmica, utilizando da sua estrutura edificada no mesmo imóvel."</p>	<p><b>Convênio 03/06</b> (<a href="https://www.pitangui.uepg.br/secrei/processos/26032012/6-%20Processo%20n%BA%203711-2012%20%20RELATOR%20EDUARDO.PDF">https://www.pitangui.uepg.br/secrei/processos/26032012/6-%20Processo%20n%BA%203711-2012%20%20RELATOR%20EDUARDO.PDF</a>)</p>
<p>ii) IFPR e SPAKI - Usinagem de Precisão Ltda. (23410.000139/2012-79)</p>	<p>Viabilizar a realização de treinamento prático de alunos dos cursos Técnico em Eletrotécnica e em Mecânica do Campus Campo Largo.</p>	<p><b>Convênio nº 02/2012</b> - Vigência: 27/08/2012 a 27/04/2013. Publicação: DOU nº 175, 10/09/2012, seção 3, página 50.</p>
<p>iii) Instituto Federal do Paraná - IFPR e Município de Campo Largo (23410.000179/2015-63)</p>	<p>Concessão de espaço físico e profissionais para treinamento esportivo aos estudantes do IFPR Campo Largo – Programa Estudante Atleta.</p>	<p><b>Convênio nº 09/2015</b> - Vigência: 24 meses. Publicação: DOU nº 150, 07 de agosto de 2015, seção 3, página 40.</p>
<p>iv) Instituto Federal do Paraná e Parabolé Educação e Cultura LTDA-ME  23410.000145/2017-31</p>	<p>Oferta de oficinas de dança moderna (oficinas gratuitas de <i>Jazz</i>, <i>Hip Hop</i>) para os estudantes, visando à ampliação de atividades extracurriculares ofertadas, buscando o desenvolvimento de novas habilidades. Em 2019 foi incluída a oficina CIT Maker (Criatividade, Inovação e Tecnologia).</p>	<p><b>Convênio nº 06/2017.</b> Vigência :12 meses a contar da publicação. Publicação: DOU nº 96, 22 de maio de 2017, seção 3, p.47. Convênio prorrogado por sucessivos períodos - seguiu vigente até maio de 2020.</p>
<p>v) Instituto Federal do Paraná - IFPR e Município de Campo Largo  (23410.000200/2017-92)</p>	<p>Manuseio de Impressora 3D, de propriedade do Município de Campo Largo, pelos servidores do IFPR/Campus Campo Largo, para a confecção de tecnologias assistiva de órtese, conforme demandas apresentadas pelo Município.</p>	<p><b>Convênio nº 08/2017.</b> Vigência :12 meses a contar da publicação. Publicação: DOU nº 114,, 16 de junho de 2017, seção 3, p.44. Convênio prorrogado por sucessivos períodos - até 2022.</p>
<p>vi) IFPR e Município de Campo Largo  (23411.007164/2019-40) <b>Novo processo</b> 23411.002975/2022-50.</p>	<p>Implantação do projeto IFenCanto kids - canções para gostar de inglês, em escolas municipais de Campo Largo para ofertar oficinas de música em inglês, visando motivar o contato, o uso e a aprendizagem lúdica dessa</p>	<p><b>Convênio nº 22/2019</b> - Vigência: 12 meses a contar da publicação. Publicação: DOU nº 131, 10 de julho de 2019, seção 3, p.63.</p>

Entidades Partícipes	Objeto	Nº convênio, vigência e publicação
	língua entre crianças da rede municipal.	Termo Aditivo, com Vigência de 18 meses a contar da publicação. Publicação: DOU nº 125, 02 de julho de 2020, seção 3, p.60. <b>Acordo de Cooperação nº 07/2022</b> - publicado no DOU: 19/04/2022. Vigência: 13/04/2022 a 13/04/2025.
vii) Instituto Federal do Paraná - IFPR e Município de Campo Largo (23410.000476/2017-71)	Cooperação mútua para viabilizar o funcionamento do CESTEC; suporte técnico e de infraestrutura às atividades do Curso Técnico em Cerâmica; desenvolvimento de ações, no âmbito da pesquisa e da inovação tecnológica com vistas ao fortalecimento do setor cerâmico de Campo Largo.	<b>Convênio nº 11/2017</b> - Vigência: 60 meses a contar da publicação. Publicação: DOU nº 191, 04 de outubro de 2017, seção 3, p.54.
viii) Instituto Federal do Paraná e Instituto Latino-Americano de Agroecologia, Educação, Capacitação e Pesquisa da Agricultura Camponesa Contestado - Escola Latino Americana de Agroecologia (ELLA/Lapa) (23411.010583/2019-69)	Oferta do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia a sujeitos do campo beneficiários da Reforma Agrária e/ou com vínculo direto à agricultura familiar camponesa do Brasil e demais países da América Latina e Caribe.	<b>Convênio nº 27/2019</b> - Vigência: 40 meses a contar da publicação. Publicação: DOU nº 176, 11 de setembro de 2019, seção 3, p.70.
ix) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR e o Município de Campo Largo (23411.018590/2022-12)	Estabelecer cooperação mútua entre os partícipes no que diz respeito ao funcionamento do Centro de Ciências e Tecnologias Cerâmicas - CESTEC, pertencente ao Município de Campo Largo, com vistas ao suporte técnico-científico e de infraestrutura às atividades do Curso Técnico em Cerâmica e do Curso Superior de Tecnologia em Materiais do Campus Campo Largo do IFPR e ao desenvolvimento de ações no âmbito da pesquisa e da Inovação Tecnológica com vistas ao fortalecimento do setor cerâmico de Campo Largo.	<b>Termo de Cooperação</b>  Vigência: 28/11/2022 a 28/11/2027 (60 meses)  Publicação: DOU nº 226, de 02 de dezembro de 2022, seção 3, p.157
x) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná -	Estabelecer cooperação mútua entre os partícipes no que diz respeito ao desenvolvimento de ações em	<b>Acordo Cooperação nº 62/2023</b>

Entidades Partícipes	Objeto	Nº convênio, vigência e publicação
IFPR e o Município de Campo Largo 23411.019105/2023-09	parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária de Campo Largo com vistas ao fortalecimento do setor agropecuário, ambiental e de saúde de Campo Largo, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho em anexo.	Publicação: DOU em 03 de janeiro de 2024, número 2, seção 3, página 44.
<b>xi)</b> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/PR (23411.015490/2023-15)	O objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo estabelecer cooperação mútua entre os partícipes com o propósito de desenvolvimento e aplicação de programas e ações de Cultura Empreendedora e Inovação.	<b>Acordo Cooperação nº 02/2024</b>  Publicado no Diário Oficial da União em 02 de fevereiro de 2024.

**Fonte:** Relatórios do Gabinete da Direção-Geral do campus Campo Largo, fevereiro de 2024.

<b>xii)</b> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR e o Município de Campo Largo 23411.007710/2024-18	Objeto: estabelecer cooperação mútua entre os partícipes para o desenvolvimento e fortalecimento da cultura empreendedora e da inovação no Município de Campo Largo.	<b>Acordo de Cooperação Técnica</b> Vigência: 26/06/2024 a 26/06/2026 (24 meses) Publicação: DOU, nº 124, seção 3, p.67, Data: 26/06/2024.
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Fonte:** Portal INFO

## **APÊNDICE G - PROJETOS DE EXTENSÃO**

ANO	REGISTRO	NOME PROJETO DE EXTENSÃO
2012		Implementação de experimentos e manejos para a aprendizagem de agroecologia comunidades escolares da região
2012		Boletim informativo - Ferramenta para divulgação da Agroecologia
2012		Agricultura Urbana em Campo Largo (PR)
2014/15		Fiscalização de contratos administrativos
2016	23410.000663/2016-73	I encontro de agroecologia do IFPR Campo Largo
2016	23410.000660/2016-30	Aulas de astronomia/preparação para oba
2016	23410.000821/2016-95	Curso de Desenho Eletrotécnico em computador
2016	23410.000702/2016-32	Curso de usinagem convencional ( usinagem i )
2016	23410.000701/2016-98	Práticas de pneumática e eletropneumática pelo método intuitivo.
2017	23410.000086/2017-09	Novos olhares para o museu histórico de Campo Largo
2017	23410000342/2017/50	Inclusão digital e resgate da autoestima na terceira idade
2017	23410.000341/2017-13	Curso de Atualização para Professores de Matemática do Ensino Médio
2017		Curso Manipulador de Alimentos
2017	23410.000341/201713	Curso de atualização para professores de matemática do ensino médio
2017	23410.000806/2017-28	Curso básico de programação e operação de centro de usinagem CNC- automação
2017	23410.000807/2017-72	Curso básico de programação e operação de centro de usinagem CNC - eletromecânica
2018	23410.000080/2018-12	Ifencanto: a arte como integração e inclusão
2018	23410.000105/2018-70	Aproximação entre consumidores e produtores orgânicos em Campo Largo
2018	23410.000106/2018-14	Histórias e memórias em azulejos: estudo dos painéis cerâmicos de Campo Largo
2018	23410.000221/2018-99	Construção de mosaicos em azulejos na terceira idade
2018	23410.000223/2018-88	1º Mostra de Foguetes do IFPR campus Campo Largo
2018	23410.000406/2018-01	Projeto de Xadrez
2018	23411.011787/2018-36	Tricotando saberes
2019	23411.002167/2019-97	Curso de Atualização para professores de matemática do ensino médio
2019	23411.003357/2019-21	Produzindo alimentos de base ecológica e semeando segurança alimentar em Campo Largo, PR.
2019	23411.003400/2019-59	Talentos de Campo Largo: canções para aprender inglês
2019	23411.008108/2019-22	I Semana Acadêmica de Agroecologia
2019	23411.007799/2019-47	Curso de Extensão: Dança Urbana Tribal
2019	23411.012201/2019-31	NUCLIC - Núcleo Campolarguense de Ilustração Científica
2019	23411.012234/2019-81	Capacitação de Manipulador de Alimentos para Feirantes
2019	23411.012444/2019-70	Alguma versão da frase do Saramago - Trabalhar com a mãos ensina muito, identidade do IFPR
2019	23411.019223/2019-22	Show de Talentos 2019
2019	23411.019172/2019-39	Núcleo Extensionista Rondon IFPR
2019	23410.000142/2015-35	Jornal Escolar
2020	23411.001951/2020-11	Emancipação com as mãos
2020	CAM20200018	Matemática para a Sociedade: concepções teóricas e práticas da Matemática
2020	CAM20200020	Programa Permanente de Arte e Cultura do IFPR Campus Campo Largo ( ProPAC)

<b>ANO</b>	<b>REGISTRO</b>	<b>NOME PROJETO DE EXTENSÃO</b>
2020	23411.015193/2019-85	Semana de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
2020	CAM20200007	Matemática para a Sociedade: Oficinas de Geometrias Não Euclidianas
2020	23411.003400/2019-59	IFENCANTO KIDS: CANÇÕES PARA GOSTAR DE INGLÊS
2020	CAM20200010	Educação em Solos e Meio Ambiente no IFPR Campo Largo
2020	CAM20200028	Educação ambiental na Escola Estadual Darlei Adad, Campo Largo: práticas de vermicompostagem e horticultura ecológica
2021	CAM20210002	Perspectivas interdisciplinares para a Educação das Relações Étnico-Raciais - Segunda etapa
2021	CAM20210009	Semana do Meio Ambiente IFPR/ ICMBio
2021	CAM20210015	Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica - NEA Campo Largo
2022	CAM20220020	Formação de professores pedagogos que ensinam matemática no ensino fundamental I
2022	CAM20220034	Ações extensionistas do Laboratório Multidisciplinar de Estudos em Relações Étnico-Raciais e Diversidade
2022	CAM20220033	Construção solidária popular: ação social e voluntariado em Campo Largo
2022	CAM20220050	Retomada indígena do Kogun Já Má (Parque do Mate)
2023	CAM20230006	Referências teóricas e propostas metodológicas interdisciplinares para a valorização da poesia afro-brasileira no currículo escolar
2023	CAM20220042	MANUTENÇÃO BÁSICA EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS RESIDENCIAIS
2023	23411.019172/2019-39	Núcleo Extensionista Rondon IFPR
2023	CAM20220050	Retomada indígena do Kogun Já Má (Parque do Mate)
2023	CAM20220033	Construção solidária popular: ação social e voluntariado em Campo Largo
2023	CAM20220020	Formação de professores pedagogos que ensinam matemática no ensino fundamental I
2023	23411.003400/2019-59	IFENCANTO KIDS: CANÇÕES PARA GOSTAR DE INGLÊS
2023	CAM20200028	Educação ambiental na Escola Estadual Darlei Adad, Campo Largo: práticas de vermicompostagem e horticultura ecológica.
2023	23411.012201/2019-31	NUCLIC - Núcleo Campolarguense de Ilustração Científica
2023	CAM20220034	Ações extensionistas do Laboratório Multidisciplinar de Estudos em Relações Étnico-Raciais e Diversidade
2023	CAM20210015	Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica - NEA Campo Largo
2023	CAM20220033	Construção solidária popular: ação social e voluntariado em Campo Largo
2023	CAM20220034	Ações extensionistas do Laboratório Multidisciplinar de Estudos em Relações Étnico-Raciais e Diversidade
2023	CAM20220020	Formação de professores pedagogos que ensinam matemática no ensino fundamental I
2023	CAM20200020	Programa Permanente de Arte e Cultura do IFPR Campus Campo Largo ( ProPAC)
2023	23411.003400/2019-59	IFENCANTO KIDS: CANÇÕES PARA GOSTAR DE INGLÊS
2024	CAM20220050	Retomada indígena do Kogun Já Má (Parque do Mate)
2024	CAM20220033	Construção solidária popular: ação social e voluntariado em Campo Largo
2024	469/2024	Construção solidária popular: educação e mobilização cidadã em Campo Largo
2024	602/2024	Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica - NEA Campo Largo

<b>ANO</b>	<b>REGISTRO</b>	<b>NOME PROJETO DE EXTENSÃO</b>
2024	CAM20220034	Ações extensionistas do Laboratório Multidisciplinar de Estudos em Relações Étnico-Raciais e Diversidade
2024	618/2024	NUCLIC Extensão
2024	674/2024	IFenCanto Kids: canções para gostar de inglês (IFkids)
2024	675/2024	Português para migração humanitária

**Fonte: Coordenação de Pesquisa e Extensão do IFPR/Campo Largo, janeiro 2025.**

## **APÊNDICE H - PROJETOS DE PESQUISA**

	REGISTRO	NOME PROJETO DE PESQUISA
2016	23410.000820/2016-41	Produção de livro sobre tecnologia de comunicação e informação para curso técnico em logística.
2016	23410.000773/2016-35	Olhares: a educação do campo no Instituto Federal do Paraná
2017	23410.000658/2016-61	Estratégia de geração de barramentos CC simétricos isolados, para inversores NPC, com conversor CC-CC trifásico série ressonante
2017	23410.000623/2016-21	Estudo e desenvolvimento de materiais para utilização em anodos de células a combustível de óxidos sólidos utilizando combustíveis renováveis em operação direta
2017	23410.000149/2017-19	Desenvolvimento de um extrator de mel de abelhas nativa
2017	23410.000207/2017-12	Sinalário web: criação de um repositório on-line para divulgação de termos técnicos em libras
2017	23410.000340/201761	Estudo para aproveitamento de resíduo cerâmico em aplicações industriais
2017	23410.000466/2017-35	A galera da federal
2017	23410.000467/2017-80	A história brasileira vivida: interpretação de fatos econômicos, políticos e de educação
2017	23410.000469/2017-79	Uso do software Geogebra como ferramenta de ensino de matemática no ensino médio.
2017	23410.000578/2017-96	Processos de drama enquanto experiência: pesquisa-ação e contribuições na formação de professores para a prevenção da homofobia no espaço escolar
2017	23410.000654/2017-63	Suporte para colmeias de Meliponídeos (Hymenoptera: Apidae)
2017	23410.000160/2017-89	Arrancadão cerebral – um desafio para as mentes
2017	23410.000805/2017-83	Adega musical
2018	23410.000078/2018-35	Reflexões da escrita no IFPR
2018	23410.000079/2018-80	Influência do processo de soldagem nas propriedades mecânicas em aço de baixo teor de carbono para aplicação estrutural
2018	23410.000081/20 18-59	Desenvolvimento de uma forma de gesso para modelamento de prato cerâmico
2018	23410.000090/2018-40	Civilizações em conflito: os povos indígenas e as políticas de governo do Paraná (1853-1930)
2018	23410.000098/20 18-14	Comparação de tipos construtivos de coletores solares para aquecimento de ar e desidratação de alimentos
2018	23410.000176/20 18-72	Análise anova da plasticidade de argilas utilizando o método de pfefferkorn
2018	23410.000178/2018-61	Diagnóstico, análise e implementação de melhorias no processo de fabricação de empresa do APL de louças de Campo Largo
2018	23410.000267/2018-16	Análise de desempenho de sistema de comunicação via rede com perda de dados
2018	23410.000407/2018-48	Militância ou Profissionalização de Gênero? Um estudo comparativo e transnacional em períodos feministas do Brasil, Argentina e Chile (1981 - 1995)
2018	23410.000443/2018-10	Proposta de implantação de uma planta de microgeração distribuída de energia fotovoltaica no IFPR - campus Campo Largo
2018	23411.011770/2018-89	Aprender a empreender: o desafio de transformar necessidade em oportunidade
2018	23411.011781/2018-69	O cinema e a filosofia da ciência na formação de professores de ciências

	REGISTRO	NOME PROJETO DE PESQUISA
2018	23411.013523/2018-27	Ensino, Pesquisa e Extensão em Números: a informação como aliada na qualidade da educação
2019	23411.00237/2019-05	O Ensino Médio Integrado no Instituto Federal do Paraná: concepções políticas e educacionais dos Projetos Pedagógicos de Cursos
2019	23411.002750/2019-06	A desconstrução de estereótipos latino-americanos: a Colômbia e seus aspectos socioculturais
2019	23411.002898/2019-32	A implantação do Laboratório de Ensino de matemática para o desenvolvimento transdisciplinar de educação matemática e a formação docente no IFPR campus Campo Largo
2019	23411.003384/2019-02	Uma inglesa no Brasil Imperial: percepções sobre as mulheres brasileiras nos escritos de Maria Graham
2019	23411.003381/2019-61	Desenvolvimento de Tecnologia Assistiva em Manufatura Aditiva
2019	23411.010741/2019-81	Modelos NARX para transistores Mono-Elétron
2019	23411.012201/2019-31	Núcleo Campolarguense de Ilustração Científica
2019	23411.014318/2019-50	O espaço da produção alimentar e seus conflitos: desafios encontrados para concretização da segurança alimentar e nutricional na Colônia Murici e região.
2020	23411.002042/2020-09	Desenvolvimento de Jogos Didáticos Matemáticos sob a concepção do Desenho Universal para Aprendizagem em Manufatura Aditiva e outras tecnologias
2020	23411.002748/2020-62	Inter-relações entre Filosofia, Ciência e Arte: possibilidades para o ensino
2020	23411.002455/2020-85	Mecânica quântica determinística: a teoria de Broglie-Bohm
2020	23411.003207/2020-51	Influência do tratamento térmico nas medidas de dureza em aços ferramenta para estampagem a quente
2020	23411.002969/2020-31	Artivismo urbano: engajamento político e cultural na América Latina (1980-2010)
2020	23408.000565/2018-47	Ensino e aprendizagem na Universidade Medieval: as Questões Disputadas sobre a alma, de Tomás de Aquino
2020	23410.000443/2018-10	Proposta de implantação de uma planta de microgeração distribuída de energia fotovoltaica no IFPR – Campus Campo Largo
2020	23411.004205/2020-80	A filosofia da ciência e a bioética como instrumento de crítica à história da pesquisa em saúde feminina
2020	23411.004738/2020-61	Histórias de mulheres afegãs
2020	23411.005232/2020-70	VentiVet – Ventilador Pulmonar Veterinário para Animais de Pequeno Porte
2020	23411.005109/2020-59	Aplicação agroecológica de biopolímeros obtidos via processo de fermentação simbiótica: do SCOBY aos biofilmes funcionais
2020	23411.005076/2020-47	Caracterização de fontes alternativas de potássio para a agricultura orgânica
2020	23411.004298/2020-42	Liderança Feminina nas empresas: um fenômeno a ser estudado
2020	23411.005113/2020-17	Manufatura aditiva como ferramenta ágil e eficaz para a produção de equipamentos de proteção individual para profissionais da saúde
2020	23411.004605/2020-95	Mapeamento da Indústria 4.0 no Paraná
2020	CAM20200019	Ensino médio técnico-profissional e inclusão: almejando possibilidades e concretudes

	REGISTRO	NOME PROJETO DE PESQUISA
2020	CAM20200024	Características de currículos de cursos de engenharia elétrica
2020	CAM20200025	Análise do efeito do monitoramento bancário sobre o spread das debêntures emitidas no Brasil
2020	CAM20200026	Estudo e aplicações da Inteligência Artificial no IFPR
2021	23411.004298/2020-42	Liderança Feminina nas empresas: um fenômeno a ser estudado
2021	CAM20210003	Trotula de Ruggiero: ciência e saúde feminina na alta idade média
2021	CAM20210004	Gênero e classe na imprensa feminista argentina: uma análise do periódico La voz de la Mujer (1896-1897)
2021	CAM20210005	Violações dos direitos humanos de povos indígenas do Paraná durante a Ditadura Civil-Militar
2021	CAM20210006	“Fala baixo, senão eu grito”: sexualidade, relações de gênero e segurança escolar
2021	CAM20210007	Ciência, neoliberalismo e barbárie: educação profissional e tecnológica e a promessa de emancipação social
2021	CAM20210010	Análise, readequação e funcionamento de bancada prática de ciclos de refrigeração e aquecimento
2021	CAM20210008	Cubo de Rubik e Matemática: investigando mais a fundo!
2021	CAM20210014	Uso eficiente da terra em um sistema agroecológico de produção de alimentos
2021	CAM20200025	Análise do efeito do monitoramento bancário sobre o spread das debêntures emitidas no Brasil (renovação)
2022	23411.002898/2019-32	A implantação do Laboratório de Ensino de Matemática para o desenvolvimento transdisciplinar de educação matemática e a formação docente no IFPR campus Campo Largo
2022	CAM20220019	Literatura, ciência e tecnologia: formação integral a partir das leituras e releituras de Machado de Assis para o Ensino Médio Integrado
2022	CAM20220026	Estudos sobre a carreira, o ser e o fazer dos Técnico-administrativos em Educação
2022	CAM20220031	Uso eficiente da terra (UET) em um sistema agroecológico de produção de alimentos
2022	CAM20220032	Associações políticas e culturais de intelectuais negros exilados durante a ditadura civil - militar no Brasil (1964-1985)
2022	CAM20220035	A influência do princípio de Mach na física teórica
2022	CAM20220021	Nos-otros somos améfrica ladina: a reexistência do ensino de espanhol nos institutos federais
2022	CAM20220036	Medição Automática em Anéis de Pistão utilizando Visão Computacional
2022	CAM20220037	Mulheres Negras e a Liderança Feminina nas empresas: um fenômeno a ser estudado
2022	23411.003207/2020-51	Influência do tratamento térmico nas medidas de dureza em aços ferramenta para estampagem a quente
2022	CAM20220040	Análise de efetividade dos Instrumentos Econômicos (IE) do ICMS-Ecológico Mananciais e da política de cobrança pelo uso da água no território do Comitê das Bacias Hidrográficas do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira no incremento da conservação dos recursos hídricos - Estado do Paraná
2022	CAM20220041	Desenvolvimento de Planta Didática de Nível para Desenvolver Projetos em Laboratório

	REGISTRO	NOME PROJETO DE PESQUISA
2022	CAM20220043	Estudo sobre o efeito da calcita nas propriedades tecnológicas de um material cerâmico
2022	CAM20220046	O negro e o branco na construção do Instituto Federal do Paraná - PR
2022	CAM20220047	Ferramentas tecnológicas, aplicativos, jogos e games aplicados à educação
2022	CAM20220048	Projeto e desenvolvimento de ações de sustentabilidade no IFPR – Campo Largo
2022	CUR20220098	Empreender com fé: o caso da Pastoral do Empreendedor
2022	CAM20220051	Laboratório de Educação Inclusiva (LAB -“in”): espaço de construção de uma educação inclusiva na perspectiva do trabalho colaborativo
2022	IFTECH	Desafio e Diversão: uma proposta de jogo matemático em desenho universal para aprendizagem
2022	IFTECH	Trator Cortador de grama Elétrico à Bateria
2022	IFTECH	O Estigma da violência contra a mulher: protótipo de aplicativo e sistema de segurança
2022	IFTECH	Controle de Dieta Individual em Rebanhos (CoDIR)
2022	IFTECH	Controle de Estufa Aeropônica
2022	IFTECH	“Fala baixo, senão eu grito”: sexualidade, relações de gênero e segurança escolar
2022	IFTECH	Protótipo de prensa de absorventes a baixo custo
2022	IFTECH	Robô Autônomo com Inteligência Artificial
2022	IFTECH	Sistema de controle de acesso por visão computacional
2022	IFTECH	Sistema de reconhecimento de vagas de estacionamento através da visão computacional
2022	IFTECH	Uso da Inteligência Artificial em Plantações de Soja
2022	IFTECH	Poste Green Nature
2022	IFTECH	Sunflower project
2022	IFTECH	Irrigador Automático
2022	IFTECH	Estacionamento Inteligente por meio da sustentabilidade ambiental
2022	IFTECH	Formação de Professores Pedagogos que ensinam Matemática no Ensino Fundamental I
2022	IFTECH	Sistema Autônomo de Limpeza para Painéis Fotovoltaicos
2022	IFTECH	VentiVet - Ventilador Pulmonar Para Animais de Pequeno Porte
2023	CAM20230002	Estudo e aplicações da Inteligência Artificial
2023	CAM20230003	Mulheres na Educação Profissional e Tecnológica: da pedagogia soviética à EPT no Brasil
2023	CAM20230004	Criminalidade e políticas de segurança pública no Paraná oitocentista (1854-1898)
2023	CAM20230009	Robô Autônomo com Inteligência Artificial
2023	CAM20230010	Cinema, filosofia e sociologia: reflexões sobre a influência do som e da imagem na formação integral discente no IFPR/Campo Largo
2023	CAM20230001	Corporeidade, Imagem Corporal e Educação Midiática

	REGISTRO	NOME PROJETO DE PESQUISA
2023	CAM20230012	Desenvolvimento de matriz para avaliação do efeito coração negro em pós-cerâmicos prensados
2023	CAM20230011	Políticas Públicas de Governança de Dados em cidades Inteligentes
2023	CAM20230014	“Histórias que os prédios contam”
2023	CAM20230016	Mapeamento de dureza Rockwell normal e superficial em liga de aço CA-6NM cementado por plasma.
2023	CAM20230017	O impacto do uso de metodologias ativas em estudantes de engenharia da UTFPR
2023	CAM20230019	Projeto e fabricação de fresadora CNC Router 1000 x 1500
2023	CAM20220026	Estudos sobre a carreira, o ser e o fazer dos Técnico-administrativos em Educação
2023	CAM20220047	Ferramentas tecnológicas, aplicativos, jogos e games aplicados à educação
2023	CAM20210007	Ciência, neoliberalismo e barbárie: a educação profissional e tecnológica e os desafios para uma educação emancipatória
2023	23411.010741/2019-81	Modelos NARX para transistores Mono-Elétron
2023	23410.000078/2018-35	Reflexões sobre a escrita em um campus do IFPR: a redação nota mil do Enem
2023	CAM20230006	Referências teóricas e propostas metodológicas interdisciplinares para a valorização da poesia afro-brasileira no currículo escolar
2023	CAM20220040	Análise de efetividade dos Instrumentos Econômicos (IE) do ICMS-Ecológico Mananciais e da política de cobrança pelo uso da água no território do Comitê das Bacias Hidrográficas do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira no incremento da conservação dos recursos hídricos - Estado do Paraná
2023	23411.013523/2018-27	Ensino, Pesquisa e Extensão em Números: a informação como aliada na qualidade da educação
2023	CAM20220037	Mulheres Negras e a Liderança Feminina nas empresas: um fenômeno a ser estudado
2023	23411.004205/2020-80	A filosofia da ciência e a bioética como instrumento de crítica à história da pesquisa em saúde feminina
2023	CAM20210010	Análise, readequação e funcionamento de bancada prática de ciclos de refrigeração e aquecimento.
2023	CAM20220043	Estudo sobre o efeito da calcita nas propriedades tecnológicas de um material cerâmico
2023	CAM20220041	Desenvolvimento de Planta Didática de Nível para Desenvolver Projetos em Laboratório
2023	CAM20210004	Gênero e classe na imprensa feminista argentina: uma análise do periódico La voz de la Mujer (1896-1897)
2023	23411.004205/2020-80	A filosofia da ciência e a bioética como instrumento de crítica à história da pesquisa em saúde feminina
2023	IFTECH	Automatização do processo manual do corte de pedra
2023	IFTECH	Bomba d'água a roda d'água
2023	IFTECH	IHM em Matlab para protótipo de ventilador pulmonar
2023	IFTECH	Afiadora de Brocas
2023	IFTECH	Sistema de monitoramento para silos de armazenamento
2023	IFTECH	Ensinando fração com sólidos geométricos: criação de um protótipo para a educação matemática inclusiva

	REGISTRO	NOME PROJETO DE PESQUISA
2023	IFTECH	Desenvolvimento de Eletroencefalograma (EEG) Utilizando Mindflex: Sistema de Aquisição e Visualização em Tempo Real
2023	IFTECH	A problemática da pobreza menstrual: aprimoração de protótipo para produção de absorventes a baixo custo - fase 2
2023	IFTECH	Protótipo de Praxinoscópio de base metálica
2023	IFTECH	Robô guia para deficientes visuais
2023	IFTECH	Fresadora CNC
2023	IFTECH	Prensa Hidráulica para Compactação de Latinhas de Alumínio
2023	IFTECH	Dispositivo para identificação de pessoas, implementado com Visão Computacional para pessoas com deficiência visual
2023	IFTECH	Sistema de identificação do alfabeto LIBRAS através da visão computacional
2023	IFTECH	Serra circular esquadrejadeira
2023	IFTECH	Sistema de Desidratação de Flores e Plantas Comestíveis
2023	IFTECH	Desenvolvimento de Queijo Cobocó Temperado com Pimenta Rosa (Aroeira)
2023	IFTECH	Robô LUCAS - Robô Leitor de Cubo, Analisador e Solucionador
2024	CAM20230004	Criminalidade e políticas de segurança pública no Paraná oitocentista (1854-1898)
2024	CAM20230010	Cinema, filosofia e sociologia: reflexões sobre a influência do som e da imagem na formação integral discente no IFPR/Campo Largo
2024	23408.000565/2018-47	Ensino e aprendizagem na Universidade Medieval: as Questões Disputadas sobre a alma, de Tomás de Aquino
2024	23411.013523/2018-27	Ensino, Pesquisa e Extensão em Números: a informação como aliada na qualidade da educação
2024	23411.003207/2020-51	Influência do tratamento térmico nas medidas de dureza em aços ferramenta para estampagem a quente
2024	CAM20230003	Mulheres na Educação Profissional e Tecnológica: da pedagogia soviética à EPT no Brasil
2024	CAM20220047	Ferramentas tecnológicas, aplicativos, jogos e games aplicados à educação
2024	1067/2024	A importância de uma proposta de um projeto de extensão para a formação continuada de professores pedagogos que ensinam Matemática
2024	1043/2024	Desenvolvimento de sistemas para controle de aplicações com integração do Software Matlab ou Software Scilab e plataforma Arduino
2024	1038/2024	A influência do princípio de Mach na física teórica
2024	1020/2024	A educação da sensibilidade segundo Tomás de Aquino: um estudo do Tratado das paixões da alma, de Tomás de Aquino (ST, I-II, q. 22-48)
2024	1040/2024	Projeto e fabricação de fresadora CNC Router 1000 x 1500
2024	1501/2024	A instrução pública nas crônicas de Lima Barreto: restrições de acesso às escolas e desigualdade social durante a Primeira República
2024	1415/2024	Paratextos na literatura
2024	1567/2024	Desenvolvimento de um Aplicativo Android para Avaliar o Impacto de Ferramentas Interativas no Engajamento Estudantil

	REGISTRO	NOME PROJETO DE PESQUISA
2024	1565/2024	NUCLIC pesquisa
2024	1673/2024	História Secreta de Curitiba
2024	1672/2024	Estudo da viabilidade de construção de um biossensor para detecção simultânea de múltiplos parâmetros bioquímicos na área médica
2024	1633/2024	Retrato da inclusão digital de agricultores familiares no Brasil e levantamento das ações e políticas voltadas a este público no município de Campo Largo-PR
2024	1682/2024	Análise da Influência da Velocidade de Corte e de Avanço no Faceamento de Poliamida (Nylon 6.0) em Centros de Torneamento CNC
2024	CAM20230006	Referências teóricas e propostas metodológicas interdisciplinares para a valorização da poesia afro-brasileira no currículo escolar
2024	1732/2024	Desenvolvimento de Tecnologias Digitais na Educação Profissional e Tecnológica
2024	1730/2024	Cubo de Rubik e Matemática: investigando mais a fundo! Consolidando os resultados
2024	300/2024	Reflexões sobre a escrita em um campus do IFPR: a redação nota mil do ENEM
2024	1407/2024	Comportamento mecânico de aços ferramenta para trabalho a quente em ensaios de impacto Charpy-V
2024	IFTECH	Formulações de sabonete esfoliante com plantas medicinais
2024	IFTECH	Desenvolvimento de um sistema embarcado iot com esp32 para manutenção preditiva em máquinas e equipamentos industriais: uma abordagem inteligente para eficiência operacional
2024	IFTECH	Controlador Numérico Computadorizado para confecção de placas de circuito impresso
2024	IFTECH	Sistema de monitoramento de consumo residencial de energia
2024	IFTECH	Projeto e desenvolvimento de um sistema de geração fotovoltaica para iluminação do LAPEA
2024	IFTECH	Sistema Automatizado para a Separação de Resíduos Recicláveis
2024	IFTECH	Desenvolvimento de um Sistema de Rastreamento de Animais Utilizando Visão Computacional
2024	IFTECH	Impressão 3D de uma Prótese de Membro Superior de Baixo Custo
2024	IFTECH	Extensor para lápis: uma ponte entre processos de fabricação e arte
2024	IFTECH	Aprendizado de máquina na cinemática inversa de um robô quadrúpede
2024	IFTECH	Robô Enfermeiro: Tecnologia Auxiliar na Administração de Medicamentos e Cuidados Domiciliares
2024	IFTECH	Robô Integrativo para Solução de Cubos de Rubik
2024	IFTECH	Robô guia com inteligência artificial para pessoas com deficiência visual
2024	IFTECH	Eletroencefalograma (EEG) para a ativação automática de lâmpadas residenciais
2024	IFTECH	Desenvolvimento de Jogos Didáticos Matemáticos sob a concepção do Desenho Universal para Aprendizagem em Manufatura Aditiva e outras tecnologias

Fonte: Coordenação de Pesquisa e Extensão do IFPR/Campo Largo, janeiro de 2025.

**APÊNDICE I - HISTÓRICO DE EVENTOS CIENTÍFICOS E CULTURAIS: 2015 A 2024**

Ano	Data	Evento / Atividade	
<b>2015</b>	16 a 18/09	I MIPE (Mostra de Inovação, Pesquisa e Extensão)	
<b>2016</b>	15 a 18/02	Diálogos em Administração: I Ciclo de Debates.	
	26 a 29/07	Diálogos em Administração: II Ciclo de Debates	
	13/08	I Encontro de Agroecologia do IFPR Campo Largo	
	13 a 15/09	I Feira de Ciências	
		II MIPE (Mostra de Inovação, Pesquisa e Extensão)	
<b>2017</b>	06/05	Show de Talentos: 1ª edição	
	08/05	Diálogos Agroecológicos/ Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEA/CL)	
	26/07	I Seminário de integração dos Projetos de Pesquisa e Extensão do Campus	
	01 e 03/08	Diálogos em Administração: III Ciclo de Debates	
	01 e 02/09	III MIPE (Mostra de Inovação, Pesquisa e Extensão)	
	20/11	II Mostra da Cultura Afro	
	15/12	I Mostra Expressividade	
<b>2018</b>	15 e 16/06	Mostra de Cursos	
	14/09	IV MIPE (Mostra de Inovação, Pesquisa e Extensão)	
	22/09	1ª Mostra de Lançamento de Foguetes / Parque Newton Puppi (Cambuí).	
	18/11	I Mostra de Cultura AFRO	
<b>2019</b>	24 a 29/06	I Semana Acadêmica de Agroecologia	
	28 e 29/06	Mostra de Cursos	
	26/07	II Seminário de Integração de Projetos de Pesquisa e Extensão do Campus	
	27 a 29/08	Diálogos em Administração: IV Ciclo de Debates	
	18/09	V MIPE (Mostra de Inovação, Pesquisa e Extensão)	
	19 a 23/11	Semana de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI).	
	19 a 25/11	11ª Semana Afro-brasileira de Campo Largo (NEABI)	
<b>2020</b>	12/12	Show de Talentos: 2ª edição	
	05 a 09/03	Voz Mulheres (NAC e NEABI).	
	18/06	Filosofia Africana: a Necropolítica como conceito emergente (NEABI)	
<i>Eventos on line</i>	23/06	Mulheres em contextos autoritários (NEABI); Persistências do Autoritarismo e Mulheres na Política (NEABI); O movimento de mulheres negras no Paraná na segunda metade do século XX (NEABI);	
<b>2021</b>	08 a 10/03	Voz Mulheres (NAC e NEABI).	
	<i>Eventos on line</i>	28 a 30/04	Diálogos sobre História e Culturas Indígenas" (NEABI e LAMER)
	<i>on line</i>	07 a 11/06	I Semana do Meio Ambiente

	22 e 24/11	1º Encontro dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFPR (NEABI)
<b>2022</b>	10 e 11/03	VIII Feira de Inovação Tecnológica do IFPR (IFTECH). ( on line)
	26 a 28/07	III Seminário de Integração de Projetos de Pesquisa e Extensão do Campus
	23 e 24/09	Mostra de Cursos
	18/11	VI MIPE (Mostra de Inovação, Pesquisa e Extensão)
		IX IFTECH (Feira de Inovação Tecnológica)
		1ª edição do IFAgroTECH (Workshop de Tecnologias Agroindustriais).
09/12	Show de Talentos: 3ª edição	
<b>2023</b>	08 a 10/05	I Semana da Licenciatura em Matemática
	05 a 07/06	2ª Semana do Meio Ambiente
	04 e 05/08	Mostra de Cursos
	10 e 11/11	VII MIPE (Mostra de Inovação, Pesquisa e Extensão)
		X IFTECH (Feira de Inovação Tecnológica)
	17 e 24/11	1º <i>Garage Sprint</i>
16 a 29/11	Novembro Negro	
<b>2024</b>	08 e 09/11	VIII Mostra de Inovação, Pesquisa e Extensão (VIII MIPE)
		XI IFTECH (Feira de Inovação Tecnológica)
	06 a 28/11	Novembro Negro

**Fontes: Relatórios da Gestão do Ensino (2017 a fev.2024) e notícias publicadas no site do campus.**

**APÊNDICE J – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CAMPUS CAMPO LARGO 2011-2024**

### Execução Orçamentária – IPPR/Campus Campo Largo 2011-2024

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IFPR CAMPUS CAMPO LARGO 2011-2024						
ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>CUSTEIO</b>	R\$ 275.024,60	R\$ 531.069,85	R\$ 784.169,43	R\$ 957.675,11	R\$ 1.125.487,32	R\$ 1.397.475,25
<b>CAPITAL</b>	R\$ 1.142.242,88	R\$ 2.005.421,10	R\$ 753.221,23	R\$ 529.732,78	R\$ 290.642,12	R\$ 359.747,39
<b>OBRAS</b>	R\$	R\$ 2.064.574,75	R\$ 2.258.273,05	R\$ 1.142.964,46	R\$ 444.092,45	R\$
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.417.267,48</b>	<b>R\$ 4.601.065,70</b>	<b>R\$ 3.795.663,71</b>	<b>R\$ 2.630.372,35</b>	<b>R\$ 1.860.221,89</b>	<b>R\$ 1.757.222,64</b>
ANO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>CUSTEIO</b>	R\$ 1.324.572,17	R\$ 1.272.801,34	R\$ 1.492.944,32	R\$ 1.375.876,77	R\$ 876.131,04	R\$ 1.313.217,10
<b>CAPITAL</b>	R\$ 85.922,95	R\$ 633.013,30	R\$ 558.881,19	R\$ 497.825,20	R\$ 189.139,45	R\$ 416.232,65
<b>OBRAS</b>	R\$ 1.061.650,87	R\$ 385.213,96	R\$ -	R\$	R\$ 1.396.127,06	R\$ 33.524,60
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.472.145,99</b>	<b>R\$ 2.291.028,60</b>	<b>R\$ 2.051.825,51</b>	<b>R\$ 1.873.701,97</b>	<b>R\$ 2.461.397,55</b>	<b>R\$ 1.762.974,35</b>
ANO	2023	2024	TOTAL			
<b>CUSTEIO</b>	R\$ 1.822.492,15	R\$ 1.812.654,86	R\$ 16.361.591,31			
<b>CAPITAL</b>	R\$ 244.024,62	R\$ 440.447,60	R\$ 8.146.494,46			
<b>OBRAS</b>	R\$ 96.253,53	R\$	R\$ 8.882.674,73			
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.162.770,30</b>	<b>R\$ 2.253.102,46</b>	<b>R\$ 33.390.760,50</b>			

Fonte: Direção de Planejamento e Administração (Diplad) do Campus Campo Largo, março de 2025.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IFPR CAMPUS CAMPO LARGO 2011-2024						
VALORES EM REAIS A PREÇOS CONSTANTES – IPCA/IBGE						
ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>CUSTEIO</b>	R\$ 573.727,11	R\$ 1.046.746,24	R\$ 1.459.351,48	R\$ 1.674.927,74	R\$ 1.778.593,45	R\$ 2.077.763,05
<b>CAPITAL</b>	R\$ 2.382.825,77	R\$ 3.952.713,57	R\$ 1.401.756,40	R\$ 926.477,17	R\$ 459.298,08	R\$ 534.871,61

<b>OBRAS</b>	R\$	R\$ 4.069.306,26	R\$ -	R\$ 1.998.989,90	R\$ 701.793,71	R\$ -
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.956.552,88</b>	<b>R\$ 9.068.766,07</b>	<b>R\$ 2.861.107,88</b>	<b>R\$ 4.600.394,81</b>	<b>R\$ 2.939.685,24</b>	<b>R\$ 2.612.634,66</b>
<b>ANO</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
<b>CUSTEIO</b>	R\$ 1.912.987,13	R\$ 1.771.851,98	R\$ 1.992.509,97	R\$ 1.756.902,24	R\$ 1.016.491,47	R\$ 1.440.279,33
<b>CAPITAL</b>	R\$ 124.092,52	R\$ 881.210,47	R\$ 745.892,75	R\$ 635.689,35	R\$ 219.440,50	R\$ 456.505,85
<b>OBRAS</b>	R\$ 1.533.268,25	R\$ 536.251,88	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.619.793,37	R\$ 36.768,32
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 3.570.347,89</b>	<b>R\$ 3.189.314,33</b>	<b>R\$ 2.738.402,71</b>	<b>R\$ 2.392.591,58</b>	<b>R\$ 2.855.725,34</b>	<b>R\$ 1.933.553,50</b>
<b>ANO</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>TOTAL</b>			
<b>CUSTEIO</b>	R\$ 1.910.540,33	R\$ 1.812.654,86	<b>R\$ 22.225.326,36</b>			
<b>CAPITAL</b>	R\$ 255.813,93	R\$ 440.447,60	<b>R\$ 13.417.035,57</b>			
<b>OBRAS</b>	R\$ 100.903,73	R\$ -	<b>R\$ 10.597.075,41</b>			
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.267.257,99</b>	<b>R\$ 2.253.102,46</b>	<b>R\$ 46.239.437,35</b>			

Fonte: Índices atualizados pela autora com a colaboração do Professor Christian Luiz da Silva, junho de 2025.

<b>DIVISÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL - IFPR CAMPUS CAMPO LARGO 2011-2024</b>						
<b>ANO</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Agroecologia</b>	R\$ 3.290,18	R\$ 179.292,59	R\$ 42.729,55	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Eletrotécnica/Engenharia</b>	R\$ 338.221,70	R\$ 942.506,38	R\$ 41.861,78	R\$ 40.872,34	R\$ 49.499,64	R\$ 39.290,00
<b>Mecânica</b>	R\$ 483.566,43	R\$ 526.904,72	R\$ 242.799,57	R\$ 103.518,97	R\$ 80.870,58	R\$ 82.615,90
<b>Cerâmica/Materiais</b>	R\$ -	R\$ 48.901,87	R\$ 40.440,93	R\$ 22.521,00	R\$ -	R\$ 31.652,26
<b>Lic. Matemática</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Núcleo Comum (médio Integrado)</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ 53.336,86	R\$ 83.298,44	R\$ 87.552,32	R\$ 38.355,53
<b>Uso Geral</b>	R\$ 317.164,57	R\$ 131.579,54	R\$ 332.052,54	R\$ 268.038,68	R\$ 72.719,58	R\$ 91.313,81
<b>Acervo Bibliográfico</b>	R\$ -	R\$ 176.236,00	R\$ -	R\$ 11.483,35	R\$ -	R\$ 76.519,89
<b>Total</b>	<b>R\$ 1.142.242,88</b>	<b>R\$ 2.005.421,10</b>	<b>R\$ 753.221,23</b>	<b>R\$ 529.732,78</b>	<b>R\$ 290.642,12</b>	<b>R\$ 359.747,39</b>

<b>DIVISÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL - IFPR CAMPUS CAMPO LARGO 2011-2024</b>						
<b>ANO</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
<b>Agroecologia</b>	R\$ 607,00	R\$ -	R\$ 11.620,00	R\$ 41.688,00	R\$ 10.428,00	R\$ -
<b>Eletrotécnica/Engenharia</b>	R\$ -	R\$ 56.340,00	R\$ 23.841,62	R\$ 215.787,00	R\$ -	R\$ 214.250,00
<b>Mecânica</b>	R\$ -	R\$ 251.999,88	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Cerâmica/Materiais</b>	R\$ 7.722,85	R\$ 55.697,40	R\$ 159.840,96	R\$ -	R\$ 21.190,00	R\$ 108.375,54
<b>Lic. Matemática</b>	R\$ 93,00	R\$ -	R\$ 1.459,36	R\$ 3.578,90	R\$ -	R\$ -
<b>Núcleo Comum (médio Integrado)</b>	R\$ 2.073,90	R\$ 55.823,95	R\$ 23.730,00	R\$ 3.693,54	R\$ -	R\$ -
<b>Uso Geral</b>	R\$ 37.257,46	R\$ 177.910,39	R\$ 267.854,00	R\$ 89.467,76	R\$ 132.621,45	R\$ 43.607,11
<b>Acervo Bibliográfico</b>	R\$ 38.168,74	R\$ 35.241,68	R\$ 70.535,25	R\$ 143.610,00	R\$ 24.900,00	R\$ 50.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 85.922,95</b>	<b>R\$ 633.013,30</b>	<b>R\$ 558.881,19</b>	<b>R\$ 497.825,20</b>	<b>R\$ 189.139,45</b>	<b>R\$ 416.232,65</b>
<b>ANO</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>TOTAL</b>			
<b>Agroecologia</b>	R\$ 3.446,02	R\$ 15.275,00	R\$ 308.376,34			
<b>Eletrotécnica/Engenharia</b>	R\$ 60.020,00	R\$ -	R\$ 2.022.490,46			
<b>Mecânica</b>	R\$ 3.083,81	R\$ 19.384,22	R\$ 1.794.744,08			
<b>Cerâmica/Materiais</b>	R\$ 10.986,00	R\$ 147.985,20	R\$ 655.314,01			
<b>Lic. Matemática</b>	R\$ 4.422,00	R\$ 1.279,99	R\$ 10.833,25			
<b>Núcleo Comum (médio Integrado)</b>	R\$ 5.648,00	R\$ 2.773,20	R\$ 356.285,74			
<b>Uso Geral</b>	R\$ 122.126,00	R\$ 213.849,99	R\$ 2.297.562,88			
<b>Acervo Bibliográfico</b>	R\$ 34.292,79	R\$ 39.900,00	R\$ 700.887,70			
<b>Total</b>	<b>R\$ 244.024,62</b>	<b>R\$ 440.447,60</b>	<b>R\$ 8.146.494,46</b>			

Fonte: Direção de Planejamento e Administração (Diplad) do Campus Campo Largo, março de 2025.

**DIVISÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL - IFPR CAMPUS CAMPO LARGO 2011-2024**

**VALORES EM REAIS A PREÇOS CONSTANTES – IPCA/IBGE**

<b>ANO</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Agroecologia</b>	R\$ 6.863,62	R\$ 353.388,25	R\$ 79.520,36	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Eletrotécnica/Engenharia</b>	R\$ 705.562,19	R\$ 1.857.693,51	R\$ 77.905,42	R\$ 71.483,76	R\$ 78.223,66	R\$ 58.416,28
<b>Mecânica</b>	R\$ 1.008.764,92	R\$ 1.038.536,71	R\$ 451.853,77	R\$ 181.049,70	R\$ 127.798,76	R\$ 122.833,13
<b>Cerâmica/Materiais</b>	R\$ -	R\$ 96.386,28	R\$ 75.261,20	R\$ 39.388,15	R\$ -	R\$ 47.060,51
<b>Lic. Matemática</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Núcleo Comum (médio Integrado)</b>	R\$ -	R\$ -	R\$ 99.260,72	R\$ 145.684,97	R\$ 138.357,83	R\$ 57.026,92
<b>Uso Geral</b>	R\$ 661.635,04	R\$ 259.345,15	R\$ 617.954,93	R\$ 468.786,77	R\$ 114.917,84	R\$ 135.765,17
<b>Acervo Bibliográfico</b>	R\$ -	R\$ 347.363,67	R\$ -	R\$ 20.083,83	R\$ -	R\$ 113.769,60
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.382.825,77</b>	<b>R\$ 3.952.713,57</b>	<b>R\$ 1.401.756,40</b>	<b>R\$ 926.477,17</b>	<b>R\$ 459.298,08</b>	<b>R\$ 534.871,61</b>
<b>ANO</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>
<b>Agroecologia</b>	R\$ 876,65	R\$ -	R\$ 15.508,26	R\$ 53.232,78	R\$ 12.098,62	R\$ -
<b>Eletrotécnica/Engenharia</b>	R\$ -	R\$ 78.430,26	R\$ 31.819,45	R\$ 275.545,51	R\$ -	R\$ 234.980,07
<b>Mecânica</b>	R\$ -	R\$ 350.806,11	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
<b>Cerâmica/Materiais</b>	R\$ 11.153,57	R\$ 77.535,70	R\$ 213.326,58	R\$ -	R\$ 24.584,74	R\$ 118.861,57
<b>Lic. Matemática</b>	R\$ 134,31	R\$ -	R\$ 1.947,69	R\$ 4.570,01	R\$ -	R\$ -
<b>Núcleo Comum (médio Integrado)</b>	R\$ 2.995,19	R\$ 77.711,87	R\$ 31.670,48	R\$ 4.716,40	R\$ -	R\$ -
<b>Uso Geral</b>	R\$ 53.808,35	R\$ 247.666,99	R\$ 357.482,70	R\$ 114.244,32	R\$ 153.868,05	R\$ 47.826,38
<b>Acervo Bibliográfico</b>	R\$ 55.124,45	R\$ 49.059,53	R\$ 94.137,60	R\$ 183.380,33	R\$ 28.889,10	R\$ 54.837,82
<b>Total</b>	<b>R\$ 124.092,52</b>	<b>R\$ 881.210,47</b>	<b>R\$ 745.892,75</b>	<b>R\$ 635.689,35</b>	<b>R\$ 219.440,50</b>	<b>R\$ 456.505,85</b>
<b>ANO</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>TOTAL</b>			
<b>Agroecologia</b>	R\$ 3.612,50	R\$ 15.275,00	<b>R\$ 540.376,03</b>			
<b>Eletrotécnica/Engenharia</b>	R\$ 62.919,68	R\$ -	<b>R\$ 3.532.979,79</b>			
<b>Mecânica</b>	R\$ 3.232,79	R\$ 19.384,22	<b>R\$ 3.304.260,12</b>			

<b>DIVISÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL - IFPR CAMPUS CAMPO LARGO 2011-2024</b>						
<b>VALORES EM REAIS A PREÇOS CONSTANTES – IPCA/IBGE</b>						
<b>Cerâmica/Materiais</b>	R\$ 11.516,76	R\$ 147.985,20	<b>R\$ 863.060,26</b>			
<b>Lic. Matemática</b>	R\$ 4.635,64	R\$ 1.279,99	<b>R\$ 12.567,64</b>			
<b>Núcleo Comum (médio Integrado)</b>	R\$ 5.920,87	R\$ 2.773,20	<b>R\$ 566.118,45</b>			
<b>Uso Geral</b>	R\$ 128.026,15	R\$ 213.849,99	<b>R\$ 3.575.177,81</b>			
<b>Acervo Bibliográfico</b>	R\$ 35.949,54	R\$ 39.900,00	<b>R\$ 1.022.495,46</b>			
<b>Total</b>	<b>R\$ 255.813,93</b>	<b>R\$ 440.447,60</b>	<b>R\$ 13.417.035,57</b>			

Fonte: Índices atualizados pela autora com a colaboração do Professor Christian Luiz da Silva, junho de 2025.